



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA - MAG**

TEREZA SANDRA LOIOLA VASCONCELOS

**REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEARÁ: OS
DESDOBRAMENTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
NO TERRITÓRIO DO PERÍMETRO IRRIGADO BAIXO ACARAÚ**

**FORTALEZA/CE
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

TEREZA SANDRA LOIOLA VASCONCELOS

**REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEARÁ: OS
DESDOBRAMENTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO
TERRITÓRIO DO PERÍMETRO IRRIGADO BAIXO ACARAÚ**

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Mestrado Acadêmico em Geografia, do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia - área de concentração: Análise Geoambiental Integrada e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cruz Lima

**FORTALEZA/CE
2010**

V331r VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola
Reestruturação Socioespacial do Ceará: os
desdobramentos da modernização da agricultura no
território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú / Tereza
Sandra Loiola Vasconcelos. – Fortaleza, 2010.
188.p; il.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Cruz Lima.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) –
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e
Tecnologia.
1. Reestruturação Socioespacial do Ceará. 2. Políticas
Públicas de Irrigação. 3. Modernização da Agricultura. 4.
Território. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de
Ciências e Tecnologia.

CDD: 338.18

TEREZA SANDRA LOIOLA VASCONCELOS

REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEARÁ: OS DESDOBRAMENTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO TERRITÓRIO DO PERÍMETRO IRRIGADO BAIXO ACARAÚ

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG da Universidade Estadual do Ceará (UECE) na área de concentração: Análise Geoambiental Integrada e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas, para fins de obtenção do título de mestre.

Apresentada em 05/ 03 / 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima

Universidade Estadual do Ceará - UECE
(Orientador)

Profª. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Profª. Dra. Aldiva Sales Diniz

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

Universidade Federal do Ceará – UFC

*Dedico às maiores riquezas que há na vida: família, amor e amigos.
À minha família, pela compreensão da ausência;
Ao Marcos Antônio do Nascimento pelo carinho e atenção proporcionados;
Aos amigos com a mesma energia e entusiasmo concedidos;
Às comunidades e agricultores presentes no Vale do Acaraú;
Em memória de Fereza Lóiola da Costa e Juliana Farias Forte pela intensidade da vida e
saúde pela partida.*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho dessa natureza, carregado e conduzido por sentimentos, entre eles dúvidas, incertezas, sonhos, possibilidades e fé que me fizeram chegar até aqui, acreditando que era possível superar obstáculos e ultrapassar fronteiras, não poderia ter sido realizado sem o auxílio de pessoas fundamentais. São emoções que não poderiam, de forma alguma, ter sido vivenciadas e não compartilhadas. Portanto, agradecer é reconhecer que há laços muito mais fortes do que qualquer racionalidade.

Um agradecimento especial à minha estrutura, raiz, base e fortaleza - minha família - acompanhado de pedidos de desculpas, pelos momentos em que nem sempre (ou quase sempre não) estive presente, pelos maus-humores tantas vezes expressos e mesmo sem muito entender o que era estudado por mim, carregavam uma admiração e compreensão, fundamental para o prosseguimento e finalização desse árduo trabalho. Aos meus pais Antônio e Celeste (minhas estrelas), irmãos Arlete, Edglória e Toni, cunhados Roberto, Marcos e Milene, e aos meus lindos sobrinhos Roberto Filho e Stephanie Glória.

À atenção e, sobretudo, o carinho verdadeiro proporcionado por Marcos Antônio do Nascimento durante todos os anos que ultrapassam o período do mestrado.

Aos meus parentes de Forquilha (CE), Sobral (CE), Fortaleza (CE) e Belém (PA), por fazerem parte de minha história.

Nesse processo, algumas pessoas passam em nossas vidas despercebidas, outras deixam marcas e tornam-se inesquecíveis. Assim, agradeço, respeitosamente, ao amigo, professor e orientador doutor Luiz Cruz Lima, por tanto incentivar e, sobretudo, confiar no desenvolvimento do trabalho. Pelas inúmeras reuniões e seus “cafezinhos”, os vários *e-mails* e telefonemas, porque hoje, mais do que nunca, compreendo que foram essas atitudes responsáveis pelo engrandecimento da pesquisa e da pessoa. Entendo que essa atitude é de um mestre, a quem dedicou sua vida à Geografia e de quem me ajudou a ver melhor o mundo sob o olhar geográfico.

Aos professores doutores Daniel Rodriguez, Luzia Neide Coriolano e Elmo Vasconcelos, do Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE. A contribuição dos professores doutores Levi Furtado e Francisco Amaro, da Universidade Federal do Ceará – UFC, das professoras doutoras Virgínia Holanda e Isorlanda Caracristi, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA e do professor doutor Eliseu Savério Sposito, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

Aos professores doutores participantes do seminário e defesa de dissertação: Aldiva Sales Diniz, José Levi Furtado Sampaio e Virgínia Célia Cavalcante de Holanda, pelas palavras amáveis e não menos rijas, por demonstrarem preocupação não somente pela mestrandia, mas também pela pessoa, como construção.

Aos integrantes da banca de qualificação: professores doutores Denise Elias e José Levi Furtado Sampaio, pelos caminhos apontados, com o intuito de melhorar o trabalho.

À turma 2008 do MAG, em especial Ana Karine, Auricélio Lima, Bernadete Freitas, Camila Dutra, João Paulo Matias, Marcos de Bryto, Mariluzza e Rerisson Costa, com os quais muito aprendi durante todas as discussões calorosas, acompanhadas de vários sorrisos, vivenciando as ruas carnavalescas e maravilhosas do bairro Benfica. Aos amigos “federais”, da “arrancada da vitória”, do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, em especial Sávio, Judson, Tadeu, Alcides, Thalles, Luciano, Chicão e Fabiano.

Aos amigos da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA: Josy, Gerlene e Valdeclésio, pela atenção e acolhimento sempre dispensado a mim, durante as visitas à Sobral, me acompanhando a essa Universidade e/ou a outras instituições.

Aos integrantes do Laboratório de Estudos do Território e do Turismo - Nettor, que acompanharam o início da dissertação: André, Arina, Bernadete, Camila Sampaio, Débora, Elizete, Eudes, Eugênia, Gerardo, Jhony, Kamilla, Luciana, Rerisson e Tatiane.

Aos amigos de sempre, desde a graduação, que resistiram ao tempo e à distância: Alexandre Henrique, Antônio Franklin, Aridênio Quintiliano, Cíntia Lins, Ceila Aparecida, Cláudia Grangeiro, Diego Gadelha, Edilson Júnior, Edna Couto, Fátima Myrcea, Fabiano Bandeira, Flávio Rodrigues, Germano Sarmento, Juscelino Eudâmidas, Keane Barroso, Luiz Antônio Araújo, Mariana Mendes, Otávio Lemos, Rony Iglécio, Simone Fernandes. Aos bons momentos...

Aos amigos que o mestrado me presenteou: Cleuton Almeida e Danielly Guerra, amigos para uma vida toda!

Aos companheiros das escolas por onde trabalhei, sempre recebendo inúmeros incentivos - Mazé, Michele, Ravetti, Lucinha, Helder, Ivanise e Gidelberg -, e às eternas amigas - Susy, Ângela e Lusiana - pelas palavras de carinho e pelos momentos proporcionados de alegria e de belos sorrisos.

Ao trio que virou quarteto: Fábria Santos, Rosilene Aires, Léa Bessa e Paulo Roberto Pessoa. Pelas gargalhadas e pelas lágrimas, obrigada, sobretudo, por fazerem parte da minha caminhada e por compreenderem o momento pelo qual passei, sempre se lembrando da

minha presença, mesmo que na minha ausência. Tenho aprendido ao lado dessas pessoas o sentido da verdadeira amizade.

À Fábيا Santos, pelo dom da alegria contagiante, dona de um dos sorrisos mais lindos e da força imensurável nos momentos mais difíceis.

À Rosilene Aires, pela paciência dos inúmeros e longos telefonemas, muitas vezes angustiantes, pelas horas despendidas a ler meus escritos, pelo exemplo de profissional que sempre me passou e que, com tamanha dedicação, me incentivou a estar aqui hoje, portanto, essa vitória é um pouco sua também, minha grande amiga!

À Léa Bessa, por ser sempre essa “mãezona”, cuidadosa com tudo, delicada, e pela amizade incondicional e, além disso, por ter apresentado quem se tornou um grande amigo: Paulo Roberto Pessoa.

Ao Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU, em especial, Francisco Silveira, Antônio Amorim, Ângela, Cilene, Kelson, Pierre e Rogério Paganelli, pela disponibilidade sempre dada a mim, durante as visitas exaustivas a campo.

Sou grata ainda aos funcionários e representantes das instituições que visitei, tais como: DNOCS, EMATERCE, IBGE, INCRA, Secretaria de Agricultura e Pesca de Acaraú, bibliotecas municipais de Sobral, Marco e Acaraú, além das bibliotecas das universidades UECE, UFC e UEVA.

Aos agricultores que encontrei nos lotes agrícolas do perímetro irrigado, por sempre me receberem tão bem, respondendo pacientemente às minhas perguntas. Poderia citar o nome de cada um, mas, temendo ser injusta aos que, porventura, não conheci e que fazem parte da bonita e respeitada atividade, apesar de tamanhas dificuldades, prefiro guardá-los na mente e coração.

Às comunidades que resistem, mesmo inconscientemente, à hegemonia do agronegócio, à unilateralidade do global, por entenderem que não há preço para as suas tradições. Vivem a “era da Modernidade”, mas estão à margem dela. Cultivando seus costumes, resguardando o seu modo de vida sertanejo e que por inúmeras dificuldades financeiras, muitas vezes, ficam subjugadas ao processo perverso que transparece na modernização da agricultura. Assim, agradeço à liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marco, da comunidade dos Pereiras, da aldeia Queimadas de Tremembé, Maria Amélia Leite (Missão Tremembé) e de outras comunidades com quem pude conversar durante várias e prazerosas tardes.

Agradeço à coordenação do MAG, representada pela professora doutora Luzia Neide Coriolano e aos funcionários Júlia, Lúcia e Francisco. Além disso, à Fundação

Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, pela bolsa concedida, durante o período de mestrado.

À materialidade que se personifica durante esse percurso de concentração e solidão: minha sala de estudo, aos livros e ao meu computador, que resistiram a toda a pressão do tempo e dos escritos, embalados às obras de Milton Santos, Ruy Moreira, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Manuel Correia de Andrade, com quem tanto refleti.

Por fim, para dar início a um novo começo, ofereço cada linha dessa dissertação à memória de minha avó, Tereza Loiola da Costa. Sua sabedoria e simplicidade ultrapassaram qualquer intelectualidade, a Francisco das Chagas Costa (Tio Maninho), pela coragem e bravura em todos os momentos de sua vida, e em memória de Juliana Farias Forte, por estar concretizando um sonho que também era seu, por ter estado presente na sua vida curta e intensa, durante os anos que aqui esteve. Agora, avante!

“Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido”. (O Último Discurso In: “O Grande Ditador”, de Charles Chaplin).

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar e discutir o atual processo de modernização da agricultura cearense, tendo como recorte espacial o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, localizado entre os Municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco (CE). Porção territorial com povoamento e formação histórica e econômica fortemente ligada ao rio Acaraú, é aí que se instala a atividade do agronegócio. Sua implantação responde aos interesses de uma política pública voltada ao mercado empresarial da fruticultura, com base nas inovações técnicas, científicas e informacionais, em intensa expansão no espaço nacional e mundial. Para o desenvolvimento da pesquisa, partiu-se da elaboração de uma matriz metodológica, no intuito de auxiliar nos procedimentos realizados, tais como o levantamento bibliográfico e documental, associados aos trabalhos de campo. O referencial teórico é composto por obras pertinentes à temática estudada, primordiais para o entendimento das relações sociais ocorrentes no campo, com base na modernização da agricultura, alterando o território e reestruturando o espaço geográfico. Durante esse processo, a análise de documentos também foi essencial. Dentre os mais importantes estão: os planos de governo do Ceará, desde a década de 1960 ao Governo atual; os arquivos jornalísticos que muito contribuíram na investigação, demonstrando a entrada do capital internacional, apontando irregularidades políticas e econômicas, além de revelarem como a ideologia é capaz de alterar as relações sociais e o espaço geográfico. Ainda compondo o banco de dados documentais, estão os autos da ação de desapropriação e o levantamento fundiário para as áreas afetadas pelo projeto de irrigação. Os trabalhos de campo proporcionaram a aproximação com o cotidiano no perímetro irrigado, bem como em suas áreas ao entorno, resultando, dessas visitas, vídeos-documentários, registros fotográficos e entrevistas. O que de fato o perímetro irrigado viera representar foi a entrada da *terra do negócio* em *terras do trabalho* (MARTINS, 1991), composta, na sua grande parte, por agricultores familiares camponeses, os maiores atingidos desse processo, desde a desapropriação, até os dias atuais, como nos demonstram os conflitos existentes no projeto de irrigação. Ante todas essas alterações no espaço geográfico promovidas pelo agronegócio do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, a presença evidente desses agricultores familiares camponeses e povos indígenas, como os tremembés da aldeia Queimadas, em Acaraú, demonstram, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas e contradições inerentes, que nem mesmo o modo de produção capitalista é capaz de destruir completamente a história que dá vida aos lugares, testemunhando a resistência e florescendo, dessa forma, a esperança de que a transformação é possível.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação Socioespacial do Ceará. Políticas Públicas de Irrigação. Modernização da Agricultura. Território.

RESUMÉ

La recherche a l'objectif d'analyser et discuter l'actuel processus de modernisation de l'agriculture originaire du Ceará, en se concentrant sur l'espace du "Perímetro Irrigado Baixo Acaraú", localisé entre les Villes d'Acaraú, Bela Cruz et Marco (CE). Portion territoriale avec peuplement et formation historique et économique fortement lié au bassin de la rivière Acaraú, c'est là où s'installe l'activité de l'agronegócio. Sa mise en oeuvre répond aux intérêts d'une politique publique directionné aux marchés d'entreprises de l'arboriculture fruitière, fondée sur les innovations techniques, scientifiques et informationnelles, en forte expansion dans l'espace national et mondial. Pour le développement de la recherche, le point de départ a été à partir d'une matrice méthodologique, afin d'aider dans les procédures réalisés, telles que l'enquête bibliographique et documentaire, associés aux travaux de champ. Le référentiel théorique se compose d'oeuvres pertinentes à la thématique étudiée, essentielle à la compréhension des relations sociales qui se déroulent dans le champ, sur base dans la modernisation de l'agriculture, en modifiant le territoire et en réorganisant l'espace géographique. Pendant ce processus, l'analyse des documents a également été essentielle. Parmi les plus importants sont: les plans du gouvernement du Ceará, depuis la décennie de 1960 aux Gouvernement actuel; les archives journalistiques qui ont beaucoup contribué à la recherche, en démontrant l'entrée du capital international, en indiquant des irrégularités politiques et économiques, outre d'avoir révélé comme l'idéologie est capable de modifier les relations sociales et l'espace géographique. Encore en composant la banque de données documentaires, sont les preuves de l'action de dépossession et l'enquête agraire pour les secteurs touchés par le projet d'irrigation. Les travaux de champ ont proportionné l'approche avec le quotidien dans le périmètre irrigué, ainsi que les secteurs alentours, en résultant, de ces visites, vidéos-documentaires, registres photographiques et entretiens. En effet ce que le périmètre irrigué est venu à représenter a été l'entrée de la *terre de l'affaire* dans des *terres du travail* (MARTINS, 1991), composée dans la plus part, par des agriculteurs familiaux paysans, les plus grands touchés de ce processus, depuis la dépossession, jusqu'aujourd'hui, comme nous montrent les conflits existants dans le projet d'irrigation. Devant tous ces changements dans l'espace géographique promouvues par l'agronegócio du "Perímetro Irrigado Baixo Acaraú", la présence évidente des agriculteurs familiaux paysans et les peuples indigènes, comme les trembés du village "Queimadas", en Acaraú, ils démontrent, même avec toute les difficultés affrontées et les contradictions inhérents, que ni même la manière de production capitaliste est capable de détruire complètement l'histoire qui donne vie aux lieux, en témoignant la résistance et en fleurissant, de cette manière, l'espoir de que la transformation est possible.

MOTS-CLÉS: Réorganisation Socioespacial du Ceará. Politiques Publiques d'Irrigation. Modernisation de l'Agriculture. Territoire.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AFIBA** - Associação dos Fruticultores Irrigantes do Baixo Acaraú
- AGRIFRUTAS** - Associação de Agricultores Irrigantes de Frutas do Baixo Acaraú
- AGRIORGANIC** - Associação dos Produtores de Orgânicos do Baixo Acaraú
- AHBA** - Associação dos Hortifruticultores do Baixo Acaraú
- ANCAR** - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
- APA** - Associação de Produtores do Acaraú
- APA** - Área de Proteção Ambiental
- APEFRUTA** - Associação dos Produtores e Exportadores de Frutas
- APIFRUTAS** - Associação dos Irrigantes de Frutas do Baixo Acaraú
- APOCE** - Associação de Produtores de Orgânicos do Ceará
- APROFRUT** - Associação dos Produtores de Frutas do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú
- BNB** - Banco do Nordeste do Brasil
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BIRD** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CCE** - Comissão Científica e Comissão Exploradora das Províncias do Norte
- CEASA /Ce** - Centro de Abastecimento do Ceará
- CEB** – Comunidade Eclesial de Base
- CENTEC** - Instituto Centro de Ensino Tecnológico
- CIDAO** - Companhia Industrial de Algodão e Óleo
- CIC** - Centro Industrial do Ceará
- CODEVASF** - Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
- CAIS** - Complexos Agroindustriais
- CNAE** - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- COGERH** - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DIBAU - Distrito de Irrigação Baixo Acaraú

ECOFRUTAS - Associação Agroecológica dos Produtores de Frutas

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EXPOFRUIT - Feira Internacional de Frutas Tropicais

EXPOFRUT - Associação dos Produtores Irrigantes e Exportadores de Frutas do Baixo Acaraú

FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará

FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GAIVA - Grupo de Agricultores Integrados do Vale do Acaraú

GEIDA - Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola

GPS - Sistema de Posicionamento Global

GRUPEX - Associação dos Produtores e Hortifrutigranjeiros do Baixo Acaraú

GTDN - Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LEP - Laboratório de Estudos da Pobreza

MAG - Mestrado Acadêmico em Geografia (Uece)

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PIN - Programa de Integração Nacional

PLAGEC - Plano de Governo do Estado do Ceará

PLAIG - Plano de Ação Integrada do Governo

PLAMEG - Plano de Metas Governamental

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PLANDECE - Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará

PLANED - Plano de Desenvolvimento do Ceará

PLANERH - Plano Estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares

PROINE - Programa de Irrigação do Nordeste

PRONI - Programa Nacional de Irrigação

SEAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UEVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização e acesso ao Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	23
FIGURA 2: Ascensões e crises nas reestruturações socioespaciais do Ceará.....	40
FIGURA 3: Missa do vaqueiro em Canindé, Ceará (2009).....	46
FIGURA 4: Vilas Coloniais, com destaque na Ribeira do Acaraú.....	50
FIGURA 5: Rio Jaguaribe, ambiente propício às carnaubeiras.....	55
FIGURA 6: Rio Acaraú, ambiente propício às carnaubeiras.....	55
FIGURA 7: Perímetros públicos de irrigação (DNOCS).....	57
FIGURA 8: Percursos das explorações da CCE, no Estado do Ceará, coordenadas por Freire Alemão.....	66
FIGURA 9: Perímetros Irrigados do Nordeste.....	76
FIGURA 10: Tasso anuncia “doação” para irrigação no Estado do Ceará.....	83
FIGURA 11: Agropolos do Ceará (2009).....	86
FIGURA 12: Localização dos Perímetros Irrigados sob influência do rio Acaraú, com destaque para o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	93
FIGURA 13: Consumo de água na bacia do Acaraú por setor.....	94
FIGURA 14: Escritório do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU, no Triângulo de Marco, CE.....	101
FIGURAS 15 e 16: Vista parcial da área do projeto de irrigação Baixo Acaraú.....	105
FIGURA 17: Técnica, ciência e informação: Sistema de Controle e Automação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	106
FIGURA 18: Cultura em estufa da empresa “Fruta Cor”, no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.....	106
FIGURA 19: Cultura enxertada em estufa da empresa “Biofresch”, no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	106
FIGURA 20: Departamento Fitossanitário no Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU.....	107
FIGURA 21: Campanha publicitária promovida pela empresa de engenharia responsável pela construção do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	110
FIGURA 22: <i>Layout</i> do <i>site</i> Baixo Acaraú.....	109
FIGURA 23: <i>Informe Baixo Acaraú</i> (janeiro/2009).....	110

FIGURA 24: Divulgação da III Festa da Fruta do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (2007).....	110
FIGURA 25: Origens dos créditos bancários.....	111
FIGURA 26: Território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	113
FIGURA 27: Matéria jornalística divulga primeira exportação de frutas do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (04.09.2001).....	117
FIGURA 28: Origem dos intermediários que atuam no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú...	118
FIGURA 29: Principais destinos das vendas de frutas pelos intermediários.....	119
FIGURA 30: Propriedade privada de agricultor familiar camponês.....	123
FIGURA 31: Propriedade capitalista de terra: empresa Max Frut.....	123
FIGURA 32: Propriedade capitalista de terra: fazenda da empresa Mangueira Biofresch...	123
FIGURA 33: Monocultura de abacaxi no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	125
FIGURA 34: Posse dos lotes agrícolas ativos (novembro/2009).....	135
FIGURA 35: Anúncio de lote agrícola, ao longo da BR 402.....	137
FIGURA 36: Venda de lotes agrícolas, em torno do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU.....	137
FIGURA 37: Planta do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, no escritório do DIBAU.....	138
FIGURAS 38 e 39: Especulação, por meio de lotes urbanizados no município de Marco - CE.....	143
FIGURA 40: Concentração de lotes ativos no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (novembro/2009).....	143
FIGURA 41: Concentração de lotes agrícolas ativos no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú por produtor (novembro/2009).....	144
FIGURA 42: Lotes agrícolas abandonados no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (novembro/2009).....	144
FIGURAS 43 e 44: Comunidades próximas ao rio Acaraú, em Marco - CE.....	148
FIGURAS 45 e 46: Comunidade “Vila dos Amaros”, em Marco - CE.....	148
FIGURA 47: Principais locais de compra dos produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	149
FIGURA 48: Equipamentos de irrigação, materiais elétricos e serviços de engenharia, em Marco – CE.....	150
FIGURA 49: Estabelecimento que funcionam pousada, restaurante e <i>lan house</i> , em Marco-CE.....	150

FIGURAS 50 e 51: Divulgação dos estabelecimentos comerciais relacionados à agricultura, próximos a lotes agrícolas e nas árvores da cidade.....	150
FIGURA 52: Igreja Nossa Senhora da Conceição de Almofala.....	155
FIGURA 53: Cartaz exposto na Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Tremembé Queimadas.....	157
FIGURA 54: Matéria jornalística divulga expulsão de terras em Acaraú.....	158
FIGURA 55: Placa da FUNAI, às margens dos canais de irrigação, indicando aldeia Queimadas.....	160
FIGURA 56: Abastecimento hídrico dos tremembés de Queimadas (Acaraú-CE), em novembro/2008.....	160
FIGURA 57: Percentual de produtores que utilizam agrotóxico.....	161
FIGURA 58: Principais origens dos trabalhadores agrícolas dos lotes do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	161

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Açúdes públicos e privados com apoio governamental (1909 – 1981).....	67
TABELA 2: Perímetros Irrigados do Nordeste.....	76
TABELA 3: Formação do quadro político estadual por período de governo, segundo origem (1983 – 1997).....	83
TABELA 4: Exportações da fruticultura brasileira/ <i>Ranking</i> por Estado (2008).....	88
TABELA 5: Área do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	101
TABELA 6: Distribuição de sesmarias na capitania do Ceará.....	134
TABELA 7: Trabalhadores rurais por produtor.....	140
TABELA 8: Estabelecimentos da agropecuária 1995 e 2005.....	151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Perímetros públicos de irrigação no Ceará.....	60
QUADRO 2: Investimentos SUDENE (1960 – 1977).....	72
QUADRO 3: Oligarquias empresariais no Nordeste brasileiro, entre 1960-1970.....	73
QUADRO 4: Síntese de Instituições no Nordeste.....	78

QUADRO 5: Síntese dos Programas e Ações no Nordeste.....	79
QUADRO 6: Frutas-destaque e os maiores exportadores por cultura (Ceará, 2008).....	88
QUADRO 7: Síntese dos planos de governo do Ceará, entre as décadas de 1960 – 2000, com enfoque às atuações na agricultura irrigada.....	89
QUADRO 8: Área desapropriada para o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	95
QUADRO 9: Situação de posse das terras desapropriadas para a construção do perímetro ..	97
QUADRO 10: Matérias jornalísticas apontam irregularidades nas obras do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	100
QUADRO 11: Perspectiva de venda dos produtos agrícolas dos perímetros irrigados do Ceará.....	102
QUADRO 12: Produção agrícola (frutas) dos perímetros de irrigação do Ceará – 2008.....	103
QUADRO 13: Associação de Produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	116
QUADRO 14: Circuito produtivo do agronegócio do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	121
QUADRO 15: Produção de sequeiro dos perímetros de irrigação do Ceará – 2008.....	129
QUADRO 16: Estabelecimentos relacionados à agricultura irrigada no Triângulo de Marco-CE.....	149
QUADRO 17: Renda <i>per capita</i> entre os municípios do Baixo Acaraú, 1991 e 2000.....	152
QUADRO 18: Porcentagem da renda apropriada por extratos da população, 1991 e 2000.....	152
QUADRO 19: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), 2000.....	152
QUADRO 20: Posição nacional e estadual de Acaraú, Bela Cruz e Marco, em relação ao IDH-M, 2000.....	153
QUADRO 21: Incidência de pobreza (%), entre Acaraú, Bela Cruz e Marco.....	153
QUADRO 22: Perímetros Irrigados do Nordeste brasileiro, com suas respectivas localizações, surgimento e produções agrícolas.....	178
QUADRO 23: Matérias jornalísticas relacionadas ao Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	180

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	13
LISTA DE FIGURAS.....	16
LISTA DE TABELAS.....	18
LISTA DE QUADROS.....	18
1.INTRODUÇÃO.....	21
2.REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: PERCURSO NA GEOGRAFIA DO CEARÁ.....	34
2.1 A reestruturação socioespacial do território cearense.....	35
2.1.1 Os caminhos percorridos pelo gado no Ceará.....	42
2.1.2 O “ouro branco”: a fase áurea do algodão.....	50
2.1.3 A indústria do Ceará nos rastros da agricultura.....	53
2.1.4 A atual modernização na agricultura: os perímetros públicos irrigados nos vales úmidos do Ceará.....	56
3.ESTADO E AGRICULTURA: ADEQUAÇÃO DO CEARÁ À MODERNIZAÇÃO.....	62
3.1 As transformações globais na agricultura e a “revolução verde”.....	62
3.2 Estratégias políticas de modernização da agricultura no Nordeste brasileiro.....	65
3.3 Estado cearense e agricultura irrigada: análise dos planos de governo.....	81
4.PERÍMETRO IRRIGADO BAIXO ACARAÚ: TERRITÓRIO REESTRUTURADO.....	92
4.1 Perímetro Irrigado Baixo Acaraú: dos caminhos do gado à agricultura modernizada.....	92
4.2 Agentes produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú: permanências e mudanças no território.....	112
5.TERRA DO TRABALHO, TERRA DO NEGÓCIO NO BAIXO ACARAÚ.....	130
5.1 A terra como mercadoria: análise dos lotes agrícolas do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	130
5.2 Modernização da agricultura e desigualdade no Baixo Acaraú.....	145
5.3 A <i>terra do negócio</i> na terra indígena: a invasão do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e a resistência dos índios tremembés – aldeia Queimadas.....	154
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	166
ANEXOS.....	177

1. INTRODUÇÃO

(...), todos estamos inseridos no turbilhão do mundo da modernidade. Uns engajam-se no *establishment*, outros criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça sócia. Não se trata, pois, de encontrar de forma maniqueísta o que está certo ou errado. Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro. Esse debate tem de ser feito através das necessárias reflexões sobre a práxis e tem de dar conta da utopia para pensá-la como instrumento que permita a construção da liberdade, da autonomia e do compromisso social no interior da prática universitária. (OLIVEIRA, 2004, p.p 29-30).

Com origem nos anos de 1990, a modernização dos processos produtivos atingiu o Ceará de modo mais intenso, com a forte presença da representação do Estado em apoio às iniciativas privadas. Isso se torna evidente desde meados dos anos de 1980, com a redefinição do quadro político local, entrando em consonância com o que definiram as ordens internacionais.

Nesse percurso de intensas mudanças, percebemos o Estado como principal agente de reorganização, com sua história de intervenções. Com influências externas diretas, como forças impositivas, criam-se as condições necessárias para melhor enquadramento do território nas atividades econômicas, mediante grandes fixos instalados: as infraestruturas de reservatórios hídricos, expansão de redes hidrelétricas, instalação de parques eólicos, revitalização e/ou a construção de estradas, equipamentos portuários, adequação da rede ferroviária, dentre outros.

O irrequieto plano de mudanças almejava criar meios adequados para dinamizar algumas áreas viáveis a se integrem ao fluxo de mercado nacional e internacional. Os vales fluviais de maior potencial - baixo curso dos rios Acaraú e Jaguaribe - assinalavam esse mister.

Inicialmente seus caminhos foram utilizados pela pecuária e charqueadas. Com a atividade algodoeira, em consórcio com o gado, esses espaços são chamados a se integrem ao contexto internacional, motivado pela Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX) e pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos, no período compreendido entre 1861 e 1865.

Com base no algodão, nas plumas descaroçadas, que emerge o processo inicial da indústria têxtil local, aproximando-se de outras indústrias que surgiram no século XX, denotando um novo sistema técnico com outras relações sociais e políticas, o que influenciaria o período industrial, com um espaço se preparando para o luzir da modernização.

Sob os auspícios da tecnologia, alicerçados pela força propulsora da iniciativa privada e com o auxílio dos representantes do Estado, na era do neoliberalismo, gradativamente se instalam as condições para o Estado do Ceará se integrar à linearidade do espaço global, com novos meios de comunicação e de informação, transparecendo o que Santos (2008 d) denomina de meio técnico-científico-informacional. É com esse panorama que o espaço cearense é chamado a compor um campo de atração para os investimentos de atividades modernas, como os serviços, turismo, agronegócio. É dessa forma que se apresenta a realidade estudada por nós, embebida de desigualdades socioespaciais inerentes a esse processo.

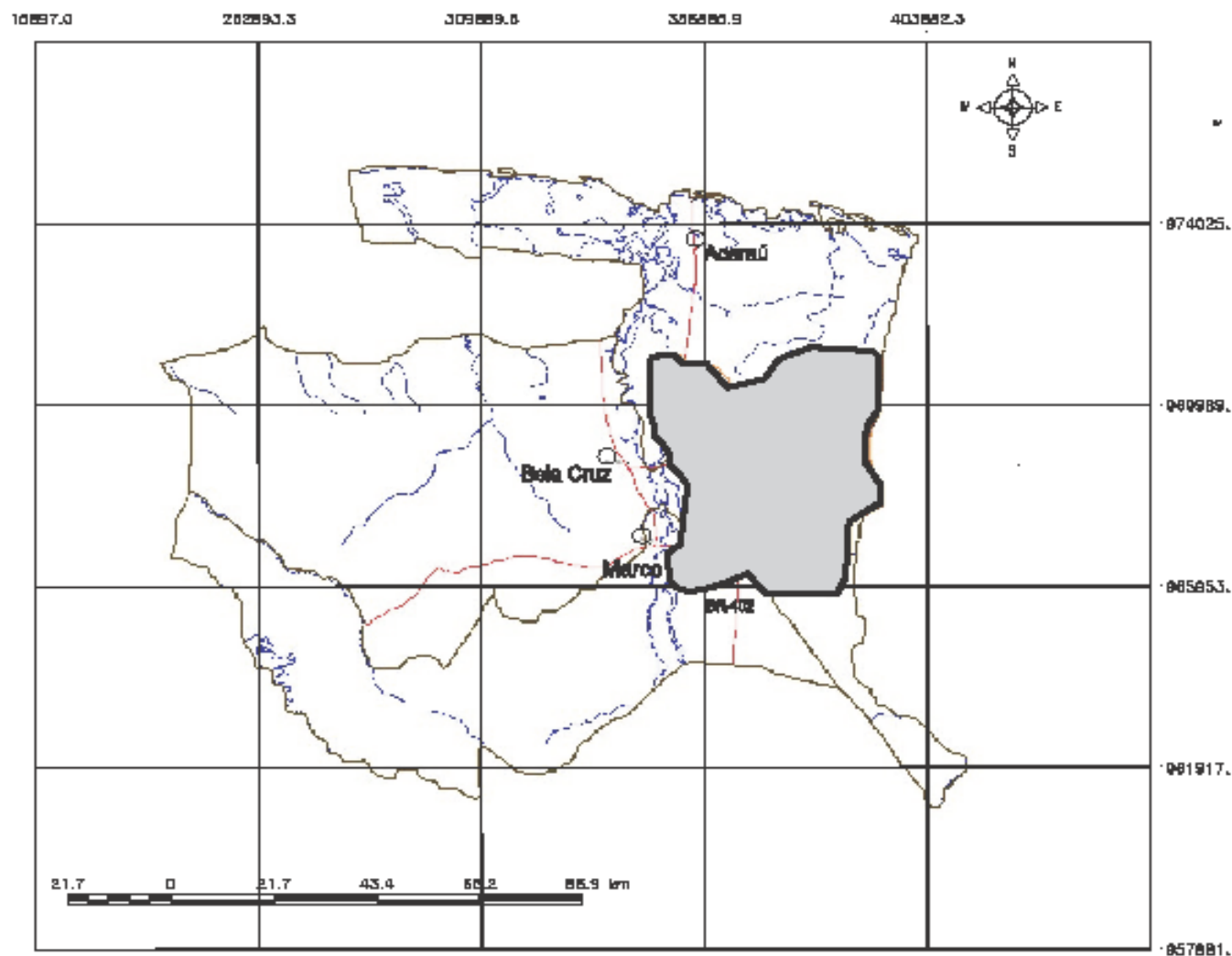
Este trabalho, ora apresentado, tem como objetivo analisar e discutir o atual processo de modernização da agricultura cearense, tendo como recorte espacial o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, localizado entre os Municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco (CE), conforme apresentado na *figura 1*.

Porção territorial com povoamento e formação histórica e econômica fortemente ligada ao rio Acaraú, é aí que se instala a atividade do agronegócio. Sua implantação responde aos interesses de uma política pública voltada ao mercado empresarial da fruticultura, com base nas inovações técnicas, científicas e informacionais, em intensa expansão no espaço nacional e mundial.

O que de fato o perímetro irrigado veio representar foi a entrada da *terra do negócio* em *terras do trabalho* (MARTINS, 1991), composta, na sua grande parte, por agricultores familiares camponeses, os maiores atingidos desse processo, desde a desapropriação, até os dias atuais, como nos demonstram os conflitos existentes no projeto de irrigação.

Nesse sentido, para entender a realidade estudada, nos propomos desenvolver o trabalho com os seguintes objetivos específicos: Compreender a reestruturação socioespacial no vale do Acaraú, nos diferentes tempos da história, para a compreensão do presente; Analisar o papel do Estado ante as mudanças na agricultura, com base nas políticas públicas; Investigar o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, identificando os agentes produtores do território do perímetro de irrigação; Examinar as desigualdades e conflitos, com base na concentração de terra e renda, proporcionadas pela modernização da agricultura.

Localização e acesso ao Perímetro Irrigado Baixo Acaraú



Universidade Estadual do Ceará
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado Acadêmico em Geografia

Reestruturação Socioespacial do Ceará: os
desdobramentos da modernização da
agricultura no território do Perímetro
Irrigado Baixo Acaraú

Autora: Tereza Bandra Lolais Vasconcelos
Orientador: Prof. Dr. Luiz Cruz Lima

Legenda

- Delimitação do Perímetro
- Limite municipal
- Cidades
- Cursos fluviais
- Vias de acesso



Fonte: Divisão municipal do Estado do
Ceará em escala 1:600.000.
Planta do Perímetro Irrigado - DIBAU
em escala 1:50.000, 2008.
Imagens Landsat de Maio de 2008
Cena 218 Bandas 3 4 e 5.
Geoprocessamento: Rosilene Aires

Escala Gráfica 1: 30.000

O método nos guiou na busca de apreender esse movimento na produção do espaço geográfico¹, alcançando a essência dos fenômenos e compreendendo que a realidade é dinâmica, instável e contraditória, visualizando, portanto, além das aparências (KONDER, 1981). Assim, como construto teórico, o método nos auxiliou no caminho percorrido para alcançar os objetivos e compreender o empírico.

Para Moraes e Costa (1984, p. 27),

(...) o método de interpretação diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento, etc. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. (...) refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista.

Do mesmo modo que o método representa a posição política, a escolha do tema a ser estudado revela muito acerca do pesquisador. As palavras de Alves (1980, p. 70) nos esclarecem:

Antes de mais nada é necessário saber discriminar os problemas que merecem e devem ser investigados. Mas este poder de discriminação não nos vem da ciência. A ciência só nos pode oferecer métodos para explorar, organizar, explicar e testar problemas previamente escolhidos. Ela não nos pode dizer o que é importante ou não. A escolha dos problemas é um ato anterior à pesquisa, que tem a ver com os valores do investigador.

Portanto, o método e a justificativa da pesquisa assemelham-se, geralmente, à história do investigador, como as seguintes evidências demonstram.

A análise das políticas públicas de irrigação sempre foi motivo de interesse. Durante a infância da pesquisadora dessa dissertação, os longos canais de irrigação de um perímetro irrigado² localizado no interior do Ceará já chamavam a atenção. Nesse período, não havia o conhecimento necessário para entender o que representava aquela obra.

¹ “Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso a geografia estuda a ação do homem.” (SANTOS 2008 b, p.p. 96-97).

² As informações referem-se ao perímetro irrigado, localizado no Município de Forquilha (CE), distante 220 km de Fortaleza (CE). Esse projeto de irrigação fora construído na década de 1970, voltado à colonização, assim como preconizavam os primeiros perímetros irrigados.

A entrada na graduação em Geografia e a aproximação com as leituras geográficas³ possibilitaram uma visão mais aguçada acerca daquele sistema de engenharia⁴. A partir daí, foi compreensível que esses objetos possuíam intencionalidades e funcionalidades, respondendo às questões fundamentalmente políticas (SANTOS, 2008 d).

Desde então, outras indagações se impuseram como importantes, tais como a centralização dos investimentos econômicos nos projetos de irrigação pós-década de 1990, em detrimento dos perímetros irrigados construídos nos anos de 1970 (como aquele convívio durante a infância), denominados como “falidos”, dentro do modelo neoliberal.

Para a pós-graduação em Geografia, a ideia projetada foi de compreender um pouco mais acerca dos perímetros irrigados estabelecidos sob a lógica do neoliberalismo. Mantendo relações contraditórias, dentre as quais, a de fazer parte de uma política pública, embora voltada ao agronegócio, o objeto em estudo nos proporcionaria, de certa forma, contrapor-nos aos perímetros irrigados voltados à colonização, identificando, inclusive, diferenças e similitudes.

A concentração dos estudos referentes à modernização da agricultura em uma porção do Estado do Ceará despertava curiosidade e, ao mesmo tempo, inquietação. Enquanto isso, a perversidade carregada por essa modernização invadia outros espaços do estado.

Dessa forma, fora com a região Norte do Ceará. Dentre os projetos, o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú destacava-se pela suntuosa tecnologia da irrigação e presença constante nos meios de comunicação, que apontavam irregularidades no projeto. Pouco se discutia sobre ele, entretanto, entre as ciências humanas. Assim, mais uma vez, a busca por compreender a intencionalidade do objeto e ir para além do que a aparência apresentava foram as grandes motivações para o enfoque desta pesquisa.

Obviamente, não poderíamos deixar de comentar sobre as dificuldades enfrentadas em razão da escassa referência bibliográfica sobre temas pertinentes ao Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, correlacionados à Geografia humana ou ciências a fins. Esse foi um dos percalços atravessados durante o desenvolvimento da pesquisa, o que nos instigou, como expresse anteriormente, aos esforços para investigar como se revelava a modernização da

³ Essenciais, durante esse processo, foram as leituras de OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. Coleção: Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1986 e ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Orgs.). **Modernização excludente**. Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

⁴ Para Santos (2008 c, p. 88) “(...) sistema de engenharia. (...) se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para trabalho e por ele”.

agricultura, com base no real, trazendo à tona a essência e a especificidade dos lugares, por meio dos conflitos identificados.

De fato, significativos foram os resultados percebidos durante o trabalho, mas sabemos que muito há ainda a ser desvendado sobre o perímetro irrigado em estudo. Se conseguirmos, no entanto, fazer transparecer para a sociedade, por meio das leituras realizadas e dos dados sistematizados em campo, as problemáticas sociais evidentes no objeto pesquisado, teremos alcançado o papel social da pesquisa acadêmica.

Durante a investigação, vários questionamentos foram apontados, contribuindo para nortear os objetivos e organizar a metodologia. As respostas das questões suscitadas surgiram ao longo do desenvolvimento do trabalho e compõem suas reflexões. Entre várias, as questões norteadoras centrais foram: O que identifica a ruptura de um período da dinâmica espacial de uma época? Como se apresenta a atual reestruturação, no âmbito da agricultura irrigada? Qual a gênese da modernização da agricultura e a sua relação com os perímetros irrigados? Como ocorreu a atuação do Estado nesse processo? Quais os fatores locais para a implantação do perímetro irrigado no Baixo Acaraú? Quais as interferências do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú na história da população local? Como se configuram e se relacionam a propriedade da terra e a propriedade capitalista? Como se apresentam as comunidades locais ante a concentração de terra e renda?

Uma de nossas hipóteses é a de que, embora a reestruturação socioespacial venha historicamente do interesse do capital territorializar-se, alterando o espaço geográfico e todas as relações sociais, ainda se conservam áreas não completamente territorializadas pelo capital, ainda que novas relações tenham sido estabelecidas, com intensas mudanças na vida das comunidades locais com a modernização dessa agricultura no Baixo Acaraú.

Partimos da elaboração de uma matriz, contendo eixos temáticos, processos, variáveis, indicadores e fontes de consulta, como um exercício de cunho metodológico para a pesquisa.

Os eixos temáticos auxiliaram na condução do referencial teórico e estão imbricados com os principais processos evidenciados no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. Desse modo, os temas norteadores selecionados foram: reestruturação socioespacial do Ceará; modernização da agricultura; desigualdades socioespaciais.

O primeiro tema nos auxiliou no entendimento das crises no espaço geográfico cearense, responsáveis pelas novas conformações no território, especialmente nos vales

fluviais. Além disso, essa perspectiva possibilitou um percurso na Geografia do Ceará, demonstrando serem esses espaços explorados historicamente pela representação do Estado e aristocracia rural, motivações estas influenciadoras para a reestruturação, para integrá-los, cada vez mais, ao modo de produção capitalista.

O tema modernização da agricultura possibilitou-nos o conhecimento das principais estratégias estatais, por meio das políticas públicas, no intuito de adequar o Estado do Ceará, para as dinâmicas globais, acompanhando as transformações ocorridas na agricultura, como foi a “revolução verde”, em que se percebeu a intensiva entrada dos elementos da técnica, ciência e informação, acirrando-se com o neoliberalismo.

No terceiro eixo norteador – desigualdades socioespaciais - enfocamos os agentes sociais envolvidos e os desdobramentos da modernização da agricultura sob o território, que se apresentou como amplo de contradições e conflitos.

As variáveis, como o próprio nome sugere, referem-se aos elementos que se diferenciam, de acordo com os recortes espaciais e temporais utilizados, permitindo-nos captar as mudanças ocorridas na realidade estudada, bem como compará-las a outras. Para Santos (1985, p. 4), as escolhas dessas variáveis “(...) não podem ser, todavia, aleatória, mas deve levar em conta o fenômeno estudado e a sua significação em um dado momento, de modo que as instâncias econômica, institucional, cultural e espacial sejam adequadamente consideradas”. Já os indicadores constituem os componentes detalhados das variáveis.

Com arrimo nessas ideias, as variáveis selecionadas e os respectivos indicadores foram:

a) **tema I – reestruturação socioespacial do Ceará.** Variáveis: sistemas técnicos nos vales fluviais. Indicadores: evolução das crises no espaço geográfico; força de trabalho; evolução dos meios de produção; evolução dos sistemas de transporte e meios de comunicação; evolução das técnicas de comercialização;

b) **tema II - modernização da agricultura.** Variável: Estado. Indicadores: evolução das transformações globais na agricultura; evolução das políticas de irrigação para o Nordeste; evolução das políticas públicas para o Ceará, acompanhando os planos de governo e suas prioridades à agricultura irrigada; evolução das normatizações criadas pelo Estado para a entrada e funcionamento do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú;

c) **tema III – desigualdades socioespaciais.**

1. Variável: proprietários de terra (agricultores expropriados). Indicadores: evolução das desapropriações; quantidade de desapropriados; tamanho e ligação com a terra; destino das famílias desapropriadas.
2. Variável: terra-mercadoria. Indicadores: produção agrícola do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú; participação no mercado cearense; comparativos com outros perímetros públicos de irrigação; destino de sua comercialização; relação de estabelecimentos relacionados à agricultura irrigada; relação dos lotes ativos e abandonados, por categoria de produtores; quantidade de lotes ocupados por “terceiros”, ativos e abandonados; quantidade de produtores com mais de um lote agrícola; o valor da terra “nua” por hectare; valor pela “revenda” do lote agrícola; trâmites legais para a transação.
3. Variável: proprietários capitalistas da terra (empresários da fruticultura). Indicadores: origem; principais ocupações profissionais; objetivos com o lote agrícola; quantidade e tamanho do lote agrícola; produção - tipo, quantidade, técnicas, mão de obra; circulação: comercialização.
4. Variável: modernização e concentração de renda. Indicadores: renda *per capita* e porcentagem da renda apropriada por estratos da população, entre os municípios envolvidos pelo projeto, no recorte temporal 1991-2000 (Atlas de Desenvolvimento Humano); índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), 2000; posição nacional e estadual de Acaraú, Bela Cruz e Marco, em relação ao IDH-M, 2000; incidência de pobreza (%), entre Acaraú, Bela Cruz e Marco (IBGE, 2003).

As fontes de consulta foram realizadas no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Jornais *Diário do Nordeste* e *O Povo*; Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Secretaria de Pesca e Agricultura do Município de Acaraú e escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, em Marco. Além disso, a busca contemplou o Atlas de Desenvolvimento Humano, as bibliotecas da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Universidade Federal do Ceará - UFC e Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA, bem como as bibliotecas municipais de Acaraú, Marco e Sobral.

Para apreender os fenômenos existentes no empírico, a matriz metodológica ofereceu uma visão ampliada do percurso seguido: levantamento bibliográfico e documental, associado aos trabalhos de campo.

O referencial teórico é composto por obras pertinentes à temática estudada, primordiais para o entendimento das relações sociais ocorrentes no campo, com base na modernização da agricultura, alterando o território e reestruturando o espaço geográfico.

Desse modo, especialmente as leituras de Claude Raffestin, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins e Milton Santos nos auxiliaram nesse sentido.

Para Raffestin⁵, “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. (1993, p. 144)

A leitura do texto *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*⁶, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, contribuiu para a compreensão das transformações territoriais do campo. De acordo com o autor, a configuração histórica do território acontece por meio da luta travada entre as classes sociais. Assim, repleto de contradições, no território se evidencia a *territorialização do capital monopolista*, quando se estabelecem relações especificamente capitalistas, como o assalariamento ou, ainda, a *monopolização do território pelo capital monopolista*, quando o capital, não se territorializando, monopoliza o território marcado pela produção familiar, criando as condições para a sujeição desses agricultores ao modo de produção capitalista, quando estes fornecem suas produções ou mesmo consomem os bens industrializados inseridos no campo.

Já os trabalhos de José de Souza Martins⁷ nos ofereceram reflexões sobre o processo violento de expropriação e exploração a que estão submetidos esses agricultores familiares camponeses e indígenas, como fruto da invasão da *terra do negócio* na *terra do trabalho*.

Para Milton Santos⁸, o território tem que ser entendido como território vivido, fundamento do trabalho, das trocas materiais e imateriais, portanto onde o homem se realiza. Produzido pela sociedade, o espaço representa a história que está sempre por se refazer, assim como nos diz: “a história é sem fim, está sempre se refazendo. O que hoje aparece como resultado é, também, um processo que amanhã vai tornar-se uma outra situação. O processo é

⁵ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**, 1993.

⁶ Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p.p. 29- 70.

⁷ MARTINS, José de Souza. **Não há terra para Plantar neste verão** (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988; **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1991.

⁸ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008 b.

o permanente devir.” (SANTOS, 2008b, p. 103). Portanto, entender o papel dos agentes produtores do território e as influências para as transformações no espaço geográfico, em cada momento histórico, imprimiu a importância dos estudos acerca da *reestruturação socioespacial*.

Como necessidade a um maior esclarecimento referente à teoria da renda fundiária marxista⁹ e a tese leninista¹⁰ acerca das transformações no campo, desde o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, foram feitas leituras de clássicos, traçando um diálogo com o objeto pesquisado, em que “teoria e empiria se relacionam, complementando-se e se negando.” (DINIZ, 2009, p. 11).

Obviamente, chamamos a atenção do leitor para o fato de que não houve a presunção de aprofundar o estudo acerca das obras clássicas citadas, vastas e densas em suas essências, precisando, para isso, um tempo muito maior de amadurecimento da pesquisadora. Logo, as leituras foram limitadas a alguns temas fundamentais à pesquisa, como os que traçamos.

Nesse decurso, a análise de documentos também foi essencial. Os planos de governo do Ceará, desde a década de 1960 ao Governo atual, possibilitaram o acesso às prioridades das ações do Estado quanto à modernização da agricultura irrigada, tornando-a gradativamente uma atividade empresarial, além de identificar as áreas selecionadas para os densos investimentos econômicos.

Os arquivos jornalísticos muito contribuíram na investigação, de forma que os acervos dos principais jornais do Estado foram bastante utilizados. Demonstraram a entrada do capital internacional, apontaram irregularidades políticas e econômicas, em cada período e revelaram como a ideologia é capaz de alterar as relações sociais e o espaço geográfico.

Ainda compondo o banco de dados documentais, estão os autos da ação de desapropriação e os relatórios de impacto ambiental (RIMA) e levantamento fundiário para as áreas afetadas pelo projeto de irrigação, contendo informações importantes que nos auxiliaram a entender a situação anterior à entrada do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e os principais atingidos, nesse âmbito.

Não nos podemos esquecer de que os dados secundários produzidos pelos órgãos do Estado e pelos meios de comunicação, a exemplo dos jornais, muitas vezes, possuem

⁹ MARX, Karl. A transformação da mais valia em renda da terra In.: **O capital**: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. livro 3. São Paulo: Biblioteca do Pensamento Socialista, 1978. (versão digital).

¹⁰ LÊNIN, Vladimir Ilitch. **El desarrollo del capitalismo em Rusia** – Proceso de la formación del mercado interior para la gran industria. URSS: Editorial Progreso, 1981.

informações distorcidas da realidade e apenas reproduzem o que lhes é conveniente, portanto, há o cuidado com a utilização desse recurso metodológico e a importância da confrontação com o empírico.

Assim, os trabalhos de campo proporcionaram a aproximação com o cotidiano no perímetro irrigado, bem como em suas áreas ao entorno. Observamos a infraestrutura dos sistemas técnicos utilizados na agricultura irrigada, a dinâmica econômica no Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU e sua relação com os produtores, a localização estratégica de estabelecimentos comerciais relacionados à atividade agrícola nos municípios onde o projeto está localizado e os conflitos existentes no objeto em estudo, resultando, dessas visitas, mapas¹¹, vídeos-documentários, registros fotográficos e entrevistas.

As longas horas de entrevistas foram transcritas, em parte, durante o texto. Todas foram identificadas em notas de rodapé ao longo da dissertação, indicando o local, período e participação do entrevistado no perímetro irrigado. Pelo intenso e interessante conteúdo político que elas possuem, optamos por preservar a identidade de alguns entrevistados, por acreditarmos que as informações lhes pudessem prejudicar de alguma forma. Outras pessoas, entretanto, por consentimento das próprias ou, ainda, por não apresentarem informações comprometedoras, foram citadas no transcorrer do trabalho.

Percebemos que, no lugar de apenas interpretá-los, utilizar as falas desses agentes sociais, com a riqueza de detalhes que repassam e com a ideologia que demonstram, colaboraria significativamente para o entendimento do real, com base neles mesmos, envolvidos na teia da modernização da agricultura, dando-lhes “voz”.

Assim, durante os meses, principalmente, de agosto e dezembro de 2009, concentraram-se as entrevistas. Percorrendo as instituições públicas, os municípios atingidos e os lotes agrícolas, foram abordados representantes do Estado, líderes comunitários, população local, empresários de estabelecimentos comerciais relacionados à agricultura irrigada, trabalhadores rurais, agricultores familiares camponeses, profissionais agrícolas (técnicos agropecuários) e empresários do agronegócio. Os três últimos compõem o grupo de irrigantes do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, onde entrevistamos 56 pessoas.

¹¹ A fim de espacializar e sintetizar as informações levantadas e discutidas em campo, elaboramos dois mapas. O primeiro é o mapa de localização e acesso ao Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, destacando a delimitação da área, sua abrangência nos municípios e as principais vias de acesso, em escala de 1:30.000. O segundo é o mapa representando o território do perímetro irrigado, que agrupa os principais agentes sociais presentes, em escala 1:50.000. Tais representações tiveram como principais bases: a planta do perímetro irrigado obtida junto ao DIBAU, referente ao ano de 2008, a divisão municipal do Estado do Ceará (IBGE) e a divisão das bacias e principais rios do Ceará, junto à COGERH.

Isso somente foi possível com os extensos e prolongados dias em campo, que muito contribuíram para o movimento dialético da pesquisa - teoria e empiria – pois, conforme as palavras de Moraes e Costa (1984, p. 30), “o compromisso do cientista só pode ser com o real” e, sendo assim, a teoria nos dá o aporte para compreender o empírico, que, por sua vez, se alimenta por ele.

Sposito (2004, p.196), sobre a importância do conhecimento apreendido durante as relações sociais, com apoio no real, tece os seguintes comentários:

A complexidade das relações sociais e individuais na elaboração coletiva (pois não se pode mais compreender o “cientista Robinson Crusoe”, aquele pensador solitário, isolado em seu gabinete, “descobrir” novas idéias sozinho) do conhecimento exige a compreensão das características humanas do próprio ser humano e de suas contradições inerentes exatamente por ser humano.

De acordo com essa busca teórica e empírica, a dissertação está pautada em quatro momentos. O conceito de formação e reestruturação socioespacial, está no escopo do **Capítulo 2**, tendo como objeto o espaço cearense, restringindo-se à parte do vale do rio Acaraú. A discussão parte do constante vir-a-ser, da busca incessante pela modernização, por parte das classes aristocráticas de cada período histórico, traduzida pela necessidade de inserir o território cearense nas transações mercadológicas, alicerçadas pelas políticas estatais que se desenrolavam no concerto nacional. Nesse movimento, os declínios e apogeu do modo de produção capitalista trazem à tona a característica peculiar do capital de se reerguer, com o auxílio das políticas estatais, reestruturando o espaço geográfico.

No **Capítulo 3**, procuramos compreender as mudanças na agricultura e suas correlações com os interesses dos diferentes agentes internos e externos, considerando a “revolução verde” e as transformações acarretadas como marco desse processo. Assim, relacionamos essas transformações às estratégias que foram sendo tecidas no território nordestino, analisando, para tanto, desde as primeiras experiências de modernização da agricultura. Posteriormente, nos debruçamos nas prioridades relacionadas à agricultura irrigada presentes nos planos governamentais do Estado do Ceará, desde a década de 1960 até o presente Governo, com o enfoque das ações estatais na política de modernização da agricultura, pautada no neoliberalismo.

O objetivo do **Capítulo 4** foi abordar as fases da implantação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, no contexto da história local, observando as modificações provocadas pela entrada do projeto de irrigação. Inicialmente, analisamos como sucederam a desapropriação e a reação dos agricultores familiares camponeses, os maiores atingidos. Com

o projeto já implantado, correlacionamos o perímetro irrigado com o modelo de modernização da agricultura do Ceará, pautada no neoliberalismo, buscando investigar a conformação do território conflituoso do perímetro irrigado, identificando os agentes produtores.

No **Capítulo 5**, buscamos demonstrar como ocorre a extração da mais-valia no perímetro irrigado, transformando a terra em mercadoria. Analisamos, também, as desigualdades sociais no Baixo Acaraú, entre os municípios onde o perímetro veio a se instalar, revelando que as alterações proporcionadas pela modernização da agricultura pouco modificaram positivamente a qualidade de vida da população, ante a exploração econômica local. Ainda nesse módulo, identificamos como o agronegócio invade a terra indígena, provocando conflitos, mas também resistências, testemunhando o fato de que nem mesmo o modo de produção capitalista consegue destruir completamente a história do lugar.

2. REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: PERCURSO NA GEOGRAFIA DO CEARÁ

A formação socioespacial oferece o arcabouço da sucessão dos modos de produção e dos ingredientes antropológicos que oferecem explicação do espaço geográfico atual. Assim, entende-se o espaço atual como herança de gerações passadas, com toda sua carga de formas e valores imateriais. Aclara-se, desse modo, o sentido de reestruturação socioespacial como renovação, com inserção de novos componentes que dêem sentidos a um modo de produção e consumo que viabilize a vida coletiva. (LIMA, 2008).

Nesse momento do trabalho, compreenderemos a formação e a reestruturação socioespacial, tendo como objeto o espaço cearense, restringindo-se à parte do vale do rio Acaraú. Como o espaço é “considerado um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetizando, de um lado, a evolução da sociedade e explicando de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 1985, p. 22), o presente nos motivou ir procurar na história o entendimento dessas alterações, da seletividade dos espaços e da identidade dos lugares, tentando analisar os conflitos inerentes a esse processo.

A discussão parte do constante vir-a-ser, da busca incessante pela modernização, por parte das classes aristocráticas de cada período histórico, traduzida pela necessidade de inserir o território cearense nas transações mercadológicas, alicerçadas pelas políticas estatais que se desenrolavam no concerto nacional.

Nesse movimento, com alternâncias em declínios e apogeus, vem à tona a característica peculiar do modo de produção capitalista de se reerguer, não como passe de mágica, mas com o auxílio dos representantes do Estado, perante a maior parcela da sociedade.

Os próximos passos tentam discernir o espaço geográfico no âmbito da produção, circulação, consumo, lutas, vivências, símbolos e sonhos (CORRÊA, 2002), esboçando os traços materiais e imateriais como importantes na formação socioespacial cearense, considerando o espaço, sobretudo, como “um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”. (LEFÈBVRE, 2008, p. 44).

2.1 A reestruturação socioespacial do território cearense

A evolução diferencial que marca as sociedades traz consigo características temporais específicas, expressas pela produção material e imaterial e pelas próprias relações sociais. Essa dinâmica acontece no espaço e é influenciada por ele mesmo, o que corresponde às palavras de Lefèbvre (2006, p. 9):

Se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com “as sociedades”, se se quiser exprimir assim. Há, pois, uma *história do espaço*. (Como do tempo, dos corpos, da sexualidade, etc.). História ainda por escrever.

As diferenciações entre os espaços sociais produzidos constituem o que Santos (1980) denomina como formação socioespacial¹² de cada subespaço do Estado-Nação, formado pelo tripé: espaço, história e especificidades, com base no que Marx (1968, p. 204) compreende:

(...) o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho.

Assim, para que se estabeleça a diferenciação entre uma sociedade e outra, é necessário o conhecimento dos meios de produção (técnicas) e do modo de produção, mediados pelo trabalho, interferindo nas relações sociais, ideia esclarecida por Moreira (2007, p. 65), ao nos dizer que

(...) a formação espacial deriva de um duplo conjunto de interações que existem de forma necessariamente articulada: a) o conjunto das interações homem-meio; e b) as interações homem-homem. Tais interações ocorrem simultânea e articuladamente, sendo, na verdade, duas faces de um mesmo processo.

¹² Segundo Santos (1980, p. 192) “é através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma *ordem espacial* de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio, particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo”. Conforme Moreira (2007, p. 67), “a formação espacial é o todo estrutural do espaço produzido. (...), é a própria formação econômica - social em sua expressão espacial, contendo a estrutura e as leis de movimento desta”. Para Lima (2008, p. 4), “o presente se faz no espaço produzido por gerações, tanto no uso do território vivido, como nas relações sociais e nos valores forjados no tempo. Isso pode se resumir como formação socioespacial, base para compreender o espaço social”.

Ainda conforme esse autor, a formação de uma sociedade, isto é, de uma formação econômico-social, tem uma estrutura formada pelo atravessamento de três níveis de relações (instâncias): a infraestrutura (instância econômica), e duas superestruturas (a instância jurídico-política e a instância cultural-ideológica). Essa informação concorre para explicar a particularidade de cada espaço, das normatizações de cada território e da identidade de cada grupo social.

O propósito de se analisar o espaço concretizado, analisando as formas de organização das sociedades nos diferentes tempos da história, nos é possível com os estudos das reestruturações socioespaciais que produziram a presente formação social¹³.

Para tanto, a periodização situa-se como um esforço metodológico analítico da dinâmica do tempo no espaço, porquanto

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade se possa realizar sem o espaço ou fora dele. A sociedade evolui no tempo e no espaço. Tempo e Espaço conhecem um movimento que é ao mesmo tempo contínuo, descontínuo e irreversível. Tomado isoladamente, tempo é sucessão, enquanto o espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos. (SANTOS, 2008 b, p. 42).

É essa acumulação de tempos no território cearense, como uma evolução histórica, de arranjos e rearranjos, que empreendemos nossa abordagem de formação e reestruturação socioespacial.

Com efeito, o índio contribuiu para a formação socioespacial do Ceará, pois todas as atividades econômicas e culturais que se desenvolveram inicialmente recorreram ao indígena como sábio conhecedor das terras e das técnicas do “Siará Grande”. Essa aproximação não sucedeu de forma apaziguadora e os conflitos, especialmente pela terra, foram iminentes, como nos evidenciam as palavras de Leite (2002, p. 29): “O desenvolvimento da pecuária no sertão, acirra a luta entre invasores e indígenas, sendo estes subdivididos, pelos primeiros, em *mansos* ou *caboclos* (falantes da língua geral que tinham lutado ao lado dos portugueses) e índios *bravos* ou *tapuias*, resistentes à dominação”.

Desse modo, a formação socioespacial do Ceará está moldada e alicerçada, de acordo com as ideias de Pinheiro (2008), na “terra batida”, na divisão e no uso do espaço fundiário para a pecuária e a agricultura, presentes desde a gênese da formação da vida social

¹³ Santos (1980, p. 201) diz que, “essa categoria concerne à evolução diferencial das sociedades – em seu próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor. Acima de tudo, a base fundamental da explicação vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta”.

e expressa no olhar aos séculos XVII e XVIII, revelando a violência, a desigualdade e um Estado empenhado com os interesses dos proprietários de terra, estabelecendo relações conflituosas, autoritárias, subservientes.

Com o tropel da pecuária, os criadores expulsavam os habitantes autóctones e impunham a produção de um novo espaço. Consolidou-se a primeira destacada atividade econômica sertaneja, às margens de importantes rios cearenses (Jaguaribe e Acaraú), responsável por transformações sociais, políticas e territoriais, influenciando no povoamento e na colonização da grande extensão da parte semiárida. Era a *primeira reestruturação socioespacial* no correr do século XVIII (LIMA, 2008).

A expansão da Revolução Industrial Inglesa (séculos XVIII e XIX) e a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, no período compreendido entre 1861 e 1865, contribuíram para que o algodão, produto típico do clima semiárido, se unisse à pecuária extensiva, compondo a base para a organização econômica e espacial do sertão cearense, atendendo ao mercado externo e caracterizando o que a história denominou de binômio gado-algodão. Além dos caminhos guiados pelo gado, implantava-se a agricultura comercial, para atender o mercado externo, contribuindo para edificar uma nova cultura, um novo modo de produção, a coticultura. Anunciava-se, nos sertões semiáridos, a *segunda reestruturação socioespacial do Ceará* (LIMA, 2008).

As características climáticas do sertão, fazendo com que a atividade econômica algodoeira se desenvolvesse no local, motivado por interesses externos ao lugar, diminuiu a atenção voltada à pecuária, que naquele momento já contava com as condições ambientais da seca e a competição de outros centros criatórios. Assim, aliados aos aspectos de ordem natural, os fatores políticos e os interesses exógenos foram incisivos, estruturando a economia espacial sertaneja, marcando profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra, mediante o sistema formado pelo tripé gado/algodão/agricultura de sequeiro.

Sendo assim, a estrutura fundiária no sertão cearense fora marcada por forte concentração de terras que perdura até a atualidade, nascendo com as sesmarias, sistema de distribuição de terras destinadas à produção que, desde então, privilegiou os representantes do Estado da época, ou quem a eles estivesse ligado.

Com a economia do algodão, brotavam as primeiras atividades industriais, que se iniciavam tanto com o descaroçamento e com pequenos teares, conjugando uma fase nova da economia. Essa realidade traria novas relações sociais e de produção e, doravante, uma nova

configuração do espaço cearense. Estavam postas as linhas mestras da *terceira reestruturação socioespacial do Ceará* (LIMA, 2008).

O momento atual é expressão da *quarta reestruturação*, que se inicia com a entrada de inovações organizacionais de empresas externas, com a força do capital internacional, induzindo a modernização atual, sejam com atividades turísticas, indústrias com aportes técnicos e científicos, além da instalação dos aparatos dos serviços modernos. Configura-se um espaço denso de tecnologia e, ao mesmo passo, repleto de desigualdades sociais (LIMA, 2008).

Para o entendimento da atualidade, considera-se como recorte temporal a década de 1990, caracterizada por Lima (2009) como “um marco significativo na implementação de investimentos públicos no Ceará, configurando-se como uma fase de intensa modernização do território cearense”.

Na concepção de Moreira (2007), em uma escala mais ampla, há três momentos de reestruturação no espaço, demarcado pelos seguintes recortes temporais: o período fabril da primeira Revolução Industrial, a segunda Revolução Industrial e a cibernética da terceira Revolução Industrial.

Ainda com vista à periodização, Mandel (1985, p. 82) detalha as transformações socioespaciais oriundas de revoluções tecnológicas.

As revoluções fundamentais na tecnologia energética-a tecnologia da produção de máquinas - aparecem como o momento determinante nas revoluções da tecnologia como um todo. A produção mecânica de motores a vapor desde 1848; a produção mecânica de motores elétricos e a combustão desde os anos 90 do século XIX; a produção por meio de máquinas de aparelhagem eletrônica e da que utiliza energia atômica desde os anos 40 do século XX - tais foram as três revoluções gerais na tecnologia engendradas pelo modo de produção capitalista desde a Revolução Industrial “original”, da segunda metade do século XVIII.

Essa reestruturação tem como fio condutor a busca incessante de modernização que conduz consigo elementos inerentes, conforme analisa Berman (1992, p. 13):

(...) um conjunto de experiências. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.

As rupturas entre uma reestruturação e outra foram motivadas, especialmente, pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista e pelas grandes transformações que a técnica e a ciência propiciaram. A cada revolução, nascida de um período de crises, o espaço se modifica, porque um dos principais agentes de sua reorganização, o Estado, cria

mecanismos para favorecer a fluidez da tecnologia nascida no seio do sistema capitalista, que acaba por influenciar os demais agentes desse processo: firmas e sociedade (SANTOS, 1985).

No entendimento das crises, Rangel (1982, p. 21), interpretando as ondas de Kondratieff¹⁴, considera duas fases: a do apogeu (A) e a do declínio (B), em que a técnica, sob o comando da produção internacional, representa

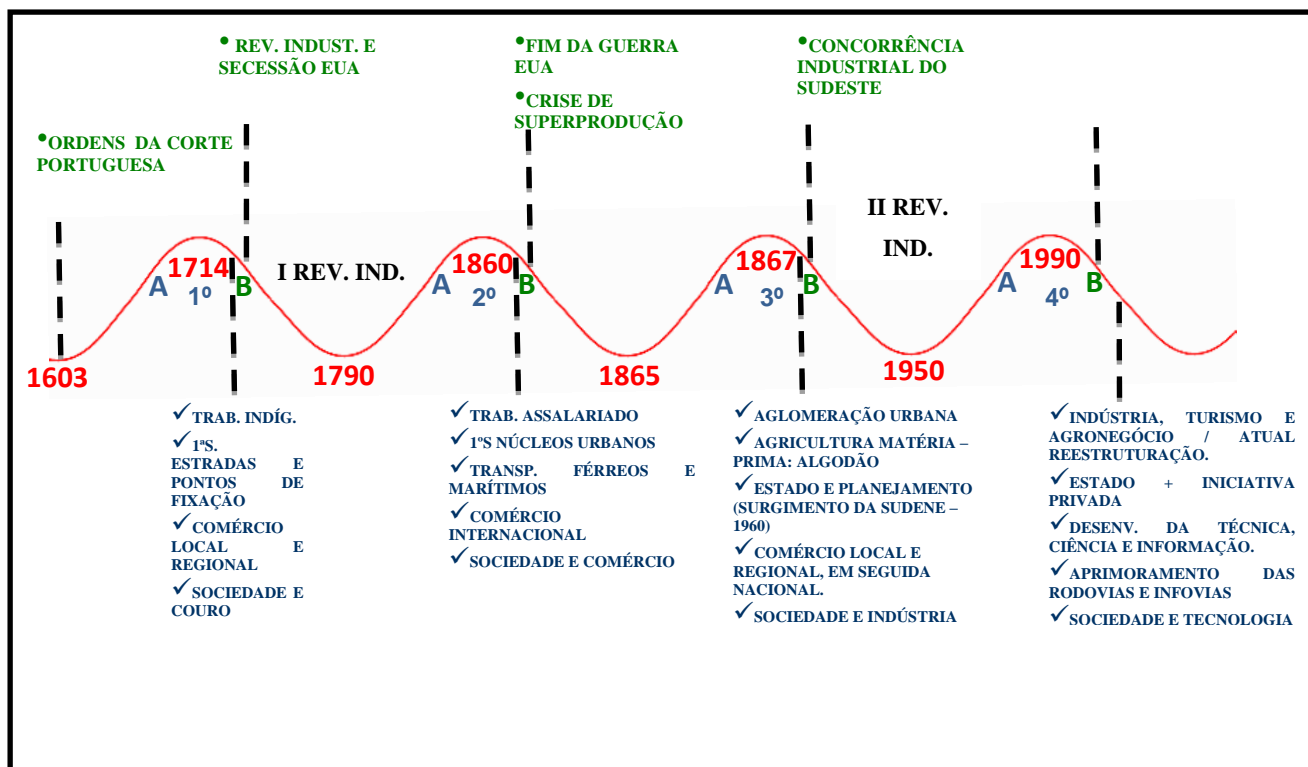
A certa altura, em seguida a um período de intensa renovação do capital fixo, passam a preponderar as forças propendentes para a preservação dos capitais recém-criados, e a capacidade instalada encontra os limites do mercado. Reduz-se o ritmo dos investimentos e, conseqüentemente, estreita-se o mercado, com efeito de tornaviagem sobre o montante dos investimentos. A *técnica novíssima* tende a ficar sem aplicação e a economia mergulha num cone de sombra.

A leitura da reestruturação do território cearense, esboçada sobre as ondas de Kondratieff, compreende as fases do gado, algodão, indústrias e as atividades que contam com as atuais inovações tecnológicas, a exemplo da agricultura irrigada, demonstrando os eventos nacionais e internacionais, responsáveis pelas crises (B) e como o capital se reergue (A), materializando-se no surgimento de novos sistemas técnicos e novos agentes no território, demarcando, nesse ínterim, as duas grandes revoluções industriais, marcos importantes nesse processo (*figura 2*).

A pecuária, durante muito tempo, foi considerada atividade secundária à cultura da cana-de-açúcar, representando alimento ou meio de transporte a esses centros. Com a proibição formulada pela Corte Portuguesa de que o gado se distanciasse do litoral, espaço reservado ao cultivo da cana-de-açúcar, é dinamizada a ocupação do semiárido cearense, por meio da pecuária. Associadas a esse fator, as grandes distâncias percorridas pelo gado até as feiras pernambucanas e baianas, fazendo com que emagrecessem e perdessem o seu valor econômico, foram as grandes motivações para o surgimento das oficinas de charques (pontos de salga e comércio da carne) na capitania do Ceará, surgindo as primeiras vilas, aproveitando-se do trabalho indígena.

¹⁴“Nikolia D. Kondratieff, economista russo, escreveu seus trabalhos nos anos 20. Foi repudiado por seus compatriotas e, também, por muitos dos seus colegas do Ocidente. Na União Soviética, foi destituído dos seus cargos, preso e deportado para a Sibéria, não se sabe bem por quê, e no Ocidente, para assinalar a reserva com que suas idéias foram aceitas (ou rejeitadas), basta dizer que nem sequer seu nome aparece na bibliografia de um livro como *A Contribution to the Theory of the Trade Cycles*, de J. H. Hicks”. (RANGEL, 1982, p. 17)

FIGURA 2: Ascensões e crises nas reestruturações socioespaciais do Ceará



Fonte: Adaptado de Mandel (1985), Rangel (1982), Girão (1995,1996), Girão (2000), Silva (1995), Amora (1995), Lima (2006,2008).

A crise das charqueadas, além da primeira Revolução Industrial e da Guerra da Secessão dos Estados Unidos, influíram sobremaneira para o desenvolvimento da atividade algodoeira no Ceará, que se tornou um dos principais fornecedores do produto, desde a segunda metade do século XVIII. Nesse período, destacam-se o trabalho assalariado, os primeiros núcleos urbanos, os transportes férreos e marítimos, estruturando uma sociedade envolvida com o comércio, tamanho o dinamismo das trocas comerciais, em que as transações internacionais eram preponderantes.

Com o fim da Guerra da Secessão e o retorno da Inglaterra e de outros países à comercialização do algodão, a conseqüente crise cearense com o excesso do produto estava anunciada. Assim, a estratégia de reerguimento do capital foi aproveitar o algodão excedente para as indústrias de descaroçamento, óleos vegetais e, principalmente, têxteis. A expressão desse momento no espaço geográfico ocorreu com a aglomeração urbana, em que a agricultura era utilizada como matéria-prima, a incisiva intervenção do Estado, com as políticas de planejamento, estruturando uma sociedade envolvida com as inúmeras unidades fabris instaladas.

A concorrência industrial com o Sudeste, onde se concentravam os principais investimentos públicos e privados, influenciou na posterior grande crise no espaço cearense. O beneficiamento da carnaúba, planta nativa, corresponde às novas estratégias utilizadas nesse período. Após a II Revolução Industrial e a II Guerra Mundial, o desenvolvimento da técnica, ciência e informação, com o aprimoramento das rodovias e ferrovias e, especialmente, com a intensiva ligação do Estado com a iniciativa privada, proporcionou o desenvolvimento da indústria, bem como do turismo e do agronegócio cearenses, contribuindo para o apogeu do capitalismo em detrimento da maior parcela da sociedade cearense, pois, conforme Harvey (2006, p. 47), essas crises criam as condições para uma racionalidade do espaço geográfico, com a reprodução acelerada do capital, apresentando

(...) um custo social, provocando trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. No entanto, as correções forçadas e periódicas relativas ao curso da acumulação de capital também podem, facilmente, escapar do controle, e gerar a luta de classes, os movimentos revolucionários e o caos.

Dessa forma, percebemos que, a cada crise, o modo de produção capitalista cria táticas para se fortalecer, seja na divisão e apropriação do trabalho, nos sistemas de transportes, auxiliando no fluxo de pessoas e mercadorias, nas novas formas no e do espaço geográfico. Isto porque o “sistema capitalista é muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos”. (HARVEY, 2006, p. 43).

Soja (1993, p. 37) nos fala que é a modernização responsável pelo contínuo

(...) processo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço- tempo- ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção.

Salientamos, porém, que não existe uma modernização e sim várias, decorrentes em especial dessas inovações pensadas e criadas pelo associativo técnica e ciência, em cada espaço-tempo.

Essa mesma concepção é esclarecida por Santos (2008 c, p. 31), ao dizer que

(...) cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma *modernização*, isto é, a

generalização de uma *inovação* vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.

Conforme esse último autor, em outro de seus escritos (2001, p. 64), as décadas de 1950 a 1970 marcam uma nova fase do modo de produção capitalista, tão importante para a história econômica, que esse período foi denominado de Era de Ouro ou os “trintas anos gloriosos depois do fim da II Guerra Mundial”.

Com a nova ordem capitalista, em décadas recentes, as distâncias são reduzidas e os espaços locais se inserem nas transformações globais, aproximando cada vez mais o local do global, ou seja, o Ceará do restante do mundo. Esse novo momento foi propiciado pelas inovações e difusões tecnológicas, em que a técnica e a ciência ganham um novo componente: a informação. Tal circunstância caracteriza a atualidade, a circulação quase que instantânea dos fluxos e das ideias, satisfazendo o consumo (SANTOS, 2008 c), incrementado pelo meio técnico-científico-informacional.

Esse é um dos aspectos que reforça o fato do espaço cada vez mais receber fluxos e influenciar a reestruturação, com as inovações da técnica, com a desenfreada busca por acumular capital e satisfazer o consumismo. É isso que revela a crise global do sistema produtivo, com mudanças nas relações de trabalho, influenciando, a sociedade na reconstrução do espaço. Acerca do momento indicativo de uma nova fase do modo capitalista, esclarece Santos (1980, p. 93), ao dizer que “o estado de crise não é normalmente um testemunho de fraqueza. A crise é a prova do desajustamento do velho que deseja manter-se em face do novo que busca substituí-lo”.

Novas exigências dos objetos emergentes impõem modificarem-se os territórios e é nesse âmbito que surgem as estratégias estatais para amalgamar e ao mesmo tempo intermediar as aspirações do capital e do social, observado desde a reestruturação socioespacial e identificado por meio das políticas públicas.

2.1.1 Os caminhos percorridos pelo gado no Ceará

As trilhas do gado estão fortemente relacionadas à história de ocupação do Ceará, enquanto os canaviais se alastravam pela larga faixa litorânea oriental do Nordeste, exultando suas riquezas naturais e econômicas. O gado, até então atividade secundária e auxiliar da cana-de-açúcar, delineava traços típicos no sertão semiárido do território cearense, o que nos faz compreender a existência de uma formação socioespacial específica – “civilização do

couro” - capaz de tecer características e agentes particulares, assim como foram os vaqueiros e a aristocracia rural durante o século XVIII (FREYRE, 1961; MENEZES, 1995).

Inicialmente com a prática do criatório, depois com a mobilidade do pastoreio e, em seguida, com os pontos de fixação das charqueadas, oficinas/fábricas rudimentares para a salga da carne bovina, os caminhos iam sendo arquitetados e desvendados, formando o “Siará Grande”.

Relata a historiografia cearense que as primeiras reses de gado foram trazidas por Martim Soares Moreno, considerado fundador da capitania do “Siará”. Ainda naquele período, século XVII, a criação bovina não se constituía prática comercial, era apenas criatória (GIRÃO, 1995).

Essa atividade, ao menos em sua etapa inicial, na concepção de Furtado (2007, p. 97), “era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa. A renda total gerada pela economia criatória do Nordeste seguramente não excederia cinco por cento do valor da exportação do açúcar”.

Somente no século XVIII, o gado *vacum*, espécie introduzida, logo se expandira. As ideias políticas da Metrópole portuguesa e as atividades econômicas do período entusiasmavam a pecuária, reestruturando o território cearense, alterando os costumes das comunidades indígenas, “que por submissão ou aniquilamento moral, foram pouco a pouco integradas no trabalho pastoril”. (GIRÃO, 1995, p. 31).

O pastoreio proporcionava meio de transporte e força de tração, além de fornecer alimentos ao seu maior mercado consumidor - os engenhos -, haja vista que durante muito tempo todos os olhares estavam concentrados no açúcar que tomava grandes proporções no litoral, à proporção que o gado adentrava o sertão, por medidas formuladas pela Coroa Portuguesa, proibindo a criação e percurso desses animais no litoral (FURTADO, 2007).

A necessidade de uma reduzida mão de obra livre ou escrava e a locomoção da mercadoria, suportando seu próprio peso nas longas caminhadas pelos leitos fluviais, transformavam-se em componentes influenciadores da expansão da pecuária nos sertões nordestinos, como salienta Girão (1995, p. 31):

Os próprios fatores contrários – as secas e os índios rebeldes – não puderam impedir o desenvolvimento da pecuária, apesar dos métodos rudimentares de sua implantação. Os currais localizados às margens dos rios e adjacências, facilitavam a aquisição de água corrente ou de poços (cacimbas), garantindo os períodos de estiagem. A abundância e variedade de pastagens forrageiras produzidas nos períodos chuvosos, nas imensas áreas inexploradas, assim como a salinidade do solo, garantiram a subsistência de um rebanho relativamente numeroso; composto,

em sua maioria, de uma raça bovina resistente, adaptada, através de mutações sucessivas, às condições ambientais da região.

Nesses caminhos percorridos pelo gado, com seus vaqueiros e tangerinos¹⁵, os rios representavam o ponto de encontro e irradiação nas correntes exploratórias do Ceará, eternizadas por Capistrano de Abreu (1967) como *sertões de dentro*, aquelas dominadas pelos baianos, e *sertão de fora*, guiadas pelos pernambucanos.

Esses rios possuem grande importância na história de ocupação cearense, não somente por serem opções às vicissitudes climáticas e hídricas¹⁶, recobrando grande extensão territorial, mas por comporem o traçado político, econômico e cultural da região.

O vale do rio Jaguaribe representa o primeiro ponto de ocupação, por meio de colonizadores vindos principalmente de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que aí estiveram com a intenção de ocupar sesmarias. Concomitantemente, seguia-se a ocupação às margens do Acaraú, segundo maior rio em extensão do Ceará, com largas várzeas no baixo curso, com os colonizadores e seus gados vindos de colônias vizinhas, a exemplo do Piauí e do Maranhão. Os comentários de Magalhães (1970, p. 95-96) ressaltam esse itinerário:

Os pontos de eleição da entrada pela costa marítima foram as fozes dos vários rios que aí depõem o tributo de suas águas, notadamente o Jaguaribe e o Acaraú. Impede frisar, porém, que a entrada triunfal se operou sobretudo pelo acesso da porta folgada e liberal da barra do Jaguaribe.

Com efeito, as comunidades indígenas foram intensamente atingidas e as reações não tardaram a suceder. A “Guerra dos Bárbaros”, ocorrida no século XVII em grande parte na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, especialmente no vale jaguaribano, testemunha a resistência dos povos locais à colonização e à perda de suas terras.

A força do “homem branco”, entretanto, e a mobilidade propiciada pelo gado fizeram com que os índios sobreviventes se adaptassem à atividade, bem como houvesse a instalação de inúmeras fazendas¹⁷ ao longo desses percursos. Nascimento (2006, p. 226)

¹⁵ O nome provém da expressão “tanger o gado”. Eram sertanejos ocupados em auxiliar os vaqueiros no transporte e cuidados com o gado.

¹⁶ Segundo Souza (2000), fazendo uma análise da paisagem natural, quase a totalidade da grande área central do estado é formada por terrenos do embasamento cristalino. Os períodos secos são prolongados, com elevada evaporação hídrica, alternados por períodos de chuvas concentradas, que, devido à característica típica desse tipo de rocha, não permite a infiltração.

¹⁷ A fazenda, na minuciosa descrição de Girão (1995, p. 34), era “o tipo de construção mais comum na área rural da Capitania do Ceará, era, naturalmente, daqueles fazendeiros que foram se estabelecer em suas terras. Apesar da sua grande dimensão, eram casas sóbrias, com cobertura de telha em duas águas, vastos alpendres e paredes também grossas, levantadas com madeira, pedra e tijolo da própria fazenda”.

aponta: “as fazendas tiveram como ponto de apoio as ribeiras, aproveitadas com o suprimento d’água, e, quando secavam, os leitos fluviais serviam de caminhos”.

Durante o século XVIII, as ribeiras do Acaraú e do Jaguaribe serviam de aporte às oficinas de charque que proliferavam com as aglomerações formadas nos caminhos percorridos pelos vaqueiros e por seus rebanhos.

As fazendas surgidas na ribeira do Acaraú, com base nessas aglomerações, deram origem posteriormente a importantes vilas, enraizando no sertão semiárido o traçado do latifúndio¹⁸. Dados de Girão (2000, p. 154), fundamentados em documentos da época, entram em acordo com o exposto, ao afirmar:

O capitão Félix da Cunha Linhares, morador na ribeira do Acaraú, no testamento que deixou, feito em notas do tabelião Francisco Cardoso Pereira e datado do sítio Muritiapuá em 7 de setembro de 1723, declarava-se dono de seis fazendas, nas quais havia mais de 8.000 cabeças de bovinos, 150 éguas e 50 cavalos.

Simbolizavam a unidade econômica e social, assim como eram as casas grandes nos canaviais, porém com algumas diferenças, visto que não possuíam os requintes próprios das zonas açucareiras. As relações econômicas eram amonetárias, enquanto a unidade social se dava com extremos patriarcalismo e compadrio, estando a cultura bastante arraigada com os preceitos do catolicismo. Tanto o é que Girão (1995, p.32), assim nos diz sobre o vale do Jaguaribe: “Em 1788 possuía a ribeira do Jaguaribe número de currais suficiente para que fosse exigido dos sesmeiros uma contribuição da igreja, da hoje cidade de Russas”.

A dinamização das fazendas, com seus imensos rebanhos, com relações sociais típicas do feudalismo, formando traços típicos, consolida a formação socioespacial cearense de que fala Pinheiro (2008), estruturada na propriedade privada da terra, nos indígenas e nos pobres livres.

Os vaqueiros permeiam essas três categorias da sociedade da época. Pela tradição, e por herança, os filhos dos fazendeiros tornavam-se homens do campo auxiliados por outros trabalhadores da fazenda. Os vaqueiros ainda eram formados por índios e/ou pobres livres,

¹⁸ “A importância da entrada pelo Acaraú muito não se distancia daquela que ao Jaguaribe se confere. A par e passo que os vaqueiros acendiam no seu curso, iam dispondo em suas margens a semente futura de seus currais. De tanto subir alcançaram o chão fértil banhado das águas fecundantes do Groaíras, Jucurutu, Jaibara e Macacos seus contribuintes, aí, onde, em maior número, se fixaram. Na ribeira destes afluentes adquiriu o sargento – mor José Pinto de Mesquita extensas áreas de sesmaria em que situou numerosas fazendas. Sua iniciativa lhe assegurou êxito, pois que seus rebanhos se multiplicaram opulentamente”. (MAGALHÃES, 1970, p. 99).

que, posteriormente, com a prática da quarteação¹⁹, poderiam se tornar proprietários de terras, multiplicando seus gados, suas forças de trabalho e suas terras.

Era o gado o ponto central da riqueza da Colônia e os vaqueiros possuíam papel de destaque nesse contexto, como nos assegura Girão (1995, p. 35), ao dizer que “o vaqueiro foi sempre um indivíduo merecedor de respeito, em razão da superioridade que lhe conferia o conhecimento da terra, do gado, dos métodos de criação e a responsabilidade direta das cousas da fazenda”.

Nesse período, chegaram a ser criadas associações e clubes que agregavam socialmente os vaqueiros, conforme Magalhães (1970, p. 102), “Em Morada Nova, por exemplo, existe a *Associação dos Vaqueiros*. Em 15 de agosto de 1965, fundou Acaraú a sua *Associação dos Vaqueiros* e em agosto de 1967, Icó inaugura o *Gibão Clube*, original agremiação”.

Atualmente, mesmo com a passagem do gado às motocicletas, principal meio de transporte do homem sertanejo, a cultura do couro ainda é relembada, como a festividade que ocorre anualmente na cidade de Canindé, interior cearense, agregando inúmeros vaqueiros (*figura 3*).



Figura 3: Missa do vaqueiro em Canindé, Ceará (2009).

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com>

As feiras de Pernambuco e da Bahia eram os principais destinos dos vaqueiros, onde era comercializado o “gado em pé”, provindo de lugares diferentes do Nordeste. Mercadoria rentável, de valor agregado, o gado oferecia transporte, meio de trabalho, além da

¹⁹A prática da quarteação consistia na seguinte atividade: “Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado. [...], o homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria”. (FURTADO, 2007, p. 98).

carne bovina e do couro, produtos largamente comercializados entre as aglomerações populacionais que se concentravam, principalmente, nas áreas de engenho e de mineração.

As longas distâncias percorridas pelos rebanhos faziam com que as reses chegassem bastante debilitadas às feiras. Para evitar esse desgaste do gado, os criadores de fazendas mais próximas do litoral instalaram abatedores, produzindo a carne seca, também conhecida como “carne do sol” ou “carne do Ceará”. A produção era comercializada para outras capitânicas, por via marítima. Além da carne, o couro se tornou um produto típico desses abatedores ou “oficinas”.

Desta vez, a “matéria-prima abundante, os ventos constantes e a baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem da época” (BRAGA *apud* GIRÃO, 1995, p. 72), formavam um mercado competitivo às capitânicas mais bem estruturadas ou ainda àquelas localizadas próximas às conhecidas feiras de Olinda e Igarçu, em Pernambuco, e no Recôncavo Baiano.

O surgimento e o desenvolvimento das oficinas, charqueadas ou feitorias, como eram conhecidas, demarcam a redução do deslocamento das boiadas para as feiras destacadas e o despontar dos primeiros pontos de fixação, com o gado estabulado. Inicialmente, no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, em seguida elevada à categoria de vila de Santa Cruz do Aracati, expandindo-se ao restante da capitania do Ceará, época esta anterior a 1740 (GIRÃO, 2000).

Essas oficinas eram fábricas rudimentares utilizadas no preparo da salga da carne e do couro bovino. Localizadas no litoral, favoreceram o surgimento dos primeiros núcleos demográficos, com maior interpenetração entre o litoral e o sertão.

A dinâmica ainda estava centrada na pecuária, embora o comércio local se expandisse externamente com o fluxo das “sumacas”²⁰ nos portos cearenses, localizados nas embocaduras dos rios Jaguaribe e Acaraú, extasiando a economia cearense e criando traços típicos da aristocracia rural. No traçado das charqueadas, Aracati e Icó, no rio Jaguaribe; Acaraú e Sobral, no vale do Acaraú, se destacam.

²⁰ As sumacas eram embarcações responsáveis pelo deslocamento, por via marítima, das reses de carne seca bovina (GIRÃO, 1996).

A Aracati, antiga São José do Porto das Barcas, foi logrado o título de “pulmão da economia colonial da capitania”²¹ e a Sobral de “Princesa do Norte”²², dados os requintes dessas vilas ante a capitania do “Siará”.

No rio Acaraú, o “rio das garças”, as charqueadas foram mais significativas no médio e baixo curso. Inicialmente, no povoado conhecido como Barra do Acaracú, posteriormente denominado Oficinas e, finalmente, Vila de Acaraú, a atividade logrou êxito - como demonstra a sua toponímia - influenciando no povoamento de Granja, Camocim e Sobral. Assim, foi se dando a ocupação do Ceará, que finca bases de fixação com as oficinas e charqueadas.

O pastoreio ainda permanecia na capitania do Rio Grande do Norte, que continuava a abastecer no período colonial o “gado em pé”, visando ao abate e tração para o trabalho, principalmente as capitanias de Pernambuco e Paraíba. Logo às margens do Açu e de Mossoró, porém, inicia-se o ciclo das charqueadas aderidas pela capitania rio-grandense, que dispunha das condições favoráveis semelhantes ao Ceará.

Nesse período, a crise no abastecimento em Pernambuco era iminente, haja vista a grande concentração de demandas nos núcleos urbanos, onde se intensificavam as charqueadas. As zonas canavieiras já não mais contavam com a produção do Ceará. Assim, as autoridades de Pernambuco, como centro de domínio político do Nordeste, proibiram a exportação da carne seca e do couro nos portos de Açu e Mossoró, o que favoreceu os portos cearenses.

Essa resolução política tomada para fomentar o “estômago de Pernambuco” (BRAGA *apud* GIRÃO, 1995), por um lado, prejudicava a capitania do Rio Grande do Norte, por outro, favorecia a capitania do Ceará, passando esta a suprir as necessidades do mercado pernambucano, representando o porto de Pernambuco como passagem obrigatória para todas as embarcações.

No Ceará, essas fábricas rudimentares para a salga da carne bovina e o preparo do couro foram de importância significativa. Não apenas por adensarem a economia colonial,

²¹ Segundo Girão (1996, p. 77), “A riqueza e o contato com as gentes mais civilizadas fizeram dos aracatienses os homens mais notáveis da Capitania, não só no trajar, nas artes, nas letras e nas ciências, mas nos negócios. Ser natural de Aracati representava, na época, uma legítima carta de apresentação”.

²² “Os barcos que levavam os produtos pastoris voltavam trazendo as grandes novidades em pratarias, porcelanas, cristais, móveis de jacarandá e outros objetos raros, entre eles materiais de construção; o que contribuiu para o aformoseamento da Vila de Sobral”. (GIRÃO, 1996, p. 79).

mas também por desenharem alguns sistemas de engenharia²³, presentes nos objetos geográficos e na sociedade, formando as rugosidades²⁴, não considerando apenas os traços materiais, mas também as representações imateriais, como, por exemplo, as relações de poder e as festas dos vaqueiros, assim retratadas pelas palavras de Girão (1996, p.84):

O conjunto arquitetônico de Aracati e Sobral é também a amostra de sua importância no período colonial. Entre as obras de maior destaque, encontram-se as Igrejas, as Casas das Câmaras e as residências dos senhores donos de Oficinas e comerciantes; exemplo típico dos prédios de dois pavimentos ou ainda, uma arquitetura pesada, feia aparência, mas realmente segura, pois suas muralhas são levantadas com cerca de dois metros de espessura, no caso a cadeia de Sobral.

As “veias” do Ceará (*figura 4*) iam sendo conhecidas e exploradas, num processo de interiorização pela pecuária, ficando às porções úmidas do estado, como o litoral, Cariri e a Ibiapaba, até os dias atuais, o resguardo da cultura da cana-de-açúcar.

A bacia hidrográfica do rio Acaraú, de acordo com Nascimento (2006)²⁵, é desenhada pelos Municípios de Groaíras, Cariré, Pacujá, Graça, Reriutaba, Varjota, Mucambo, Santa Quitéria, Catunda, Hidrolândia, Pires Ferreira, Nova Russas, Ararendá, Canindé, São Benedito, Ibiapina, Ipueiras, Ipu, Monsenhor Tabosa e Tamboril; Santana do Acaraú, Meruoca, Alcantâras, Massapê, Sobral e Forquilha; Acaraú, Cruz, Bela Cruz, Marco e Morrinhos, localizando-se respectivamente, entre o alto, médio e baixo cursos do rio.

Essa porção do estado destacou-se pelo êxito das charqueadas, com destaque no século XVIII. Referida atividade econômica entra em crise em face do incremento da cultura do algodão, no final do século XVIII, visando ao comércio exterior e ao forte concorrente – a capitania do Rio Grande do Sul - que obtivera conhecimento da arte da carne do charque por intermédio do cearense José Pinto Martins, que para lá emigrou (GIRÃO, 1995).

²³ Para Santos (2008 c, p. 88), “(...) sistema de engenharia se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para trabalho e por ele”.

²⁴ Segundo Santos (1980, p. 212), as rugosidades do espaço “são estabelecimentos humanos definidos por uma combinação local de variáveis da qual cobram sua originalidade. Dentre essas variáveis algumas resultam de fluxos atuais, outras promanam de fluxos antigos, já transformados no próprio lugar. [...] Há, desse modo, uma receptividade específica dos lugares, ocupados ou vazios, aos fluxos de modernização ou inovação”.

²⁵ Para Nascimento (2006, p. 24), a bacia hidrográfica corresponde à “unidade de planejamento e gestão, que contribui sobremaneira ao ordenamento territorial/ambiental”. Os estudos do autor demonstram, à revelia da classificação do Governo estadual de apenas 25 municípios, que a bacia do Acaraú entrecorta 31 municípios, de maneira integral, parcial ou somente uma pequena parcela de seus territórios. Os municípios em destaque, nessa passagem do texto, representam a área de localização do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, objeto de nosso estudo.

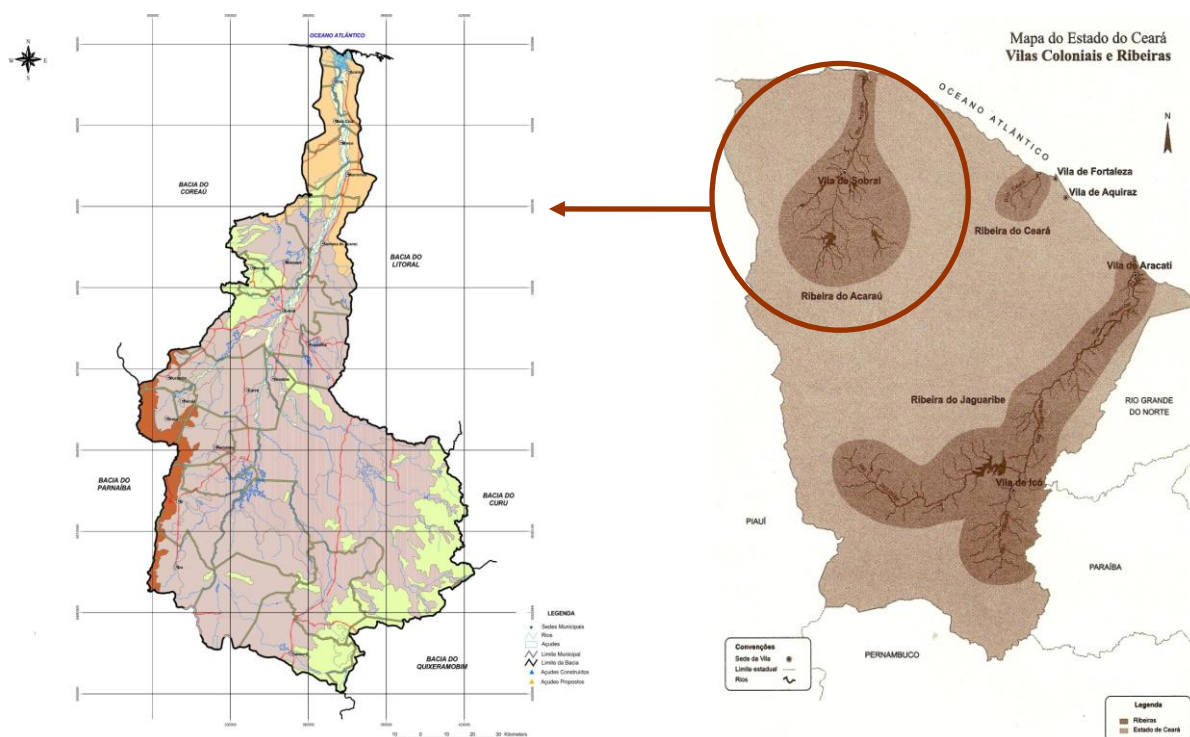


Figura 4: Vilas Coloniais, com destaque na Ribeira do Acaraú.

Fonte: Adaptado de Nascimento, 2006 e Pinheiro, 2008.

Relata a historiografia cearense que os últimos redutos de oficinas de charque no Ceará datam do último decênio do século XVIII (1790), enquanto no restante do semiárido nordestino a atividade permaneceu até 1827 (GIRÃO, 1996).

Somente décadas depois desponta o algodão, mesmo com a presença do gado, no que ficou conhecido como o binômio gado-algodão. No contexto cearense, a economia algodoeira sobrepõe-se à da pecuária, configurando a **segunda reestruturação socioespacial**, identificada como as molas mestras da história política e econômica do século XIX.

2.1.2 O “ouro branco”: a fase áurea do algodão

A atividade algodoeira sempre fora cultivada pelos indígenas. Nesse período, não tinha caráter comercial. Só mais tarde, quando se difundiu por maior extensão territorial, o algodão foi incorporado pela prática da comercialização.

Com características peculiares que logo o fizeram se expandir no sertão cearense, permaneceu durante longo período em parceria com o gado, até sobrepujar-se à atividade pecuarista. Naquele momento, era o gado que transportava os fardos de algodão até o litoral, para o seu embarque nos portos cearenses.

Cultura agrícola de fácil adaptação ao clima semiárido, não necessitava de vasta mão de obra e constituía vantajosa atividade, visto que praticamente tudo do algodão era aproveitável. A semente era utilizada como ração para o gado e a pluma transformada, na fase artesanal, em fios e tecidos ordinários para escravos e camadas mais pobres.

Girão (2000) relata que só foi a partir de 1777 que no Ceará se cogitou no algodão como elemento comerciável. Segundo esse historiador,

(...) naquele ano, transportara-se com o seu negócio de Lisboa para Fortaleza, onde se estabeleceu, o português Antônio José Moreira Gomes. Devido ao seu tino comercial e aos seus corajosos esforços que o famoso arbusto veio constituir-se, ao lado do boi, a mais substancial fonte econômica da Capitania. (GIRÃO, 2000, p.p 213-214).

A serra de Uruburetama teria sido o primeiro ponto escolhido onde se desenvolveu essa prática agrícola. Surgiriam daí as rudimentares fábricas de descaroçamento do algodão e de óleos vegetais. Já nesse período, existia a gradativa exportação cearense, pois Lisboa, por exemplo, era mercado consumidor, influenciando na expansão do algodão na serra de Uruburetama, na antiga “vila” de Fortaleza, nas várzeas do Jaguaribe e Acaraú e, depois, nas serras de Baturité, Meruoca, Pereiro e Aratanha.

Além disso, dois acontecimentos internacionais alavancaram essa atividade agrícola e a economia cearense: a Revolução Industrial Inglesa e a Guerra da Secessão nos Estados Unidos.

Naquele momento, cabia aos Estados Unidos suprir a necessidade de matéria-prima da Inglaterra, que intensificava a sua produção, conforme nos esclarece Furtado (2007, p.p. 155-156):

(...) a Revolução Industrial, no último quartel do século XVIII e na primeira metade do século XIX, consistiu basicamente em profunda transformação da indústria têxtil. [...]. A primeira fase da Revolução Industrial apresenta na verdade, duas características básicas: a mecanização dos processos manufatureiros da indústria têxtil e a substituição nessa indústria da lã pelo algodão, matéria-prima cuja produção se podia expandir mais facilmente. Se à Inglaterra coube a tarefa de introduzir os processos de mecanização, foram os EUA que se incubiram da segunda: fornecer as quantidades imensas de algodão que permitiram, em alguns decênios, transformar a fisionomia da oferta de tecidos em todo o mundo.

Com a Guerra da Secessão e os consequentes desajustes no abastecimento de algodão à Inglaterra, o Brasil passa a ser um importante fornecedor agrícola dessa matéria-

prima, representando o Ceará uma das vias de escoamento da produção, de acordo com as ideias de Furtado (2007, p. 194): “Nos anos 1860, quando ocorre a grande elevação de preços provocada pela guerra civil nos EUA, a produção de algodão se intensifica, e certas regiões, como o Ceará, conhecem pela primeira vez uma etapa de prosperidade”.

Sobre esse fato, importantes são os relatos de Girão (2000, p.p.232-233), correlacionando a fase “áurea” do algodão, como uma “febre da ambição”:

De um ano para outro, a Província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho noutra deixava após si rumas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição.

No Ceará, a saída do produto se dava somente pelos portos de Aracati, Fortaleza (Mucuripe), Acaracu (antiga denominação de Acaraú) e Camocim. Estes estavam autorizados a embarcar o algodão em direção ao porto pernambucano, visto ser essa a passagem obrigatória, antes de qualquer percurso.

Logo aportaram no Estado do Ceará as primeiras máquinas descaroçadoras, por volta dos anos de 1850, enviadas pelo Governo Imperial. Não tardou, novas especializações²⁶ surgiram e, assim, naquele mesmo período, foi introduzido no Ceará o algodão herbáceo, representando modificações na estrutura produtiva, nas relações de trabalho e no espaço geográfico.

As grandes transformações socioespaciais logo foram percebidas com os resultados econômicos da lucrativa atividade. A exigência de trabalhadores mais aperfeiçoados, além do trabalho assalariado, corresponde a uma dessas alterações, contribuindo para dinamizar os primeiros núcleos urbanos no estado cearense.

A existência de um mercado consumidor formado por esses grupos de assalariados que iam se formando favorecia a instalação de inúmeras casas comerciais. Enquanto isso, os proprietários das terras produtoras de algodão empregavam seus lucros na

²⁶ Segundos os apontamentos de Sampaio, durante relatório de qualificação da pesquisa, realizado em 2009, havia dentre as 19 indústrias algodoeiras existentes no Ceará (Milagres, Missão Velha, Juazeiro do Norte, Iguatu, Mombaça, Quixadá, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Brejo Santo, Icó, Crateús, Sobral, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Aracati, Piquet Carneiro, Barbalha, Redenção e Aracoiaba) uma forte divisão do trabalho, com a presença de pesadores, catadores, operários, gerentes, chapeados, caminhoneiros, tratoristas, carros-de-boi, plantadores, roçadores, feitores, etc.

edificação de casas, levantando-se arraiais, transformados logo depois em povoações (GIRÃO, 2000).

É proveniente desse período a estrada de ferro que liga Sobral a Camocim, com destino, principalmente, ao porto desta última cidade, efervescendo o comércio e o transporte, dando a feição dos primeiros núcleos urbanos²⁷. Também se integra a esse momento o rejuvenescer da cidade de Fortaleza, demarcando o território de centro administrativo da Capitania.

O retorno dos Estados Unidos ao mercado consumidor inglês por volta de 1865 anunciava o declínio dos anos de glória do “ouro branco” cearense, com a diminuição progressiva das exportações e dos preços²⁸.

Mesmo, porém, diante desses fatos, durante o século XIX e início do século XX, perdurou a importância do algodão, originando, inclusive, o Serviço Estadual do Algodão, com estações experimentais em Quixadá, Maranguape, Russas (Jaguaribe) e em Três Lagoas (vale do Acaraú), de acordo com as informações de Girão (2000).

A crise do excedente agrícola motivou o surgimento de fábricas de beneficiamento do algodão, como as de descaroçamento e de produtos oleaginosos. Logo depois, o aproveitamento dos carnaubais nos grandes vales emergiu a produção da cera, abrindo caminhos à política de inserção do Ceará nas relações nacionais e internacionais fundamentadas na industrialização.

Tanto como produto agrícola, como matéria-prima básica para a indústria, o algodão reestrutura o território cearense, tendo papel importante na história do Ceará, marcando a **terceira reestruturação socioespacial**.

2.1.3 A indústria do Ceará nos rastros da agricultura

O declínio do algodão foi evidente com o final da guerra civil dos Estados Unidos (1861-1865). Com o retorno das comercializações entre Estados Unidos e Inglaterra, as exportações decaem, assim como o preço do algodão.

²⁷ Sobral, localizada na margem esquerda do rio Acaraú, anteriormente “Fazenda Caiçara”, representativa das “estradas das boiadas”, passa a representar as vias férreas.

²⁸ “O rico de ontem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários, que a tanto desceram logo os salários. Restava algum gado que foi vendido para se pagar a última parte da ilusória opulência, que durou tão pouco! Dela apenas ficaram alguns prédios no sertão”. (História da Seca do Ceará *apud* GIRÃO, 2000).

A sobrecarga da produção agrícola do Nordeste foi incisiva no surgimento das primeiras fábricas de tecidos no Brasil, em meados do século XIX, concentrando-se inicialmente na Bahia, vindo a se expandir ao restante do Nordeste e Sudeste (ANDRADE, 1981).

Segundo dados do referido autor, das nove fábricas têxteis existentes no Brasil, em 1867, seis localizavam-se no Nordeste brasileiro, distribuídas entre a Bahia e Alagoas, enquanto no Sudeste (Rio de Janeiro e Minas Gerais), em virtude da atenção maior dessa porção do País à atividade cafeeira, encontravam-se três fábricas.

No Estado do Ceará, durante o século XIX, a atividade industrial relacionada à agricultura aumentava gradativamente, haja vista o excedente e em face do retorno dos Estados Unidos ao mercado internacional, representando a indústria têxtil a alternativa para a utilização do algodão.

As capitais dos estados nordestinos foram os primeiros lugares selecionados para a instalação das indústrias. No Ceará, a produção agrícola convergia para Fortaleza, com o intuito de ser beneficiada na Fábrica de Tecidos Progresso, instalada em 1884 (SILVA, 1995).

Posteriormente, “as indústrias de maior vulto que surgiram em Fortaleza no período que vai da instalação da Fábrica Progresso até 1930, estavam voltadas para um maior aproveitamento do algodão, como a Siqueira Gurgel, fundada em 1925, e a Philomeno S/A Indústria e Comércio instalada em 1926”. (AMORA, 1995, p. 124).

Apesar desse impulso industrial no Nordeste, na metade do século passado, a elevada concentração de capitais no Sudeste refreia esse crescimento. Isso se reforça com a substituição de importação, como enfatiza Andrade (1981, p. 35):

A indústria têxtil conheceu grande desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX e foi altamente beneficiada pelas duas grandes guerras mundiais, que interromperam a importação de tecidos dos mercados europeu e norte-americano. Ocorreu, porém, que o crescimento industrial do Sudeste estimulou, sobretudo após 1930, o crescimento da cultura de algodão em São Paulo e no Paraná, que, melhor equipados que o parque nordestino, passaram a competir com este último no mercado nacional, oferecendo melhores condições de qualidade do produto e de preços, fato que provocou a grande crise dos anos 1950 nesse setor industrial da região.

A atividade agrícola, inicialmente com o algodão, especializa a indústria cearense. Na década de 1940, surge e consolida-se o beneficiamento da carnaúba (*Copernicia prunifera*), planta nativa própria dos solos dominantes nos vales fluviais do Acaraú e do

Jaguaribe (*figuras 5 e 6*) e de amplas utilizações²⁹, que viria a minorar os efeitos da crise vivenciada pela indústria têxtil na década de 1950. Na segunda metade do século XX, o mercado de consumo interno propicia a proliferação de pequenas unidades fabris, sobretudo de gêneros alimentícios (AMORA, 1995).



Figuras 5 e 6: rios Jaguaribe e Acaraú, ambientes propícios às carnaubeiras.
Fonte: Vasconcelos, 2009.

O surgimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE³⁰, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), cria caminhos para que a partir da década de 1960, uma nova fase da industrialização seja inserida no território, alterando a dinâmica territorial de cidades cearenses como Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato, com a instalação de inúmeras indústrias subsidiadas nos artigos 34/18 e regulamentadas pelo Fundo de Investimento no Nordeste - FINOR, lei de incentivos fiscais que garantia isenção de imposto sobre a renda das empresas nacionais e estrangeiras que viessem a se instalarem no Nordeste.

Esses são centros escolhidos para concentrar as indústrias, como previa o projeto da SUDENE, com base na teoria dos polos de desenvolvimento, de François Perroux. Essa

²⁹ “Inúmeras as suas utilizações técnico - científicas, tais como na fabricação de vernizes e graxas, no preparo de couros, nos encerados, lubrificantes, emplastos, unguentos, fósforos, sabonetes, isolantes, nos cilindros e discos de fonógrafos, no enceramento e lustração da madeira, na pintura de automóveis e mil outras coisas, sendo insubstituível em muitos casos e daí a sua cada vez maior valorização”. (GIRÃO, 2000, p. 388).

³⁰ A SUDENE é consequência do relatório final, uma verdadeira “bíblia” aos seus técnicos (BURSZTYN, 1984), produzido pelo Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, sob chefia de Celso Furtado, em 1959. De acordo com Brum (1999, p. 237), esses “grupos de trabalho destinavam-se a atividades de assessoria, elaboração de projetos de lei ou de regulamentação de determinada matéria”.

política perdura até meados da última década do século XX, quando o quadro da política nacional agrega novo modelo do capitalismo, fortalecendo-se a tese do controle do mercado e a redução do Estado no desenvolvimento planejado. É um novo momento da construção do projeto de sociedade e do Ceará.

Altera-se a configuração territorial, que ganha novas feições. A partir da década de 1980, sob os auspícios das políticas neoliberais, dinamizam-se as atividades econômicas no Estado do Ceará, com a forte parceria público e privado, políticas estatais e empresas, corporificadas nas práticas industriais, turísticas e agrícolas, apoiados por serviços mais sofisticados com uso das novas tecnologias de informações e comunicações, especialmente após os anos de 1990. No atual modelo de modernização estandardizado pela globalização e tomado pelos governos do Estado do Ceará, afeiçoa-se, então, a **quarta e atual reestruturação socioespacial do Ceará**.

2.1.4 A atual modernização na agricultura: os perímetros públicos irrigados nos vales úmidos do Ceará

Associado e subsidiado pelo grande projeto nacional das duas últimas décadas do século XX, o poder local do Ceará arvora-se como definidor de um planejamento capaz de modernizar as atividades econômicas, por meio das inovações técnicas e organizacionais nos serviços, nas indústrias, nas atividades turísticas e no agronegócio, representando este último o enfoque deste trabalho.

Assim, para o setor primário, tem primazia a agricultura empresarial, com a aplicação de recursos sofisticados nos projetos de irrigação, secundarizando o apoio à agricultura de sequeiro, utilizada pela maior parcela de agricultores do semiárido, passando a funcionar nesse novo modelo agrícola os perímetros irrigados, como veremos. Para isso, há que se repassar a história da irrigação na política nacional.

Os primeiros perímetros públicos de irrigação no Ceará surgem na década de 1970, resultantes de inúmeras políticas voltadas à agricultura. São construídos em um momento de centralização política, emoldurado por crises e tensões sociais, mas, primordialmente, por uma necessidade de resposta a um processo que vinha se desenrolando: a constante modernização, na busca de inserir os mercados brasileiros, em especial do Nordeste, na roda das relações capitalistas.

No Ceará, as ações do Estado e de suas políticas sempre foram bastantes presentes e podem ser visualizadas nos sete mil microaçudes privados, 126 açudes públicos, com 14 projetos de irrigação, abastecidos por açudes pertencentes as 11 bacias hidrográficas cearenses. Segundo Sampaio (2005), com esse perfil, o Ceará passou a ser considerado o estado com maior número de reservatórios e projetos de irrigação, contrastando com o restante do Nordeste (figura 7).

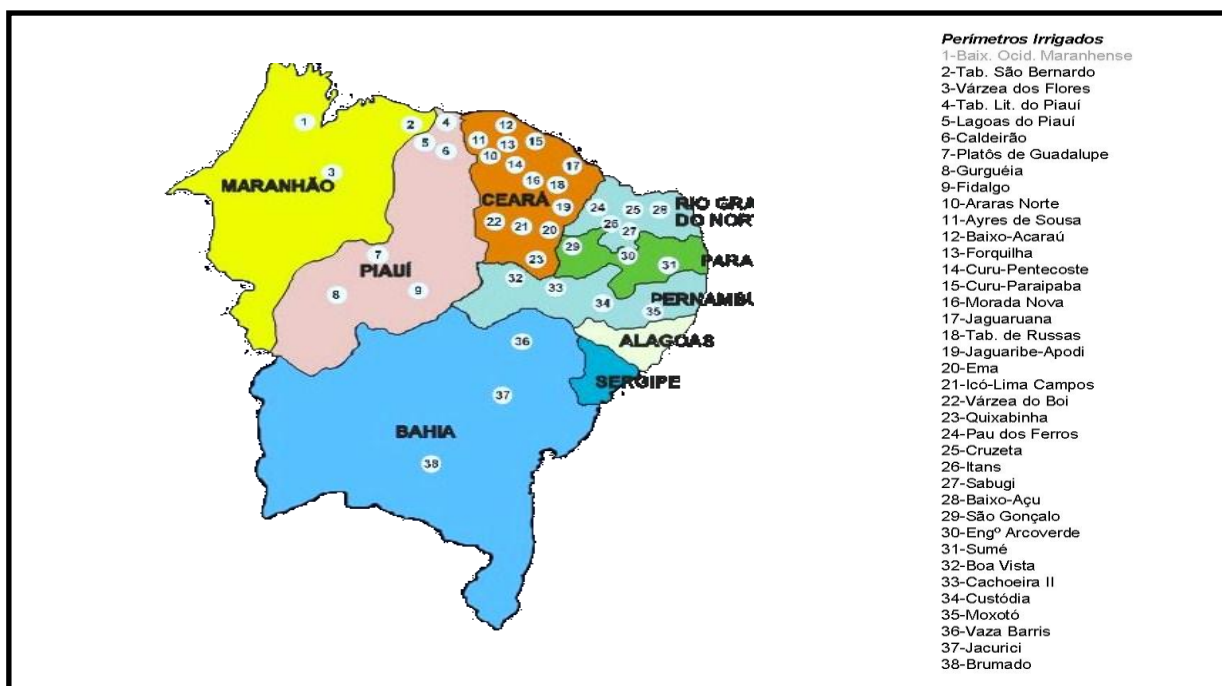


Figura 7: Perímetros públicos de irrigação (DNOCS).

Fonte: DNOCS; Ministério da Integração, 2007.

Esses fixos geográficos foram construídos dentro dos princípios estabelecidos pelo Programa de Integração Nacional (PIN), regido pela lei n.º 6.662, de 25 de junho de 1979, com o objetivo do “aproveitamento racional de recursos de água e solos para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada”. (Art. 1º, 1979, p. 3).

Verificando os documentos desse Plano de Irrigação, vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), percebe-se o incentivo à entrada das agroindústrias nos perímetros irrigados, já na década de 1970³¹, conservando a apropriação da terra às classes detentoras de capital. Carvalho (1988, p. 362) corrobora essas ideias, ao acentuar que

³¹Conforme o artigo 11 do Plano Nacional de Irrigação (1979), “o poder executivo concederá financiamento ou estabelecerá linhas de incentivos aos projetos de irrigação que vierem a ser executados por iniciativa de

A modernização da agricultura, que a Lei de Irrigação possibilita, tende muito mais para a linha conservadora do que para a reformista. Uma de suas particularidades mais notáveis, que bem expressa a força conservadora das classes responsáveis por sua aprovação, tem a ver com a definição das formas de acesso às terras irrigáveis da região, destinadas tanto aos produtores sem terra (os colonos), como aos empresários agrícolas e agroindustriais, interessados no desenvolvimento da agricultura irrigada (ou nos incentivos que o Estado propicia em função desta).

Na realidade, essa política pública propiciou amplas mudanças no campo, originando “oásis” encravados no sertão cearense, nas considerações de Bursztyn (1984) e Diniz (1997; 2002). Entende Diniz (2002) que a subordinação direta dos agricultores familiares camponeses ao Estado e ao capital financeiro corresponde a uma dessas alterações no campo. A análise mais minuciosa da conjuntura política e das novas relações surgidas constata, assim como fez Bursztyn, que o “oásis” não passava de “miragem” para os colonos.

Nos anos seguintes, com novos interesses acoplados às inovações tecnológicas e organizacionais, impõe-se um modelo de irrigação direcionado aos mercados externos. No Ceará, é apoiado por grupos empresariais detentores de poder político, fase marcada pela ascensão de empresários ao governo em 1986, que consolidaram a entrada definitiva de investimentos maciços, de capital externo³², atrelando o desenvolvimento cearense às transformações globais.

Naquela ocasião, o capitalismo acatou a política do neoliberalismo. Reflexo disso são os perímetros irrigados construídos após esse período, os quais seguem esse novo panorama, moldados nos ditames capitalistas e no que seria o novo modelo de desenvolvimento e modernidade projetado para o Estado, como se refere Elias (2002, p. 19),

(...) até a década de 1970, o conjunto da agropecuária permaneceu quase inalterado. Mas, a partir de então, vislumbra-se a ocupação de novas fronteiras pela agropecuária globalizada e pontos específicos desta região passam a merecer a atenção das empresas hegemônicas do setor, que promovem grandes investimentos na área, dinamizando a agricultura comercial.

É nos anos de 1990 que a evolução dessa atividade econômica atinge o Ceará, de modo mais intenso, sob a associação dos representantes do Estado à iniciativa privada, ligação

empresas privadas, cooperativas e produtores rurais isolados, desde que os respectivos projetos tenham sido aprovados pelo Ministério do Interior [*organismo responsável naquele período*]. (1979, p. 7, *acréscimo nosso*).

³² A citação de Lima expressa de forma clara essa afirmação: “Motivado pelas grandes possibilidades de empréstimos internacionais, o governo projetou diversas obras, contribuindo para as atividades produtivas se intensificarem nas diversas regiões, especialmente nas do Baixo Jaguaribe (a leste), **do Vale do Acaraú (na porção noroeste)** e Região Metropolitana de Fortaleza. Desse modo, essas obras de Governo aceleram em demasia novos usos do território, principalmente com a inserção de novas infra-estruturas como irrigação, barragens, portos e aeroportos, ferrovias, rodovias e hidrovias, instalações ligadas à energia elétrica, refinarias e dutos, bases materiais das telecomunicações, além de absorção de conhecimentos técnicos - científicos”. (LIMA, 2006, p. 18; *grifo nosso*).

sempre presente na história cearense. Essa é uma versão mais atualizada de governos anteriores na busca pela modernização, acompanhando as transformações ocorridas em todo o mundo, pois a globalização se impõe ao subordinar os lugares mais longínquos aos centros de ordem internacional.

Surgem, então, os perímetros irrigados Baixo Acaraú, Araras Norte – no rio Acaraú – e Tabuleiro de Russas, à margem do rio Jaguaribe. Segundo reportagem publicada em jornal local (*O Povo*, 03/09/2008), esses projetos nascem como uma proposta de transferir a gestão do “modelo paternalista do passado” para a iniciativa privada, atraindo os olhares do agronegócio e compondo a fértil relação de projetos irrigados no estado do Ceará (observe o *quadro 1*).

A irrigação, entretanto, não é recente nos vales fluviais do Acaraú e Jaguaribe. A utilização de cata-ventos marcou a prática irrigada dos agricultores acarauenses e jaguaribanos, durante o século XIX, como registra Araújo (1971, p. 184), ao tratar do “rio das garças” (rio Acaraú) e sua relação com a agricultura irrigada voltada ao algodão:

No que se refere ao beneficiamento do algodão, desde a segunda metade do século XIX existiram, aqui, aparelhos rudimentares, movidos a *Cata-ventos* de lona ou *pano – de - algodão*, com prensas de madeira, para o enfardamento da lã. As firmas Raimundo Ferreira Sales, João Batista da Silveira e Miguel Gonçalves Ferreira exploraram, nesta cidade, essa indústria, ao passo que o sr. Bento Moura Ferreira instalou, para o mesmo fim, uma *Bolandeira*, puxada a boi, em sua fazenda “Bom Futuro”. E, posteriormente, o sr. Fernando Pereira Brandão montou, em sua fazenda “Taperinha”, uma delas, acionada a motor.

A mesma contribuição histórica nos é dada por Girão (2000, p. 389) sobre a atividade irrigada no vale jaguaribano:

É assunto cediço a descrição das propriedades industriais e até medicinais da carnaúba. Muito apreciados são os moinhos de vento (cata-ventos) feitos todos da madeira da carnaúba, exceto as engrenagens, tão comuns e úteis no baixo Jaguaribe, transformando os aluviões secos em ricos pomares à sua custa.

Essa era a fase em que o homem se associava com seu trabalho direto, contando com o auxílio de técnicas locais, às forças naturais. Esse sistema de engenharia respondia primordialmente às necessidades do lugar.

QUADRO 1: Perímetros públicos de irrigação no Ceará.

RIO JAGUARIBE			
Perímetro Irrigado	Localização	Início - administração	Produção
Morada Nova	Morada Nova e Limoeiro do Norte	1968 – 1970	arroz, feijão, banana, acerola, coco, graviola e capim de corte.
Icó – Lima Campos	Iço	1969 – 1973	arroz, feijão, milho, banana, coco, graviola, manga e capim de corte.
Iracema	Iracema	1971 – 1973	feijão vigna, milho/espiga e algodão herbáceo.
Quixabinha	Mauriti	1971 – 1972	banana, coco, uva, milho, feijão, algodão herbáceo, capim de corte e fumo.
Várzea do Boi	Tauá	1973 – 1975	banana, milho/espiga e algodão herbáceo.
Jaguaruana	Jaguaruana	1975 – 1977	arroz, feijão, milho, tomate, banana, coco, goiaba, mamão, manga, maracujá, uva, algodão herbáceo, sorgo e capim de corte.
Jaguaribe – Apodi *	Limoeiro do Norte e Quixeré	1987 – 1989	banana, milho verde, melão, mamão, goiaba, ata, melancia, pimentão, graviola, algodão herbáceo, feijão vigna, sorgo e capim de corte.
Tabuleiro de Russas	Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova	1992 - 2004	abacaxi,banana,goiaba, maracujá, mamão, melão, melancia, feijão e milho.
RIO ACARAÚ			
Forquilha	Forquilha	1974 - 1977	banana, graviola, goiaba, feijão vigna, milho/espiga, coco, mandioca, pimenta e capim de corte.
Ayres de Souza	Sobral	1974 – 1977	arroz, feijão vigna, melancia, algodão herbáceo e milho verde
Araras Norte	Varjota, Reriutaba e Cariré	1987 – 1998	coco, banana, mamão, goiaba, graviola, maracujá, caju, uva.
Baixo Acaraú	Marco, Bela Cruz e Acaraú	1983 - 2001	abacaxi,banana,goiaba, maracujá, mamão, melão, melancia, feijão e milho.
RIO CURU			
Curu – Paraipaba	Paraipaba	1974 – 1975	coco, cana-de-açúcar, citros e acerola.
Curu – Pentecoste	Pentecoste e São Luiz do Curu	1974 – 1975	banana, coco, mamão e feijão vigna.

Fonte: DNOCS, adaptado por Vasconcelos (2009). * O Perímetro Irrigado Jaguaribe – Apodi, embora não tenha surgido visando à agricultura empresarial, nos anos seguintes, incorpora esse modelo agrícola, com o propósito de atender o agronegócio.

Santos (2008 b, p. 88) expõe como o capital coopta a criação social em seu proveito na solidificação dos sistemas de engenharia, especialmente na irrigação:

Dentro da natureza modificada pelo homem, os níveis de organização são tão diversos quanto o são os níveis de humanização da natureza. Os sistemas de engenharia evoluem com a história. De modo geral, podemos dizer que passamos primeiro de um uso maior do trabalho a um uso maior do capital, sempre. (...) É por isso que a palavra e o ato da irrigação têm, através do tempo, significados diferentes de um ponto de vista não apenas técnico mas econômico, social, político e cultural; e, paralelamente, a evolução dos sistemas de engenharia transcende a natureza, que se vai tornando mais e mais artificial. Essa conquista não é homogênea, certas áreas sendo mais carregadas dessas verdadeiras próteses do que outras.

Os conflitos decorrem da luta travada entre o “novo” modelo de irrigação externo que tenta impor às práticas agrícolas das comunidades locais que resistem, contando, para isso, com o apoio das políticas fomentadas pelo Estado.

A construção do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, entre os Municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco, representa esses novos fixos gerados pelas infraestruturas públicas, para atender aos interesses do empresariado da fruticultura, reorganizando o território e modificando a vida de inúmeras pessoas, portanto, repleto de contradições, conflitos e desigualdades sociais.

Dessa forma, o território cearense vem sendo reestruturado, por meio das políticas públicas, seguindo a tendência mundial de expansão de mercado, produção em massa, alicerçadas por modernos sistemas técnicos sob a vertente da agricultura com refinamento técnico-científico.

3. ESTADO E AGRICULTURA: ADEQUAÇÃO DO CEARÁ À MODERNIZAÇÃO

A via de leitura é o acompanhamento do desenho animado que o arranjo espacial experimenta a cada vez que se alteram as forças sociais que o engendram. Mas se a janela da leitura é esse movimento de arranjo/rearranjo espacial da sociedade, o que se objetiva estudar são as relações de força que o geram e através dele se manifestam. (MOREIRA, 1990, p. 9).

Neste capítulo, procuramos compreender as mudanças na agricultura e suas correlações com os interesses dos diferentes agentes internos e externos, considerando a “revolução verde” e as transformações acarretadas como marco desse processo. Para inserir no território esse novo modelo, pautado na produtividade e na produção de mais-valia ampliada, fora fundamental o papel do Estado, com as políticas públicas.

Relacionaremos essas transformações às estratégias que foram sendo tecidas no território nordestino, analisando, para tanto, desde as primeiras experiências de modernização da agricultura. Utilizando-nos dos recursos da periodização, esmiuçamos a intervenção estatal, historicamente com as principais ações políticas relacionadas à atividade agrícola.

Posteriormente, nos debruçaremos nas prioridades relacionadas à agricultura irrigada, presentes nos planos governamentais do Estado do Ceará, desde a década de 1960 até o presente Governo, demonstrando a histórica relação - representantes do Estado e iniciativa privada - que se dá de modo mais intenso e expressivo na segunda metade de 1980, com o enfoque das ações estatais na política de modernização, pautada no neoliberalismo.

3.1 As transformações globais na agricultura e a “revolução verde”

O planejamento das políticas públicas voltadas à modernização da agricultura coaduna-se com as mudanças que se davam pelo mundo, especialmente após a década de 1950.

Nesse momento de pós-guerra, o mundo reconstruía o que fora desmontado e os países centrais controlavam essa reorganização, visto que tinham o poderio hegemônico mundial e, assim, buscavam universalizar sua cultura, seus moldes políticos e, principalmente, seu modo de acumulação. Sene (2004, p.31) compreende que esse fenômeno da globalização “não está restrito a economia, tem repercussões no plano social, na cultura, na política e algumas de suas conseqüências mais importantes estão materializadas no espaço geográfico”.

O crescimento econômico baseou-se na expansão dos mercados, na produção e no consumo em massa. Os representantes do Estado, naquele período, lançavam estratégias para

assegurar investimentos intensivos em obras públicas e a ideia de Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State*³³.

Nesse período, assegurando resolver o problema da fome, disseminam-se os “pacotes tecnológicos”, mediante as políticas públicas. Esses “pacotes”, compostos por insumos, fertilizantes, produtos químicos, novas formas de manejo etc., foram estruturados por pesquisadores, dispendo de conhecimentos técnicos e científicos, concluindo que essas inovações poderiam acelerar o processo produtivo da atividade agrícola, possibilitando produzir mais alimento para a sociedade.

Iniciando-se na década de 1950, nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, esse momento ficou conhecido por “revolução verde”, tamanhas as transformações ocorridas na agricultura, na “Era de Ouro” do modo de produção capitalista (SANTOS, 2001).

A acentuada substituição do homem pela máquina, a exigência de trabalhadores cada vez mais especializados e a divisão técnica e social do trabalho, sob os moldes do fordismo³⁴, ampliam-se com a “revolução verde”, que se baseia, essencialmente, na atividade industrial, ao difundir as inovações tecnológicas relacionadas à agricultura. Sobre esse aspecto, Albano (2008, p. 38) traça os seguintes comentários:

Na agricultura, o fordismo se destaca pela racionalização, massificação e industrialização sob o controle e a regulação do Estado, com tecnologias patrocinadas por este. Essa política de massificação, racionalização e industrialização da Agricultura estava sob a coordenação de Empresas Multinacionais, fabricantes de tratores, insumos agrícolas, dentre outras. Essa racionalização e industrialização da Agricultura ganhou o nome de “Revolução Verde”.

Embora os termos modernização e industrialização da agricultura estejam entrelaçados, há questões pertinentes que merecem destaque.

A modernização da agricultura pressupõe a entrada de novas máquinas e insumos artificiais no processo produtivo. Enquanto isso, a industrialização se refere ao retorno dessa modernização, em forma de matérias-primas que logo serão transformadas em produtos. Para Erthal (2006, p.10), “o processo de modernização pode ser aquilatado pela elevação do

³³ Segundo Sandroni (1999, p. 220), o Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* é um “sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. O Estado do bem-estar corresponde fundamentalmente às diretrizes estatais aplicadas nos países desenvolvidos por governos social-democratas. Nos Estados Unidos, certos aspectos do Estado do bem-estar desenvolveram-se particularmente no período de vigência do *New Deal* (1933-1937)”.

³⁴ Para Cattani (2002), as principais características do modelo fordista são a separação entre concepção e execução, a presença do trabalho fragmentado e simplificado, ciclos operatórios muito curtos, além do pouco tempo para formar e treinar os trabalhadores.

consumo intermediário na agricultura. A industrialização da agricultura corresponde à fase mais “evoluída” da modernização”.

Com essas alterações na agricultura surgem os complexos agroindustriais (CAI's), que correspondem às grandes corporações de indústrias de insumos e de processamento. Na concepção de Rui Erthal (2006, p.14),

As indústrias, genericamente chamadas de insumos (montante), são responsáveis pela evolução modernizante da base técnica da agricultura, isto é, responsáveis pelo aumento da produção e da produtividade. As indústrias processadoras (jusante) que são muito numerosas, não só transformam as matérias-primas provenientes do campo, como articulam a entrada, a integração e o comportamento das empresas rurais no CAI. As indústrias de insumos, classificadas genericamente como de base, abriga dois segmentos bem distintos. Um deles liga-se à produção de maquinarias - tratores e implementos mecânicos (arado, colhedeira, empacotadeira etc.). O outro ramo produz insumos de natureza química e biológica que são os fertilizantes, adubos, rações, inseticidas, sementes etc.

Com efeito, os maiores beneficiados foram os grupos de empresários, as multinacionais, que, com o consentimento do Estado, adentraram as terras dos agricultores familiares camponeses, subjugando-os à modernização e à industrialização agrícola, acentuando os problemas agrários, no que concerne à concentração fundiária.

Segundo Elias (2002), na história da “revolução verde” no Brasil, três momentos se destacam. Inicialmente, na década de 1950, com a mudança na base técnica e as inovações químicas e mecânicas. Em seguida, em meados dos anos de 1960, com a industrialização da agricultura, gerando os complexos agroindustriais e a entrada das multinacionais. Em meados de 1970, centralizam-se os capitais industriais e a biotecnologia.

As primeiras vias de acesso da intensa atividade agrícola, onde se identifica a convivência da produtividade alicerçada pela tecnologia da irrigação, ocorreram por meio da “Região Concentrada” (SANTOS E SILVEIRA, 2008), composta pelo Sudeste e Sul, com a entrada dos tratores, insumos e fertilizantes, alterando o calendário agrícola ou tempo agrícola, bem como a vida das pessoas que dele dependiam.

No concerto nacional, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, surgem nesse período (década de 1970), representando o Estado e auxiliando na propagação da revolução verde.

Os preceitos das políticas públicas envoltas nessas modificações na agricultura não atenuaram os problemas sociais, aprofundando as desigualdades e os conflitos no campo. A política pública de irrigação, por exemplo, deixara de ser uma saída ao consumo familiar

(agroalimentar), como foram as irrigações por cata-ventos, tão empregadas no rio Acaraú e no rio Jaguaribe, para ser uma prática essencialmente comercial. À medida que o capital cooptava essa prática para atender os grandes mercados, a agricultura entrava na configuração dos grandes negócios, como sintetizam Lima *et al* (2004, p.p.3-4):

(...) a nova tendência do meio empresarial agrícola tem sido a de aumento do interesse pela prática da irrigação, que, além de reduzir riscos, proporciona outras vantagens significativas ao produtor irrigante. A intensificação configura uma opção estratégica de grande alcance para aumentar a oferta de produtos destinados ao mercado interno, consolidar a afirmação comercial do Brasil num mercado internacional altamente competitivo e melhorar os níveis de produção, produtividade, renda e emprego no meio rural e nos setores urbano-industriais que se vinculem, direta ou indiretamente, ao complexo de atividades da agricultura irrigada.

Esse novo formato da produção agrícola foge dos objetivos dos agricultores familiares locais. Dessa forma, o Estado proporcionou mobilidade e poder aos novos agentes produtores do território, rapidamente afeitos às heranças dos velhos dominadores, sob o discurso ideológico de que as mudanças proporcionariam grandes melhorias para todos, principalmente eliminando o problema da fome e ensejando o desenvolvimento no Nordeste.

3.2 Estratégias políticas de modernização da agricultura no Nordeste brasileiro

As primeiras iniciativas de modernização no Nordeste brasileiro, segundo os estudos de Andrade (1981), ocorreram em meados do século XIX, quando algumas indústrias se ocupavam em beneficiar produtos agrícolas para a exportação, como é o caso da cana - de-açúcar, e, posteriormente, o algodão, enquanto a maior parcela visava a atender a demanda regional e local.

São dessa fase as providências do Império para o Nordeste semiárido, enviando a Comissão Científica e Comissão Exploradora das Províncias do Norte – CCE³⁵, criada em

³⁵ A respeito dessa comissão científica exploratória, convém citarmos um trecho da literatura cearense, onde Domingos Olímpio (escritor sobralense) relata em sua obra, *Luzia-Homem*, a presença desses “doutores”: “Era por volta da era de sessenta. Não me lembro bem o ano; só sei que eu era rapazote, pelo tope dos doze. Andava por estes sertões uma comissão de doutores, observando o céu com óculos de alcance, muito complicados, tomando medida das cidades e povoações e apanhando amostras de pedra, de barro, ervas e matos, que servem para mezinhas, borboletas, besouros e outros bichos. Os maiores dessa comissão eram homens de saber, Capanema, Gonçalves Dias, Gabaglia, um tal de Freire Alemão, e um doutô médico chamado Lagos e outros. Andavam encourados como nós vaqueiros; davam muita esmola e tiravam, de graça, o retrato da gente, com uma geringonça, que parecia arte do demônio. Apontavam para a gente o óculo de uma caixinha parecida gaita de foles e a cara da gente, o corpo e a vestimenta saíam pintados, escarrados e cuspidos, num vidro esbranquiçado como coalhada”. (1999, p.p. 182-183).

1856 e coordenada pelo Freire Alemão, para os primeiros estudos geológicos, mineralógicos, agrônômicos, geográficos e antropológicos, dando base para a solução hidráulica.

Essa Comissão Científica e de Exploração foi intermediada no Ceará pelo Instituto Geográfico e Histórico, composta por intelectuais e técnicos brasileiros, além de estrangeiros que constituíam o grupo de responsáveis por desvendarem o território nordestino. (CARVALHO, 1988).

Conforme nos apresenta o esboço dos diários de Freire Alemão no Ceará (*figura 8*), inicialmente, as principais áreas exploradas foram o litoral, vale do Jaguaribe e chapada do Araripe. Posteriormente, a Comissão estendeu seus estudos ao vale do Acaraú, Curu, aos maciços residuais e em áreas sertanejas. Essa expedição concentrava-se em espaços recobertos por solos e vales fluviais propícios para a construção de açudes, bem como em áreas semiáridas, verificando a viabilidade dessas barragens.

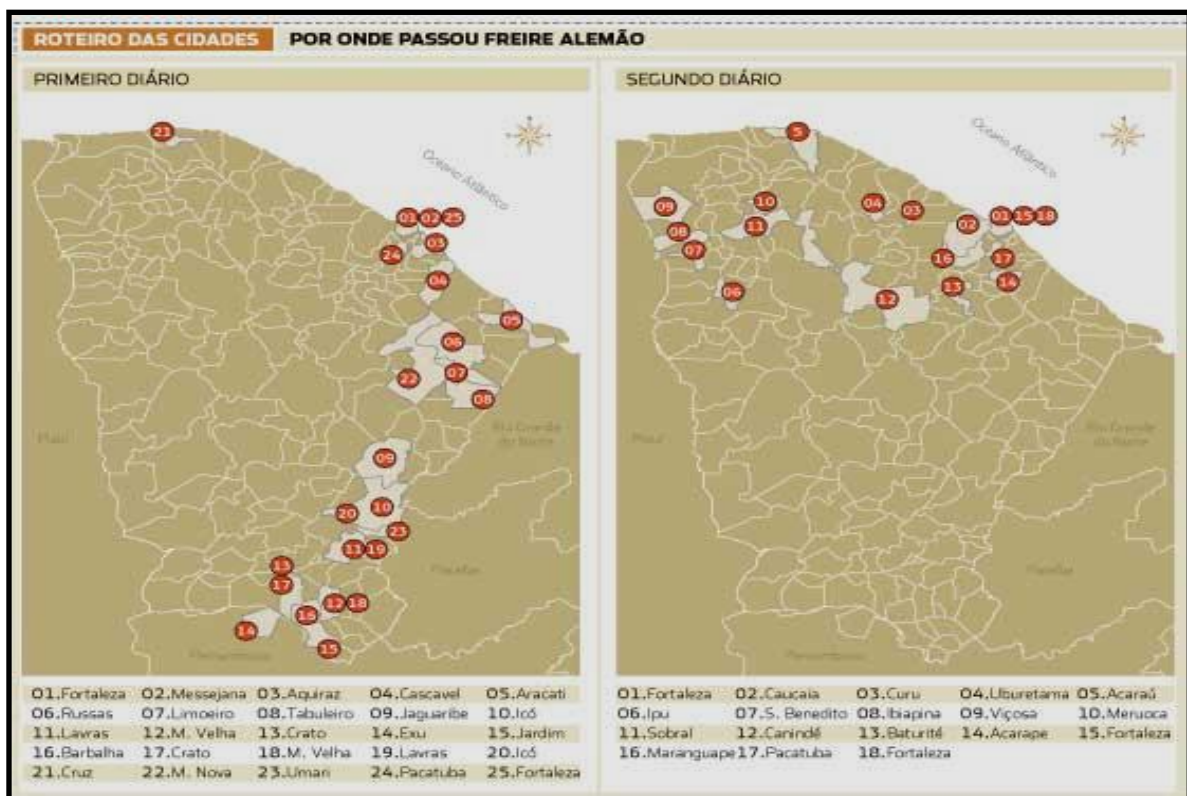


Figura 8: Percursos das explorações da CCE, no Estado do Ceará, coordenadas por Freire Alemão.

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=661797>

Os documentos da CCE contribuíram para a solução hidráulica, que dá seus passos iniciais ainda no início do século XIX (1832), embora de maneira mais difundida, com o surgimento do DNOCS, no século XX. Inicialmente, tratava-se de açudes particulares,

construídos sob a política dos “açudes em cooperação”, cabendo ao Estado o investimento de 50% nos custos dos açudes.

Enquanto esses açudes privados proliferavam no sertão nordestino, desde a década de 1830, os açudes públicos só recebem ênfase após os efeitos das secas de 1877-1879. A construção do açude Cedro, em Quixadá - Ceará, por exemplo, data desse período (1882-1906), entretanto, o número dos açudes privados supera as barragens públicas, chegando ao Ceará à marca de 443 “açudes em cooperação”, em detrimento de 62 açudes públicos, num recorte temporal de 1909 a 1981, como sintetizado na *tabela 1*.

TABELA 1: Açudes públicos e privados com apoio governamental (1909 – 1981)

ESTADOS	NÚMEROS DE AÇUDES (UNIDADES)							
	PÚBLICOS				EM COOPERAÇÃO			
	1909	1951	1964	TOTAL	1909	1951	1964	TOTAL
	-	-	-		-	-	-	
	1950	1963	1981		1950	1963	1981	
Piauí	9	1	2	12	-	-	-	-
Ceará	44	9	9	62	256	167	20	443
R Grande do Norte	31	9	10	50	27	35	-	62
Paraíba	21	12	5	38	26	31	2	59
Pernambuco	10	14	8	32	-	11	-	11
Alagoas	2	13	9	24	-	-	-	-
Sergipe	2	6	3	11	1	-	-	1
Bahia	14	8	10	32	7	13	-	20

Fonte: Elaborado com os dados de Carvalho (1988) e Araújo (1990).

Para se efetivar a fase hidráulica, surge a **Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS** nos anos de 1909, sob o governo brasileiro de Nilo Peçanha (1909 – 1910). Suas prioridades restringiam-se à construção de açudes (particulares e públicos) e às primeiras infraestruturas, como as estradas.

Os açudes atenderiam primeiro aos latifúndios e, por extensão, às populações sedentas na época da seca, evidenciando uma política estatal mediadora, numa clara expressão dos conflitos entre as classes sociais, pois, através do discurso assistencialista, se repassava à população o mínimo para sua sobrevivência, enquanto os maiores privilegiados eram os detentores de capital, como nos esclarece Carvalho (1988, p.p. 209-210):

(...) a solução hidráulica constituiu formidável atrativo para o Governo – ao tempo do Império e na República – e para a classe dos grandes proprietários de terra. [...]. Sua importância derivava-se do fato de que, satisfazendo aos objetivos de valorização e expansão dos latifúndios, satisfazia também algumas necessidades da população, expressas pela criação de condições mínimas para o seu atendimento, durante os anos de calamidade.

Foi no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) que a inspetoria ganhou nova denominação: **Inspetoria Federal de Obras Contrás as Secas – IFOCS**, dando continuidade aos trabalhos iniciados pelo IOCS:

(...) é reforçado as obras de açudagem e de construção de estradas; organizam-se os serviços de piscicultura e de reflorestamento e os postos agrícolas, dando-se por iniciada uma etapa de trabalhos mais específicos no domínio da agronomia, com ênfase mais acentuada na agricultura de sequeiro do que na agricultura irrigada. (CARVALHO, 1988, p. 201)

O IFOCS altera-se para **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS** em 1945, sob o governo de Getúlio Vargas. Inserindo novas questões na problemática social nordestina, os vários estudos técnicos concluíram que não bastava apenas acumular água nos reservatórios, mais bem aproveitados com a produção de alimentos, utilizando-se das técnicas da irrigação. Essa evidência apenas foi aceita, de fato, com o auxílio de outras ações políticas, posteriores à criação do DNOCS.

No contexto dessas intervenções estatais, sempre estavam presente as desigualdades entre as classes sociais, bastando analisar as frentes de trabalho e, posteriormente, as frentes de emergência. Nas frentes de trabalho, selecionavam-se trabalhadores nos períodos de longa estiagem, para a construção das obras públicas. Com as frentes de emergência, os proprietários de terras exploravam a força de trabalho dos agricultores, contratando-os para trabalhar nas suas propriedades, responsabilizando-se por seus pagamentos e, via de regra, recebendo os beneficiamentos do Governo. Assim, o Estado era representado pelos interesses da burguesia e dos proprietários de terras, proletarizando os agricultores, ante o quadro de dificuldades enfrentadas no sertão.

Oliveira (1981, p. 51) considera que “seria apressado demais e cientificamente leviano afirmar que o IFOCS, e posteriormente o DNOCS, represente algo parecido com planejamento, ainda que no âmbito restrito do gasto governamental”. Bursztyn (1984) corrobora, ao considerar essa aparição meio “tímida”. Esse pensamento deriva primeiro do contexto político de sua origem, em que não havia uma centralização e que as ações eram

desarticuladas, sem um caráter de planejamento bem definido, além da concentração das ações do DNOCS, no Nordeste semi-árido.

Esse mesmo estudioso reconhece o esforço despendido no estudo das características naturais, o avanço no conhecimento físico, nas potencialidades e limites do solo, água, botânica, de sua flora nativa e das possibilidades de adaptação de outras espécies. Nada se avançou, entretanto, em termos do entendimento e desvendamento de sua estrutura socioeconômica.

Assim, a atuação do DNOCS pode ser compreendida, como registra a literatura, em três momentos distintos: inicialmente, a fase hidráulica, com a construção dos açudes de pequeno e médio porte. No segundo momento, a partir da década de 1970, as prioridades foram dadas para a irrigação com a construção dos perímetros irrigados - áreas a jusante de grandes açudes - e, finalmente, desde o começo dos anos de 1980, quando ocorreu a inserção de novas técnicas vislumbrando uma agricultura competitiva. Nas palavras de Sampaio (2005), as mudanças no terceiro momento representaram um “processo técnico-científico-cultural-mercadológico novo dos caminhos das águas”, onde podemos perceber a utilização cada vez mais intensa dos recursos naturais atrelados à técnica, à ciência, à informação, ao mercado e à política.

O período compreendido entre 1950 e 1959 ficou conhecido por “mudança de padrão”, conforme Carvalho (1988). Perceberam-se alterações de natureza econômica no Nordeste, as tentativas de integração ao mercado nacional pelo capital industrial, uma orientação da economia com a lógica do capitalismo em curso, embora os problemas sociais continuassem latentes. Muda-se o padrão do discurso político, mas as reivindicações dos movimentos sociais contra o latifúndio permanecem em verdadeira ebulição.

No governo de Juscelino Kubitschek, no alvor da segunda metade do século XX, se vinculava a ideia do desenvolvimento atrelado à modernização via industrialização de todas as atividades econômicas, inclusive agrícolas. É nesse período que se contemplam à entrada dos bancos e a financeirização do território³⁶, quando as relações se tornam intermediadas por normas organizacionais, ditadas pelos organismos financeiros.

³⁶ Santos e Silveira (2008, p. 195) nos explicam como se expressam os traços da financeirização do território a partir da seguinte passagem: “[...]. A sociedade, assim, é chamada a consumir produtos financeiros, como poupanças de diversas espécies e mercadorias adquiridas com dinheiro antecipado. Com isso o sistema financeiro ganha duas vezes, pois dispõe de um dinheiro social nos bancos e lucra emprestando, como próprio, esse dinheiro social para o consumo. Eis um dos caminhos da financeirização da sociedade e do território. É um movimento de concentração e dispersão”.

O Banco do Nordeste do Brasil – BNB, surgido em 1952, demonstra a ligação das ações do Estado ao capital financeiro. Dentre suas inúmeras atribuições, estão os créditos rurais àqueles proprietários de terras interessados na construção de açudes particulares, substituindo a política anterior conhecida por “açudes em cooperação”, bem como os créditos relacionados à produção agrícola.

Apesar desses avanços, a concentração e a liderança do setor agrícola - industrial ainda permaneciam no Sudeste, como herança da importante e lucrativa fase cafeeira que atraía massivas ondas de imigrantes estrangeiros. Esses fatores favoreciam a grande capitalização dessa porção do Brasil, enquanto o Nordeste se mantinha numa estrutura vinculada ao binômio gado-algodão, sob o controle econômico e político de oligarquias rurais. Em meados do século XX, o Governo federal efetiva em seu planejamento uma via para a ruptura desse *status quo* da região, numa tentativa de inserir essa parte do País no âmbito da vida econômica nacional.

O período curto que demarca os anos de 1959 – 1964 ressalta essas amplas reformas. A **Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE** integra esse conjunto de mudanças, como assim compreendeu Carvalho (1988, p. 227):

Só que desta vez o fará de forma planejada, organizada, por uma instituição nova e moderna, a SUDENE – criada ao final de 1959-, sem os vícios da maioria das instituições federais e estaduais existentes. Dessas, a SUDENE diferia, ainda, de forma particular, por sua capacidade de não se deixar capturar pelas oligarquias dominantes, **pelo menos nessa fase. (grifo nosso)**

A SUDENE surge como alternativa de reduzir, principalmente, as disparidades regionais, pois se percebia a tendência histórica, incentivada pelos próprios programas de governo do período (década de 1950), da concentração de investimentos na região Sudeste, como explicita Brum (1999, p. 249):

Acreditava-se nos meios oficiais do governo JK que era possível realizar o desenvolvimento do país a partir de um centro dinâmico único - São Paulo. O dinamismo desse centro - em círculos concêntricos cada vez mais amplos – irradiar – se - ia progressivamente contagiando as outras áreas e regiões do país.

Como resultante do relatório do GTDN, essa política pública fora influenciada pelo que previa o grupo de trabalho: o desenvolvimento alicerçado na industrialização como solução primordial, o deslocamento populacional para regiões subpovoadas no próprio Nordeste, como é o caso do Maranhão, mediante a expansão da fronteira agrícola, uso mais

intensivo dos vales úmidos e uma grande reorganização do território, por meio da modernização das indústrias então existentes, em particular as têxteis.

Esses objetivos estão explicitados no GTDN:

Para modificar a estrutura ocupacional da região e elevar, efetivamente, o padrão de vida, será necessário atacar em duas frentes simultâneas: a da industrialização, para absorver os excedentes urbanos, e a do deslocamento da fronteira agrícola e da irrigação das zonas áridas, para aumentar a disponibilidade de terras aráveis por homem ocupado na agricultura (1959, p. 55).

O GTDN apresentava uma análise estritamente econômica, vislumbrando uma rápida transformação de todo o sistema local. Por intermédio de gráficos e tabelas, faziam-se comparações entre a zona subdesenvolvida (Nordeste) e a desenvolvida (Centro-Sul), considerando também São Paulo.

Na visão de Bursztyn (1984, p. 24), no entanto, “a SUDENE, mostrou-se, desde seu nascimento, frágil frente às oligarquias locais. As saídas apontadas foram, portanto, mais paliativas do que terapêuticas”.

Na interpretação de Oliveira (1981, p. 125), essa instituição pública era “um aviso prévio do Estado autoritário, exacerbação fusão Estado - burguesia, dissolução da ambigüidade Estado - burguesia, a tal ponto que um se confunde com o outro, e os limites de Estado e sociedade civil podem borrar-se completamente”. Essa agência, de fato, representava um freio aos movimentos populares e a integração da economia nordestina à nova divisão do trabalho, comandada pela burguesia industrial, de São Paulo.

A seca, na concepção dos técnicos da Sudene, representava uma crise de produção, não sendo suficiente a construção de barragens ou uma intervenção no domínio fundiário. No tocante à irrigação, foram reorientados os trabalhos do DNOCS e iniciados estudos para a implantação da agricultura pública irrigada, meio para a produção de alimentos. A ideia era diminuir as fragilidades econômicas do Nordeste, em relação ao contexto nacional, inserindo-o na realidade mundial. Daí a preocupação excessiva na produção, na entrada de inovações tecnológicas e na aproximação intensa e acelerada da industrialização à agricultura.

Nesse ínterim, o Estado, associando-se aos interesses do capital financeiro, dinamiza as relações bancárias. De fato, a maior parte dos incentivos levantados pelo BNB refere-se à política credíctia. Outro fato, entretanto, na história da modernização do território nordestino marca a forte presença desse Banco. Com a Sudene e os incentivos fiscais

proporcionados pelos artigos 34 e 18, regulamentados pelo FINOR, seria esse Banco o meio de depósito das empresas que obtiveram dedução de impostos (ANDRADE, 1981).

Os créditos financiados pelo BNB só eram alcançados mediante a elaboração de projetos técnico-financeiros, “pacotes tecnológicos”, feitos pela Emater, antiga Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR, criada em 1954. Observam-se, nesse âmbito, além da efetivação do sistema bancário no meio rural, a disseminação do consumo de insumos industrializados, a ampliação das relações de interdependência entre o agro e os capitais financeiro e industrial e uma exclusão dos agricultores que não possuíam terras, pois estes estavam impossibilitados de obter créditos, exceto na posse de um documento chamado “carta de anuência”, feita pelos seus senhores de terra, que não demonstravam interesse.

Nas palavras de Oliveira (2007, p. 104), enquanto “a sociedade nacional, marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo”.

É nesse âmbito que se expandem por todo o Nordeste as Ligas Camponesas, importante movimento social, levando a bandeira pela reforma agrária, contra a exploração exacerbada da força de trabalho, congregando principalmente camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais, todos contra o latifúndio, bastante presente em um período da história nacional em que as preocupações eram totalmente voltadas à entrada do capital internacional, via industrialização.

Na concepção de Andrade (1981, p. 50), “nesse período, os ideólogos do desenvolvimento consideravam que desenvolvimento e industrialização eram praticamente sinônimos, que um dependia inteiramente do outro”.

Esse mesmo autor explicita que a SUDENE, tendo como prioridade medidas visando à industrialização, deixou em segundo plano os problemas agrários. A preocupação estava em criar estratégias de atração de investimentos estrangeiros para o Nordeste. Isto não somente acirrou a competitividade entre os lugares³⁷, como também criou disparidades regionais.

³⁷ Santos e Silveira nos esclarecem (2008, p.p. 112 e 296): “As mudanças de localização de atividades industriais são às vezes precedidas de uma acirrada competição entre Estados e municípios pela instalação de novas fábricas e, mesmo, pela transferência das já existentes”. Além do que, “[...], do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares “produtivos””.

Observando o *quadro 2*, percebemos a concentração dos investimentos e projetos relacionados à SUDENE nos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, nas décadas de 1960 e 1970. Dentre esses estados, apenas algumas cidades eram selecionadas para serem beneficiadas.

QUADRO 2: Investimentos SUDENE (1960 – 1977)

ESTADOS	Nº. DE PROJETOS APROVADOS	CONCENTRAÇÃO
Pernambuco	342	Recife, Carpina, Caruaru, Gravatá, Pesqueira e Petrolina
Bahia	264	Salvador, Simões Filho, Camaçari e Feira de Santana.
Ceará	185	Fortaleza, Sobral, Crato e Juazeiro
Paraíba	136	Campina Grande, João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Conde e Cabedelo
Rio Grande do Norte	86	Natal, Parnamirim, Mossoró, Macau e São Gonçalo do Amarante
Alagoas	43	Maceió, Rio Largo, Pilar, Palmeiras dos Índios e Penedo
Sergipe	39	Aracaju e Estância
Maranhão	24	São Luís e Caxias
Piauí	24	Teresina e Parnaíba

Fonte: Adaptado de Andrade (1981).

As oligarquias foram fortificadas, representadas pelos grupos nacionais, regionais e locais (*quadro 3*), enquanto as pequenas fábricas, não suportando a competição com esses mesmos grupos ou com o capital estrangeiro que entrava fortemente na região, logo cediam os seus territórios para agentes externos ao local.

Alguns fatores favoreceram o enfraquecimento dessa agência: os longos períodos de secas, o agravamento das tensões sociais e, principalmente, o choque frontal com os grupos tradicionais. Resultam dessa fase o seu desarticulamento e transformação em apenas agência executora de outros programas.

QUADRO 3: Oligarquias empresariais no Nordeste brasileiro, entre 1960-1970

GRUPOS NACIONAIS E RAMOS INDUSTRIAIS	
Matarazzo	Têxtil e salineira
Ermírio de Morais	Cimentos, agroindústria açucareira e de álcool
Pereira Carneiro	Salineiro
Antarctica Paulista e Brahma	Bebidas
GRUPOS REGIONAIS E RAMOS INDUSTRIAIS	
Bezerra de Melo	Hoteleiro, têxtil e açucareiro
Brennand	Cerâmicas, açucareiro, siderúrgico e pecuário
João Santos	Açúcar, minerais não-metálicos e cimento
Mendes Lima/ Batista da Silva	Bancário, têxtil e açúcar
Lundgren	Têxtil
Edson Queiroz	Comércio, bebidas e gás de fogão
GRUPOS ESTADUAIS E RAMOS INDUSTRIAIS	
Piauí	Babaçu, mamona, oiticica e algodão
Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte	Cera da carnaúba
Paraíba e Bahia	Fibras de agave
Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia	Açúcar e Álcool
Alagoas e Sergipe	Derivados do coco
Bahia	Fumo, cacau, madeira e minérios
Todos os estados	Couros e peles

Fonte: Adaptado de Andrade (1981).

Os anos que se seguem (1964 a 1978) retratam a modernização conservadora³⁸ (MARTINS, 1994), logo que “em vista do caráter autoritário do regime instaurado em 1964, reforçam-se as alianças das oligarquias rurais com o Estado, porém conciliando os interesses dos grupos mais tradicionais aos dos que tratam de se modernizar”. (CARVALHO, 1988, p. 233). Ao lado da perspectiva de modernizar a agricultura por meio da irrigação, mantiveram-se antigas estruturas, como as relações fundiárias e de privilégios entre o Estado e as classes

³⁸ A expressão “modernização conservadora” fora utilizada inicialmente por Giuseppe Tomasi di LAMPEDUSA, em seu romance “O Leopardo”, publicado em 1959. A obra tratava-se da decadência da aristocracia siciliana, durante o processo de unificação da Itália e das estratégias utilizadas por essa classe social para manter-se no poder. A modernização conservadora é expressa pela frase dita pelo príncipe Falconeri (uma das personagens): *tudo deve mudar para que tudo fique como está*. Posteriormente, o conceito é estudado por outros autores, a exemplo de José de Souza Martins.

oligárquicas. O Brasil vivia o apogeu da fase da ditadura e a SUDENE, assim como os outros organismos públicos, veem sua atuação limitada.

Nesse período, surge o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola³⁹ – GEIDA em 1967, criado pelo Ministério do Interior, a que estavam subordinados o DNOCS e a SUDENE. Elaborando e planejando programas de irrigação, contavam com o apoio de órgãos públicos e empresas de consultorias privadas. Não dispunham, porém, de recursos financeiros suficientes para a implantação do que previam.

A década de 1970 configura verdadeira ebulição de políticas e programas voltados à irrigação⁴⁰. Desse modo, surge o Programa de Integração Nacional – PIN, resultante do I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, elaborado no governo Médici (1972 – 1974). Dentre as prioridades desse programa, estavam o aproveitamento dos vales úmidos, a elevação da faixa semiárida e o incentivo à exportação por todo o Nordeste (SOUZA, 1997 *apud* ALBANO, 2008).

Nas palavras de Bursztyn (1984, p. 80), “a irrigação passa, então, a ser o eixo central de projetos de assentamento e de produção agrícola de tamanho familiar (sob a responsabilidade do DNOCS) e, por outro, à exploração do Vale do São Francisco, sob a coordenação da CODESVASF”.

O posterior surgimento dos perímetros irrigados teria por finalidade “o desenvolvimento sócio-econômico de determinada área do meio rural” (Art. 6º, 1979, p. 6), com o intuito de fixar o homem no campo, onde o colono exerceria a agricultura familiar, utilizando-se do abastecimento hídrico advindo dos açudes públicos.

Totalizam no Nordeste brasileiro 38 perímetros públicos irrigados, concentrando no Ceará a sua maior parcela (36%), como organizado na *tabela 2* e na *figura 9* exposta.

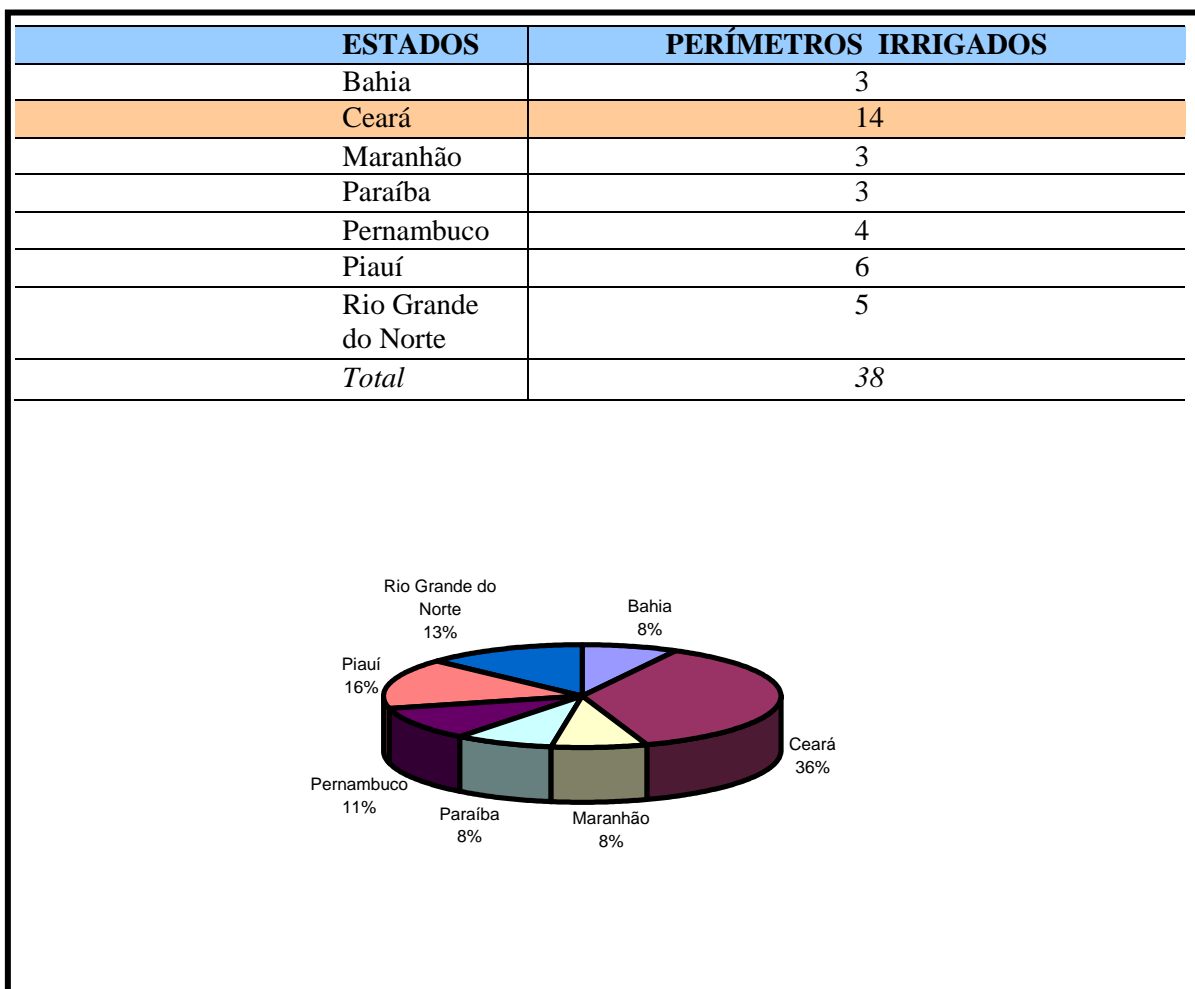
Inicialmente o DNOCS desapropriava os moradores das terras irrigáveis nas imediações dos açudes, pagando-lhes indenizações pela posse da terra ou, ainda, reassentando-os nos lotes agrícolas. Nesse ínterim, eram feitos o tratamento do solo, a construção dos fixos relacionados aos canais de irrigação e redes de drenagem e, em seguida, a divisão dos lotes agrícolas. Cada lote estaria em uma agrovila com residências dos colonos,

³⁹ “Referido plano, que previa o que fazer em matéria de irrigação pública para todas as regiões Nordeste, Sudeste e Sul”. (CARVALHO, 1988, p. 236).

⁴⁰ “No começo dos anos 70, o novo discurso do Estado passou a ser o do desenvolvimento rural integrado, tal como concebido pelo Banco Mundial (BIRD), um dos principais agentes do capital financeiro internacional, junto aos países subdesenvolvidos”. (CARVALHO, 1988, p. 237).

rede elétrica, comércios, escolas, além de outras instalações, no intuito de fomentar a criação de comunidades dentro do projeto, como força de trabalho na agricultura irrigada.

TABELA 2 E FIGURA 9: Perímetros Irrigados do Nordeste



Fonte: Elaborado por Vasconcelos, a partir dos dados do DNOCS.

Vários eram os critérios utilizados para a seleção dos colonos para os perímetros irrigados, o que demonstra a seletividade na busca pela “eficiência” e pela “competência” dos profissionais que se destinassem à irrigação. Para efeito de conhecimento, segundo Bursztyn (1984, p.p. 81-82), eram levados em consideração:

1. idade- os candidatos devem ter menos de 45 anos;
2. capacidade de trabalho- física e moral;
3. estado civil- somente homens casados;
4. número de filhos- pelo menos dois (número de braços e alta produtividade);

5. dedicação exclusiva- não podem outra atividade além da de colono;
6. conhecimento da agricultura- já com experiência na atividade;
7. proximidade- prioridade aos que já habitavam nas áreas desapropriadas;
8. alfabetização- não se aceitariam analfabetos;
9. entrevista- feita por uma assistente social do DNOCS, onde seria verificados, principalmente, o “espírito empresarial” e o “senso de responsabilidade” de cada um.

Nos anos seguintes (1973 – 1974), de acordo com os conhecimentos e informações disponibilizados pela SUDENE, foi elaborado o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Áreas Prioritárias do Nordeste, que se chamaria, no final de 1974, de Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – Polonordeste, integrante do II PND.

Por sua atuação e influência, esse programa apresenta-se como um dos mais contraditórios programas de desenvolvimento, por não ter transformado as estruturas agrárias nordestinas, aumentando ainda mais as disparidades, contudo, é certo que ocorreram amplas modificações no campo.

O polonordeste foi idealizado com base nas ideias de François Perroux, importante economista na década de 1950, com o intuito de fazer a seleção de alguns subespaços (fragmentação) que, recebendo incentivos do Estado (concentração), polarizariam o desenvolvimento no seu entorno, como nos esclarece Andrade (1977, p. 42):

O poder de atração que uma cidade exerce em torno da área que a cerca, conseqüente das transações comerciais que realiza, provoca a formação de áreas de influência e, em conseqüência, regiões polarizadas.

É compreensível que esse programa se baseava em ideias ultrapassadas para a atual realidade que vivenciamos, em que a interligação do local ao global se dá de forma veloz, pelos recursos da tecnologia. Tampouco esses “espaços de fluxos” ocorrem por todos os lugares, mesmo em seu entorno, como sugere essa teoria. “Trata-se, na realidade, de um subsistema, formado por pontos ou, no máximo, linhas e manchas, onde o suporte essencial são os artefatos destinados a facilitar a fluidez e autorizar o movimento dos fatores essenciais da economia global”. (SANTOS, 2008 a, p. 296).

No lugar dos polos industriais, surgiam então os polos rurais, adaptações feitas para o polonordeste, concebido à luz da teoria de Perroux, diante de suas experiências em França. O contexto histórico do seu planejamento deriva da década de 1950, no período de Juscelino Kubitschek, que, sob a leitura de Brum (1999, p. 231),

(...) predominava ainda uma visão linear do fenômeno desenvolvimento-subdesenvolvimento. Acreditava-se que os países atrasados, para atingirem o desenvolvimento, deviam percorrer as mesmas etapas por que haviam passado os países já desenvolvidos. O subdesenvolvimento não era concebido como fruto de uma estrutura econômica mundial de exploração, nem como uma característica peculiar específica de determinadas sociedades nacionais. Era considerado simplesmente um atraso resultante de um ritmo mais lento de crescimento econômico linear. Identificava-se desenvolvimento com mero crescimento econômico. E pensava-se que, acelerando-se o ritmo de crescimento econômico, se chegava ao desenvolvimento.

Mesmo com todas essas repercussões, são notáveis as mudanças ocorridas em razão desse programa, perceptíveis pelo desencadeamento de outras atividades econômicas, ligadas não só à produção, mas também à circulação, distribuição e consumo dos produtos: a aglomeração nos pequenos núcleos interioranos, a intensificação das movimentações financeiras, na busca de uma “certa” fixação do homem à terra, além do surgimento de outros agentes externos ao lugar que também reorganizam o espaço, o transformando em espaço racionalizado⁴¹.

Como auxiliar ao polonordeste e constituinte também do II PND, foi criado, em 1976, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região SemiÁrida do Nordeste: Projeto Sertanejo, priorizando essa porção regional e tendo como beneficiários:

- trabalhadores sem terra e assalariados;
- pequenos proprietários;
- médios proprietários (com estabelecimentos até 500 ha de área);
- grandes proprietários (senhores com área superior a 500 ha, cujos projetos, aprovados pela SUDENE e pelo INCRA, proporcionassem o acesso à terra aos produtores dos estratos I e II). (CARVALHO, 1988, p. 247- 248).

No Ceará, sob o comando do então governador do Estado, Virgílio Távora, as áreas potencialmente prioritárias, para a instalação desses polos, deveriam ser aquelas situadas nos vales e serras úmidas, áreas de agricultura seca e tabuleiros costeiros. Uma das críticas feitas a esse programa, no entanto, trata-se da sua “preferência” pelas áreas úmidas, como os vales, serras e tabuleiros costeiros, em contraposição às áreas semiáridas, mais necessitadas, em decorrência das vicissitudes climáticas.

Outras críticas foram direcionadas a esses dois programas, com referência à sua concepção autoritária, à ausência de um planejamento adequado e de uma maior fiscalização, não tendo como fim o atendimento aos pequenos produtores rurais, manifesto nos seus

⁴¹ Os espaços das racionalidades são aqueles próprios ao capital, às empresas. Santos (2008 a, p. 303) complementa, ao dizer que “na verdade, com o advento do espaço racional, este se torna uma verdadeira máquina, cuja energia é a informação e onde são as próprias coisas que constituem o esquema de nossa ação possível”.

anseios e necessidades, mobilizados efetivamente por seus sindicatos e outros segmentos progressistas da sociedade nordestina (CARVALHO, 1988, p. 251).

O Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE e o Programa Nacional de Irrigação – PRONI dão continuidade às ações voltadas para as atividades agrícolas, incentivando a irrigação pública e privada no governo José Sarney, em 1986, contribuindo para o delineamento do território nordestino.

Assim, no que se refere à elaboração e aplicação de políticas públicas, de acordo com o exposto, constatamos uma sobreposição de políticas e de programas, em que se observam as estratégias criadas pelos representantes do Estado para satisfazer as necessidades dos proprietários de terra e da burguesia, com a progressiva modernização da agricultura, mediando conflitos entre as classes sociais, sob a figura do assistencialismo (*quadros 4 e 5*).

QUADRO 4: Síntese de Instituições no Nordeste

INSTITUIÇÕES	ANO DE CRIAÇÃO	PRIORIDADES	PRESIDÊNCIA
IOCS	1909	Estudos das características naturais, construção de açudes (particulares e públicos) e às primeiras infra-estruturas.	Nilo Peçanha
IFOCS	1919	Continuação e ampliação das ações anteriores, como a construção de estradas, portos, eletrificação, campos de pouso, açudes, poços e canais.	Epitácio Pessoa
DNOCS	1945	Aproveitamento hídrico, com ênfase na construção de açudes para abastecimento, piscicultura e irrigação, sendo esta mais ativa nas últimas décadas dos anos de 1990.	Getúlio Vargas
SUDENE	1961**	<ul style="list-style-type: none"> - Reorganização e modernização das indústrias tradicionais existentes (em particular as têxteis); - Diversificação da produção industrial; - Influenciar a migração do excedente de mão-de-obra nordestina à Amazônia; - Inserção econômica do espaço social nordestino, frente à hegemonia industrial do Centro-Sul; - Incentivar a entrada de indústrias nacionais e internacionais no Nordeste brasileiro, através dos artigos 34 e 18; - Favorecer a irrigação, com o discurso da produção de alimentos. 	Juscelino Kubitschek

Fonte: Elaborado por Vasconcelos com base nos dados de Oliveira (1981), Andrade (1981), Bursztyn (1984), Carvalho (1988), Araújo (1990), Brum (1999), Quintiliano (2008).

** Criada em 1959, a Sudene inicia os seus trabalhos efetivamente em 1961.

QUADRO 5: Síntese dos Programas e Ações no Nordeste

PROGRAMAS E AÇÕES POLÍTICAS	ANO DE CRIAÇÃO	PRIORIDADES	PRESIDÊNCIA ***
CCE ****	1856	Comissão científica composta por cientistas brasileiros e estrangeiros que realizaram os primeiros estudos geológicos, mineralógicos, astronômicos, geográficos e antropológicos, na busca por riquezas minerais.	Monarquia- D. Pedro II
GTDN	1959	Grupo de trabalho responsável pela elaboração do relatório, composto pelas prioridades que a Sudene seguira.	Juscelino Kubitschek
GEIDA	1967	Plano de irrigação pública para as regiões brasileiras previstas pelo programa, destacando neste sentido as regiões Nordeste, Sudeste e Sul.	Castello Branco
FINOR	1974	Fundo operado pelo BNB sob a administração da Sudene que passou a disciplinar a aplicação dos recursos referentes às deduções de impostos das indústrias beneficiadas pelos artigos 34 e 18.	Emílio Médici
EMATER	1976	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural responsável por elaborar projetos técnicos – financeiros facilitando a aceitação pelo banco onde o crédito é solicitado.	Ernesto Geisel
POLONORDESTE	1975	Modernizar as atividades econômicas com o intuito de criar pólos e fixar o homem a terra, articulando a pesquisa agrônômica, a assistência técnica, o crédito, a infraestrutura (estradas vicinais e eletrificação rural) e, até mesmo, ações no terreno da reorganização fundiária.	Ernesto Geisel
PROJETO SERTANEJO	1976	<ul style="list-style-type: none"> - Programa auxiliar ao POLONORDESTE; - Reprodução do capital em pontos do Nordeste; - Produção de alimentos mais baratos e em fluxo constante; - Retenção da força de trabalho; - Maior integração agricultura – indústria. 	Ernesto Geisel
PROINE E PRONI	1986	Incentivar a irrigação pública e privada no Nordeste e nas demais regiões brasileiras.	José Sarney

*** Exceto a criação da CCE, no período da monarquia, as outras ações políticas surgiram no regime presidencial. **** Ação política, anos depois originando o IOCS.

Fonte: Elaborado por Vasconcelos com base nos dados de Oliveira (1981), Andrade (1981), Bursztyn (1984), Carvalho (1988), Araújo (1990), Brum (1999), Quintiliano (2008).

O Estado do Ceará, do mesmo modo, criou formas para acompanhar as modificações na atividade agrícola que se dava em todo o mundo. Como resposta à liberalização da economia, modificou-se a estrutura política, formada então pelo empresariado, responsável pelo surgimento das inúmeras políticas públicas, sustentando, de um lado, a base de poder aristocrática cearense e de outro alimentando a população com os discursos governistas, estruturados em uma política de crescimento econômico.

3.3 Estado cearense e agricultura irrigada: análise dos planos de governo

Durante as décadas de 1960 e 1970, o Governo do Estado do Ceará foi administrado por militares. Esse ciclo foi representado pelo coronel Virgílio Távora (1963-1966), Plácido Aderaldo Castelo (1966-1971), coronel César Cals (1971-1975), coronel Aduino Bezerra (1975-1978) e novamente coronel Virgílio Távora (1979-1982). Dentre esses, Plácido Castelo, embora civil, seguia as ordens dos militares.

Enquanto isso, no âmbito nacional, a ditadura militar expandia-se e a política imposta à Nação, além da extrema repreensão aos movimentos populares, configurava-se como “milagre econômico”⁴², com as atenções voltadas para a industrialização e abertura ao capital estrangeiro.

Dentre todos esses mandatos, o de Virgílio Távora foi considerado um dos mais representativos no Estado do Ceará. Sua gestão foi marcada pela centralização política fundamentada no clientelismo e na repreensão característica dos governos militares e coronelistas. A introdução de um modelo de planejamento no Ceará - o I Plano de Metas Governamentais (I PLAMEG) - baseado no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, tendo como pilares a regionalização e a industrialização, o fazia díspar no quadro político local. A forma estratégica com que Virgílio mediava às relações agradava aos seus correligionários e até mesmo à oposição, contribuindo para que ele obtivesse concessões de recursos financeiros no intuito de firmar seus objetivos. Nas palavras de Carvalho (2002, p. 19),

Nas eleições de 1962 e na gestão governamental, consolida-se a imagem de Virgílio como grande chefe político que combina duas virtudes magistras: a de artífice de acordos políticos selados com o reconhecimento de sua autoridade e a de modernizador, devido à introdução da idéia de planejamento nas ações

⁴² O “milagre econômico” surgiu durante a ditadura militar, especialmente entre 1969 e 1973, no governo Médici, quando as taxas de crescimento do PIB eram definidas pela entrada de capital estrangeiro, período considerado áureo do desenvolvimento brasileiro, permeado pela grande concentração de renda e extrema pobreza no Brasil.

administrativas estaduais norteadas por pretensões desenvolvimentistas. [...] Porém, era necessário manter os compromissos com os chefes políticos que lhe deram sustentação face às novas condições impostas pelo regime militar. Considerando-se as regras da política tradicional de manter a palavra empenhada e de evitar as traições, esse foi um grande teste para a capacidade de conciliação de Virgílio.

Nem mesmo a instauração da ditadura militar no início de seu governo atrapalhou os seus objetivos, à medida que aumentava o seu rol de influências, ampliando a sua imagem de homem do Estado, especialmente sendo sobrinho do general Juarez Távora. Para Farias (1997, p. 246), esse quadro era,

(...) na realidade, a longo prazo, favorável ao governo Távora. Afinal, o novo Presidente, Castello Branco, era cearense, bem como o ministro de obras e viação, Juarez Távora, e o superintendente da SUDENE, João Gonçalves – em síntese, seria mais fácil agora para Virgílio conseguir recursos para sua administração junto ao governo federal.

O segundo mandato de Virgílio Távora (1979 – 1982) deu continuidade às suas prioridades à industrialização, propostas no II PLAMEG. Nesse período, centralizava o poderio político, com apoio do empresariado local, enlaço que se tornará mais intenso e explícito com os governos posteriores. No tocante à agricultura, foram consideráveis as transformações, com investimentos para a irrigação privada, dando abertura às agroindústrias, fortificadas anos depois.

Ao final da vigência de Virgílio, grandes eram as divergências entre os coronéis, que não entravam em consenso quanto ao candidato a novo governador do Estado. O impasse foi resolvido em Brasília, com a indicação de Gonzaga Mota – professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), técnico do Banco do Nordeste (BNB) e secretário de Planejamento do governo anterior – ao cargo de novo governador, enquanto a Adauto Bezerra restava a indicação como representante do vice-governo e a prefeitura de Fortaleza nas mãos de César Cals Neto, filho de César Cals. Isso seria ratificado pelos detentores do poder ditatorial.

É nessa circunstância que se inicia o mandato de Gonzaga Mota, o tecnocrata legitimando o poderio dos coronéis. Passado alguns meses, Gonzaga Mota começa a consolidar seu próprio grupo de correligionários. Os conflitos foram pertinentes e, ao final de seu governo, o nepotismo exacerbado, com a contratação direta de seus familiares para ocuparem diversos cargos públicos, firmava um dos principais traços de sua atuação que se concluíra em meados da década de 1980 (FARIAS, 1997).

Com o declínio da ditadura militar, ante os movimentos populares e a forte crise política e econômica, o País consegue a redemocratização, possibilitando eleger seus

governantes. É o momento em que líderes do empresariado e políticos de partidos de oposição aos coronéis conseguem eleger um governador representativo desse novo momento histórico. Esse governo arregimenta-se com um quadro de intelectuais e tecnocratas, ao lado de empresários e políticos (*tabela 3*), além da Igreja Católica.

TABELA 3: Formação do quadro político estadual por período de governo, segundo origem (1983 – 1997).

	Gonzaga Mota (1983 – 1987)		Tasso Jereissati (1987 – 1991)		Ciro Gomes (1991 – 1994)		Tasso Jereissati (1994 – 1997)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Técnicos	14	50 %	17	60.7%	17	70.8%	11	64.8%
Políticos	6	21.4%	7	25%	4	16.7%	3	17.6%
Empresários	-	-	3	10.7%	1	4.2%	3	17.6%
Militares	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem registro	8	28.6%	1	3.6%	2	8.3%	-	-
Total	28	100	28	100	24	100	17	100
Nº. de secretarias	15	-	16	-	15	-	17	-

Fonte: Adaptado de Bonfim, 2002.

Assim, ao entrar na última década do século XX, elabora-se um plano de governo (1987 – 1991) com propostas para o desenvolvimento do Estado do Ceará, constituinte do projeto de neoliberalismo, reinante no Governo federal.

Com o projeto intitulado “Plano das Mudanças”, Tasso Jereissati era o candidato ao Governo do Estado, apoiado pelos representantes do Centro Industrial do Ceará - CIC⁴³. Sua vitória durante o pleito de 1986 significou a entrada definitiva de investimentos maciços⁴⁴, de origem internacional, como as suas relações com o governo norte americano na agricultura irrigada demonstram. (*figura 10*)

⁴³ O CIC era formado por pessoas ligadas ao comércio e indústrias. Foi fundado em 1919, mas apenas em 1978 com a segunda geração formada, em geral por descendentes dos antigos componentes, teve um maior respaldo, inclusive político. Tinha no seu quadro de associados nomes influentes na economia cearense, tais como: Tasso Jereissati (Grupo Jereissati), Assis Machado (Construtora Mota Machado), Byron Queiroz (Grupo J. Macedo), Sérgio Machado (Vilejack), Edson Queiroz Filho (Grupo Edson Queiroz) e Amarílio Macedo (Grupo J. Macedo), dentre outros (FARIAS, 1997).

⁴⁴ Tasso Jereissati “trazia consigo as bases industriais do CIC e da FIEC e com elas recursos para financiar a campanha eleitoral, tinha visibilidade nacional como grande proprietário, o apoio de proprietários (locais e nacionais) de meios de comunicação e considerável prestígio junto aos setores emergentes das classes médias, conquistado como liderança empresarial progressista”. (LEMENHE *apud* FARIAS, 1997, p. 260).



Figura 10: Tasso anuncia “doação” para irrigação no Estado do Ceará.

Fonte: Acervo Diário do Nordeste, 31.10.1990.

Durante o seu governo (1987-1991; 1995-2002), prosseguiu com as prioridades industriais, aproximando-se fortemente da iniciativa privada, alicerçado pela mídia e pelo *marketing*, características marcantes nos seus mandatos⁴⁵.

As imagens do Ceará moderno, projetado pelos canais *mediáticos*, atraíam os recursos financeiros nacionais e internacionais, em busca de “espaços do fazer”⁴⁶. (SANTOS e SILVEIRA, 2008).

Essas forças exógenas não solucionavam os problemas sociais do Estado, que se agravavam, principalmente no interior cearense, com a chegada de multinacionais, a privatização dos espaços, a terceirização do trabalho, os conflitos pelo acesso à terra e à água, dentre outros.

Nesse sentido, “o Ceará passa a fazer parte de um projeto de modernização vigente no país, que bebe nas fontes da proposta neoliberal ou social-democrata. [...]. O chamado projeto de modernização acolhe com dificuldades as cenas do analfabetismo, da seca e da pobreza, que se arrastam como fantasmas do passado.” (BARREIRA, 2002, p. 72).

O governo posterior, de Ciro Gomes (1991 – 1994), deu prosseguimento às ações de Tasso, utilizando-se do *slogan* “geração Ceará melhor”. Agora amplia as relações com o

⁴⁵ A esse respeito, Carvalho (2002) faz o seguinte comentário: “O retorno das campanhas eleitorais diretas para postos majoritários, na década de 80, significou não apenas o desfecho de um longo processo de redemocratização do Brasil, mas também a inserção da política nacional e regional na era da sociabilidade midiática e da estética publicitária”.

⁴⁶ Segundo Santos e Silveira (2008), os “espaços do fazer” respondem aos comandos oriundos dos “espaços do mandar”, relativo à produção, ao movimento e até ao pensamento, por meio das modalidades de informação subjacentes à produção moderna.

capital privado, ao instituir o pacto de cooperação empresários/governo. A experiência como deputado e como ex-prefeito de Fortaleza, igualmente associado ao uso da mídia, influenciou, na concepção de Gondim (2000), sua imagem como “gestor carismático”, enquanto Tasso Jereissati se revelava como um “gestor burocrático”.

Com a saída de Ciro para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda do então presidente Itamar Franco, Tasso Jereissati reassume como governador durante os anos seguintes, após novas eleições⁴⁷.

A política fiscal representava prioridade relevante, durante esses governos, o que explica as palavras de Farias (1997, p. 266):

A geração cambeba⁴⁸ desenvolve uma agressiva política fiscal, atraindo capitais nacionais e estrangeiros. Para as indústrias, o governo financia os terrenos, garante a infra-estrutura e oferece isenções de impostos; as empresas têm isenção de 75% do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) por seis anos se estiverem instaladas na região metropolitana de Fortaleza; por 10 anos, a partir de 40 km; por 13 anos, depois de 300 km e por 15 anos a mais de 500 km da capital.

Os governos subsequentes, relativos ao de Lúcio Alcântara (2003 - 2006) e, o atual, de Cid Gomes (2007 – 2010), estão atrelados aos objetivos da “era Tasso”⁴⁹, no que diz respeito ao reaparelhamento da máquina do Estado e à participação cada vez mais efetiva da esfera privada nos organismos públicos, correspondendo aos ensinamentos passados por Jereissati em seu discurso de posse, no segundo mandato: “Vamos, todos os que fazem o Governo do Estado, aprender com a nossa própria experiência, a de outros Estados, do Governo Federal e de outros Países, e mesmo do setor privado, para extrair as lições que nos indiquem os requisitos para o sucesso das ações governamentais.” (TASSO JEREISSATI, 1994, p. 7).

A adequação do Ceará à modernização, envolta no planejamento de racionalizar o território, permeia historicamente as atenções governamentais, pois “a modernização sempre foi uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses.” (PARENTE, 2002, p. 126).

⁴⁷ A atuação de Tasso Jereissati, em seus mandatos, é percebida, na opinião de Barreira (2002, p. 76), da seguinte forma: “É importante ressaltar que, se na primeira gestão de Tasso Jereissati as afirmações sobre o desenvolvimento do Estado eram tidas como evidentes, constata-se posteriormente uma espécie de discurso justificador para os descompassos ou desigualdades provenientes da chamada questão nacional”.

⁴⁸ Cambeba é o bairro de Fortaleza, onde passou a se localizar a nova sede do Executivo, nomeada de Centro Administrativo Governador Virgílio Távora. A palavra “cambeba” começou a designar os governadores posteriores e aqueles que estivessem a eles ligados.

⁴⁹ Segundo Bonfim (2002, p. 36), as mudanças são representativas de uma “singularidade cearense decorrente da antecipação de uma agenda de modernização do Brasil, não mais pela via do Estado, mas pelo mercado, expansão da indústria, serviços e captação de recursos privados para incrementar o desenvolvimento regional”.

Desse modo, foram estruturadas as prioridades à industrialização das atividades, mediante a prática da regionalização, desde os planos de Virgílio Távora, buscando aparatos da iniciativa privada para que espaços selecionados fossem dotados de capacidades físicas, estruturais e organizativas concentrando certa dinâmica e atraindo mais recursos financeiros, sob a premissa de reduzir as desigualdades sociais.

Esse Estado capitalista e planejador, que ordena o território, entra em consonância com as ideias de Engels (2007) e Gruppi (1980), quando o classificam como mediador das classes com interesses econômicos em conflito, para que não se “devorem”; contraditório, porque esse poder é emanado da sociedade, mas se coloca acima e que se aliena cada vez mais dela, além de provisório e transitório, fluindo de uma classe social a outra, de acordo com os seus interesses.

Analisando as frentes de atuação dos planos de governo, percebemos que dois momentos situam o Estado do Ceará na busca intensiva por essa adequação à modernização, de formas mais bem estruturadas. No primeiro momento, com as vigências de Virgílio Távora e, posteriormente, as de Tasso Jereissati, logo que os demais governos acabaram por dar continuidade aos propósitos dos governadores ora citados.

O exemplo da agricultura irrigada é bem peculiar. Primeiro, a aproximação expressiva da agricultura à indústria, o que fomentará o surgimento das agroindústrias. Nesse processo, alguns espaços são selecionados e, para isso, as pesquisas e estudos de viabilidade econômica recebem maciços investimentos.

No I PLAMEG, Virgílio Távora situa entre suas metas as pesquisas em cooperação com a SUDENE, visando a executar um plano de recuperação e desenvolvimento dos vales do Jaguaribe, Acaraú e Curu, principais rios do Ceará, impulsionando e estimulando a expansão do setor privado, além de incitar a prática da regionalização.

Com o II PLAMEG, a agricultura irrigada continua a ser vista no sentido de fomentar a interiorização do processo de industrialização do Estado, por meio dos perímetros irrigados. Consta ainda nesse governo, dentre suas prioridades, a implantação do Projeto de Irrigação da Bacia do Acaraú, “ajustando” os pequenos produtores da área aos novos moldes da irrigação.

Os governos posteriores caminharam nessa vertente, fato que Virgílio Távora previa no II PLAMEG (1979, p.7),

A sistemática instituída pelo I PLAMEG, que sepultou, para sempre a era da improvisação, dispersão e desperdício no emprego dos recursos públicos,

atravessou fronteiras e alcançou projeção nacional, servindo de modelo a outras unidades federadas, principalmente aos governantes que me sucederam.

O Plano das Mudanças, com Tasso Jereissati e em seguida com os seus adeptos, reelabora as ideias introduzidas das regiões polarizadas no Ceará, subsidiadas pelo programa do Polonordeste, no que denominará de Agropolos, divididos no Baixo Acaraú, Ibiapaba, Baixo Jaguaribe, Centro Sul, Cariri, Metropolitano e Fortaleza (*figura 11*).



Figura 11: Agropolos do Ceará (2009)

Fonte: www.baixoacarau.com.br

O governo de Lúcio Alcântara mantém esse projeto, propondo em seu plano um conjunto de ações voltadas à entrada do agronegócio, em diversos lugares no Estado cearense:

A decisão de promover o desenvolvimento do agronegócio com base na agricultura irrigada fundamenta-se na característica multifacetada dessa atividade com os setores e áreas como: a indústria de insumos agrícolas; a agroindústria; a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas; e geração e manutenção da rede de infraestrutura básica (porto, aeroporto, terminais, estradas, estações, ferrovia e energia elétrica); a educação; a ciência e a tecnologia; a logística dos transportes e das comunicações (uso do computador, da Internet, do Sistema de Posicionamento Global – GPS, dos satélites); os serviços; a comercialização e a exportação. (Plano de Lúcio Alcântara, 2003, p. 71).

Assim, o Ceará é conduzido a esse processo de concentração e fragmentação dos territórios agrícolas, racionalizados pelo planejamento, no intuito da sua produtividade, gerando acumulação capitalista, mediante o consumo dos espaços.

Na produção gerada por esses agropolos em 2008, por exemplo, o Ceará representa o primeiro colocado em exportações de frutas no que se alude a volume produzido, mas na terceira posição em valor recebido. Em contrapartida, os Estados da Bahia e Pernambuco apresentam-se em terceira e sexta colocações, respectivamente, na produção de frutas e, verificou-se que, mesmo assim, ainda possuem o primeiro e segundo lugares, respectivamente, em valor recebido, conforme nos mostra a *tabela 4*.

TABELA 4: Exportações da fruticultura brasileira/ *Ranking* por Estado (2008)

ESTADOS	RANKING EM VALOR			RANKING EM VOLUME		
	VALOR (US\$)	%	POSIÇÃO	VOLUME (KG)	%	POSIÇÃO
Bahia	152.121.827	20,4	1°	128.164.469	14,3	3°
Pernambuco	140.254.138	18,8	2°	92.110.663	10,3	6°
Ceará	131.707.247	17,7	3°	194.840.087	21,7	1°
Rio Grande do Norte	98.663.523	13,2	4°	158.748.146	17,7	2°
São Paulo	95.538.594	12,8	5°	108.011.150	12,0	5°
Santa Catarina	54.362.928	7,3	6°	121.027.004	13,5	4°
Rio Grande do Sul	44.183.018	5,9	7°	64.891.879	7,2	7°
Outros	28.386.723	3,8	-	29.678.121	3,3	-
BRASIL	745.217.98	100,0	-	897.471.519	100,0	-

Fonte: Instituto Agropolos (2008)

Para atingir esse patamar, o agronegócio, presente no Estado do Ceará, atende a demanda do mercado internacional com a produção de tipos específicos de frutas, conforme o *quadro 6*.

A competitividade entre esses lugares da fruticultura que margeiam a natureza, como o vale do São Francisco, nos casos da Bahia e Pernambuco, o Açu, no Rio Grande do Norte, e os vales do Acaraú e Jaguaribe, no Ceará, são determinados e impostos pelos centros de “decisão”, presentes nos quadros estatísticos dos aparelhos do Estado e entendidos como parâmetros de desenvolvimento e modernização do Ceará, definindo valores e investimentos nos territórios.

QUADRO 6: Frutas - destaque e os maiores exportadores por cultura (CEARÁ, 2008)

FRUTAS	PAÍSES	%
Manga	Holanda	86,7
Banana	Reino Unido	65,8
Melancia	Holanda	50,6
Mamão	Holanda	49,5
Melão	Holanda	44,9
Abacaxi	Itália	31,2

Fonte: Instituto agropolos.

Para atender esses mercados, os perímetros irrigados acataram determinações das inovações técnico-científicas e às normas internacionais. Além disso, coube aos representantes do Estado instalar boas condições de fluxos para os produtos e para as informações e comunicações. Desse modo, a agricultura cearense se “refinaria” para o mundo da competitividade e da divisão técnica e espacial da produção, inserindo o Estado do Ceará na globalização, distinguindo os lugares “pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral).” (SANTOS, 2008 a, p.p. 247-248).

O surgimento do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú aponta para a materialização dos planejamentos do Estado, reordenando e incitando a adequação territorial do vale do Acaraú, usufruindo o que de melhor pode ser capitalizado, em cada momento histórico. É dessa forma que vem se moldando o Ceará, nas últimas quatro décadas, como está sintetizado nos planos de governo representados pelo *quadro 7*.

QUADRO 7: Síntese dos planos de governo do Ceará, entre as décadas de 1960 – 2000, com enfoque às atuações na agricultura irrigada*.

GOVERNADOR	VICE-GOVERNADOR	VIGÊNCIA	PLANO DE GOVERNO	PLANEJAMENTO NA AGRICULTURA IRRIGADA
Virgílio Távora	Flávio Marcílio	1963- 1966	I PLAMEG	<p>“A atuação do Governo no processo desenvolvimentista deve assumir prioridade indiscutível. Cabe-lhe, portanto, dirigir, impulsionar e estimular a sua expansão no setor privado e disciplinar-lhe as inversões no setor público”. (p. 1)</p> <p>METAS: em cooperação com a Sudene, realizar estudos para a execução de um plano de recuperação e desenvolvimento dos vales do Jaguaribe, Acaraú e Curu.</p>
Virgílio Távora	Manoel de Castro Filho	1979-1982	II PLAMEG	<p>“A sistemática instituída pelo I PLAMEG, que sepultou, para sempre a era da improvisação, dispersão e desperdício no emprego dos recursos públicos, atravessou fronteiras e alcançou projeção nacional, servindo de modelo a outras unidades federadas, principalmente aos governantes que me sucederam”. (p. 7)</p> <p>Dentre suas prioridades “a implantação do Projeto de Irrigação da Bacia do Acaraú, de forma que seja aproveitada a distribuição atual das terras dos pequenos produtores da área, evitando-se, assim, a desapropriação das pequenas glebas e que esses produtores sejam incluídos no processo de irrigação através das suas propriedades particulares”. (p. 63)</p> <p>“Os projetos de irrigação poderão servir de suporte a uma ação intensiva no sentido de fomentar a interiorização do processo de industrialização no Estado. A industrialização apresenta-se como uma tentativa de promover a geração de emprego no quadro rural evitando as constantes pressões demográficas sobre os grandes centros urbanos regionais”. (p. 129)</p>
Tasso Jereissati	Francisco Castelo de Castro	1987-1991	Plano das mudanças	<p>“Com efeito, num Estado como o Ceará, a realização de metas ambiciosas no Plano de Governo repousa em boa medida na capacidade de captação de recursos externos ao Estado”. (p. 8)</p>

Ciro Gomes	Lúcio Alcântara	1991-1994**	O Ceará melhor	Criação do “pacto de cooperação empresários/governo”, canal do trabalhador e incentivos a industrialização.
Francisco Aguiar	-	1994**	O Ceará melhor	Criação do “pacto de cooperação empresários/governo”, canal do trabalhador e incentivos a industrialização.
Tasso Jereissati	Moroni Torgan Beni Veras	1995 – 1998 1999 - 2002	II Plano das mudanças e Plano desenvolvimento sustentável	“O Governo induzirá o aproveitamento do potencial irrigável, através de pólos que associem a atividade agrícola ao processamento industrial e à comercialização, maximizando as oportunidades de criação de emprego direto e indireto”. (p. 47)
Lúcio Alcântara	Maia Júnior	2003-2007	Ceará cidadania: Crescimento com inclusão social	“A decisão de promover o desenvolvimento do agronegócio com base na agricultura irrigada fundamenta-se na característica multifacetada dessa atividade com os setores e áreas como: a indústria de insumos agrícolas; a agroindústria; a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas; e geração e manutenção da rede de infra-estrutura básica (porto, aeroporto, terminais, estradas, estações, ferrovia e energia elétrica); a educação; a ciência e a tecnologia; a logística dos transportes e das comunicações (uso do computador, da Internet, do Sistema de Posicionamento Global – GPS, dos satélites); os serviços; a comercialização e a exportação”. (p. 71)
Cid Gomes	Francisco Pinheiro	2007-2010	Diretrizes para programa de governo	“Promover o Grande Salto no setor agrícola pelo aumento da produção e da produtividade agrícolas, baseado na redução à vulnerabilidade às secas e na introdução de inovações tecnológicas, através do desenvolvimento científico e tecnológico”. (p.21)

Fonte: I PLAMEG (1963), II PLAMEG (1979), PLANED (1983), “Plano das mudanças” (1987), “O Ceará melhor” (1991), “Desenvolvimento sustentável” (1994), “Ceará cidadania: Crescimento com inclusão social” (2003) e “Diretrizes para programa de governo” (2008).

* Abordamos os planos de governo sintetizados no quadro, em decorrência de serem estes os momentos no Estado do Ceará em que se perceberam intensas iniciativas de modernização.

**Francisco de Paula Rocha Aguiar, presidente da Assembleia Legislativa, assumiu o período que antecedia o governo de Tasso Jereissati, em decorrência do afastamento de Ciro Gomes e do seu vice, Lúcio Alcântara.

4. PERÍMETRO IRRIGADO BAIXO ACARAÚ: TERRITÓRIO REESTRUTURADO

(...) cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer global dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade, e é isso que nos leva imperativamente à necessidade de atentar para a história concreta do hoje, da comunidade humana, sua atualidade, não importa o lugar particular onde o novo se mostre. (SANTOS, 2008 b, p. 65).

Nesse momento, abordaremos as fases da implantação do projeto, no contexto da história local, observando as modificações provocadas pela entrada do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

Inicialmente, analisamos como ocorreram a desapropriação e a reação dos agricultores familiares camponeses, os mais atingidos nesse processo. Com o projeto já implantado, correlacionamos o perímetro irrigado com o modelo de modernização da agricultura do Ceará, pautada no neoliberalismo, com tecnologias avançadas e com aspectos do *desenvolvimento contraditório e combinado*, que conjuga *expropriação e exploração*. Para tanto, foi necessário situar a dinâmica dos agentes produtores do projeto de irrigação, em suas permanências e mudanças, entre os “novos” ou “antigos” donos da terra, todos convivendo no mesmo território, seja pela *territorialização do capital* ou pela *monopolização do território*.

4.1 Perímetro Irrigado Baixo Acaraú: dos caminhos do gado à agricultura “modernizada”

O vale do Acaraú, que despertou os interesses dos fazendeiros do gado, dos comerciantes e industriais do algodão, agora recebe os olhares do agronegócio, como prioridade estatal, demonstrado nos planos de governo, alterando o espaço geográfico, como complementa Sampaio (2005, p. 470), ao dizer que “(...) as ações dos órgãos públicos fazem parte da estruturação e reestruturação do espaço, em qualquer momento histórico”.

Surgem, pois, os primeiros perímetros irrigados influenciados pelo rio Acaraú (*figura 12*), com base nos preceitos da “revolução verde”, durante as décadas de 1960 a 1980 e, após esse período, pelo neoliberalismo, com a entrada incisiva dos interesses da iniciativa privada.

A década de 1970 foi o marco das primeiras mudanças, quando se construíram os perímetros irrigados Ayres de Souza e Forquilha, localizados em Sobral e Forquilha, respectivamente. As alterações na base técnica e científica com a entrada de novas máquinas

(colheitadeiras, arados, tratores etc.), além da utilização de inovações químicas (insumos, sementes, fertilizantes, agrotóxicos etc.), enquadram-se no que disseminou a “revolução verde”, propagada no Ceará, por órgãos do Estado como a EMATERCE, responsável pela elaboração de projetos junto aos bancos para que estes subsidiem a produção agrícola, dando apoio financeiro na compra de equipamentos e produtos químicos, e a EMBRAPA⁵⁰, atuante nas pesquisas agropecuárias.

Nos anos de 1980, surgem os perímetros públicos de irrigação Araras Norte e Baixo Acaraú, com as feições do neoliberalismo, demarcando um novo momento na história da agricultura no Ceará. Como principais características, o uso das tecnologias é intensificado e o apoio das representações do Estado⁵¹, seja com investimentos financeiros, com normatizações beneméritas ao capital, infraestruturas públicas ou ainda com assistência técnica e pesquisas, são direcionadas à atividade empresarial.

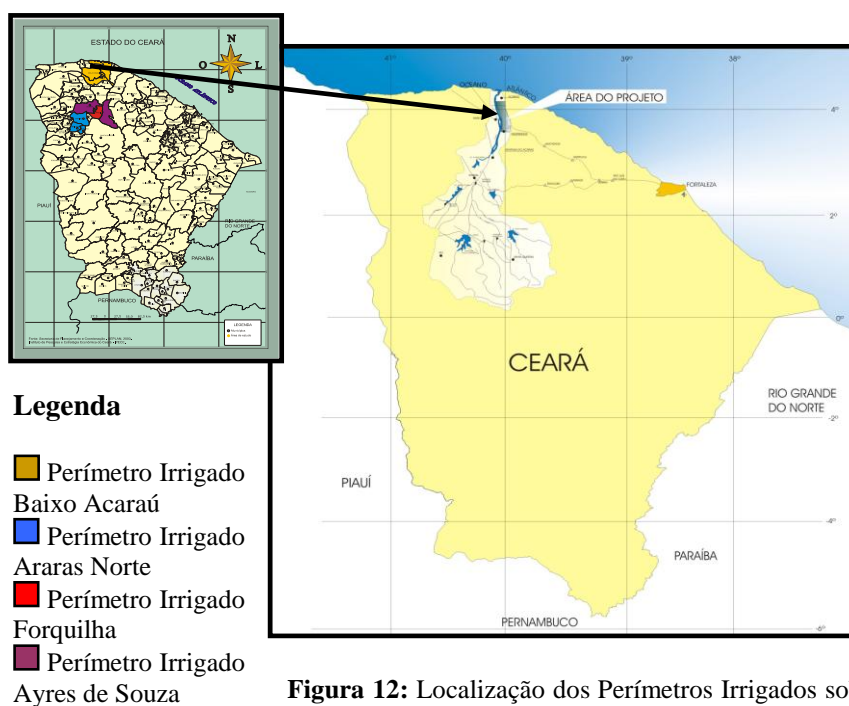


Figura 12: Localização dos Perímetros Irrigados sob influência do rio Acaraú, com destaque para o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

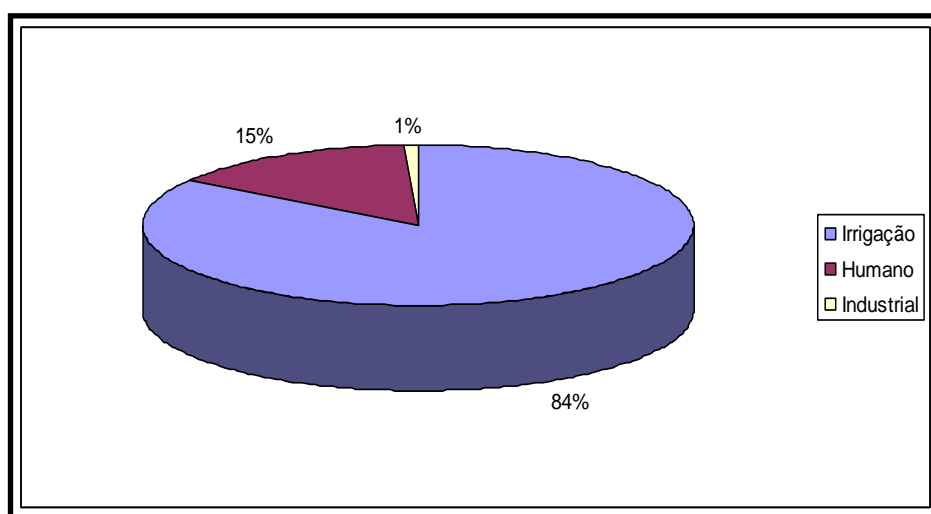
Fonte: Vasconcelos, adaptado do IPECE e DIBAU.

⁵⁰ Segundo Alves (1980) *apud* Ramos (2008, p. p. 381-382), “ A partir dos anos 60 há sucessivas mudanças na política de ensino e pesquisa agrícola. Em 1962 cria-se o Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária, que em 1973 será substituído pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que passa a coordenar e a executar a investigação agropecuária em todo o país. A política seguida desde então foi a de implantar diversos centros e unidades de pesquisa agropecuária de modo descentralizado através do território, com a coordenação da sede da Embrapa, localizada em Brasília”.

⁵¹ No momento atual, governo Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC há a expressão dos investimentos dados à fruticultura cearense ao beneficiar o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú juntamente com o Araras Norte e Tabuleiro de Russas, com o montante de R\$ 200 milhões de reais, no intuito de ampliá-los, através das suas segundas etapas (DIÁRIO DO NORDESTE - 19/01/2009).

Desse modo, a agricultura irrigada representa atividade significativa nessa porção do Estado, tamanha a expressividade dos projetos de irrigação presentes, bastando, para isso, analisar os dados elaborados pelo Plano Estadual dos Recursos Hídricos – PLANERH (2000), acerca do consumo de água nessa bacia hidrográfica, em que a maior parcela, ou seja, 84% do consumo, direciona-se à irrigação (*figura 13*).

FIGURA 13: Consumo de água na bacia do Acaraú por setor



Fonte: Alves (2008) *apud* PLANERH, 2000.

Dentre esses projetos, o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú destaca-se como modelo de modernização da agricultura apontado pelo Estado do Ceará, ante a dinâmica econômica e a reestruturação do território onde fora construído, utilizando-se, para isso, do uso intensivo de tecnologias e de estratégias, como o *marketing* agrícola, mascarando as problemáticas vivenciadas pela população local.

As primeiras discussões para a implantação desse perímetro entre as terras de Acaraú, Bela Cruz e Marco, na região Norte do Ceará, iniciam-se na década de 1980. Esses municípios contam com características naturais e culturais importantes à irrigação, como disponibilidade hídrica do rio Acaraú e a tradição de plantios irrigados, historicamente realizados nessa porção do Estado (ARAÚJO, 1971; GIRÃO, 2000).

Apesar da importância dessas variáveis, outros fatores motivaram a localização do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, pois, segundo Santos (2008 b, p.p. 86 - 87), “não basta criar massas, impõem-se fazer com que se movam. E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político ou social - poder que, por isso, é maior ou menor segundo as firmas, as instituições e os homens em ação”.

A estratégica localização possibilita a permanente força de trabalho e o constante fluxo de pessoas, produtos, transportes e capital, aproximando a produção ao consumo, pelas vias favoráveis à circulação e à distribuição. Para Harvey (2006, p. 50),

Os mercados mais distantes atam o capital, em processo de circulação, por períodos de tempo mais longos e, assim, têm o efeito de reduzir a realização da mais-valia para determinado capital. Justamente por isso, qualquer redução no tempo de circulação aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação. O aumento da “velocidade de circulação do capital” contribui para o processo de acumulação.

A presença de rodovias federais e estaduais para o escoamento da produção, a reserva de força de trabalho e, primordialmente, maciços investimentos financeiros, motivaram os interesses do agronegócio a esses espaços. As informações obtidas pelo Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU nos apontam essas condições favoráveis ao agronegócio:

A concepção do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, localizado na região Norte do estado do Ceará distando 220 km de Fortaleza e 160 km do porto de Pecém, tem uma posição privilegiada para exportação de seus produtos. Podendo alcançar à Europa ou Estados Unidos da América do Norte em 7 dias de navio ou 10 horas de avião. Para o mercado interno está interligado com a malha rodoviária nacional por rodovias asfaltadas. O Perímetro foi implantado por iniciativa do Ministério da Integração Nacional, o qual contou com a parceria do BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento (www.baixoacarau.com.br).

Anterior à entrada do projeto, as comunidades de Acaraú, Bela Cruz e Marco eram constituídas, primordialmente, por índios, pescadores, agricultores familiares camponeses e artesãos que usavam as plantas carnaubeiras na confecção de artigos diversos. Isso se modifica de forma abrupta com a chegada de pessoas vindas de outros locais, com outros hábitos e culturas interessadas no perímetro irrigado. O poder político local centralizava-se nas famílias “tradicionais”, com maior influência econômica e principais proprietários de terra da região, que, mesmo décadas depois, ainda se mantêm com esse *status*, tais como: Osterno, Rios, Aguiar, Ferreira, Gomes, dentre outros.

Para a instalação da primeira etapa do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, foram iniciadas as desapropriações, em 1987, cobrindo 13.909,42 hectares, para a construção das infraestruturas (canais, barragem, estradas, diques etc.), resguardo das reservas legais (proteção ambiental) e de outras áreas (lagos, charcos etc.), além de áreas destinadas aos lotes agrícolas implantados na etapa inicial, bem como os que pertenceriam à segunda fase do projeto irrigado, como sintetizado no *quadro 8*.

QUADRO 8: Área desapropriada para o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú

ÁREA DESAPROPRIADA (ha)	
Áreas irrigáveis - Implantada (1ª etapa)	8.335,00
Áreas irrigáveis - A implantar (2ª etapa)	4.268,00
Reserva legal	936,28
Infraestrutura	313,52
Lagoas, charcos, etc.	56,62
Área afetada	13.909,42

Fonte: DNOCS, 2009.

Conforme os autos de desapropriação, algumas famílias expropriadas de suas terras (cerca de 150 famílias para a primeira fase do projeto) estavam no local há cerca de 60 anos, como é o caso do agricultor José Pereira dos Santos, dentre outros, tendo fixado suas raízes e construído laços de afetividade no lugar.

As palavras de Diniz (2002, p. 50) traduzem esse processo vivenciado por quem estava nessa parte dos três municípios:

(...) numa ruptura radical e definitiva com o passado, que pode ser analisada sob o ponto de vista espacial ou geográfico através do conceito de desterritorialização. O processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras.

Grande parte dessas pessoas era oriunda do Triângulo de Marco, Lagoa de Santa Rosa, Nova Morada, Baixa do Meio, Bom Jesus, Ventura, São José, Barreiras, São Lourenço e Cafundó, comunidades pertencentes aos Municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco (DNOCS, 1990).

A situação de posse demonstra que os agricultores familiares camponeses, já despossuídos de terras naquele período, foram os mais atingidos. O próprio relatório elaborado pela Comissão de Desapropriação identifica o problema, ao dizer que “além do alto grau de concentração fundiária, outro aspecto a ser destacado é a existência de um número significativo de produtores sem terra, representados pelos comodatários, arrendatários e parceiros.” (PRONI; DNOCS, 1988, p. 8).

Seguindo o exposto no *quadro 9*, os comodatários representavam 70,3% do total dos estabelecimentos, com a posse de terras entre 25 a 50 hectares. Nessa situação, os agricultores firmavam contratos escritos ou verbais, em que os proprietários “emprestavam-lhes” suas terras, caracterizando o comodato e diferenciando-se do arrendamento. Evidentemente, o proprietário de terras não cederá a sua propriedade para o agricultor

produzir, sem obter em troca algum benefício, que, geralmente, se dava em forma de cuidados, como a conservação e vigilância das terras cedidas⁵².

Os agricultores arrendatários somavam 16,7%, ocupando entre 10 e 25 hectares. Estes trabalhavam nas terras de outros proprietários, pagando-lhes a renda na forma de trabalho ou dinheiro, em troca de cultivarem alimentos para a sua família, como o feijão, milho e mandioca (PRONI; DNOCS, 1988).

Os parceiros constituíam a menor parcela (6,4%) existente nas áreas desapropriadas para a implantação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. Nesse caso, eram agricultores que também trabalhavam em terras que não lhes pertenciam, de 50 a 100 hectares, dividindo a sua produção, partilhando riscos e vantagens. O cultivo do caju era típico nessas plantações (PRONI; DNOCS, 1988).

QUADRO 9: Situação de posse das terras desapropriadas para a construção do perímetro.

AGRICULTORES	REPRESENTAÇÃO (%)	POSSE DA TERRA (ha)
Comodatários	70,3%	25 – 50
Arrendatários	16,7%	10 – 25
Parceiros	6,4%	50 – 100

Fonte: Adaptado de PROJETO BAIXO ACARAÚ: Relatório Geral do Levantamento Cadastral e Fundiário, vol. I – PRONI; DNOCS, 1988.

Essa realidade entra em consenso com o que fora observado em outros projetos de irrigação no Nordeste, por Silva (1989, p. 75): “Os projetos de irrigação demonstraram que, em geral, as áreas desapropriadas para a sua implantação eram ocupadas principalmente por pequenos proprietários e pequenos posseiros. Os grandes proprietários raramente foram atingidos”.

Diversos foram os conflitos no momento da desapropriação, tendo sido essencial o papel da Igreja, para que as pessoas do local concordassem com a instalação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. Nesse sentido, as palavras do morador da comunidade do Triângulo de Marco são claras:

⁵² “O contrato de comodato é um contrato gratuito, onde não há, por conseguinte, a cargo do comodatário, prestações que constituam o equivalente ou o correspectivo da atribuição efetuada pelo comodante. Apesar de gratuito o comodato não deixa de ser em regra um contrato bilateral imperfeito: o contrato envolve obrigações, não só para o comodatário, mas também para o comodante. A gratuidade do comodato não nega a possibilidade de o comodante impor ao comodatário certos encargos. O comodato é ainda um contrato feito no interesse do comodatário”. (http://octalberto.no.sapo.pt/contrato_de_comodato.htm).

Uma briga malvada. A primeira coisa é que os produtores e as pessoas que ficaram contra é porque não sabiam como era que iam ficar e o que diziam é que iam desapropriar e ia botar para ir se embora para outro local e se revoltaram e não queriam de jeito nenhum um projeto dessa natureza. E foi uma briga danada. A igreja que foi no caso do Monsenhor Valdir, era do lado do povão, também apoiou né? Enquanto ele não soubesse também qual o benefício e de que maneira ia beneficiar as famílias do município, aliás, dos municípios, que pega três municípios, mas eu digo aqui o Marco porque nasceu o projeto daqui do rio Acaraú e toda a bombeação da água sai tudo daqui. Já tem essa segunda etapa, que tá pra lá, que vai tudo água daqui. Pois bem, nesse tempo e isso foi uma briga danada, nós era daqui do sindicato. E tudo se revoltou e aí parou um tempo, o povo ficaram revoltado, mas sempre ficaram discutindo, que o projeto tinha sido aprovado lá em cima, que era uma das partes boa baixo acaraú, o alto e o baixo, que o alto é lá em Varjota, o [Perímetro Irrigado] Araras e o [Perímetro Irrigado] Baixo Acaraú que é nós aqui. Até que foi indo, foi indo, junto com os político e os governo e os deputado, essas coisa, como eles achavam que era mesmo de extrema importância de geração, eles diziam para eles, que gerava muito emprego e renda, até que foi indo e toda briga, reunião por cima de reunião, fazia reunião na comunidade, reunião nos Pereira, tinha dia que o povo se revoltava e pedia para eles explicá, se era daquele jeito mesmo, como é que eles iam atuar a partir dali, que eles não iam sair daquele local deles, tinha nascido e se criado ali, não tinham para onde ir, para outro canto, era uma confusão malvada. Até que por final, depois quando foi para vir mesmo o projeto, alias já no oitenta e tanto já houve a medição das terras. Depois disso vieram a autoridade, junto a igreja, o pároco, a igreja que nós chama é igreja e padre, até que convenceram eles, que ele acharia que era interessante, poderia as pessoa ver que ia ser desse jeito, Monsenhor Valdir dizia que ele apoiava se for do jeito que vocês estão dizendo. Ele fazia o que o povo decidisse. Até que com muita reunião, muita assembléia aqui no sindicato. Menino foi uma revolução danada! Aí foi aprovado.⁵³[Acréscimos nossos].

Essas pessoas, motivadas pelo carisma de figuras religiosas (Monsenhor Valdir) e induzidas pelas palavras de ordem propagadas pelo Estado, “geração de emprego e renda”, na possibilidade de desenvolvimento à agricultura praticada no local, consentiram a construção do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, esperançosas de melhores condições de vida à população, como nos diz o agricultor desapropriado:

Houve uma luta pesada mesma com essa questão da desapropriação, porque aqui a gente não queria aceitar. Nós lutamos bastante, porque a gente não queria aceitar, até porque a gente já tinha mesmo o conhecimento de muitas áreas do DNOCS, todas elas problemáticas. Nós visitamos várias áreas e todas elas nós encontrava problemas, pessoal se queixando, era endividados, achava que o projeto do DNOCS não era um projeto bom, porque os projeto do DNOCS todos eles tinha dívida, os acompanhamento não era suficiente. Todo mundo reclamava e aqui nós brigamos muito, lutamos muito para não acontecer aqui no município, mas as autoridade queria né? Você sabe que entre a força política, ave maria, todo mundo acredita na força política, né? Só que aquilo era só mesmo pra ajudar eles, num era ajudando a gente. Nós não, nós não queria, porque nós já sabia que isso não ia dá certo e eu, quando eles vieram, ave maria, isso era uma coisa muito boa, era primeiro mundo, o projeto aqui ia ser de primeiro mundo. Eles diziam: “todo

⁵³ Entrevista realizada em agosto de 2009, com Francisco Fernandes (Sr. “Aleluia”), morador do Triângulo de Marco, desde 12 de agosto de 1972. Sr. “Aleluia” é integrante de movimentos políticos no campo, tais como a “Comunidade Eclesial de Base – CEB” e do “Movimento do Dia do Senhor”, organizado pela Diocese de Sobral. Além disso, o agricultor faz parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marco.

*mundo aqui 2, 3 anos, tá todo mundo bem de condição” e a gente foi naquela “onda” de ouvir as promessas e a gente caiu na “onda”, viu?*⁵⁴

Nesse processo, algumas comunidades resistiram e atualmente continuam em suas terras, embora incorporando o quadro de trabalhadores temporários do perímetro irrigado, subjugando-se ao processo da agricultura capitalista pelas dificuldades enfrentadas. Dentre as comunidades, estão Lagoa de Santa Rosa, São Gerardo, Nova Morada, Canecão, Baixa do Meio, Escondido, Telha, Capim Nassum, Cajazeiras, Oriente, Alpercatas e a aldeia tremembé de Queimadas. Outros agricultores retornaram como reassentados nos lotes agrícolas, enquanto muitos saíram com suas indenizações em busca de reconstruir suas vidas em outros lugares, vivendo, muitos deles, nas periferias dos municípios envolvidos.

Sobre as indenizações pagas pelo Estado, um agricultor desapropriado e reassentado nos revela: *“O pagamento foi coisinha, só coisinha pouca. Eu mesmo recebi, só umas coisinhas, só pra dizer mesmo que foi desapropriado. Eu recebi na época, era no cruzeiro, dava novecentos e pouco. Era os benefícios, as benfeitorias. Minha propriedade era pequena, de 18 hectares”*⁵⁵. Suas palavras nos conduzem a pensar que a terra, seu lugar de trabalho e moradia, para esses agricultores, possui um valor inestimável.

Encerradas as desapropriações e a instalação infraestrutural, apenas em 2001 inicia-se a administração do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. Durante esse período, de aproximadamente 20 anos para a construção do projeto, inúmeras foram as denúncias de irregularidade nas obras do DNOCS, conforme divulgação em matérias jornalísticas (organizadas no *quadro 10*), contribuindo para a longa demora na implantação do perímetro.

⁵⁴ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com agricultor reassentado do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

⁵⁵ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com agricultor reassentado do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

QUADRO 10: Matérias jornalísticas apontam irregularidades nas obras do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú/ **Fonte:** Acervo do Jornal Diário do Nordeste

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

DNOCS privilegia propriedades particulares. “Um levantamento feito pela Folha junto ao Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs) revela que 60% dos poços perfurados pelo órgão em 1992 foram feitos em terrenos de particulares. Uma portaria baixada pela direção do Dnocs em 1991 determina que as áreas públicas devem ter “prioridade” nas perfurações de poços” (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 07.04.1993).

Ministério Público pede à PF confisco de bens de envolvidos. “O 12º Aditivo do contrato celebrado entre o DNOCS e o Consórcio TECNOSOLO/EPTISA com vistas à irrigação no Baixo Acaraú em 1986 é irregular e causou prejuízos à União na ordem de US\$ 1 milhão. A proposta técnica e financeira está apresentada em preço unitário superior aos praticados pelo DNOCS, se comparados com outros celebrados pelo Órgão para a realização de serviços similares. O relatório constata também procedimentos ilícitos através de pagamentos indevidos ao Consórcio, ao incluir despesas não previstas no aditivo como a locação de veículos e microcomputadores com impressora” (JORNAL O POVO, 01.03.1994).

Erário público perde US\$ 1 milhão com o projeto Baixo Acaraú. “Informa o relatório que a Procuradoria vai pedir o ressarcimento à União do prejuízo de US\$ 1 milhão. O inquérito policial que investiga a denúncia pedirá a quebra do sigilo bancário e confisco dos bens de todos os que estejam envolvidos no processo, diz Francisco Macedo, procurador chefe da república no Ceará” (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 13.03.1994).

Relatório confirma superfaturamento de obras no DNOCS. “A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD), formada pelo próprio Ministério, que constatou irregularidades administrativas, como superfaturamento de obras do DNOCS entre 1990 e 1993. A CPAD comprovou a existência de superfaturamento, num percentual de 195%, nos processos licitatórios realizados pelos Estados e municípios em 12 obras averiguadas. O DNOCS repassou, além do permitido, verba de US\$ 7,045 milhões”. (JORNAL O POVO, 01.11.1994).

Baixo Acaraú e Araras Norte: a irrigação que ainda não deu certo. “Em maio de 1994 a Construtora de Estradas e Estruturas S.A (CEESA), responsável pela obra, paralisou os trabalhos à revelia do DNOCS, que o projeto está subordinado. Em agosto do mesmo ano, o contrato foi reincidido, uma vez que CEESA apresentou pedido de concordata preventiva. As outras lembranças do projeto são ruins. Os fornecedores de material como tijolos, madeira, ferro, instalações elétricas e hidráulicas retiraram suas mercadorias por falta de pagamento por parte das empresas contratadas pela CEESA; e ainda existe um grupo de operários que não receberam os encargos sociais e estão lutando na justiça do trabalho por seus direitos” (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 30.03.1996)

Apresentando-se como um “enclave”⁵⁶ situado no sertão cearense, conforme a *tabela 5* o perímetro irriga 83% das terras de Acaraú, 11% de Marco e 5% de Bela Cruz, totalizando 8.335 hectares de área irrigável, distribuídos entre 212 pequenos produtores, possuidores de pelo menos 8 hectares, 12 técnicos agrícolas e 27 empresários⁵⁷, com áreas médias de 19 e 60 hectares, respectivamente.

⁵⁶ Utilizamos o termo enclave pela expressividade da obra, além da expansão geográfica do objeto entre os Municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco, não obedecendo a limites administrativos e demarcações.

⁵⁷ Esses dados foram fornecidos pelo DIBAU, referentes à relação de produtores em agosto de 2009. Quanto às informações sobre as áreas médias dos lotes agrícolas, estas foram repassadas pelo DNOCS.

TABELA 5: Área do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú

MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE TERRITORIAL (ha)	ÁREA IRRIGÁVEL (ha)		ÁREA IRRIGÁVEL (%)	ÁREA ATINGIDA (ha)
		Implantada (1ª etapa)	A implantar (2ª etapa)		
Acaraú	84.300	6.971	3.570	83,63 %	10.541
Marco	57.400	0,932	0,477	11,18%	1.409
Bela Cruz	84.200	0,432	0,221	5,19%	0,653
Total	225.900	8.335	4.268	100,0%	12.603

Fonte: IBGE; DNOCS, 2009.

O Município de Acaraú é o mais afetado pelo perímetro, concentrando o maior percentual de terras irrigáveis, enquanto outra atividade econômica compete com a agricultura irrigada: a pesca. Os inúmeros viveiros de camarão⁵⁸ traduzem a relevância dessa atividade, no cômputo econômico, ao passo que revelam fortes problemáticas sociais, principalmente em decorrência das questões ambientais e fundiárias, com diversos conflitos por terra.

Bela Cruz, pelo fato de representar a menor parcela de terras exploradas pelo perímetro irrigado (0,653 da superfície territorial), contrastando com os outros municípios envolvidos, mostra uma dinâmica menos expressiva proporcionada pelo projeto.

No Triângulo de Marco, comunidade a 8 km do Município de Marco, denota-se o maior fluxo de pessoas e serviços, em virtude, principalmente, da localização do escritório do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU (*figura 14*), responsável pela movimentação financeira e organizacional do perímetro.



Figura 14: Escritório do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU, no Triângulo de Marco, CE.

Fonte: Vasconcelos, 2008.

⁵⁸ A atividade de carcinicultura ocupa uma parcela bem representativa da área em questão, visto que abriga aproximadamente 50 fazendas criatórias de camarão (SUCUPIRA *apud* ALVES, 2008).

A concepção do perímetro irrigado carrega consigo os seguintes objetivos: modernizar a agricultura, atrair empresários e incluir a população local no ramo do agronegócio, sob o discurso da “geração de emprego e renda⁵⁹”, conforme apresentam os documentos do DNOCS:

Com a implantação de áreas irrigadas pretende-se, além da geração de benefícios econômicos diretos decorrentes da produção, o direcionamento de fluxos econômicos para as regiões estagnadas, dinamizando tanto o setor primário baseado na produção de sequeiro, bem como os outros dois setores da economia, criando necessidades de insumos e serviços. (PRONI; DNOCS, 1987, p. 4).

A inserção da agricultura cearense nas transações internacionais, entretanto, para atender as demandas do mercado externo, constitui-se como principal finalidade do modelo de irrigação idealizado pela iniciativa privada e incentivado pelas ações estatais, como foi a criação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. Assim, em todo o Nordeste, apenas os Perímetros Irrigados Jaguaribe-Apodi, Tabuleiro de Russas e o Baixo Acaraú, no Ceará, e o Perímetro Irrigado Brumado, na Bahia, possuem como perspectiva o mercado europeu, como ilustrado no *quadro 11*.

QUADRO 11: Perspectiva de venda dos produtos agrícolas dos perímetros irrigados do Ceará

PERSPECTIVA DE MERCADO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO CEARÁ	
PERÍMETROS IRRIGADOS	MERCADOS CONSUMIDORES
Araras Norte	Sobral, Fortaleza e São Luiz
Ayres de Souza	Sobral e Fortaleza
Baixo Acaraú	São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, São Luiz, Teresina, Fortaleza, Acaraú e Europa
Curu – Paraipaba	Paraipaba, Fortaleza, Teresina e São Paulo
Curu - Pentecoste	Pentecoste e Fortaleza
Ema	Iracema
Forquilha	Forquilha, Sobral e Fortaleza
Icó - Lima Campos	Icó, Juazeiro, Crato e Fortaleza
Jaguaribe - Apodi	Limoeiro do Norte, Fortaleza e Europa
Jaguaruana	Jaguaruana e Fortaleza
Morada Nova	Morada Nova, Iguatu e Fortaleza
Quixabinha	Crato, Fortaleza e Recife
Tabuleiro de Russas	São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Fortaleza e Europa
Várzea do Boi	Tauá e Fortaleza

Fonte: Coordenação de tecnologia e operações agrícola (Ministério da Integração).

⁵⁹ No *site* do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, encontra-se a divulgação do referido projeto de irrigação da seguinte forma: A parceria do Estado (Ministério da Integração) com o BIRD, resultou “na implantação de uma das mais modernas e funcionais obras de irrigação existente na América Latina e até mesmo do mundo, proporcionando assim reais condições aos produtores nele instalados para desenvolverem a prática do sistema produtivo irrigado da melhor e mais produtiva forma possível, o que dará a toda a região abrangida pelo Perímetro um crescimento concreto, com **geração de emprego e renda**”. (www.baixoacarau.com.br; **grifo nosso**)

A fruticultura compõe a maior parte da produção, destacando-se as lavouras de banana, mamão e melancia. Agricultura de sequeiro, contudo, também é amplamente cultivada, especialmente pelos agricultores familiares camponeses, presentes no perímetro.

Os dados referentes à produção de frutas dos projetos de irrigação cearense apontam que durante o ano de 2008, de 1.874,11 hectares cultivados no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, os frutos colhidos em 1.033,22 hectares geraram R\$ 7.833.173,4, encorpando as estatísticas do Estado do Ceará (*quadro 12*).

QUADRO 12: Produção agrícola (frutas) dos perímetros de irrigação do Ceará - 2008

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (FRUTAS) DOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO CEARÁ 2008			
Perímetros Irrigados	Área cultivada (ha)	Área colhida (ha)	Valor da produção (R\$)
Tabuleiro de Russas	2.128,95	1.298,51	30.422.371,30
Jaguaribe – Apodi	1.150,25	938,00	9.008.352,1
Baixo Acaraú	1.874,11	1.033,22	7.833.173,4
Curu – Paraipaba	2.439,84	2.290,05	7.870.086,8
Araras Norte	636,88	451,8	2.972.011,0
Icó - Lima Campos	142,46	93,5	1.566.088,0
Curu - Pentecoste	201,60	167,40	441.229,89
Quixabinha	67,00	65,50	302.076,0
Jaguaruana	108,00	66,5	198.880,00
Morada Nova	20,60	9,10	65.632,45
Forquilha	7,40	6,90	19.007,1
Várzea do Boi	2,75	1,60	5.605,00
Ema *	-	-	-
Ayres de Souza *	-	-	-

Fonte: DNOCS, 2008.

* Dados não informados pelo DNOCS.

Essas informações indicam que quanto mais intenso for o uso dos elementos da técnica, ciência e informação, maior rentabilidade econômica a terra proporcionará; ou seja, menor área cultivada produzirá mais frutos, quanto maior for a utilização de insumos artificiais, máquinas, tecnologia, organização da produção etc., em menor tempo de trabalho.

Desse modo, alcançará os mercados consumidores velozmente, gerando, com isso, rápidos lucros aos proprietários de terra.

Nessa condição, o caso do perímetro irrigado Curu - Paraipaba é explicativo. Para chegar a um valor de produção superior ao do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, as áreas cultivadas e colhidas foram bem maiores, provavelmente em um tempo também superior, significando que o uso de inovações biológicas, químicas, maquinaria etc. não corresponderia à mesma quantidade daquelas presentes no Baixo Acaraú.

Sob esse aspecto, Elias (2003, p. 60) tece o seguinte comentário:

A terra, o trabalho e o capital foram, durante séculos, os principais fatores da produção agrícola, mas a incorporação de ciência, tecnologia e informação ao seu processo produtivo tem conduzido a horizontes jamais imaginados antes do Período Técnico – Científico – Informacional. Uma transformação essencial é justamente a reorganização da relação entre esses três fatores da produção, já que o aumento da extensão da área cultivada deixou de ser o fator exclusivo de crescimento da produção agrícola, pois o uso intensivo de capital e tecnologia elevou a produtividade do trabalho no setor, cujo avanço ocorria muito lentamente.

Essa cientifização da agricultura introduzida no campo, com intensos investimentos em tecnologia, enquadra-se nos preceitos da “revolução verde” e do neoliberalismo, na busca desenfreada pela produtividade, ocorrente por meio da aplicação de capital e desenfreada exploração da força de trabalho.

Estamos diante da expressão do que Santos (2001, p. 88) denominou de “meio técnico-científico-informacional” na produção agrícola, nos espaços desejados pela modernização:

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico- científico- informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações.

Nesse caso, a ciência e a informação se aliam à técnica, dando-lhe os aparatos para garantir a sua eficácia e funcionalidade (SANTOS, 2008 a/d). Assim, a ciência é utilizada mediante intenções econômicas e políticas⁶⁰, fazendo-nos considerar os fixos como objetos intencionalmente produzidos, reestruturando o espaço geográfico, como um “instrumento

⁶⁰ De acordo com o prof. Dr. Manoel Fernandes, em palestra proferida na Universidade Federal do Ceará – UFC (agosto de 2008), a ciência é um ato social: política, humana, datada e conflituosa. Revela tramas sociais, disputas por mercados e instituições, pois não há ciência apolítica.

político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”. (LEFÈBVRE, 2008, p. 44).

A construção do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú também carrega consigo intencionalidades, expressas, por exemplo, na fragmentação e nos “recortes de terra” (*figuras 15 e 16*), com os lotes agrícolas, transformando a terra, bem comum, em mercadoria.



Figuras 15 e 16: Vista parcial da área do projeto de irrigação Baixo Acaraú
Fonte: Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU

Com a modernização, novas formas agrícolas são instituídas no Baixo Acaraú, artificializando a natureza e criando “armaduras” às vicissitudes naturais. Instalam-se sistemas de irrigação considerados modernos, como o gotejamento e a microaspersão⁶¹, que captam as águas do rio Acaraú por meio da barragem Santa Rosa à adutora principal para irrigar as frutas produzidas, controladas pelos recursos da informática (*figura 17*).

⁶¹O gotejamento, uma dessas técnicas, é a propulsão de água localizada na raiz da planta. Trata-se de minimizar a quantidade de água utilizada em culturas perenes e na fruticultura. A microaspersão também é considerada uma irrigação localizada e utilizada para culturas perenes, porém o raio de irrigação é maior do que o do gotejamento. Para tanto, contam com motores centrais, automatizados, para o controle da irrigação.

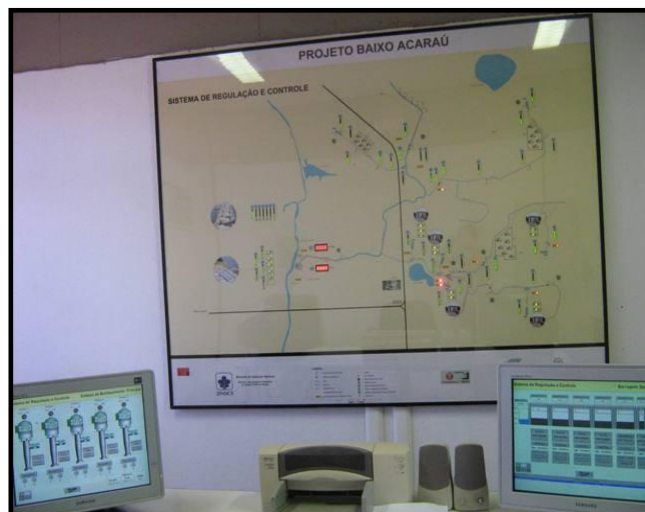


Figura 17: Técnica, ciência e informação: Sistema de Controle e Automação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

Fonte: Vasconcelos, 2009

Com a adoção dessas inovações tecnológicas, esses espaços tendem a ser estandardizados. Muitos traços do agronegócio no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú são semelhantes a outros espaços da fruticultura cearense, apresentando similitudes, a exemplo do Jaguaribe-Apodi, perímetro irrigado localizado na Chapada do Apodi, no Ceará.

Observando as *figuras 18 e 19*, percebemos a “modelização” (BURSZTYN, 1984) no processo produtivo, mediante a artificialização por meio das estufas no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e Baixo Acaraú, em decorrência, de acordo com Ramos (2008, p. 382), “do atendimento às exigências de mercado quanto à padronização dos produtos agrícolas por meio de variedades melhoradas, uniformizando-se o tamanho, a cor, a forma e o sabor dos produtos”.



Figura 18: Cultura em estufa da empresa “Fruta Cor”, no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
Fonte: Vasconcelos, 2008



Figura 19: Cultura enxertada em estufa da empresa “Biofresch”, no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú
Fonte: Vasconcelos, 2008

A aproximação das universidades, dos centros de formação e de órgãos públicos voltados à pesquisa é constante nesses projetos de irrigação. No Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, estão presentes a Universidade Federal do Ceará - UFC, o Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC (Campus de Sobral) e a EMBRAPA, com seus centros de experimentação. Desse modo, os conhecimentos científicos são apropriados para responder aos interesses de mercado. Segundo um entrevistado, funcionário do DIBAU, essas parcerias ocorrem da seguinte forma:

Nós sempre contamos com o apoio das universidades. A UFC sempre esteve presente. Troca de favores: oferecemos o campo, a infra-estrutura e os alunos, principalmente de engenharia hidráulica, oferecem seus estudos, suas pesquisas. Há lotes agrícolas que funcionam como campos de pesquisa⁶².

Estamos ao lado do que indica Santos (2008 b, p. 19), no entendimento de quando a ciência é cooptada pelos interesses dos negócios:

Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos, e renuncia a toda vocação de servir à sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método.

Da mesma forma ocorre com a função do controle de fitossanidade, direcionado à vigilância dos caminhões abastecidos com frutas que circulam dentre os lotes agrícolas, evitando a infestação de pragas, alterando a “aparência” dos produtos.



Figura 20: Departamento Fitossanitário no Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU
Fonte: Vasconcelos, 2008

⁶² Entrevista realizada com funcionário do DIBAU, em dezembro de 2009.

Os sistemas de engenharia, os recursos da informática, as pesquisas científicas laboratoriais e biotecnológicas, associam-se a mais um componente – *marketing* - na intenção de enquadrar o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú nas dinâmicas globais, por meio da publicidade, para consumir mais espaços, com o discurso propagado de realizar elevado benefício à sociedade local.

Por meio da ideologia, que perpassa o âmbito da psicoesfera, consolida-se a tecnoesfera. Na concepção de Santos (2008 d, p. 30),

A tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo. A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo.

As formas para que esse entrosamento ocorra têm apoio no *marketing* agrícola, realizado pelas iniciativas privadas e favorecido pelos órgãos do Estado, “impondo racionalidades, mas também despertando ou fabricando um imaginário, condicionando comportamentos e entretecendo racionalidades e emoções convergentes e conflitantes.” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p.p.242-243).

No Dicionário Filosófico de José Ferrater Mora (1978, p.134), as ideologias “formam-se como mascaramentos da realidade econômica, meio pelo qual a classe social dominante oculta os seus verdadeiros propósitos. Por outro lado, a ideologia pode servir como instrumento de luta, como sucede quando o proletariado toma o poder”.

Correlacionando o conceito filosófico à Geografia, Santos (1980, p. 216) assim nos esclarece:

O domínio da produção é hoje uma arena onde o ideológico procura impor-se cada vez mais brutalmente como uma necessidade de sobrevivência do sistema. Desde que o ato de produzir é também o ato de produzir espaço, a gênese deste se realiza sob o signo da ideologia, desde que a criação mercantil do espaço é em si mesma um jogo especulativo, um ato enganador. O *marketing* do espaço impõe o engano como se fosse verdade.

A (re) produção do espaço intermediada pelas formas midiáticas indica a intencionalidade da especulação, “mascarada” por uma ideologia, muitas vezes, do consumo, da mais-valia, intensificada pelo uso dos recursos do *marketing*, fio condutor, conectivo da

acumulação capitalista, estratégia de caráter moral, psíquico e espiritual, na visão de Ellul (1968).

De acordo com Santos (2008 a, p. 227), o discurso promovido pela publicidade “é o discurso do uso, mas, também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação. Essa legitimação prévia tornou-se necessária para que a ação proposta seja mais docilmente aceita, e mais ativa se torne na vida social”, assim como nos revela a campanha publicitária divulgada em 1996, que se utiliza de frases impregnadas de conteúdo ideológico, como: “Nova fonte de vida para os cearenses”, ou ainda, “Mudando o perfil da agricultura no Norte do Ceará” (*figura 21*).

Projeto de Irrigação Baixo Acaraú.

Nova fonte de vida para os cearenses.

“Um projeto que só, na sua primeira etapa, vai irrigar 8.438,61 ha, gerando 17.700 empregos permanentes, diretos e indiretos, beneficiando 35.500 pessoas. E proporcionará uma renda líquida anual por hectare de 2.200 dólares. O Projeto Baixo Acaraú será uma nova fonte de vida para os cearenses”.

“Mudando o perfil da agricultura no Norte do Ceará.”

O Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Agricultura, através do DNOCS, está realizando uma grande obra que vai mudar o perfil da agricultura na Região Norte do Ceará. É o Projeto Baixo Acaraú, que beneficiará áreas dos municípios de Marco, Bela Cruz e Acaraú. Um projeto que, só na sua primeira etapa, vai irrigar 8.438,61 ha, gerando 17.700 empregos permanentes, diretos e indiretos, beneficiando 35.500 pessoas. E proporcionará uma renda líquida anual por hectare de 2.200 dólares. A Construtora Tercam se associa ao esforço do DNOCS na realização de mais esta grande obra. O Projeto Baixo Acaraú será uma nova fonte de vida para os cearenses.

TERCAM
Engenharia e Empreendimentos Ltda.

Figura 21: Campanha publicitária promovida pela empresa de engenharia responsável pela construção do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

Fonte: Acervo Diário do Nordeste, 1996.

Em pesquisa realizada nos principais jornais do estado do Ceará, verificamos nas matérias jornalísticas relacionadas ao Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, desde a construção do seu projeto de implantação (1983), até os dias atuais, a intensa preocupação em divulgar a evolução tecnológica e econômica, como mais uma evidência da ideologia, que atrela crescimento a desenvolvimento (*ver relação em anexo*).

O *marketing* transfigura-se em outras ações, tais como o *site*⁶³, contendo informações desde a produção agrícola às condições climáticas e meteorológicas, o evento anual, denominado de “Festa da Fruta” e o *Jornal* “Informe – Baixo Acaraú”, produzido por alguns produtores, auxiliados pelo DIBAU e pelo BNB (*figuras 22 e 23*).



Figura 22: Layout do site do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú
Fonte: www.baixoacaraú.com.br



Figura 23: Informe Baixo Acaraú (janeiro/2009)
Fonte: DIBAU

A Festa da Fruta assemelha-se a eventos voltados à fruticultura, tais como a “Exprofruit”, em Mossoró – Rio Grande do Norte, com intuítos similares: atrair investidores do agronegócio e estimular os empresários.



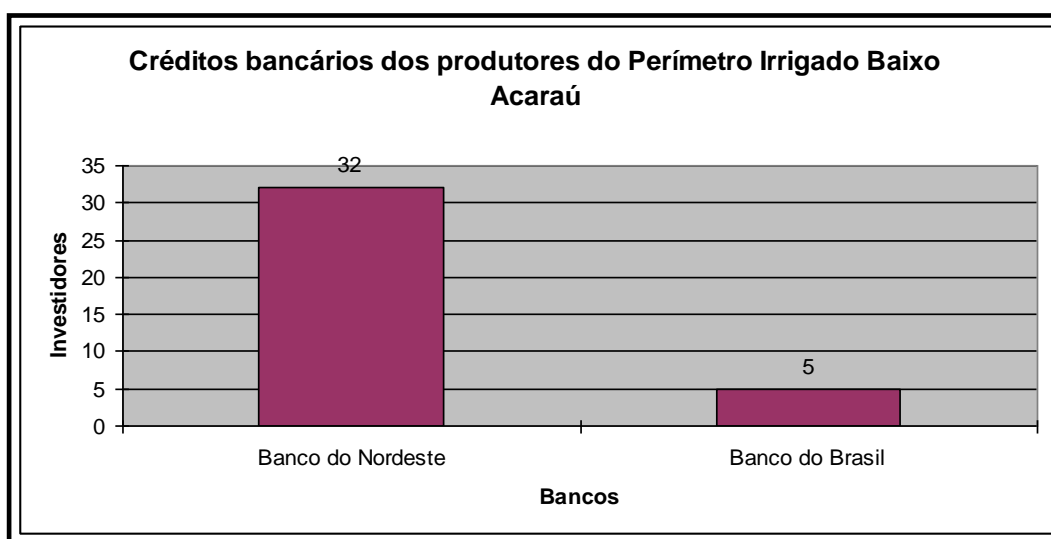
Figura 24: Divulgação da III Festa da Fruta do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (2007)
Fonte: www.baixoacaraú.com.br

⁶³ Na opinião de Elias (2003, p. 84), “a permanente elevação da competitividade entre as empresas atuantes nessa atividade tem incentivado o uso da informática, que se transformou num poderoso instrumento para difundir a racionalidade do período, melhorando as condições gerais da produção e diminuindo as incertezas e dificuldades da mesma”.

Nesse evento, além de cursos, palestras e *workshops* relacionados à técnica de irrigação, as indústrias do ramo de insumos agrícolas e o BNB, um dos subsidiadores de crédito agrícola⁶⁴, divulgam suas ações.

Em entrevista realizada com 56 irrigantes, 65% possuíam empréstimos bancários para financiar a agricultura irrigada, dentre os quais 57% eram advindos do BNB, conforme ilustrado no *figura 25*.

FIGURA 25: Origem dos créditos bancários



Fonte: Elaborada por Vasconcelos, em pesquisa direta (2009).

Essa financeirização do território, com intensiva atuação do sistema bancário, por um lado auxilia a iniciativa privada, concedendo empréstimos ao empresariado, mas por outro busca a subordinação de agricultores familiares camponeses, presentes no projeto de irrigação, ao capital financeiro.

Essas são feições de como se expressa a modernização agrícola nesse tipo de irrigação: intensos investimentos em capital e tecnologia, alicerçados pelas políticas públicas e embebidos de contradições e conflitos sociais, inerentes à capitalização da agricultura.

⁶⁴ Ramos (2008, p. 383), sobre a política de créditos rurais opina: “A institucionalização do crédito rural no Brasil data de 1965, quando o governo federal aumentou os estímulos, incentivando a modernização agrícola e facilitando o acesso à aquisição dos novos insumos técnicos e intelectuais. O decreto 58.380, de 10/05/66, regulamenta a lei 4.829 de 1965 e estabelece os objetivos do crédito rural. Entre eles estavam: estimular investimentos rurais, favorecer o custeio da produção e comercialização, fortalecer produtores rurais e incentivar a modernização”.

Como necessário, o primeiro passo que se impõe é o reconhecimento dos produtores/irrigantes do perímetro irrigado, pois cada lugar possui especificidades, formadas pela história, pelas “rugosidades” e as “virtualidades” locais, ao contrário do que prega o discurso da globalização, a homogeneização da vida nos lugares.

A presença dos agricultores familiares camponeses no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú testemunha uma das contradições sustentadas pelo capitalismo. Participam do projeto de irrigação, convivendo em situações difíceis, ao lado de pequenos capitalistas, empresários e especuladores, ao passo que, nesse âmbito, suas produções agrícolas são utilizadas, de certa forma, pelo quadro estatístico da produção do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

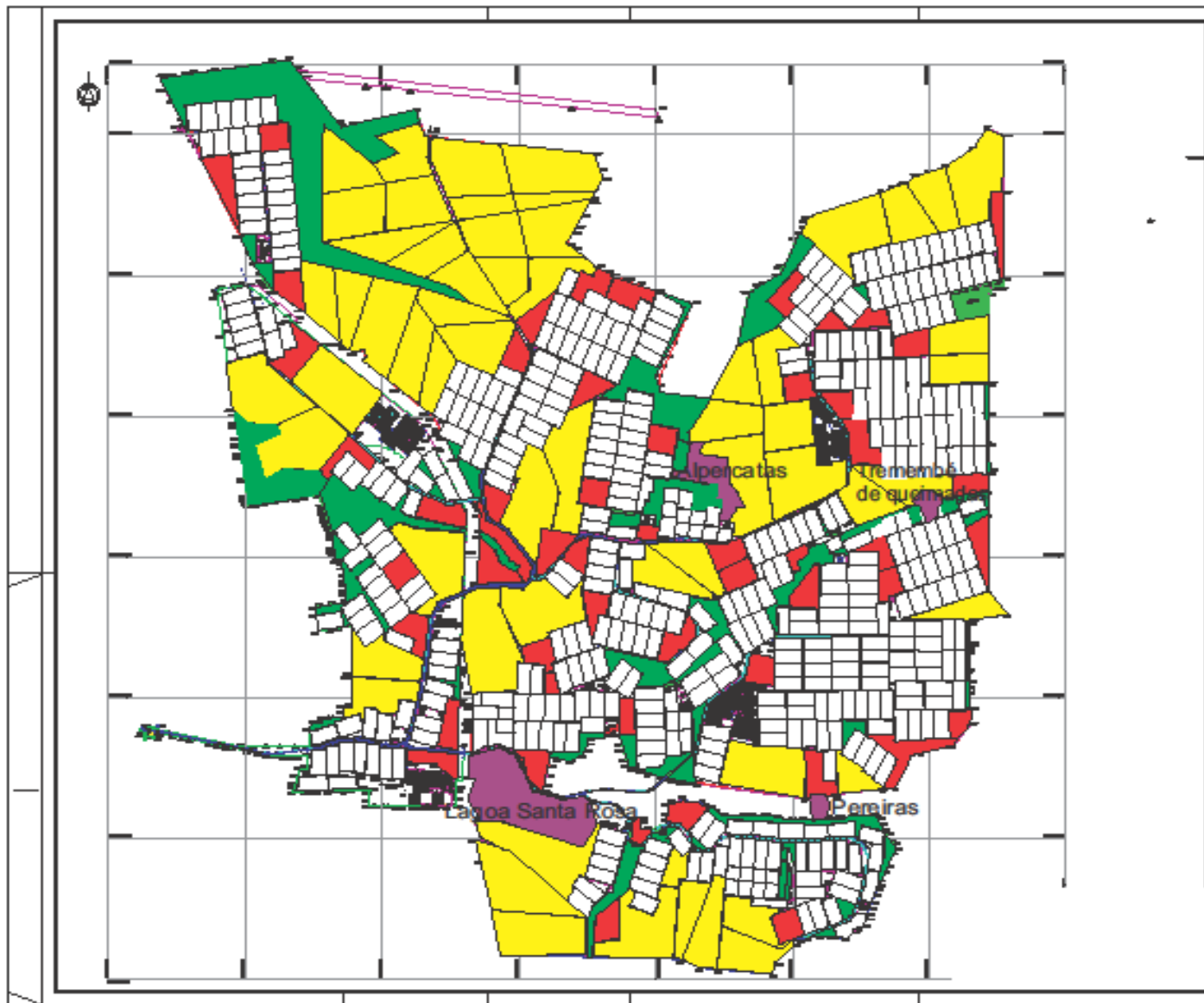
Ante tais evidências, perceber que esses agentes sociais estão presentes, permanecendo e lutando com as suas próprias dinâmicas e valores humanos, mesmo nas áreas moldadas pelas dinâmicas globais, reforça o atento exercício de compreender quem são os agentes produtores do território e sua participação na reestruturação socioespacial.

4.2 Agentes produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú: permanências e mudanças no território

O território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú é composto por agentes sociais, responsáveis pela organização e produção desse fixo, reestruturando o espaço geográfico, imprimindo-lhe simbologias, identidades e poder, criando territorialidades. Verificando a *figura 26 (território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú)*, identificamos os agentes desse território, destacando-se, inclusive, algumas comunidades de resistência⁶⁵ à desapropriação ali presentes.

⁶⁵ As comunidades de resistência à desapropriação que destacamos no cartograma referem-se àquelas que nos foi possível georrefenciar durante os trabalhos de campo; porém, ressaltamos, as comunidades presentes no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú: Lagoa de Santa Rosa, São Gerardo, Nova Morada, Canecão, Baixa do Meio, Escondido, Telha, Capim Nassum, Cajazeiras, Oriente, Alpercatas e a aldeia Tremembé de Queimadas.

Território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú









Universidade Estadual do Ceará
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado Acadêmico em Geografia

Reestruturação Socioespacial do Ceará: os
desdobramentos da modernização da
agricultura no território do Perímetro
Irrigado Baixo Acaraú

Autora: Tereza Sandra Lóiola Vasconcelos
Orientador: Prof. Dr. Luiz Cruz Lima

Legenda

-  Pequenos produtores
-  Empresários
-  Técnicos
-  Comunidades
-  Pontos de apoio aos irrigantes
-  Área de preservação permanente-APP

Fonte: Planta do Perímetro Irrigado - DIBAU
em escala 1:50.000, 2008.
Adaptação: Rosilene Aires

Na classificação feita pelos integrantes do Estado, há três categorias de produtores: “pequenos produtores”, técnicos agrícolas e empresários; entretanto, é necessário o entendimento de quem são esses produtores, qual a sua participação na organização territorial e a ligação com o lugar onde está implantado o perímetro irrigado, pois cada categoria está carregada de ideologia e representa estratégias utilizadas no modo de produção capitalista, especialmente com o que denominam de “pequenos produtores”, compostos também por agricultores familiares camponeses.

Dessa forma, diminuem a atividade representada por esses agricultores, quando o consideram “pequenos”, ao passo que ainda pretendem embutir o sentimento de ambição e competitividade, para que eles se tornem “grandes produtores”. Isso porque o Estado capitalista considera-os como microempresários, na tentativa de homogeneizá-los aos empresários e especuladores presentes nessa categoria.

Para compreender e distinguir essas diferenças, primordialmente entre agricultores familiares camponeses e empresários, apoiar-nos-emos em elementos estruturais, com base na leitura de Oliveira (2007), quando o autor dialoga sobre o agricultor familiar camponês no sistema capitalista.

Os relatos dos produtores em entrevistas⁶⁶ expressaram variáveis que nos possibilitaram reconhecer, nesse território de intensa modernização, a forte presença de agricultores familiares camponeses, no seio do sistema capitalista, convivendo com inúmeras dificuldades nos lotes agrícolas. Nesse território, ainda identificamos os especuladores, pequenos capitalistas (micro-empresários), profissionais agrícolas (técnicos agropecuários) e empresários da fruticultura.

As formas de **produção e consumo, de comercialização, a utilização da técnica, propriedade da terra e os laços com a agricultura**, se apresentam como essas variáveis que nos possibilitaram melhor ver a realidade.

Na agricultura camponesa, a base da **produção** é familiar, visando ao **consumo** da família. Produzem para o próprio sustento e o excedente é comercializado. Apesar disso, o agricultor familiar camponês não se torna um capitalista por produzir mercadoria e, tampouco, por consumi-las. Apenas, inseridos no modo de produção capitalista, criam mecanismos para se sustarem ante o sistema. Assim, de acordo com Oliveira (2007, p. 40), o

(...) camponês difere do servo ou do escravo. Poderia-se dizer até que esse camponês, livre da servidão, produtor de mercadorias, é produto das

⁶⁶ Foram realizadas 56 entrevistas com os produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, entre os meses de agosto e dezembro de 2009.

transformações que a agricultura feudal sofreu na sua transição para o capitalismo. Mais do que isso, esse camponês produtor de mercadorias, hoje ultra-especializado e com invejável capacidade produtiva, é produto do capitalismo, mas nem por isso um assalariado disfarçado ou um trabalhador a domicílio.

O primordial na distinção entre a produção capitalista e a produção agrícola camponesa é o seu objetivo no processo de circulação. Na produção capitalista, o intuito é a acumulação e a reprodução do capital, sob a fórmula marxista $D - M - D'$, enquanto na produção camponesa essa fórmula inverte-se em $M - D - M$, ou seja, vender mercadorias, transformá-las em dinheiro, para comprar outras mercadorias, que ele não produz, necessárias a sua subsistência (OLIVEIRA, 2007).

O trabalho, no processo produtivo, também é eminentemente familiar, entretanto, nos períodos de safra intensa, ocorre a eventual contratação de trabalhadores, geralmente da mesma comunidade, em que a troca é mediada por produtos agrícolas ou até mesmo na forma em dinheiro, no que observamos nas informações prestadas por um agricultor: *“Eu moro dentro do lote para trabalhar, para produzir no lote. Eu trabalho no lote com minha família. Eu às vezes, quando tou muito aperrado, pago uma diária ou duas para desafogar um pouco, porque eu quero estar em dia com a água e energia”*⁶⁷.

Os reassentados – aqueles que foram expropriados de suas terras e reterritorializados no projeto de irrigação – e os agricultores que, mediante suas economias ou auxiliados pelos empréstimos bancários, compraram lotes agrícolas, representam esses agricultores familiares camponeses.

Diniz (2002, p. 50), para compreender os agricultores reassentados, quando se refere às suas áreas desapropriadas com a construção de perímetros irrigados⁶⁸, tece os seguintes comentários:

O Estado fez com que os irrigantes sofressem desterritorialização que, se dá em função de uma nova ordem, um novo modo de produzir, enfim, uma nova organização socioespacial, pois o ato de se desterritorializar significa uma perda do referencial, processada pela desarticulação cultural e social. Isso implica tanto a perda de identidade territorial como a criação de uma nova territorialidade ou reterritorialização.

Para Raffestin (1993, p. 183), essa territorialidade, de que fala Diniz (2002), é expressa pela vida cotidiana, pelos hábitos, costumes e particularidades. Esse autor ainda considera que “destruir essa territorialidade é destruir toda uma simbologia cujo desaparecimento impede a manutenção de um diálogo com o meio espaço-temporal. É o fim

⁶⁷ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com agricultor presente no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

⁶⁸ Aldiva Sales Diniz produziu interessante trabalho de mestrado sobre o Perímetro Irrigado Icó - Lima Campos, localizado no interior do Ceará, em que discutiu o processo de desterritorialização motivado pela instalação do projeto.

de um diálogo multidimensional: somente o diálogo alto *versus* baixo é mantido. (...). É evidente que isso faz parte da lógica do poder”.

A respeito dos agricultores que conseguem comprar o seu lote agrícola no perímetro irrigado, as palavras de Oliveira (2007, p. 42) são pertinentes:

Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato.

Esses agricultores, para produzirem nos lotes agrícolas, passam por grandes percalços, dentre os quais os elevados custos relativos à irrigação⁶⁹. Dessa forma, encontram como saída os empréstimos bancários, tornando-se reféns desses organismos financeiros. Inicialmente, endividam-se para comprar os lotes e, posteriormente, para cultivá-los. Com o intuito de obter os créditos, formaram associações, colocando os seus nomes como garantia aos bancos. É nesse âmbito, que surgem e proliferam diversas associações no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, compostas, na sua maioria, por “pequenos produtores”, como nos expõe o *quadro 13*.

QUADRO 13: Associação de Produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú

ASSOCIAÇÃO	Nº. PRODUTORES ASSOCIADOS *
Associação de Produtores do Acaraú – APA	43 pequenos produtores
Associação dos Fruticultores Irrigantes do Baixo Acaraú – AFIBA	6 pequenos produtores
Associação de Agricultores Irrigantes de Frutas do Baixo Acaraú – AGRIFRUTAS	12 pequenos produtores
Associação dos Produtores de Orgânicos do Baixo Acaraú – AGRIORGANIC	7 pequenos produtores
Associação dos Hortifruticultores do Baixo Acaraú – AHBA	18 pequenos produtores
Associação dos Produtores e Exportadores de Frutas – APEFRUTA	12 pequenos produtores
Associação dos Irrigantes de Frutas do Baixo Acaraú – APIFRUTAS	9 pequenos produtores
Associação de Produtores de Orgânicos do Ceará – APOCE	5 médios produtores
Associação dos Produtores de Frutas do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú – APROFRUT	10 pequenos e 2 médios produtores
Best Fruit B.A.	12 pequenos e 1 médio produtor
Associação Agroecológica dos Produtores de Frutas – ECOFRUTAS	13 pequenos produtores
Associação dos Produtores Irrigantes e Exportadores de Frutas do Baixo Acaraú – EXPOFRUT	18 pequenos produtores
Grupo de Agricultores Integrados do Vale do Acaraú – GAIVA	10 pequenos produtores
Associação dos Produtores e Hortifrutigranjeiros do Baixo Acaraú – GRUPEX	8 pequenos e 3 médios produtores

Fonte: Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU

* A definição de pequeno, médio e grande produtor, baseia-se na denominação do DNOCS.

⁶⁹ Conforme verificamos em pesquisa de campo, os irrigantes pagam uma tarifa ao DIBAU, chamada **K2** para as despesas operacionais e para a utilização da água. Os valores para as despesas são: 19,00 para os pequenos produtores e 22,00 para os grandes. Em relação à água são cobrados 8,00 a cada 1.000 m³ de água.

Os objetivos dessas associações limitam-se aos créditos bancários, e muitas delas, inclusive, existentes apenas “no papel”, como os próprios produtores nos relatam nas seguintes passagens em suas entrevistas: “O banco só solta dinheiro se tiver associação”; “Ele [o governo] só solta alguma coisa se tiver unido”. [acréscimo nosso]; “Foi só para inventar pro banco; quando todo mundo recebeu foi cada um pro seu lado”.⁷⁰

Assim, recebem os empréstimos e dividem entre os produtores, em que todos os componentes assumem as dívidas, como fora com os integrantes da Associação de Produtores do Acaraú – APA.

A APA foi criada no início das atividades do projeto de irrigação, portanto em meados de 2001. Formada por 43 agricultores reassentados, exportou elevada quantidade de melão para a Holanda, direcionando, assim, os olhares dos órgãos de Estado e da iniciativa privada para o perímetro irrigado, conforme observamos na *figura 27*.



Figura 27: Matéria jornalística divulga primeira exportação de frutas do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (04.09.2001)

Fonte: Acervo do Jornal Diário do Nordeste

Segundo relatos⁷¹ de integrantes associados à APA, a comercialização foi intermediada pela Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará – SEAGRI e auxiliada pelos recursos provindos do BNB, que seriam pagos com o retorno dessa negociação. Esses

⁷⁰ Entrevistas com agricultores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, realizada em agosto de 2009.

⁷¹ Entrevistas realizadas com agricultores reassentados do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e integrantes da A.P.A., em dezembro de 2009.

agricultores revelam, porém, que ficaram endividados, com valores exorbitantes no BNB, por não terem recebido o pagamento das vendas efetuadas:

Até que plantamos o melão, eles [representantes do Estado] disseram: não, melão é uma beleza! Plantamos, todo mundo sem conhecimento mesmo, produzimos bastante. Depois que nós produzimos saiu para a Europa, num sei pra onde, pra esses centros de mundo, os “container”. Quando levaram o melão, depois apareceu uma conversa que tinha apodrecido, chegou lá e num tinha dado certo e até hoje acabou-se e nós que fizemos empréstimo no banco, ficamos na pior e hoje...hoje acho que cada um tá devendo mais de R\$ 500.000 real no lote e os responsáveis pela venda foi o governo do estado, na época, e a Seagri, responsáveis pelas nossas vendas e num sei o que eles fizeram, que nós que ficamos endividados e acabou-se. Isso até hoje. Foram 43 produtores. Era a associação A.P.A. Com isso o pessoal foi esmorecendo, esmorecendo, tá com quase todo mundo os lotes aí desprezados. Aí vem a segunda etapa, aí eu digo: meu Deus do céu! Que quando falam da segunda etapa [do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú] eu fico até arrepiado. Pra quê segunda etapa, se nós não ajeitamos essa primeira etapa. Tem segunda etapa pra quê? Se tá todo mundo “escaldado”?! [acréscimo nosso].

Vendemo muito melão, vendemo para exportação. Esse dinheiro, contar logo a verdade, ninguém se viu. Inventaram que a firma não tinha pagado esse melão, aí ninguém sabe como ficou. Ninguém recebeu esse dinheiro, nada! O primeiro plantio de melão, ninguém sabia aqui o que era melão, a gente só via pela televisão. A gente plantou aquele melão amarelinho, a gente se deu muito bem, deu melão mermo que a gente não tinha donde pisar. Só no primeiro melão eu fiz mais de R\$ 60 mil real, só no primeiro melão. Esse dinheiro ninguém viu. Esse melão foi vendido para a Holanda, essa tal de “Dolly”. Uns diz que a firma não pagou e outros diz que a firma pagou, porque ela não ia se “sujar” com um negócio desse. A negada “comeram”. Aí ninguém sabe, quem “comeu”, quem não “comeu”, sabe? Porque ninguém tem prova, mas ninguém sabe quem foi, sabe que nós produzimo. A dívida do banco tá lá, num tem um que tenha condição de pagar. Botaram um juro alto. Acabaram com nois!

Esse grupo de agricultores reassentados foi expropriado de suas terras, readaptando-se em novas formas de produzir, sob as quais são explorados pelo capital. Esse processo de expropriação e exploração acontece simultaneamente no território, um conduzindo ao outro (MARTINS, 1991).

A **comercialização** é um dos entraves vividos pelos agricultores familiares camponeses e uma das vias para o processo de exploração, conforme expressa o agricultor:

O projeto é muito bom, a irrigação é boa demais, o que planta produz bastante, comercialização é que num tem. Eu mesmo com 4 hectares de banana, tinha dias que eu chorava, descia água dos olhos, porque num tinha quem vendesse. Aí eu pegava chamava o pessoal e dava. Olha tinha gente lá que levava carrada cheia de banana e eu dizia: pode levar para vocês, que aqui num tem pra quem vender e eu num quero ver elas se perdendo⁷².

⁷² Entrevista realizada em dezembro de 2009, com agricultor do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

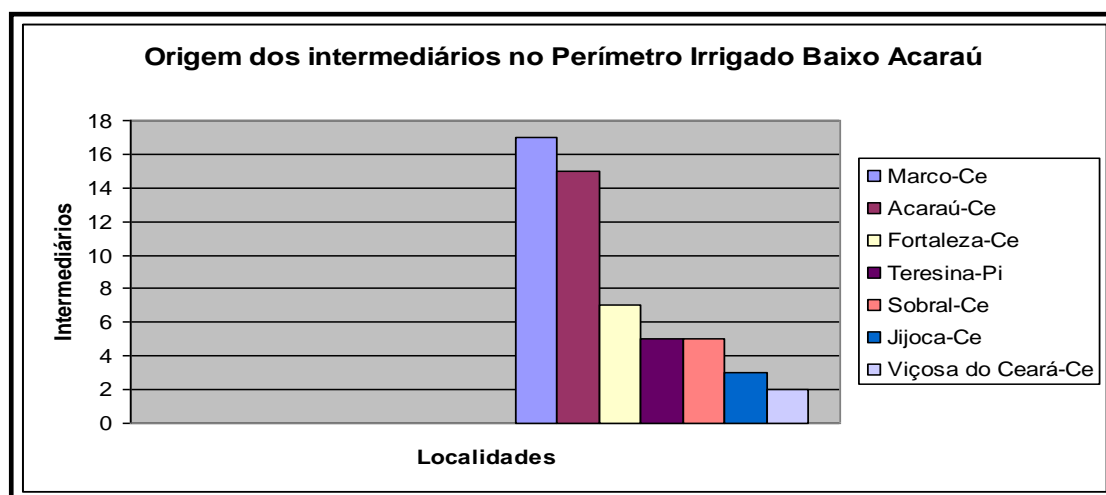
Atualmente, seus produtos apenas chegam ao consumidor, por intermédio dos vendedores intermediários (atravessadores), provindos de paragens diversas (figura 28), estabelecendo os seus preços e os revendendo a custos superiores no mercado:

Eu vendo de R\$ 0,45 ao quilo de primeira e segunda qualidade. O bom é levar diretamente a produção, sem atravessador, porque o que “mata” é o atravessador⁷³.

Só deu pra atravessador. Eu conheci pessoa que começou com uma bicicleta e hoje tem é carro. Eu cheguei a ver vender “bila” de R\$ 0,50 [melancia de 5 quilos a baixo] e aí eu ia pra rua tava vendendo de R\$ 2,50 até 3,00. Quer dizer, só deu pra atravessador e o produtor indo de “água” abaixo⁷⁴. [acrécimo nosso].

Tem atravessador todo dia na porta. Chega lá: rapaz tu quer R\$ 10,00 num milheiro de banana, entendeu? Vem outro tu quer R\$ 8,00 num milheiro de banana? É desse jeito! Atravessador é demais, todo dia nas portas. E nós vende, se não se acaba tudo! Os atravessador são daqui do município, vem gente de outros municípios. Vem gente de todo o canto. O lote produz muito, mas pra eles atravessador que é bom, pra atravessador que é muito barato, porque eles sabe que vendem muito bem⁷⁵.

FIGURA 28: Origem dos intermediários que atuam no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú



Fonte: Elaborado por Vasconcelos, em pesquisa direta (2009).

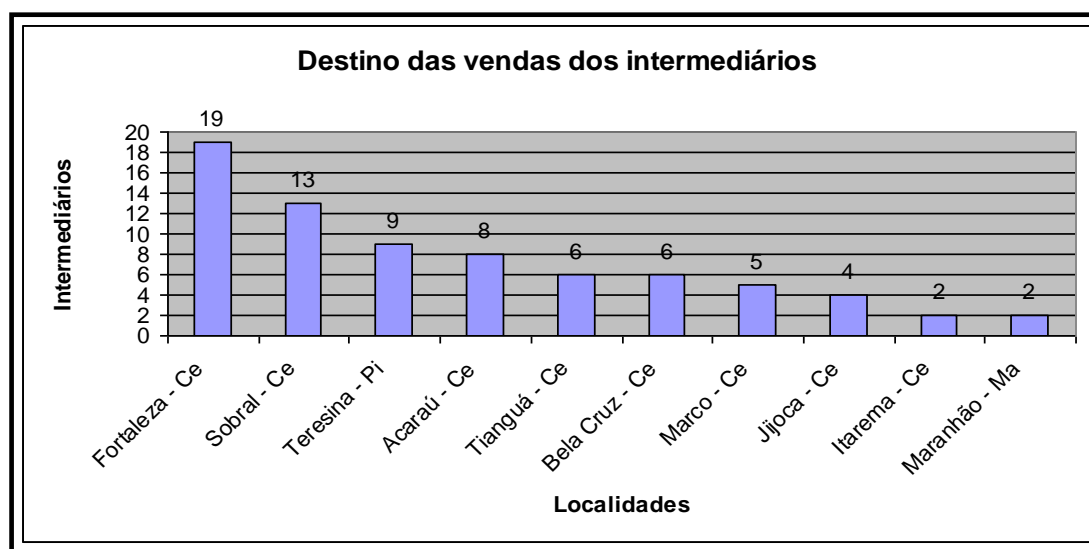
⁷³ Entrevista com o agricultor do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marco, Manuel Valdir, em dezembro de 2009.

⁷⁴ Entrevista realizada com agricultor do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, em dezembro de 2009.

⁷⁵ Entrevista realizada com agricultor do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, em dezembro de 2009.

Segundo os produtores entrevistados, o principal destino de suas comercializações é Fortaleza, capital do estado, seguindo para o Centro de Abastecimento do Ceará – CEASA, além dos supermercados de grande expansão.

FIGURA 29: Principais destinos das vendas de frutas pelos intermediários.

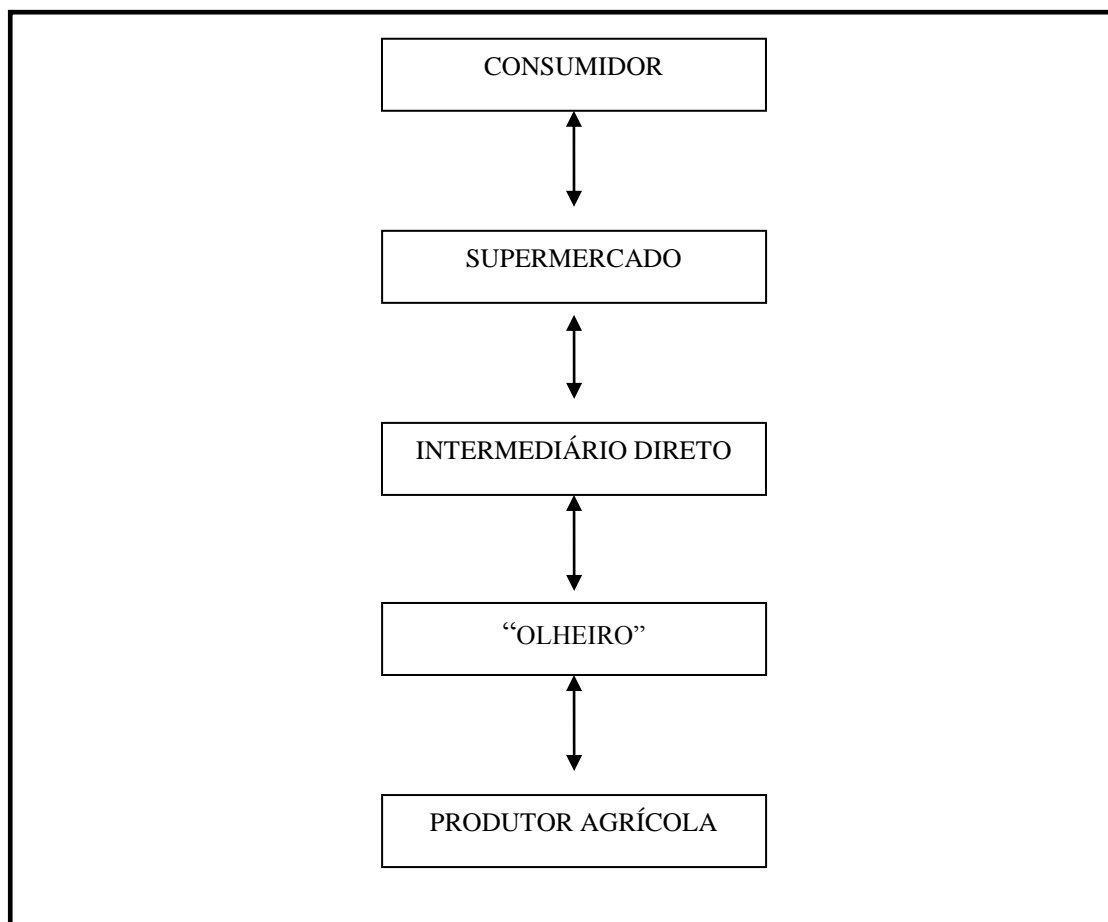


Fonte: Elaborado por Vasconcelos, em pesquisa direta (2009).

Esses intermediários ou atravessadores, como são popularmente conhecidos, também fazem parte do circuito produtivo⁷⁶ gerado pelo agronegócio. Na base, temos a produção dos agricultores, intermediada e distribuída pelos atravessadores, chegando aos supermercados e alcançando os consumidores - a ponta do processo - a preços maiores do que os repassados aos agricultores familiares camponeses (*quadro 14*).

Existem dois tipos de intermediários: o “olheiro” (bananeiro, popularmente conhecido, por ser a banana a principal fruta comercializada) e os intermediários diretos. O “olheiro” estabelece uma relação entre o produtor e o intermediário, indicando a produção de alguns lotes agrícolas aos intermediários que chegam ao Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. Quanto aos intermediários diretos, a relação ocorre entre o produtor e o consumidor, realizando a negociação direta aos pontos de vendas.

⁷⁶ Segundo Santos (2008 d, p. 121), “Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria”, reorganizando o espaço geográfico, portanto o “circuito espacial da produção”.

QUADRO 14: Circuito produtivo do agronegócio do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú

Essas dificuldades passam pela falta de assistência **técnica** aos produtores, no manejo com a irrigação: *“prometeram [representantes do Estado]: aí vocês vão ter curso de formação e isso não aconteceu. Assistência técnica aqui para vocês nunca vai faltá e nós que nunca tinha passado por esse trabalho de projeto de irrigação, técnica ninguém conhecia, nem nada”*⁷⁷. [acréscimo nosso].

Responsabilizá-los como “atrasados”, “resquícios sociais” (OLIVEIRA, 2007), alheios às tecnologias e inovações da atualidade, por não terem “se adaptado à irrigação”, é o discurso propalado, deixando-os às margens da modernização.

*O nosso projeto, para nós mesmos, pros 43 [reassentados], tá como é que a gente tenha pegado assim um animal e tenha jogado lá no cercado. E no início nos tinha vila de casa, promessa! Tinha dois hectares irrigados, nós ia receber e isso num teve e uma série de coisa*⁷⁸. [acréscimo nosso].

⁷⁷ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com agricultor do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

⁷⁸ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com agricultor do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

É a **propriedade privada da terra** um dos traços mais importantes na abordagem da agricultura familiar camponesa. Martins (1991, p. 14) explica: “As grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos, são determinados pelo processo de expropriação da terra. A exploração do trabalho é um problema que aparece num segundo plano, muitas vezes embutida na propriedade e por ela escamoteada”.

A propriedade familiar diferencia-se da capitalista. Assim, o fato de agricultores possuírem o título da terra, com os seus lotes agrícolas, seja via reassentamento ou até mesmo pela compra, não o definem como proprietários capitalistas, pois o que exprime esse tipo de propriedade é a extração da renda da terra, por meio da expropriação da força de trabalho alheio, com fins de acumular e reproduzir capital ou na possibilidade de gerá-los, assim com fazem os especuladores.

Sobre esse ponto, Marx (1978, p.p. 252-253), traçando um paralelo entre os tipos de propriedade, no intuito de esclarecer a propriedade capitalista, nos diz:

A forma da propriedade da terra que consideramos é uma forma especificamente histórica da mesma, a forma transmutada, por influência do capital e do modo de produção capitalista, tanto da propriedade feudal da terra, como da agricultura pequena campesina praticada como ramo da alimentação, na qual a posse da terra aparece como uma das condições de produção para o produtor direto, e sua propriedade da terra como a condição mais vantajosa, como condição para o florescimento de seu modo de produção. Assim como o modo de produção capitalista pressupõe, em geral, que se exproprie dos trabalhadores as condições de trabalho, assim pressupõe na agricultura que dos trabalhadores rurais expropriem-lhes a terra e se subordinem a um capitalista que explora a agricultura com vistas à ganância.

Nas *figuras* seguintes (30, 31 e 32), identificamos os lotes agrícolas que expressam propriedades de terra de agricultores familiares camponeses e propriedades de capitalistas da terra. Na primeira ilustração, percebemos como o agricultor Sr. José Raul Faustino, de forma simples, demarca seu território. Nas demais fotografias, realçadas pelas cercas e grades evidentes, verificamos a realidade expressa pelo que dizem Moraes e Costa (1984, p. 89): “os recursos naturais e o espaço são progressivamente açambarcados pela mercantilização e privatização. A propriedade privada do solo é a expressão maior do processo histórico de separação entre os homens e “seu” espaço”.



Figura 30: Propriedade privada de agricultor familiar camponês

Fonte: Vasconcelos, 2008



Figura 31: Propriedade capitalista de terra: Empresa Max Frut.

Fonte: Vasconcelos, 2008



Figura 32: Propriedade capitalista de terra: fazenda da empresa Mangueira Biofresch.

Fonte: Vasconcelos, 2008

A propriedade do agricultor familiar camponês representa produção voltada à subsistência, mas também a **relação de afetividade** com a atividade agrícola e com o lugar, porque “o trabalhador [*agricultor*] concebe a terra como uma dádiva, uma dádiva de Deus. Em geral, ele pensa nesse sentido porque ele é religioso, crê, tem fé e isso é um dado que a gente tem que incorporar. É uma dádiva de Deus para todas as pessoas, para todos os que queiram trabalhar.” (MARTINS, 1991, p. 154, *acréscimo nosso*).

É a possibilidade de produzir alimentos na sua terra e a afeição entre o agricultor familiar camponês do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e seu lote agrícola, que faz com que estes permaneçam, como nos demonstram as seguintes falas:

*A irrigação melhorou um pouquinho minha vida, porque de primeiro era de sequeiro e a renda era só anual, quando o tempo era bom*⁷⁹.

*Melhorou, porque antes eu trabalhava nas terras dos outros*⁸⁰.

*Melhorou, porque pra trás, antes da irrigação, pra gente plantar um roçado, era uma dificuldade, porque os donos de terra não aceitava, num arrendava. A agricultura irrigada é cara. Vamo dizer assim: entre água, energia e K2 por mês dá R\$ 700,00. Num dá pra gente pagar água e energia, tem que ter o complemento, tem que arrumar por fora... tempo aperrado, tempo folgado.*⁸¹

Por sua vez, os pequenos capitalistas ou microempresários são aqueles que objetivam se tornarem grandes empresários do agronegócio. É na propriedade capitalista da terra que expropriam força de trabalho, mediante a contratação de trabalho assalariado temporário, que ocorre diariamente. Em geral, não se satisfazem com um lote agrícola, pois anseiam, motivados pelo fetiche, acumular mais porções de terra, pois, para eles, o interesse maior é a renda, ou seja, o lucro extraordinário que as suas terras possibilitarão, como nos expõem as seguintes falas: “*Eu vejo a agricultura como um comércio, lucratividade*”⁸²; “*Isso aqui não é do governo, é iniciativa privada, ao invés de ser para pobre é para rico*”⁸³.

Na concepção de Oliveira (2007, 38),

Um cidadão só é capitalista e o seu dinheiro capital quando o coloca no processo produtivo (comprando meios de produção e força de trabalho) para reproduzir, de forma ampliada, esse capital. É por isso que o capital é produto de uma relação social baseada na troca desigual entre proprietários distintos, porém iguais. O capital é, pois a materialização do trabalho não-pago ao trabalhador. É, portanto, a mais-valia expropriada do trabalhador. É a fração do valor produzido pelo trabalhador que se realiza nas mãos do capitalista.

Ainda como agentes do território do perímetro irrigado, estão os proprietários dos lotes empresariais, empresários oriundos de diversas regiões do País. Comercializam diretamente com o mercado consumidor e por possuírem, na sua grande parte, outras ocupações profissionais, correm menos riscos econômicos com a atividade agrícola. As

⁷⁹ Entrevista com o agricultor familiar camponês Francisco Pereira Neto, realizada em agosto de 2009.

⁸⁰ Entrevista com o agricultor familiar camponês José de Souza Pereira, realizada em agosto de 2009.

⁸¹ Entrevista com o agricultor do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marco, Manuel Valdir, em dezembro de 2009.

⁸² Entrevista com o engenheiro-agrônomo e pequeno produtor (microempresário) do perímetro irrigado, realizada em agosto de 2009.

⁸³ Entrevista com o economista e pequeno produtor (microempresário) do perímetro irrigado, realizada em agosto de 2009.

palavras dos agricultores⁸⁴ nos esclarecem: “*Os empresários tão se dando bem aqui, porque já chegaram empresário, já traziam uma pontinha*”; “*Eles [empresários] tem condição, eles pode levar diretamente, pra vender melhor, tem transporte e tudo*”. [acréscimo nosso].

O cultivo desses proprietários capitalistas baseia-se na monocultura (figura 33). No plantio de uma variedade frutífera, os vastos campos são “ocupados”, extraindo a renda da terra, por meio da exploração do trabalhador, a quem pagam diárias, variando entre R\$ 15,00 e R\$ 17,00. Esses valores equivalem a menos de um salário mínimo mensal, conforme o conhecimento do agricultor Manoel Valdir: “*Se o trabalhador for à custa do patrão é R\$ 15,00, se for à custa dele é R\$ 17,00. A diferença é de R\$ 2,00 real. [No caso] o patrão dá, vamo dizer assim, o almoço*”⁸⁵ [acréscimo nosso] e da experiência do agricultor familiar⁸⁶:

Rapaz, a diária nos lote é tudo desmantelado. Uns pagam de 12, outros pagam de 10. Num tem nem ganho certo, assim num preço. Os que são mais “carinhosos” pagam de 15, outros pagam de 12, outros de 10, né não? Tem aqueles que paga só 10, a custa do trabalho, ainda almoça em casa e aí sai só 8 real o dia, e aí como é que vai?

Essa é a origem da riqueza do capitalista: a exploração da força do trabalho na terra, de onde o proprietário capitalista retira o lucro extraordinário. Sobre isso, Martins (1991, p. 50) comenta que “não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista”.



Figura 33: Monocultura de abacaxi no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú
Fonte: Vasconcelos, 2008.

⁸⁴ Os entrevistados são “pequenos” produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. O primeiro é reassentado e o segundo comprou o seu lote agrícola. Entrevistas realizadas em dezembro de 2009.

⁸⁵ Entrevista realizada em dezembro de 2009.

⁸⁶ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com agricultor do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

Para um dos nossos entrevistados, há a presença de três categorias, representados, pelo que sua fala indica, por agricultores familiares camponeses, pequenos capitalistas (microempresários) e empresários do agronegócio:

Eu vejo três categorias na realidade. Primeiro aqueles que ganham dinheiro e não tem visão de comercialização e aí o atravessador chega e compra a preço de banana. Segundo aqueles que tem algum contato com Fortaleza e tem o seu caminhão e leva sua produção para Fortaleza ou ainda tem o seu lote agrícola e arrenda o lote vizinho. Terceiro aquelas pessoas que não vendem aqui. Tem irrigantes que você vai querer comprar e ele não vende não, porque já ta tudo vendido⁸⁷.

Assim, o território do perímetro irrigado estudado é a materialização do que conceitua Oliveira (2004, p. 40):

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um a *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza.

As frases propaladas pelos empresários concretizam o quadro de intensos conflitos e tamanhas disparidades no projeto de irrigação: “*existe um certo preconceito com os empresários que vêm de fora. Explorados sempre iriam existir*”, e, para os mesmos, se “*existe terra, água e empréstimos bancários, o que falta então?*”⁸⁸.

Para esses agentes produtores, “*o tempo cuidará de separar o trigo do joio*”⁸⁹, ao referir-se a saída “natural” dos agricultores familiares camponeses do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, em que estes venderiam seus lotes agrícolas, tornando-se meros assalariados, por não conseguirem suportar a competitividade entre produtores.

Essa concepção muito se assemelha à ideia central de Lênin (1981) da “diferenciação do campesinato”. Os agricultores desintegrar-se-iam, ante ao capitalismo, deixando de existir as suas formas características, ocorrendo a consequente “descampenização”.

Nos seus estudos sobre o “desenvolvimento do capitalismo na Rússia” para o início do século XX, bem como as suas repercussões na estrutura agrária daquele país,

⁸⁷ Entrevista realizada com funcionário do DIBAU, em abril/2009.

⁸⁸ Entrevista realizada com empresário do perímetro irrigado, em abril de 2009.

⁸⁹ Entrevista realizada com empresário, em agosto de 2009.

Vladimir Ilich Lênin (1981) concebia a ideia de que os camponeses diferenciavam-se em camponeses pobres, intermediários e ricos, diante de suas crescentes necessidades de consumo, ultrapassando a unidade familiar e gerando, assim, um mercado interno. Aqueles que se integrassem ao modo de produção capitalista, se tornariam pequenos capitalistas rurais. Os intermediários seriam a classe dos “camponeses burgueses”. Já os camponeses pobres eram aqueles transformados em proletários do campo. Assim, para esse escritor e estadista, era inevitável a subordinação do agricultor ao sistema capitalista, em que eles se uniriam a esse modo de produção ou se transformariam em pobres, marginalizados no sistema.

Para alguns pesquisadores brasileiros, seguidores dessa tendência, esses agricultores se dividem em produtores integrados e produtores não integrados aos complexos agroindustriais (CAIs). Os primeiros estão subjugados, mediante o assalariamento, enquanto os não integrados

(...) estarão condenados a atividades marginais do ponto de vista produtivo, em particular do ponto de vista da reprodução da classe trabalhadora. Uma minoria poderá até mesmo estar envolvida em atividades altamente lucrativas, como aquelas direcionadas a segmentos sociais diferenciados com altas rendas (produção de alimentos frescos sem uso de defensivos, flores, etc.). Mas a grande maioria dos produtores não integrados aos CAIs – em particular os pequenos e localizados nas regiões Norte e Nordeste – estará condenada à produção para autoconsumo ou, quando muito, para fornecimento direto às populações locais com um nível tecnológico rudimentar. (SILVA, 1998, 169).

Karl Kaustsky, contemporâneo de Lênin, também estudou a “questão agrária” russa para o novo século XX, visto que suas pesquisas realizaram-se no final do século XIX (1899). Para esse autor, com a industrialização da agricultura, as grandes propriedades estavam em condições superiores às pequenas, por meio do aperfeiçoamento técnico utilizado pelas primeiras, de modo que os agricultores tendiam a diminuir ou desaparecer (ALVES e FERREIRA, 2009).

As ideias de Alexander Chayanov partem do centro da unidade familiar, em que o autor analisa a produção do agricultor, voltada primordialmente ao consumo e à consequente reprodução familiar, em que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais de seus membros e, em segundo plano, acumular capital. Assim, segundo Chayanov, a subordinação e a expropriação deixam de ser aspectos suficientes para descaracterizar o agricultor. Ainda, para o mesmo estudioso, o modo de produção da agricultura familiar camponesa encontra-se fora do modo de produção capitalista, portanto independente deste (ALVES e FERREIRA, 2009).

Oliveira (2007, p. 11) é claro, no entanto, ao dizer que a agricultura familiar e o latifúndio “devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste”.

Com essa base teórica, o que ocorre na agricultura cearense, por exemplo, são traços do “desenvolvimento contraditório e combinado⁹⁰”, muito bem expressos nas seguintes palavras,

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar). (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Nesse sentido, ao mesmo passo que produz relações tipicamente capitalistas, como o assalariamento, o sistema capitalista não dissolveu a estrutura do agricultor familiar camponês, pelo contrário a recriou para dela aproveitar-se, pois “é o processo de sujeição do [agricultor familiar] camponês ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção.” (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

As falas dos agricultores e a exposição do *quadro 15* referente à produção de sequeiro, alimento essencial no cotidiano alimentar e cultivado, em sua maior parte, por esses agricultores, destacando o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, no Ceará, reafirmam a presença desses agentes sociais no território.

Com arrimo nas ideias de Oliveira (2004), podemos então compreender que a propriedade capitalista expressa a *territorialização do capital monopolista* na agricultura, em que o capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura, são as mesmas pessoas, territorializando-se no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, com a expulsão dos agricultores familiares e a contratação de alguns como assalariados.

Enquanto isso, a presença das propriedades dos agricultores familiares camponeses no perímetro evidenciam a *monopolização do território* pelo capital monopolista. Nessa situação, os proprietários de terra e o trabalhador, representados pelos agricultores, participam da modernização da agricultura, cujos produtos agrícolas passam a compor a produtividade do

⁹⁰ A lei do desenvolvimento desigual e combinado foi desenvolvida por Trostky. Na leitura feita por Côrrea (1987, p. 42), “A lei do desenvolvimento desigual e combinado expressa particularmente uma das leis da dialética, a da interpenetração dos contrários. Refere-se ao fato de ser cada aspecto da realidade construído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos. A contradição que daí decorre é característica imanente à realidade e o elemento motor de sua transformação. Na lei os dois processos são, primeiro o da desigualdade e, depois, o da combinação. Permite que se considere as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente...e no espaço”.

projeto de irrigação. Mesmo presentes no âmbito da monopolização pelo capital do agronegócio, no entanto, são eles, agricultores familiares camponeses, que conformam os próprios territórios.

QUADRO 15: Produção de sequeiro dos perímetros de irrigação do Ceará - 2008

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (SEQUEIRO) DOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO CEARÁ 2008			
Perímetros Irrigados	Área cultivada (ha)	Área colhida (ha)	Valor da produção (R\$)
Morada Nova	3.833,81	3.428,98	14.948.261,93
Jaguaribe – Apodi	5.171,75	3.778,00	12.405.233,90
Icó - Lima Campos	1.263,44	1.207,50	3.172.983,20
Baixo Acaraú	1.380,60	1.155,80	1.894.835,80
Curu – Paraipaba	627,01	528,99	974.822,80
Várzea do Boi	644,15	565,35	594.496,70
Tabuleiro de Russas	417,30	270,50	554.685,37
Curu - Pentecoste	201,60	167,40	441.229,89
Quixabinha	193,0	193,0	302.076,0
Jaguaruana	108,00	66,5	198.880,00
Forquilha	108,5	102,5	189.276,40
Araras Norte	86,10	68,40	39.100,00
Ema	60,00	48,00	22.001,00
Ayres de Souza *	-	-	-

Fonte: DNOCS, 2008.

É nesse âmbito de conflitos entre as classes sociais, mas também a expressão da vida⁹¹, das trocas, da residência e da resistência, que ocorre a modernização da agricultura no Baixo Acaraú, onde as mudanças na *terra de trabalho*, trazidas pela *terra de negócio* (MARTINS, 1991) acentuam as desigualdades e contradições inerentes ao sistema capitalista, como veremos a seguir.

⁹¹ Para Milton Santos (2006, p. 14), “O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. Fundamento do trabalho, lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

5. TERRA DO TRABALHO, TERRA DO NEGÓCIO NO BAIXO ACARAÚ

(...), na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho. (MARTINS, 1994, p.30).

Nesse momento da pesquisa, com base na leitura da *renda da terra* e dos dados referentes à movimentação capitalista dos lotes agrícolas, buscamos demonstrar como se dá a extração da mais-valia no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, transformando a terra em mercadoria.

Em seguida, abordaremos as desigualdades sociais no Baixo Acaraú, entre os municípios onde o perímetro veio se instalar, revelando que as alterações proporcionadas pela modernização da agricultura pouco modificou positivamente a qualidade de vida da população, ante a exploração econômica local.

Por fim, analisaremos a invasão da *terra do negócio* na terra indígena, por meio da fala dos próprios índios tremembés da aldeia Queimadas, que nos contam sobre os históricos conflitos entre índios e proprietários de terras, com a intensiva presença das ações estatais e da igreja.

5.1 A terra como mercadoria: análise dos lotes agrícolas do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú

No modo de produção capitalista, as relações são permeadas pela troca. É essa atmosfera que rege os espaços concentrados em capital, poder e terras; espaços selecionados, portanto estratégicos, onde há a estranheza entre o homem e a natureza, transformando-a em meio para produzir mais riqueza material, no intuito de satisfazer necessidades transpondo a vitalidade humana.

Se a agricultura torna-se um investimento, visando à lucratividade, seu substrato, o solo, é visto como um meio para tal finalidade. Assim, a *terra do trabalho* essencial para a *alimentação* e *moradia* é apropriada por grupos capitalistas, metamorfoseando-a em *terra do (agro) negócio*, ou seja, mercadorias. Martins (1991, p. 55) nos esclarece:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.

Dessa forma, a terra também se transforma em mercadoria. Vejamos o que diz Marx (1968, p. 06), para entendermos essa passagem:

Uma coisa pode ser um valor – de- uso e não ser um valor: basta que seja útil ao homem sem provir do seu trabalho. Assim acontece com o ar, prados naturais, terras virgens, etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano e não ser mercadoria. Quem, pelo seu produto, satisfaz as suas próprias necessidades, apenas cria um valor – de – uso pessoal [mas não uma mercadoria]. Para produzir mercadorias, tem não somente de produzir valores – de – uso, mas valores – de – uso para os outros, valores – de – uso sociais. [E não basta produzir para os outros. O camponês medieval produzia cereais para pagar o tributo ao senhor feudal e o dízimo à igreja. Mas nem o tributo e nem o dízimo, embora produzidos para outrem, eram mercadorias. Para ser mercadoria é necessário que o produto seja transferido para outrem, que o utilize como valor – de - uso, por meio de troca.] Finalmente, nenhum objeto pode ser um valor se não for uma coisa útil. Se é inútil, o trabalho que contém é gasto inutilmente [não conta como trabalho] e, portanto, não cria valor.

Para a formação de uma mercadoria, é necessário que as coisas produzidas e elaboradas pelo trabalho humano possuam utilidade, usufruídas pelas pessoas como valores de uso, a partir da troca mediada pelo capital, consolidando o processo de produção e circulação: os fundamentos da mercadoria e a realização do sistema capitalista.

Todas as mercadorias possuem, agregados, valor de uso e valor de troca. A utilidade das coisas é essencial para que as pessoas sintam necessidade de comprá-las, trocando por equivalente dinheiro. Nossas palavras se coadunam com às ideias de Marx (1968, p.2): “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Que essas necessidades tenham a sua origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão”. Assim ocorre com a terra, nosso enfoque.

A terra, como elemento da natureza, é essencial ao homem. Não provindo do seu trabalho, constitui valor de uso, assim como o ar e a água, por exemplo. Como objeto de trabalho, no intuito de satisfazer as suas necessidades imediatas de subsistência, produzindo apenas o que lhe é de fato necessário e sendo “lugar de moradia”, ainda não se configura como mercadoria, pois a busca é pela satisfação de necessidades vitais ao organismo humano, logo, valor de uso.

Quando, porém, o valor de uso proporcionado pela terra desperta nos homens a possibilidade de ensejar lucro, a mediação passa a ser feita pelo dinheiro, pelo movimento de compra e venda (troca), resultando no final a mais-valia e a materialização da mercadoria. Basta que nos lembremos da clássica fórmula marxista: $D - M - D'$, ou seja, dinheiro para comprar terra no intuito de acumular mais dinheiro e reorientar esse movimento que é próprio do modo de produção capitalista.

A mais-valia corresponde à apropriação do trabalho excedente, realizado pelo trabalhador além do tempo necessário à produção, em troca de um salário não equivalente ao lucro gerado ao capitalista, ou seja, trabalho não pago (MARX, 1968).

A concretização da terra como mercadoria só é possível porque, de um lado, há os “donos” da terra, que se acham na condição de as vender para outros compradores, ou seja, de trocar a mercadoria por algo equivalente. Portanto, a propriedade privada da terra tem destaque nesse contexto. Para Marx (1978, p.p. 253- 257),

A propriedade da terra pressupõe o monopólio de certas pessoas sobre determinadas porções do planeta, sobre as quais podem dispor como esferas exclusivas de seu arbítrio privado, com exclusão dos demais. [...]. A propriedade da terra se distingue dos restantes tipos de propriedade pelo fato de que, uma vez alcançado certo nível de desenvolvimento se manifesta como supérflua e nociva.

Ampliando esse entendimento, Martins (1991, p. 54; *destaque nosso*) nos chama atenção para os tipos de propriedades:

A propriedade capitalista é um regime distinto de propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração. Por isso *não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que propriedade privada*. São coisas completamente diferentes, ainda que a passagem de uma para outra seja muito sutil e a muitos pareça não existir diferença alguma.

Historicamente, no Brasil, o Estado influencia nesse processo de apropriação. Inicialmente com as sesmarias, em meados do século XVII, quando a terra era dividida entre aqueles que tinham ligações com a Coroa Portuguesa. Essa concessão representava recompensa por serviços prestados ao rei (como a expulsão e matança dos nativos, os indígenas) ou ainda por “qualidades” pessoais, expressas pelo *status* social do beneficiado na época, desde que para isso as terras fossem cultivadas.

No Nordeste, as zonas açucareiras representam as parcelas de terras entregues aos sesmeiros que logo tratavam de explorar o fértil solo litorâneo, acumulando riquezas materiais, em detrimento de uma população que vivia subserviente a esse processo, nas senzalas das casas grandes senhoriais.

No Ceará, a apropriação inicial das terras do vale do Acaraú ocorreu dessa forma, por meio de sesmarias, surgindo daí as primeiras famílias, formadas por vários portugueses ou ainda por pessoas providas de Pernambuco, Maranhão e Piauí, servidas pelos habitantes da capitania cearense⁹². Na pecuária, encontraram atividade eficiente para extrair das glebas o poder financeiro e político que caracterizava os grupos dominantes da época, mediante a espoliação do trabalho dos habitantes locais, formados por índios, escravos ou por aqueles despossuídos de terra, ao que Pinheiro (2008) denomina de pobres - livres. Com isso, o autor citado nos fala que

No Ceará, a situação era mais complexa socialmente; aqui se constituiu uma parcela que representava por volta de 10% da população, que eram os fazendeiros, criadores de gado, que detinham praticamente o monopólio da terra, um meio de produção essencial em uma economia agropecuária, mas também como um instrumento importante na construção das relações de poder. A condição de proprietário, criador de gado, escravista, definia a identidade social do setor dominante. (PINHEIRO, 2008, p. 21).

O sistema de sesmarias perdurou até 1824 que, em 1850, como necessidade de regularizar as terras dos sesmeiros que ainda não tinham registros, sendo a posse predominante, criou-se a Lei de Terras, legalizando-se a propriedade privada daqueles que já a possuíam e instituindo a venda àqueles com as condições monetárias para adquirir parcelas de terra. A esse respeito, Silva (1996) *apud* Reydon e Plata (2000, p. 34), complementa:

Em 1850, então, foi promulgada a Lei de Terras. Esta teria o objetivo de dentre outros fatores, proibir a aquisição de terras devolutas – terras pertencentes ao Estado, que não estivessem sendo utilizadas – que estivessem temporariamente e/ou ocasionalmente em mãos particulares. Com isso, visava não só regularizar as posses existentes, como também legalizar sua transmissão, sob a forma de compra e venda. Portanto, a Lei de Terras, de 1850, marca a possibilidade jurídica e institucional de ocorrência de negócios com terras e, conseqüentemente, aquele ano pode ser tomado como um marco na constituição dos mercados de terras rurais, quer dizer, a partir da vigência da Lei de Terras, constitui-se legalmente a propriedade privada da terra.

Na pecuária, evidenciaram-se as grandes divisões para formar as fazendas no interior do Ceará. As primeiras explorações das terras de Acaraú, Bela Cruz e Marco estão

⁹² Pe. F. Sado de Araújo realizou o seguinte trabalho sobre a origem das famílias: **Raízes portuguesas do vale do Acaraú**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense Ltda., 1991.

relacionadas a esse momento da história, por comporem o traçado do gado, às margens do rio Acaraú.

Conforme os dados organizados por Pinheiro (2008), identificamos como essa atividade econômica influenciou na distribuição de sesmarias na capitania do Ceará, principalmente nas ribeiras do Acaraú e Jaguaribe. De acordo com o que verificamos na *tabela 6*, percebemos que a maior parte (91%) das sesmarias solicitadas, entre os séculos XVII e XIX, tinha como justificativa a ocupação da terra com a atividade da pecuária ou ainda em consórcio com a agricultura.

TABELA 6: Distribuição de sesmarias na capitania do Ceará

Período	Pecuária	Agricultura	Agricultura + Pecuária	Total
1679-1699	254	-	07	261
1700-1709	583	-	12	595
1710-1719	324	02	12	338
1720-1729	383	12	26	421
1730-1739	300	11	20	331
1740-1749	212	15	11	238
1750-1759	50	07	03	60
1760-1769	06	-	-	06
1770-1779	09	-	01	10
1780-1789	12	07	02	21
1790-1799	28	12	07	47
1800-1809	12	02	04	18
1810-1819	47	08	34	89
1820-1824	26	-	01	27
Total geral	2246	76	140	2462

Fonte: Cartas de sesmarias do Ceará – 14 volumes *apud* Pinheiro, 2008.

Essa forte ligação das ações promovidas pelos representantes do Estado com trocas capitalistas da terra ainda é bastante atual, porque eles permanecem como os responsáveis por normatizarem e regularem juridicamente essas vendas. Há, ainda, outros fenômenos nessa relação, quando, além de mediadores, esses representantes também são detentores de terras ou facilitadores para que essas posses sejam realizadas por pequenos grupos de capitalistas.

Os casos dos perímetros públicos de irrigação constituem exemplos típicos do que vem ocorrendo de forma cada vez mais intensa. Integrantes do Estado e empresários especuladores adquirem lotes agrícolas, utilizando-se de “laranjas”, como são popularmente conhecidas aquelas pessoas que submetem seus nomes ao título da terra, no intuito de encobrirem os reais proprietários.

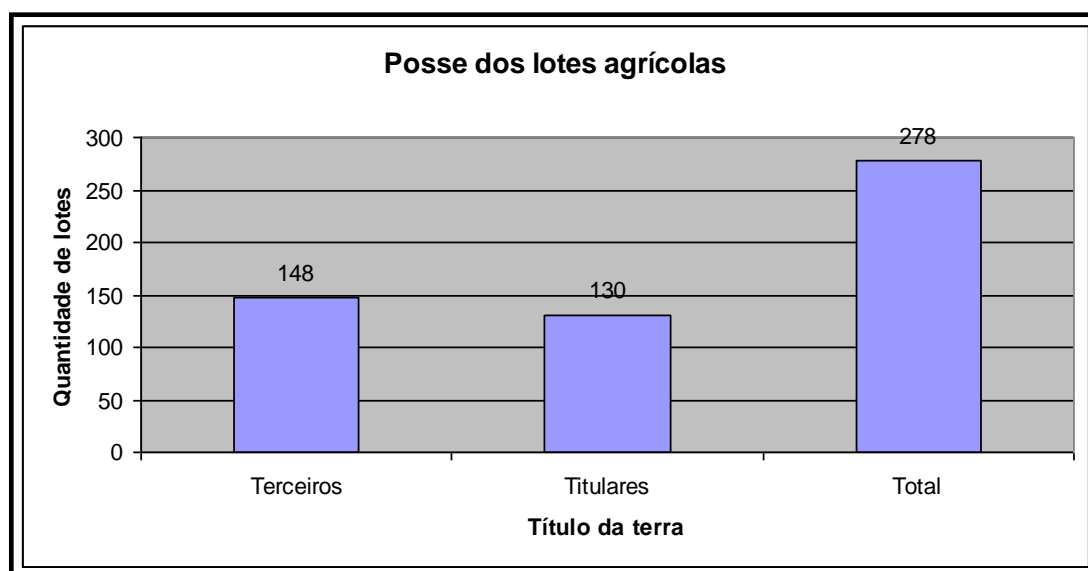
O trabalho de Silva (1989), sobre alguns perímetros do Nordeste ⁹³, já denunciava essas estratégias:

Na prática, pode-se observar que não há fiscalização nem orientação da destinação dos lotes irrigados, pois até mesmo as disposições normativas e legais (que poderiam ser utilizadas para conter o processo de venda dos lotes) restam inaplicadas. Existe, por exemplo, a proibição de uma mesma pessoa ter mais de um lote em área de colonização, num mesmo perímetro, o que seria fundamental para impedir a reconcentração fundiária nos projetos públicos de irrigação. Entretanto, na prática, parecem existir vários atalhos para escapar a essa proibição como, por exemplo, via “testas – de – ferro”. Por outro lado, nada impede que proprietários rurais de fora do perímetro adquiram os lotes que estão sendo vendidos. (p.p. 120-121)

Essas evidências estão presentes no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, evidenciando o duplo caráter das suas porções de terra: valor de uso e valor de troca (MARX, 1968). A utilização dos lotes agrícolas, dessa forma, demonstra a forte especulação, favorecida pelos organismos estatais, em uma política que se identifica como pública.

Analisando a relação dos lotes ativos - aqueles que estão sendo produtivos economicamente - verificamos que dos 278 lotes, 53% estão em nome de “terceiros”, ou seja, 148 porções de terras mascaradas com titulações não condizentes com o que a realidade apresenta (*figura 34*).

FIGURA 34: Posse dos lotes agrícolas ativos (novembro/2009).



Fonte: Vasconcelos, 2009.

⁹³ Silva (1989) realizou importante pesquisa relacionada à reconcentração fundiária em alguns perímetros irrigados situados às margens dos seguintes vales úmidos: Vale do Gorutuba (MG), Vale do Moxotó (PE), Vale do Baixo e Médio Jaguaribe (CE), Vale do Médio e Norte Gurgueia (PI), Vale do Fidalgo (PI), Vale do Piranhas – Açu (PB e RN) e Vale do Sub – Médio São Francisco (BA e PE).

O que a realidade nos mostra, de acordo com análise minuciosa, é que esses lotes em nome de “terceiros, laranjas ou testas de ferro”, são ocupados por profissionais ligados ao DNOCS, BNB, SEAGRI, deputados, vereadores, ex-prefeitos e ainda por economistas, professores, advogados, engenheiros, dentre outros, ou seja, por pessoas que possuem, como principal, outra atividade econômica, além da agricultura irrigada.

Os intensos entrepostos, baseados nas vendas e compras de lotes agrícolas, muitas vezes passam “despercebidos” pela burocracia estatal e jurídica, fazendo com que vários proprietários realizem diretamente essas trocas, sem a intermediação jurídica, como nos relata um funcionário do DIBAU, durante entrevista: *“Alguns lotes já foram vendidos muitas vezes, tudo informalmente, nem sempre sabemos quando isso acontece, as negociações acontecem livremente no campo mesmo”*⁹⁴.

Essa informação corresponde ao que adiantamos como o Estado mediador, detentor e conivente com o processo da terra-mercadoria, extraindo a mais-valia, que se efetiva com a propriedade privada⁹⁵.

Cabe ressaltar que a relação de lotes e produtores não é estável, haja vista a intensa dinâmica dessa comercialização. É fato, por exemplo, a existência de lotes agrícolas, ainda em nome de “terceiros”, que já estão no seu quarto proprietário⁹⁶.

Vários são os motivos destacados por essas vendas. De um lado, há alguns agricultores familiares que, em razão dos endividamentos com os bancos e o DNOCS, repassam os lotes a preços menores, realidade desses agricultores subjugados à modernização da agricultura. De outro lado há os verdadeiros especuladores, muitas vezes sem nenhum vínculo com a agricultura que, também por adquirirem endividamentos, repassam os lotes a preços inferiores, dando significância à indagação feita por um agricultor: *“Aqui tem muita gente que não sabe o que é agricultura. Se você é uma médica eu vou te dar uma enxada?”*⁹⁷.

Assim, cotidianamente, encontramos, em torno do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, anúncios de vendas de lotes agrícolas (ver *figuras 35 e 36*).

⁹⁴ Entrevista realizada em outubro de 2009, com funcionário do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU, representante do DNOCS no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

⁹⁵ Segundo informações do DIBAU, os produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú possuem escritura pública de compra e venda celebrada com o DNOCS.

⁹⁶ O lote agrícola no nome de E.F.de V. foi vendido a M. S. V, que por sua vez realizou a venda do mesmo lote a A. E. R. G e, por fim, a comercialização foi feita a R. T. G, última e atual produtora desse lote agrícola, estando, no entanto, a escritura no nome do primeiro proprietário.

⁹⁷ Entrevista realizada em agosto de 2009, com agricultor do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.



Figura 35: Anúncio de lote agrícola, ao longo da BR 402.
Fonte: Vasconcelos, 2008.



Figura 36: Venda de lotes agrícolas, em torno do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU.
Fonte: Vasconcelos, 2009

Os lotes agrícolas representam a fragmentação do espaço, para torná-lo cambiável e consumido ao máximo possível. Essa realidade entra em consonância com os pensamentos de Lefèbvre (2008, p. 54),

Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo e que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos. A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente.

Um dos momentos propícios utilizados para a dinâmica das vendas é a Festa da Fruta, impulsionadora de novos investimentos no projeto, em que a planta do perímetro (figura 37), além de servir como direcionamento aos já produtores, serve de demonstração para novos investidores.



Figura 37: Planta do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, no escritório do DIBAU.

Fonte: Vasconcelos, 2009.

Nesse processo de venda, como exprimimos anteriormente, é fundamental a figura do comprador que utilizará a mercadoria como valor de uso ou como meio de transformá-la em mais dinheiro, acumulando capital. Isso porque a terra possui uma propriedade específica, como mercadoria: a capacidade de antecipar lucro permanente, assim tornando-se um investimento ao proprietário da terra. Desse modo, a renda que a terra pode proporcionar é o estimulante aos capitalistas.

De acordo com Oliveira (2007), a renda da terra sempre existiu antes mesmo do modo de produção capitalista, motivo pelo qual se compreende que há a **renda pré-capitalista** e **renda capitalista**.

A **renda pré-capitalista**⁹⁸ é retirada do produto excedente, portanto da produção. Há um contato direto entre o proprietário de terras e o agricultor, que cede parte de sua produção, necessária a sua subsistência, em troca das terras para o cultivo de seus produtos. Essa renda pode ser extraída em *trabalho*, *produto* e em *dinheiro*.

A *renda em trabalho* é a mais simples e mais antiga. Trata-se da renda extraída pelos capitalistas, por meio da força e dos meios de trabalho que os agricultores sem terra ou com pouca terra dispõem, ao trocar seus trabalhos na produção das terras que não lhes pertencem pelo cultivo de alimentos para a sua família. Dessa forma, o capitalista recebe sem maiores esforços a terra arada e semeada, pronta para a transformação em produtos, e, por sua vez, em mercadorias, a qual (capitalista) transformará em mais dinheiro. A *renda em produto* é aquela em que o agricultor cede parte de sua produção ao proprietário por este ter concedido

⁹⁸ Durante o desenvolvimento da pesquisa, não identificamos a extração da renda pré-capitalista no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú; no entanto, no âmbito da discussão acerca da renda da terra, faz-se necessário discutir sobre a renda pré-capitalista, associada à renda capitalista.

parcela de suas terras para que o agricultor a cultivasse. A *renda em dinheiro* é a mais difundida. Trata-se do pagamento efetuado pelo agricultor ao proprietário de terras, pela sua utilização.

As *rendas diferencial I e II, absoluta e de monopólio*, são tipos de **rendas capitalistas**. Constituem o lucro extraordinário, fração da mais-valia, que se realiza na circulação do produto agrícola e no pagamento na forma de salário, não equivalente ao que o capitalista acumulará no produto concretizado pelo trabalhador.

Os solos naturalmente mais férteis e mais bem localizados possibilitarão extrair a *renda diferencial I*. Entrementes, a *renda diferencial II* é retirada daqueles solos que possuem investimentos em capitais (insumos agrícolas, maquinaria, equipamentos de irrigação etc.), utilizados para melhorar a sua fertilidade⁹⁹.

O elevado potencial hídrico, que alimenta os lotes agrícolas, além do clima com elevada insolação e solos férteis, favoráveis ao cultivo da fruticultura, constituem atrativos para os produtores que investem no projeto de irrigação. A localização é outro fator que influencia na renda diferencial I, pois possibilita a velocidade na circulação dos produtos agrícolas e o retorno mais rápido, sob a forma de lucros ao produtor¹⁰⁰.

A proximidade do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú com os principais mercados consumidores - Fortaleza, serra da Ibiapaba (especialmente a Ceasa de Tianguá), Maranhão e Piauí - está associada às infraestruturas, como a estrada federal (BR 402) e, principalmente, ao complexo portuário do Pecém, situado na Região Metropolitana de Fortaleza, por onde escoam as frutas frescas.

Aqueles lotes agrícolas artificialmente férteis, dotados de modernos sistemas de irrigação, tais como a microaspersão e o gotejamento, de insumos agrícolas, fertilizantes e maquinaria, diminuem as perdas nas safras e, com isso, o tempo entre o plantio e a colheita, acelerando a produtividade agrícola e a circulação dos produtos, de onde é extraída a renda diferencial II, agregando-se à redução dos custos de produção e os gastos com força de trabalho.

⁹⁹ Segundo Ricardo (1996, p.p. 57-58), “Os melhoramentos na agricultura são de dois tipos: os que aumentam a capacidade produtiva da terra, e os que nos permitem, pelo aperfeiçoamento da maquinaria, obter o produto com menos trabalho. As melhorias que aumentam a capacidade produtiva da terra são, por exemplo, a rotação mais eficiente das culturas ou a escolha mais cuidadosa dos fertilizantes. Tais melhoramentos permitem obter a mesma produção de uma extensão menor de terra”.

¹⁰⁰ Apesar de sua importância, a localização é um fator secundário em relação à fertilidade das terras, pois, com o avanço da tecnologia, aprimoram-se os meios de comunicação, as redes de transportes e as estradas, reduzindo as distâncias e aproximando os produtos provenientes das terras férteis ao mercado consumidor. Sobre isso, Oliveira (2007, p.52) esclarece: “é possível afirmar que o efeito da fertilidade natural atua com mais força do que o efeito da localização na formação desse tipo de renda, pois, enquanto o primeiro é uma força natural monopolizada, o segundo pode, e é, com o desenvolvimento da tecnologia, profundamente alterado”.

Assim, em um grupo de 56 produtores¹⁰¹, 83% possuem ou já possuíram, pelo menos, quatro trabalhadores nos seus lotes agrícolas. São, na maior parte, sazonais, contratados mediante as necessidades de cada produtor. A contratação por lote agrícola varia entre um e 16 trabalhadores (*tabela 7*), que recebem por meio das diárias o valor, geralmente, de R\$ 15,00.

TABELA 7: Trabalhadores rurais por produtor

Trabalhadores rurais	Quantidades de produtores
1 – 4	29
5 – 8	13
9 – 12	4
13 – 16	1
Não possuem	9
<i>Total</i>	56

Fonte: Vasconcelos, 2009.

O lucro extraordinário desses lotes agrícolas deriva justamente da espoliação do trabalhador que acumula mais funções e recebe bem menos do que seria possível, ante a alta produtividade obtida. No período da safra do melão, em três meses, somados os gastos com força de trabalho, transportes, insumos e fertilizantes, alguns produtores conseguem lucro extraordinário, portanto, acima da média, de R\$ 7.000,00¹⁰².

Essa não é a realidade de todos os produtores do perímetro irrigado. A concorrência entre eles vai estimular a renda diferencial, em que aquelas terras naturalmente férteis e com investimentos em capitais serão consideradas “melhores”, ou seja, mais produtivas e, portanto, mais rentáveis.

A concorrência entre os capitalistas acirra a renda diferencial e a propriedade privada - monopólio dessas terras - é a raiz da *renda absoluta*. Os capitalistas, achando-se no poderio da propriedade, definem os seus preços e de seus produtos, elevando-os no mercado acima dos preços de produção, quando assim o quiserem, pagando por eles toda a sociedade, consumidores dos gêneros alimentícios. Nas palavras de Oliveira (2007, p.57),

Só extinção da propriedade privada do solo pode por fim a este tipo de renda da terra, caso contrário, a sociedade inteira terá que pagar sempre, aos proprietários de terras, este verdadeiro tributo, para que as terras sejam colocadas para produzir. Concluindo, pode-se afirmar que a renda da terra absoluta advém dos interesses contraditórios entre as classes ou frações de classe na sociedade capitalista e o

¹⁰¹ Entrevistas realizadas entre os meses de agosto e dezembro de 2009, com 56 produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

¹⁰² Segundo entrevista realizada com produtor, em agosto de 2009.

poder de monopólio de uma delas, exercido no processo produtivo da agricultura sobre o solo. Ela pode ser auferida, como já visto, através da colocação da terra para produzir, ou então, pode ser auferida, de uma só vez, com a sua venda. Isto acontece porque no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ele pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra.

A *renda de monopólio* também é lucro extraordinário, oriundo do preço de monopólio¹⁰³ das mercadorias produzidas em terras com qualidades especiais. O seu preço é determinado pelo desejo de consumo, fetiche¹⁰⁴ da mercadoria, por quanto o consumidor está disposto a pagar e por quanto o capitalista estará satisfeito em receber. Ao contrário da renda absoluta, não está baseada em produtos essenciais, como os alimentícios. Além disso, é o preço que define a renda de monopólio da terra, ao contrário da renda absoluta.

Todas essas rendas capitalistas ensejam lucros extraordinários, suplementares e permanentes. Isso evidencia que no sistema capitalista a natureza que antes servia ao uso, às necessidades imediatas humanas, transforma-se em mercadoria, por meio da exploração do trabalho do agricultor, retirando a renda oferecida pela terra, na busca de satisfazer necessidades tornadas maiores, pois o homem aumentou a sua produção, à medida que atende interesses de mercado (MORAES e COSTA, 1984).

A terra, entretanto, é uma mercadoria especial. Ao contrário de outras mercadorias, não foi criada pelo trabalho humano, logo, seu valor é diferenciado. Não ocasionando capital imediato, ela é vista como potencial de renda capitalizada. Esta asserção condiz com os pensamentos de Reydon e Plata (2000, p. 44):

Nesse contexto, o preço da terra enquanto ativo¹⁰⁵ é o resultado das negociações entre compradores e vendedores no mercado de terras. O negócio é sempre feito quando o comprador tem expectativas mais elevadas sobre os ganhos futuros daquela terra do que o vendedor. Neste sentido, os movimentos das expectativas

¹⁰³ Segundo Oliveira (2007, p. 181), preço de monopólio é “aquele que não está determinado nem pelo preço de produção nem pelo valor das mercadorias, e sim pelas necessidades e pela capacidade de pagar dos compradores”.

¹⁰⁴ Esclarecendo o conceito de fetiche da mercadoria, Marx (1968, p.33) aponta a seguinte ideia: “A teoria marxiana conduz à desmistificação do *fetichismo* da mercadoria e do capital. Desvenda-se o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam. Durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital”.

¹⁰⁵ “Qualquer bem adquirido com o fim de produzir rendas ou para o qual exista a expectativa de que seu valor se eleve em relação ao seu preço de aquisição é considerado um ativo.” (REYDON e PLATA, 2000, p. 43).

sobre os ganhos futuros advindos da terra, e portanto de seus preços, são as variáveis mais importantes para compreender a dinâmica do mercado de terras.

Na realidade, o que expressam esses autores é ratificado na seguinte entrevista com funcionário do DIBAU, acerca do preço dos lotes agrícolas do perímetro irrigado:

Na última licitação ocorrida em outubro/2008, foi cobrado R\$ 892,00 (oitocentos e noventa e dois reais) por hectare de terra nua, sem nenhum beneficiamento. Enquanto o valor praticado nas vendas de lote ocorridas em campo [lotes “revendidos”] depende de muitos fatores entre eles se há algum beneficiamento no lote, localização do mesmo, a existência ou não de área de reserva legal influencia bastante, os débitos do lotes (que geralmente existem) com o Distrito [DIBAU], DNOCS ou BNB, e às vezes até a condição financeira do vendedor que o leva a vender o lote por valores bem abaixo do praticado normalmente, mas se fizermos uma média o valor do lote sem beneficiamento fica mesmo nos R\$ 6.000,00 (seis mil reais)¹⁰⁶ [acréscimos nossos].

Assim, o preço da terra é definido pela renda que ela possa auferir, pela junção da quantidade de trabalho vivo - despendido na produção imediata - e de trabalho morto - contido nos meios de produção, mas também pela taxa de juros no mercado financeiro (MORAES e COSTA, 1984).

Silva (1989, p. 93, *acréscimo nosso*) nos diz que “a subordinação da terra ao capital, transformando-se em ativo financeiro, faz com que seu preço passe a se formar a partir da interação de quatro determinantes gerais: as expectativas de ganhos produtivos com a terra; os movimentos da taxa de juros; as expectativas de valorização da terra e os gastos governamentais [*referentes àqueles de organização ou administração da produção agrícola*]”.

Nesse processo, a especulação por meio da renda fundiária é expressa não apenas na realidade agrária, mas também urbana, como um desdobramento da intensa modernização da agricultura, nas áreas no entorno do perímetro irrigado (*figuras 38 e 39*).

Essa é a grande motivação que nutre o capitalista: a mais-valia proporcionada pela terra, não sendo exigência o fato de estar sendo produtiva para gerar a renda, o que configura a base da estrutura fundiária: a propriedade privada, estímulo para a concentração de terra e, por conseguinte, reserva para extrair e acumular capital.

¹⁰⁶ Entrevista realizada com funcionário do DIBAU, em novembro de 2009.

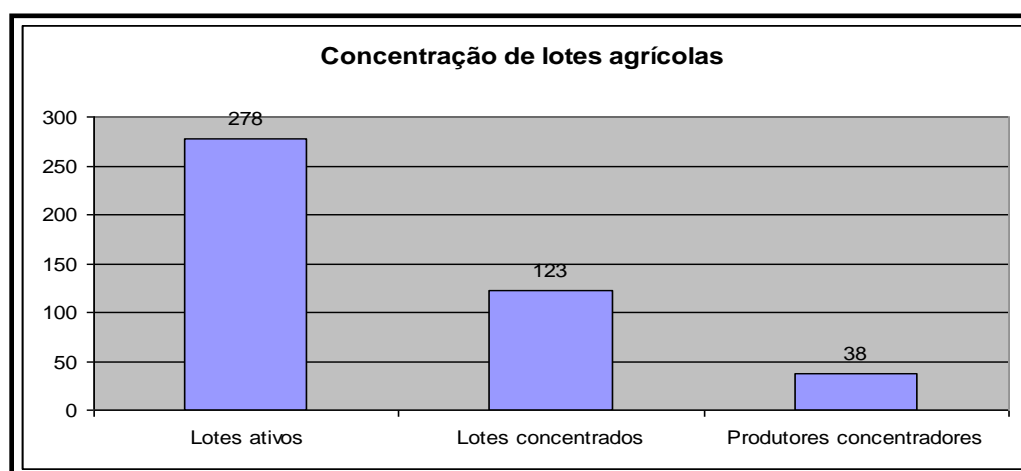


Figuras 38 e 39: Especulação, por meio de lotes urbanizados no Município de Marco - CE.

Fonte: Vasconcelos, 2009.

Nos projetos de irrigação, a concentração de lotes agrícolas é uma dessas evidências. Dos 278 lotes agrícolas ativos no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, 45% deles estão concentrados entre 38 produtores, que se utilizam de lotes agrícolas em nomes de “terceiros” (figura 40).

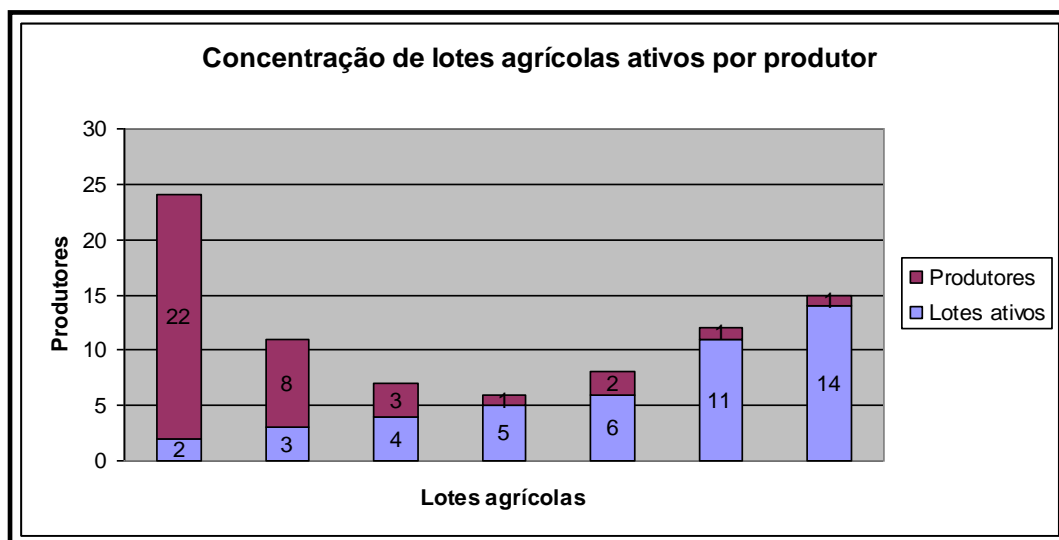
FIGURA 40: Concentração de lotes ativos no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (novembro/2009)



Fonte: Adaptado por Vasconcelos (2009), com base nos dados do DIBAU.

A *figura 41* demonstra a quantidade de lotes que cada produtor desse grupo acumula, chegando um capitalista possuir 14 lotes agrícolas, configurando o uso da terra como renda capitalizada.

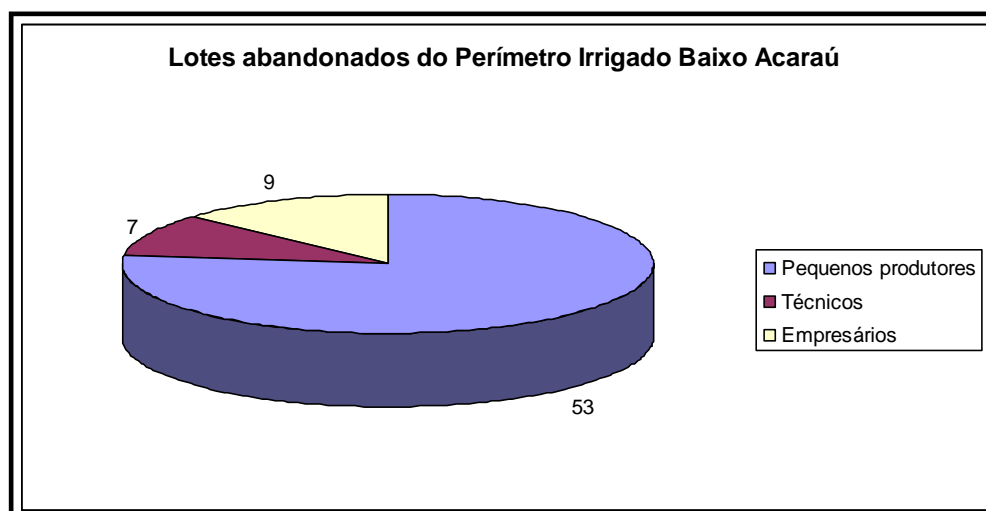
FIGURA 41: Concentração de lotes agrícolas ativos no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú por produtor (novembro/2009)



Fonte: Adaptado por Vasconcelos (2009), com base nos dados do DIBAU.

Os lotes abandonados no projeto de irrigação estão, na sua maior parte, entre o grupo de especuladores, presentes na categoria de “pequenos produtores”. De posse de pessoas sem vínculos com a agricultura, motivadas pela possibilidade do rápido lucro, os lotes agrícolas acabam sendo abandonados pouco tempo depois da compra. Conforme a *figura 42*, 77% do total de lotes abandonados (69 lotes) estão representados pelos “pequenos produtores”, consoante pesquisa, pelos especuladores.

FIGURA 42: Lotes agrícolas abandonados no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (novembro/2009)



Fonte: Adaptado por Vasconcelos (2009), com base nos dados do DIBAU.

Os dados revelam que a concentração de lotes agrícolas e a especulação provêm do mercado de terras que se implantou no projeto de irrigação estudado. A terra converte-se em mercadoria, com maior destaque, pela produtividade agrícola que a terra poderá ocasionar.

Silva (1989, p. 93) esclarece o conceito de mercado de terras, ao nos dizer que “por estruturação do mercado de terras entende-se a sua conversão de um simples meio de produção (cujo preço é determinado em função da acumulação patrimonial e da produção de subsistência local) em uma mercadoria negociada em função de expectativas produtivas e especulativas de agentes que levam em conta, também, os retornos do mercado financeiro”.

Assim, o elevado número de lotes em nome de “terceiros”, as intensas trocas, muitas vezes ocorridas de forma direta, sem mediação estatal, a concentração de lotes agrícolas em um número reduzido de proprietários e, ainda, os lotes abandonados, são expressões da terra feita mercadoria.

Enquanto ocorre essa forte e destacada concentração de terras, a população local convive com intensos problemas sociais, amargada pela modernização da agricultura, o que apenas acentuou ainda mais as desigualdades, como veremos a seguir.

5.2 Modernização da agricultura e desigualdade no Baixo Acaraú

É inegável que a entrada do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú alterou a qualidade de vida das comunidades em que viera se instalar. Ao contrário do que se imagina, nem todas essas alterações foram benéficas ou, ainda, não compatíveis com a riqueza material instalada e proporcionada, por meio do consumo ao lugar realizado pelo Estado e pelos empresários.

Essas mudanças decorrem da entrada de novos agentes sociais no espaço geográfico, atingindo a todos, inclusive os que não se beneficiam dessas inovações impostas e provindas de outros recantos do mundo, com a anuência estatal e ação propulsora das empresas. Os resultados são bem conhecidos pela Teoria Geográfica, como nos apresenta Santos (2008 b, p.p. 105-108):

O interno é aquilo que, num momento dado, aparece como local. (...) O externo é tudo isso cuja sede é fora do lugar e tem uma escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele. A chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelece outras. Todo o lugar muda. Ambos são mediadores entre o externo e o interno, entre o novo e o velho. Falamos do Estado e do mercado.

As primeiras mudanças ocorrem com as desapropriações. Do grupo de reassentados formado por 43 pessoas, aqueles que não suportaram os obstáculos e desajustes

apresentados deixam de produzir nos seus lotes agrícolas e, atualmente, compõem comunidades com precárias condições de habitação, tornando-se reféns do agronegócio, quando contraem dívidas bancárias ou trabalham como diaristas nas terras alheias, mesmo possuindo as suas, a exemplo de um agricultor reassentado e morador da vila dos Amaros¹⁰⁷, localizada em Marco. Esse agricultor viu na condição de posseiro¹⁰⁸ a saída para o cultivo familiar. Sua terra, *a priori*, estava entre aquelas onde o perímetro irrigado viria se implantar, logo, fora desapropriado. A ele é imposto sair de suas origens, para compor o quadro de reassentados do projeto de irrigação. Por não se adequar às imposições do novo meio de produzir, o agricultor ausenta-se de seu lote, passando a residir em outras comunidades, com problemas maiores ainda, segundo os relatos da sua esposa:

Nós já saimo desapropriado, e voltar pra ser reassentado e ser obrigado a vir pra cá de novo pior, porque quando nós saimo daqui nós não devia ninguém e hoje nós se esconde pra não ver o pessoal que a gente deve, porque nós confiava que ia subir e nós fizemo foi cair¹⁰⁹.

Para Martins (1991), esse é o retrato vivo da expropriação pela qual passam os agricultores, no momento em que são “divorciados” dos seus instrumentos de trabalho, como a terra, por exemplo. Mesmo no caso apresentado, em que essa separação não ocorre totalmente, visto que o agricultor familiar camponês permanece com seu lote agrícola, ele é obrigado, pela situação, a separar-se do seu meio de trabalho, por falta de orientação e apoio técnico, além dos embustes a que são submetidos, sendo colocados à margem do projeto que fora direcionado para os empresários.

Esses agricultores e suas famílias, no entanto, resguardam nas suas palavras o desejo de retornar para suas terras, no intuito de consolidar a *terra do trabalho*.

Não passa pela minha mente vender meu lote, porque ele é uma herança que eu deixo pros meus filhos.¹¹⁰

Esse sentimento, o desejo de retorno, assemelha-se aos pensamentos de Martins (1991, p. 45), quando nos diz:

¹⁰⁷ Preferimos resguardar a identidade do agricultor. Entrevista realizada em dezembro de 2009, no Município de Marco.

¹⁰⁸ Segundo Martins (1991, p. 56), “Só é legítima a posse porque é baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista”.

¹⁰⁹ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com a esposa do agricultor reassentado do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e moradores da comunidade Vila dos Amaros, localizada em Marco.

¹¹⁰ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com a esposa do agricultor reassentado do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e moradores da comunidade Vila dos Amaros, localizada em Marco.

Mais do que o trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. (...) é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geograficamente diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. (...) é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum.

Esses agricultores possuem a consciência de que, se venderem os seus lotes agrícolas, logo o Estado irá transformá-los em *terra do negócio* e, assim, retornarão para a condição de agricultores sem terra, continuando endividados com os bancos, como nos fala o agricultor:

Eles [representantes do Estado] querem tomar para vender pros outros. Mas, eu não entrego. Eles tomam e vende pros outros bem baratinho e bota o dinheiro nos bolsos e acabou-se. Eles tomam meu lote e vende pra outra pessoa, “come” aquele dinheiro e continua minha conta, no meu nome¹¹¹ [acréscimo nosso].

A comunidade, da qual faz parte, “vila dos Amaros”, não é a única despercebida de condições sociais no município de Marco. Essas habitações proliferam no interior do Ceará e acentuam-se na vizinhança das áreas de intensos investimentos econômicos na modernização da agricultura. (*figuras 43 e 44/ 45 e 46*).

Martins (1991, p. 179) já dissera, em uma de suas obras, que as “favelas têm surgido não só nas capitais dos estados, mas também em grandes cidades do interior. Povoadas, principalmente, pelos migrantes expulsos da terra e da agricultura”.

Aguçando as desigualdades em torno do projeto de irrigação, no Triângulo de Marco concentram-se estabelecimentos empresariais, diretamente relacionados à agricultura irrigada, tais como: lojas de insumos agrícolas, aluguel de tratores, vendas de frutas etc. Estes aceleram o circuito produtivo da fruticultura.

¹¹¹ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com o agricultor reassentado do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e morador da comunidade vila dos Amaros, localizada em Marco. Na sua fala, ele expressa a afetividade com o seu lote agrícola, a esperança de poder produzir nele e revela a prática cotidiana da venda de lotes agrícolas no projeto de irrigação.



Figuras 43 e 44: Comunidades próximas ao rio Acaraú, em Marco - CE.
Fonte: Vasconcelos, 2009.



Figuras 45 e 46: Comunidade “Vila dos Amarelos”, em Marco - CE.
Fonte: Vasconcelos, 2009.

Outros empreendimentos comerciais cooperam para o impulso desse tipo de agricultura, oferecendo serviços hoteleiros, postos de gasolina, *lan houses*, depósitos de construção etc. São os componentes que servem de apoio às atividades de base. Na explicação de Santos (2008 d, p. 121), estes fazem parte do *circuito de cooperação*: “os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens”.

O *quadro 16* relaciona esses estabelecimentos, em que novos agentes de ordem exógenas ao lugar e empresários locais testemunham a expansão dos fluxos a partir dos fixos e, portanto, a valorização do espaço (SANTOS, 1985). Sobre essa agregação de valor ao espaço, Moraes e Costa (1984, p. 123) ressaltam a importância desses serviços de apoio:

(...), a relação sociedade-espço é, desde logo, uma relação valor-espço, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso, a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização

(conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa *criação de valor*.

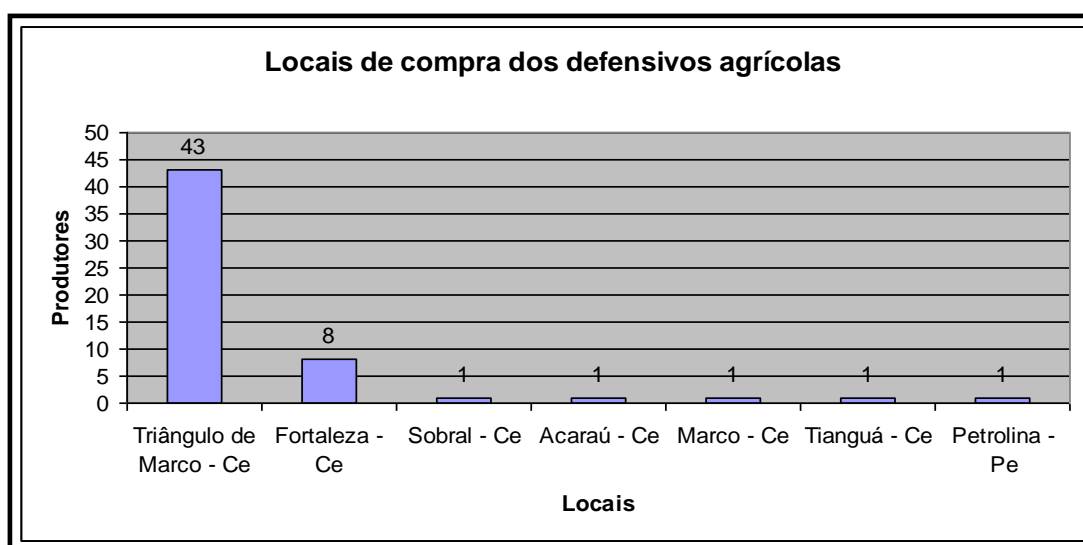
QUADRO 16: Estabelecimentos relacionados à agricultura irrigada no Triângulo de Marco - CE

LOJA	PRODUTOS E SERVIÇOS
Agropec	Insumos agrícolas
Baratão da irrigação	Material agrícola, insumos e maquinário
Eletrovale	Serviços de engenharia, material elétrico e hidráulico
Agrimaster	Insumos agrícolas
Terra viva	Defensivos agrícolas
Varejão biofresch	Frutas e vendas de mudas
Pousada Zé Maria	Pousada, <i>lan house</i> , restaurante, espaço para eventos, comércio de alimentos, material de construção e variedades, além de material relacionado à agricultura
Pousada Patrício Rios	Pousada e comércio de alimentos e variedades
Posto de gasolina Baixo Acaraú	Posto
Posto de gasolina São José	Posto e loja de conveniências
	Além de <i>lan houses</i> e depósitos de construção

Fonte: Elaborado por Vasconcelos (2009), de acordo com pesquisa direta.

A localização desses estabelecimentos no Triângulo de Marco explica-se pelo fato de estar, nessa comunidade, situado o escritório do DIBAU, contribuindo para o elevado fluxo de produtores, empresários, compradores de frutas, funcionários do DNOCS, BNB, EMBRAPA, dentre outras instituições. Os dados da *figura 47* corroboram essas informações, ao demonstrar os principais locais de compra dos insumos agrícolas dos produtores do perímetro irrigado¹¹².

FIGURA 47: Principais locais de compra dos produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú



Fonte: Elaborado por Vasconcelos (2009), de acordo com pesquisa direta.

¹¹² Entrevistas realizadas com 56 produtores, entre agosto e dezembro de 2009.

Na concepção de Elias (2006, p. 69), esses inúmeros comércios e serviços instalados nas cidades são incrementos advindos dessa modernização da agricultura. A rede hoteleira local, por exemplo, impulsionada “pela significativa população flutuante, formada por técnicos agrícolas, representantes comerciais, compradores de terras, empresários agrícolas etc.”, cresce substancialmente. Assim, próximo ao Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, uma pousada (*figura 49*) conta atualmente com cerca de 70 quartos, concentrando no mesmo espaço: restaurante, *cyber café*, loja de produtos alimentícios e higiênicos, dentre outros equipamentos.



Figura 48: Equipamentos de irrigação, materiais elétricos e serviços de engenharia, em Marco – CE.

Fonte: Vasconcelos, 2008.



Figura 49: Estabelecimento onde funcionam pousada, restaurante e *lan house*, em Marco – CE.

Fonte: Vasconcelos, 2008.

Para tanto, os empresários desses estabelecimentos (*figuras 48 e 49*) também se valem das estratégias da publicidade, com a utilização de lugares peculiares para suas divulgações, como nos expressam as *figuras 50 e 51*.



Figuras 50 e 51: Divulgação dos estabelecimentos comerciais relacionados à agricultura, próximos a lotes agrícolas e nas árvores da cidade.

Fonte: Vasconcelos, 2009

Na *tabela 8*, elaborada com os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS¹¹³, referentes ao recorte temporal entre os anos de 1995 e 2005, percebemos o crescimento de empreendimentos relacionados à agropecuária, entre os Municípios de Acaraú e Marco, posteriormente à implantação desse perímetro irrigado, no ano de 2001. Enquanto isso, Bela Cruz ratifica ser o município com menor relação com o projeto.

TABELA 8: Estabelecimentos da agropecuária 1995 e 2005

	1995	2005
Acaraú	7	26
Bela Cruz	-	-
Marco	7	9

Fonte: Elaborado por Elizete Santos (2008) a partir do Ministério do Trabalho e do Emprego (RAIS, 2005).

Essa é a materialização do que Santos (2008 a) entende como espaço geográfico: um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos (instrumentos do trabalho) - naturais ou artificiais - e de sistemas de ações (práticas sociais), não considerados isoladamente, mas como o quadro único onde a história acontece.

Na contextura das contradições, as mazelas sociais aparecem. Como no relato de um morador do Triângulo de Marco, a prostituição inicia-se com a chegada “do povo de fora”, trazendo malefícios à comunidade:

Hoje a gente até que um por lado tem sido bom, mas por outro tem sido muito ruim porque depois que começou toda a história foi onde surgiu mais devassidão aqui na nossa comunidade. A questão da prostituição, com a chegada desse povo novo, desse povo de fora, mais no Triângulo. Causou muito isso ai, a violência sexual, que não tinha na comunidade. Agora crescimento, ave maria, foi demais! Que nem aqui no Marco tem uma pousada grande como aquela que tem no Triângulo¹¹⁴.

Explicitando a realidade social dessas comunidades, os dados do *Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil* apontam que, entre 1991 e 2000, período em que ocorreram as desapropriações do perímetro irrigado, a renda *per capita* dos municípios envolvidos pelo projeto de irrigação obteve crescimento. Em Acaraú, o crescimento da renda *per capita* foi de 27, 84%. Em Bela Cruz, foi percebido um acréscimo de 8,03%, mas foi em Marco o maior aumento da renda *per capita*, de 46,95%, conforme demonstra o *quadro 17*.

¹¹³ Os dados da base RAIS trazem informações sobre os estabelecimentos com estoque de emprego formal no Brasil, adotando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, em sua versão estruturada de forma hierarquizada em quatro níveis: 17 seções, 59 divisões, 223 grupos, 614 classes. Os dados da tabela tomam em referência a *divisão da CNAE Agricultura, pecuária e serviços relacionados*.

¹¹⁴ Entrevista realizada com o Sr. “Aleluia”, em agosto de 2009.

QUADRO 17: Renda *per capita* entre os municípios do Baixo Acaraú, 1991 e 2000.

1991 (R\$)			2000 (R\$)		
Acaraú	Bela Cruz	Marco	Acaraú	Bela Cruz	Marco
63,05	57,25	53,67	80,60	61,87	78,87

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

Os dados também revelam o quanto a desigualdade social se elevou. De acordo com o *quadro 18*, observamos que a concentração de renda desses municípios está entre 20% da população mais rica, enquanto houve um decréscimo da participação na renda *per capita* das populações mais pobres.

QUADRO 18: Porcentagem da renda apropriada por estratos da população, 1991 e 2000.

	1991 (%)			2000 (%)		
	Acaraú	Bela Cruz	Marco	Acaraú	Bela Cruz	Marco
20% mais pobres	4,4	5,1	5,3	0,8	1,8	1,6
40% mais pobres	12,8	13,6	13,8	5,9	8,5	7,3
60% mais pobres	25,0	26,2	26,1	16,1	20,9	17,7
80% mais pobres	44,1	45,3	43,5	33,2	42,6	36,5
20% mais ricos	55,9	54,7	56,5	66,8	57,4	63,5

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2000), os três municípios estão entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)¹¹⁵ (*quadro 19*).

QUADRO 19: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), 2000.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M), 2000.		
Acaraú	Bela Cruz	Marco
0,617	0,595	0,616

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

Acaraú, em relação aos outros municípios do Brasil, apresentou, em 2000, uma situação ruim, pois ocupa a 4.351^a posição, em IDH, ou seja, 79% dos municípios estão em

¹¹⁵ O IDH além de computar o Produto Interno Bruto-PIB *per capita*, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB *per capita*, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um (www.pnud.org.br/idh/).

situação melhor e 1.156 (21%) em situação pior ou igual. No Ceará, Acaraú apresenta uma situação intermediária, ocupando a 120ª posição, sendo que 64,7% estão em situação melhor e 64 municípios (35,3%) estão em situação pior ou igual (ATLAS).

Da mesma forma, Bela Cruz, no concerto nacional, apresenta uma situação ruim, ocupando a 4.745ª posição, em que 762 municípios (13,9%) igualmente estão em situação desvantajosa. Enquanto isso no estado do Ceará, Bela Cruz representa a 155ª posição, estando apenas 29 municípios (16,3%) em situação pior ou igual (ATLAS).

No Brasil, Marco representa a 4.366ª posição, com 1.141 municípios (20,7%) em piores situações. Em relação aos outros municípios do estado, Marco ocupa a 123ª posição, com 61 municípios (33,7%) em pior ou igual condição (ATLAS).

QUADRO 20: Posição nacional e estadual de Acaraú, Bela Cruz e Marco, em relação ao IDH-M, 2000.

BRASIL			CEARÁ		
Acaraú	Bela Cruz	Marco	Acaraú	Bela Cruz	Marco
4.351 ^a	4.745 ^a	4.366 ^a	120 ^a	155 ^a	123 ^a

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

Em informações geradas pelo IBGE¹¹⁶, os três municípios apresentam mais de 60% de sua população com incidência de pobreza, conforme organizado no *quadro 21*.

QUADRO 21: Incidência de pobreza¹¹⁷ (%), entre Acaraú, Bela Cruz e Marco.

INCIDÊNCIA DE POBREZA, 2003 (%)		
Acaraú	Bela Cruz	Marco
65,71	65,62	60,67

Fonte: IBGE, 2003.

Esses dados demonstram que as alterações ocorridas durante as décadas de 1991 e 2000 (períodos da entrada do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e das desapropriações para tal finalidade) e as informações relativas ao ano de 2003 (com o projeto de irrigação já instalado)

¹¹⁶ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003. NOTA: A estimativa do consumo para a geração destes indicadores foi obtida utilizando-se o método da estimativa de pequenas áreas, dos autores Elbers, Lanjouw e Lanjouw (2002).

¹¹⁷ Durante o desenvolvimento da pesquisa, esses foram os resultados, por município, mais recentes divulgados. A equipe do Laboratório de Estudos da Pobreza – LEP, do curso de pós-graduação em economia da UFC, elaborou importante relatório de pesquisa, em 2009, por meio da análise comparativa entre os Estados Brasileiros no que concerne a evolução dos principais indicadores de renda, desigualdade e pobreza, dentre os anos de 2007 e 2008. De acordo com os estudos, baseado na base de dados da PNAD/IBGE, o Estado do Ceará, em 2008, possuía 48,39% de sua população na condição de pobreza (igual a ½ salário mínimo de 2008, R\$ 207,50), ocupando, dessa forma, a 6ª posição ante aos outros Estados. Contudo, a pesquisa não trata de modo específico dos municípios, assim como ainda não fora pela PNAD até o exposto.

< <http://www.caen.ufc.br/~lep/relatoriolep06.pdf> >

não contribuíram para o decréscimo da concentração de renda, que aumenta progressivamente, tampouco representaram um aumento no índice de desenvolvimento dos municípios envolvidos, em que mostram aguçadas desigualdades sociais. Ainda revelaram que o projeto irrigado possui uma dinâmica econômica independente da realidade social em que está assentado e, dessa forma, a *terra do negócio* também invade a terra indígena.

5.3 A terra do negócio na terra indígena: a invasão do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú e a resistência dos índios tremembés – Aldeia Queimadas

“(...) ânsia de justiça pela democracia de uma sociedade nova, sem expropriados nem explorados, **onde o poeta possa ser poeta e o amor possa ser amor.**” (MARTINS, 1991, p.p. 20-21; **grifo nosso**).

A invasão do território indígena, por parte do agronegócio representa uma das maiores problemáticas do povo tremembé, na região Norte do estado do Ceará. Nesse processo, é sensível a participação do Estado, na figura do DNOCS, representando, na opinião do índio da aldeia Queimadas,

*(...) um grande fazendeiro. Essa terra todinha que tá na mão dele, ele pegou e vendeu pros outros. O Estado é um grande latifundiário. E nós aqui não quer isso, nós quer pra viver, pra escapar, criar nossos filhinho. O DNOCS foi um intrigado que nós arranjamo*¹¹⁸.

Teceremos, então, algumas questões relevantes sobre essa relação conflituosa, não pretendendo, no entanto, esgotar o vasto assunto sobre a temática indígena.

A historiografia relata que os índios tremembés são oriundos do litoral nordestino, especialmente do Maranhão, Piauí e Ceará. Segundo Pompeu Sobrinho (1951, p. 259), “os Tremembés expulsos pelas numerosas ordas tupis, seus inimigos irreconciliáveis, concentraram-se nas praias dos Lençóis, delta do Parnaíba, e estuário dos rios Timonha, Camocim e Acaraú, que lhes proporcionavam abrigo relativamente seguro”.

Às margens do rio Acaraú, uma numerosa população indígena se encontra, hoje, entre os Municípios de Itarema, Varjota, Itapipoca e Acaraú. Há, ainda, um pequeno grupo em Fortaleza, capital do Ceará, como nos esclarece Maria Amélia Leite¹¹⁹:

No Conjunto Palmeiras [bairro em Fortaleza] tem uma presença muito forte dos Tremembé, porque quando eles foram expulsos, desde longas eras, eles correram para Fortaleza. Aqui tem bairros que são só Tremembé, como: Serviluz, Lagoa dos Corações, Praia do Futuro, Pirambu, toda região litorânea. A gente tem o

¹¹⁸ Entrevista realizada em dezembro de 2009, com índio tremembé da aldeia Queimadas.

¹¹⁹ Entrevista realizada, em novembro de 2009, com Maria Amélia Leite, missionária junto aos povos indígenas no Nordeste, desde 1978. Criou a Missão Tremembé em 1989 e, atualmente, é secretária geral da diretoria da Associação Missão Tremembé, desde 1995.

endereço de mais de 100 famílias aqui na cidade, porque eles foram expulsos. A década de [19] 70 foi o grande terror. [acréscimo nosso].

O primeiro ponto de ocupação dos índios tremembés no vale do Acaraú deu-se na praia de Almofala, Município de Itarema. Segundo a fala de José de Fátima Silva¹²⁰, intensa era a presença indígena, da coroa portuguesa e dos jesuítas no lugar:

Então, a nossa cidade aqui, ela é uma cidade indígena. Os primeiros habitantes foram os índios Tremembé. A primeira família de origem portuguesa foi chegada aqui na terceira década do século XVIII (1732). Eles chegaram aqui, são natural de Lages de Portugal, família Martins e hoje está situada entre Itarema e Acaraú. Algumas pessoas ainda se encontram dessa família, ainda com o sobrenome Martins. Almofala foi a porta aberta para toda a civilização do baixo vale Acaraú, como por exemplo a cidade de Acaraú, Itarema, Sobral, foi depois de Almofala. Isso se deve aos padres jesuítas que chegaram aqui em 1602, ficando em Almofala com os índios Tremembé, ensinando muitos costumes portugueses, que eles não tinham. Um jesuíta de “fama” foi o Pe. Jose Borges de Novaes que deu início a construção de uma capelinha de taipa chamada “Nicho”, às margens do rio aracati mirim. Denominou Nossa Senhora Conceição, cuja imagem foi encontrada pelo cacique dos índios Tremembé de Almofala, mas como não tinham conhecimento, com a chegada do padre ela [Nossa Senhora da Conceição] passou a ser padroeira. Então, em 1705, através do arcebispo da Bahia, o rei de Portugal mandou construir a capela que ainda hoje encontra-se em Almofala. Teve início em 1705, cujo material todo trazido da Bahia, incluindo tijolo, a telha, a madeira, só que os arquitetos vieram de Lisboa, enquanto as imagens chegaram em 1708. A igreja foi inaugurada em 1712, denominada Nossa Senhora da Conceição do aracati mirim, depois Nossa Senhora dos Tremembé, hoje Nossa Senhora de Almofala. [acréscimo nosso].

Naquele período, o soterramento da igreja de Almofala (figura 52), pelas dunas, representou uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos índios, que entraram em conflito com os portugueses e jesuítas¹²¹, pois não aceitavam a retirada das imagens do local, com as quais mantinham forte ligação afetiva.



Figura 52: Igreja Nossa Senhora da Conceição de Almofala.

Fonte: Vasconcelos, 2009.

¹²⁰ Entrevista realizada, em dezembro de 2009, com José de Fátima Silva, diretor do museu de Itarema.

¹²¹ As palavras do índio revelam que os tremembés possuem consciência política do papel representado pela igreja ao longo dos anos: “Aqui tem muitos índios que não são “chegados” à igreja, porque ela foi grande traidora nossa. Eu me lembro que em 2000 a igreja católica lançou no planfetozim da campanha da fraternidade uma índia. Quer dizer que a consciência dela doeu só em 2000. Ela foi uma traidora e no mesmo tempo a consciência dela doeu, entonce nos acordamo”.

Segundo José de Fátima Silva e Maria Amélia Leite, os índios foram drasticamente atingidos, o que não relata fielmente a historiografia:

Todo início das dunas começou a ser coberta no ano de 1897. Quando se fala no soterramento da igreja em Almofala, não foi só o que vem no pensamento da gente, que foi só a igreja que foi soterrada, não! Ficou o povoado todo soterrado, na solidão perpétua, naquele “mundo” de areia. Era uma duna locomotiva, que ainda hoje ela vem se locomovendo, de lá pra cá. Mas ela vem num movimento móvel muito cansativo, devido às plantações, que estabiliza o vento. A igreja passou nove anos coberta, sem ninguém saber aonde era o local. (JOSÉ DE FÁTIMA SILVA).

Houve aquela história da duna que cobriu todo aldeamento. A história oficial diz que a duna cobriu só a igreja, que é mentira. Eles disseram que a duna cobriu a igreja, para não fazer referência aos Tremembé. A duna cobriu quase todo o aldeamento e eles tiveram que sair, porque o padre dizia que era castigo. Os livros não contam essa história e nem pode, porque não tem interesse. Contar essa história verdadeira é contar que eles são Tremembé, é recuperar os direitos deles. (MARIA AMÉLIA LEITE).

A luta que os indígenas já travavam era pelo território¹²², pois é nele que se efetiva a sua relação com os costumes e crenças e por onde se reconhecem¹²³ como indígenas de fato, assim como diz Martins (1988, p. 36): “a condição de índio está inteiramente vinculada à definição do território”.

O torém, por exemplo, dança realizada pelos tremembés, símbolo de festa, alegria e encantamento, apenas possui expressão quando em suas terras, onde eles se realizam (*figura 53*). As palavras de Maria Amélia Leite e do indígena são importantes:

O torém é o ritual sagrado, que é próprio deles. É misturado na língua tupi e português. Onde tem o torém tem o índio, onde tem o índio tem a terra. Animando o torém, animava a luta da terra e a luta da terra eles que tinham que ter coragem de lutar. Eles não podem dançar o torém fora da terra, eles dançam aqui [Fortaleza], mas não tem expressão nenhuma, é diferente o torém que eles dançam lá[Acaraú]. (MARIA AMÉLIA LEITE). [acréscimos nossos].

Aqui na comunidade existi o torém há 100 anos. Ah, o torém é coisa importante. É uma prova que é brincadeira dos índios, uma coisa nossa. É o momento que a gente reuni para pedir aos “encantados” força para a nossa luta e para as atividades que a gente vai realizar. ¹²⁴

¹²² Na concepção de Lefèbvre (2008, p. 35), “(...) O mental não pode se separar do social. Hoje, o mental e o social se reencontram na prática: no espaço concebido e vivido”, portanto, no território.

¹²³ Apesar da consciência política dos tremembés, muitos ainda não se identificam como indígenas. O próprio índio Leonande Mariano, integrante da aldeia Batedeira II (às margens do rio aracati mirim), revela que “as pessoas que não se reconhecem como indígenas, é por conta do preconceito mesmo. Tem pessoas da própria família dos Tremembé, tanto aqui, como em outras comunidades. Num sei se é medo das pessoas... tem pessoas que tem medo de se identificarem, que é um Tremembé”. (Entrevista realizada em dezembro de 2009).

¹²⁴ Entrevista com índio tremembé da aldeia Queimadas, em Acaraú, realizada em dezembro de 2009.

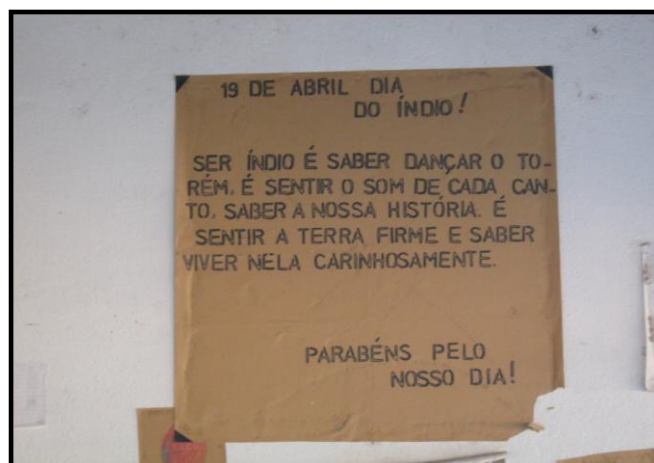


Figura 53: Cartaz exposto na Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Tremembé Queimadas
Fonte: Vasconcelos, 2008.

A terra para os índios representa fonte de alimento¹²⁵ e a ligação com a natureza e os seus antepassados, o que eles chamam de “encantados”, figuras de elevada espiritualidade, responsáveis pelos cuidados com a natureza e com os povos de suas aldeias.

Eles são encantados pelas águas, são povos da água. (MARIA AMÉLIA LEITE).

Os encantado nos não vê, mas samo atendido quando nois pedi¹²⁶.

No vale do Acaraú, as posses de suas terras são ameaçadas pelo agronegócio da fruticultura, desde muitos anos. Na *figura 54*, verificamos que muitos agricultores, e também indígenas, estavam sendo perseguidos por esses empresários, em meados da década de 1980.

Nessa mesma década, a chegada do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú também representou a invasão das terras indígenas, no intuito de transformá-las em *terras de negócio*, com o apoio do Estado, representado pelo DNOCS.

¹²⁵ “Na perspectiva que aparece nos depoimentos indígenas, a terra não é simplesmente um instrumento econômico. Ela aparece em primeiro lugar como condição de vida, como meio de reprodução social.” (MARTINS, 1988, p. 37).

¹²⁶ Entrevista com índio tremembé da aldeia Queimadas, em Acaraú, realizada em dezembro de 2009.

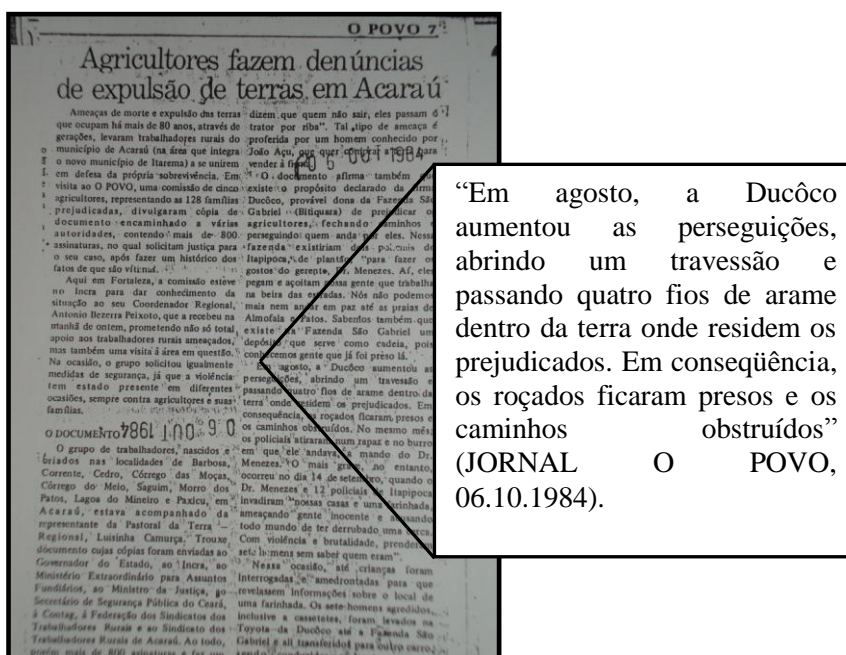


Figura 54: Matéria jornalística divulga expulsão de terras em Acaraú.

Fonte: Jornal O Povo, 06.10.1984.

A comunidade atingida pelo projeto de irrigação foi a aldeia Queimadas, proveniente de Almofala e que, desde 1927, se localiza no Município de Acaraú. Em Almofala, já sofriam a expropriação das suas terras pelos fazendeiros. São os próprios índios que nos contam sua história:

Esses mais velhos mesmo que disseram para nós. Eles dizem que os pais deles chegaram aqui em 1927, mas saíram de Almofala há anos, aí se “engancharam” por acolá numa lagoa chamada Lagoa dos Negros, que hoje é um assentamento lá do INCRA e de lá, na época, os fazendeiros “tangeram” eles pra cá, empurraram, chamaram a polícia, aí expulsaram eles. Aí chegaram aqui no [19]27. Quando eles chegaram aqui, aqui só tinha o chão e toco, parece que tinha passado um fogo, por isso foi denominada “Queimadas”¹²⁷. [acréscimo nosso].

Com o surgimento dos cartórios, os índios de Queimadas “garantiram” uma porção de terras para seus plantios, ainda submissos às leis do Estado, às normatizações, o que veio a se agravar posteriormente, com a entrada do DNOCS, de acordo com o relato:

Aí quando foi em 1957, apareceu os cartórios nas regiões, nas cidades, também atrás de um pedacinho de terra e aí acabaram dando uma escritura pública feita em 1957, mas por um pedaço acolá, como ninguém tinha dinheiro para pagar, concordaram. O documento reza que é uma légua de terra, isso em 1957, mas contando que o pedacinho do dono do cartório ficou acolá, e aí começaram a

¹²⁷ Entrevista com índio tremembé da aldeia Queimadas, em Acaraú, realizada em dezembro de 2009.

*imprensar, sei que ficou aqui só no pedacim e para completar lá se vem o DNOCS, aí acabou de imprimir mesmo.*¹²⁸

Essas terras indígenas estavam dentre aquelas marcadas para a construção do perímetro e, assim, em 1991, o DNOCS começou seus trabalhos de desapropriação em Queimadas. As dificuldades pelas quais já passavam associados, especialmente, pela ingenuidade dos índios mais velhos da aldeia, fora utilizado como estratégia para que os mesmos assinassem papéis de consentimento. Isso gerou, naquele momento, um intenso conflito, entre todos os grupos tremembés contra o DNOCS.

Um dos índios revela a violenta pressão exercida pelo DNOCS e a forma como reagiram à coerção sofrida.

*Então, quando foi em 1988, entra esse projeto Baixo Acaraú e foi concluído, segundo eles chamam, a indenização em [19]91, tempo dos cruzeiros novos. Na época tinha 12 famílias aqui, os mais velhos. Aí o DNOCS chega alegando que ia dar um “cafezinho” e atrás do “café” vinha 516 cruzeiros novos, tudo bem, quem é que não gosta de dinheiro, prometendo que ninguém ia sair daqui. Não aturou seis meses e lá se vem os topógrafos abrindo as picadas e aí mandaram os 12 mais velhos assinar um termo e nós, doido para comer uma carniinha de porco, tudo bem! Aí nos reagimos, e como nós não aceitamos fomos parar na justiça. Foi no tempo que nós alegamos que nós era índios, provamo que nos somos índios e hoje somos reconhecidos mundial, mas teve ruim porque eles mandaram os 12 [índios] mais velhos assinar um termo e no termo dizia que era referente a uma indenização e eles não entendia de nada, foram enganados. Como nós entramo na justiça, quando foi no dia 21 de março de 2005 lá se vem o despejo. E aí aqui, acolá. Perdeu a questão aqui, no dia 17 de março de 2005, lá na procuradoria da República do estado do Ceará e aí a justiça deu 48 horas para a gente sair. Caiu num final de semana e aí na segunda feira, numa plena semana santa, olha aí a questão da igreja. Mas o despejo não aconteceu, porque vinha 300 índios para cá, aí a missão [missão Tremembé] foi lá no juiz e alegou que ia deixar acontecer esse problema aqui, aí o doutor juiz disse que: “limiar não é bicho de sete cabeça e eu só suspendo se o DNOCS pedir”. Aí depois disso suspenderam por 60 dias, enquanto isso se resolvia, até hoje. [acréscimos nossos]*¹²⁹.

A questão foi mediada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, em Brasília, enquanto 37 famílias indígenas da aldeia Queimadas aguardavam a demarcação de suas terras (912 hectares). Ao lado dos lotes agrícolas do perímetro (*figura 55*), até o ano de 2008, não possuíam abastecimento hídrico adequado, como verificamos na *figura 56*.

¹²⁸Entrevista com índio tremembé da aldeia Queimadas, em Acaraú, realizada em dezembro de 2009.

¹²⁹Entrevista com índio tremembé da aldeia Queimadas, em Acaraú, realizada em dezembro de 2009.



Figura 55: Placa da FUNAI, às margens dos canais de irrigação, indicando Aldeia Queimadas.
Fonte: Vasconcelos, 2008.



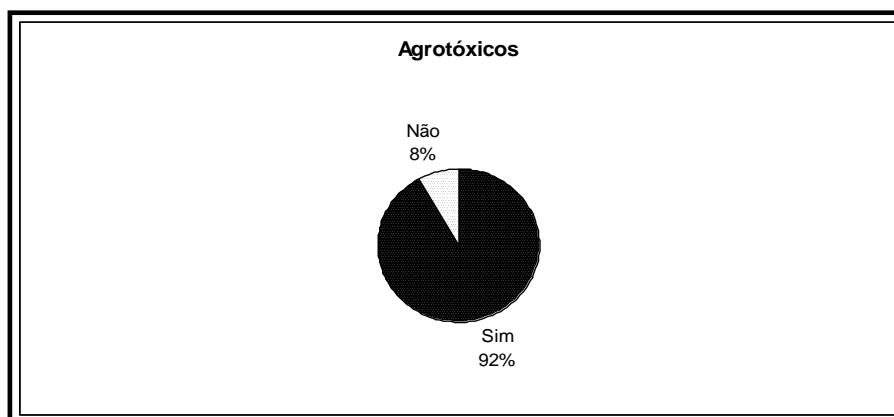
Figura 56: Abastecimento hídrico dos tremembés de Queimadas (Acaráú-CE), em novembro/2008.
Fonte: Vasconcelos, 2008.

Com a instalação do projeto de irrigação, as mazelas sociais adentram as comunidades indígenas: o uso da ciência causando malefícios à sociedade, por meio dos agrotóxicos e a exploração da força de trabalho, na tentativa de descaracterizar a comunidade, acarretando conflitos dentro da própria aldeia. As palavras do índio tremembé são claras, nesse sentido:

Primeiro lugar não foi muito bom o DNOCS próximo à gente, né? Tem muita aqui é poluição, veneno chegando, mosca, inseto chegou aí “adoidado”, pronto, foi o que ele trouxe. Com exceçãozinha de algum índio que hoje trabalha por lá, na diariazinha, certo? Até nós já andamo já “puxando na orelha”, mas eles dizem assim e a comunidade todinha: “como é que nós vamo viver nas Queimadas, se nós num tem um ganhozim de nada?” Então eu fui e disse que “você podem se considerar um índio desaldeado, são daqui sim, mas não tão morando aqui”. Tem gente já se sentindo mal, com os osso doendo, por conta do veneno¹³⁰.

O uso intensivo de agrotóxicos constitui um dos graves problemas trazidos pelos lotes agrícolas. Na *figura 57*, percebemos que 92% dos produtores admitem utilizar essas substâncias químicas nas suas propriedades, afetando diretamente a saúde dos trabalhadores rurais, como nos apontou o indígena.

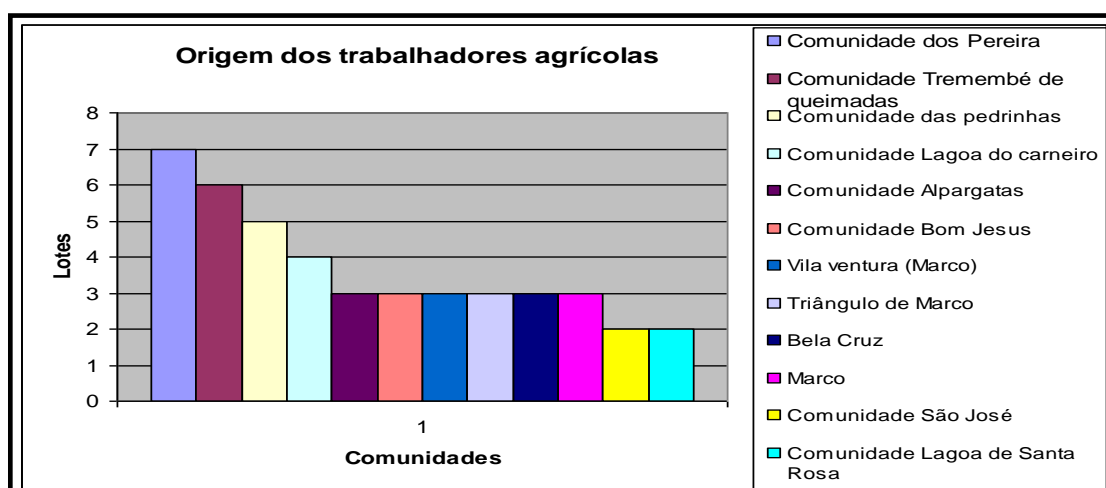
¹³⁰ Entrevista com índio tremembé da aldeia Queimadas, em Acaráú, realizada em dezembro de 2009.

FIGURA 57: Percentual de produtores que utilizam agrotóxico

Fonte: Elaborado por Vasconcelos, com base em pesquisa direta, 2009.

Alguns índios tremembés, antes dedicados à agricultura de base familiar, estão entre os contratados como diaristas nos lotes agrícolas, ao lado de outros trabalhadores oriundos de comunidades locais, até mesmo daquelas que resistiram à desapropriação de suas terras.

Como nos mostra a *figura 58*¹³¹, os índios da aldeia Queimadas representam o segundo maior grupo de contratados no contingente de trabalhadores.

FIGURA 58: Principais origens dos trabalhadores agrícolas dos lotes do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú

Fonte: Elaborado por Vasconcelos, com base em pesquisa direta (2009).

¹³¹ Organizado em entrevistas realizadas com 56 produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, entre os meses de agosto e dezembro de 2009. Buscamos identificar naqueles produtores que possuíam trabalhadores em seus lotes agrícolas ou que, ainda, já tinham contratado, as origens desses trabalhadores rurais.

Isso demonstra como o modo de produção capitalista avança sobre esses povos, na busca de enfraquecer a sua união e resistência, dissolvendo sua territorialidade. As palavras de Maria Amélia Leite são esclarecedoras sobre o conceito de resistência:

*Tem uma frase linda do movimento indígena, em 1981, quando começou o movimento indígena se articular a nível nacional: **Eu sou o que você é sem deixar de ser quem eu sou.** Ela é profundamente reveladora exatamente da questão da resistência. Eles sabem quem eles são, eles sabem que a terra é deles, que eles são diferentes dos outros, não são desiguais, são diferentes. A questão da resistência leva em consideração a identidade que tem essa relação profunda com o espiritual, que é a cultura, que é um ramo, um caminho da espiritualidade. A espiritualidade indígena os padres não conseguiram acabar. (**grifo nosso**).*

O relato evidencia que, embora estejam embutidos no sistema capitalista, muitas vezes como forma de sobrevivência, quando se subordinam à modernização da agricultura (“*Eu sou o que você é*”), não significa, necessariamente, a descaracterização do índio (“*sem deixar de ser quem eu sou*”), nem muito menos nos possibilita denominá-los de não resistentes.

A resistência caminha lado a lado com a identidade, o reconhecimento de ser indígena e está cristalizada na sua própria terra, conquista da luta, porque é através dela que **o poeta pode ser poeta, o amor pode ser amor** (MARTINS, 1991)... e o índio pode ser índio.

Como vai ser eu não sei, mas que eles vão resistir, eu não tenho dúvida!
(MARIA AMÉLIA LEITE).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, mais que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real. Como se diz: seremos *realistas*... mas não pensaremos! Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação. (LEFÈBVRE, 2008. p. 15).

Para o entendimento da atual formação do espaço geográfico cearense, é primordial compreender as transformações do território, ou seja, as reestruturações socioespaciais. Portanto, a necessidade da periodização, como busca metodológica de compreender, em cada momento histórico, os agentes sociais envolvidos, os meios e os modos de produção, as relações estabelecidas no trabalho, além das inovações nos transportes e nas atividades econômicas, alterando a configuração do território.

No Ceará, a fase áurea das charqueadas é característica da ocupação, da importância dos vaqueiros e da violência contra os indígenas. Com o algodão, o trabalho assalariado, os primeiros núcleos urbanos, o transporte ferroviário, em especial, e as dinâmicas comerciais, é expresso esse momento. As primeiras unidades industriais revelam as intervenções e planejamentos do Estado, em prol de um desenvolvimento estruturado no crescimento econômico. O momento atual, das prioridades governamentais às atividades do turismo, industriais e do agronegócio, reafirmam a ligação entre as políticas públicas e as iniciativas privadas, acirrando a desigualdade entre as classes sociais.

O estudo das reestruturações socioespaciais ainda possibilitou identificarmos a histórica exploração do vale do Acaraú, pela aristocracia rural, representada, principalmente, nas famílias “tradicionais” e pelos organismos do Estado, mediante suas intervenções.

Desde aquele momento, a questão do uso da terra pulsava ante os problemas sociais, nessa porção do estado do Ceará. Os índios, na maior parte povo tremembé, massacrados e escravizados por fazendeiros, e os agricultores, na busca da produção familiar camponesa, trabalhavam em terras que não lhes pertenciam ou, ainda, saíam em constante processo migratório, vivendo sempre em clima de tensão.

Essa realidade não veio se alterar com a modernização da agricultura, com a entrada do *agrobusiness* ou agronegócio. A década de 1950 representava, no concerto mundial, as primeiras inovações tecnológicas propaladas pela “revolução verde”, com a disseminação dos insumos, fertilizantes, agrotóxicos, maquinaria etc. O frenesi causado por essas novidades chega ao Brasil na década de 1960, juntamente com os complexos

agroindustriais, formados pelas multinacionais. A porta de entrada foi a região Sudeste; logo depois, se espalha pelo País, alcançando o estado do Ceará no início da década de 1970, acompanhado por inúmeras políticas públicas, pois, assim, o Estado cearense validaria as normas empreendidas pelos organismos internacionais. Nesse ínterim que surgiram os primeiros perímetros irrigados, às margens do rio Jaguaribe, Acaraú e Curu.

Desde então, inúmeras ações foram planejadas para a entrada das agroindústrias, conforme nos demonstraram os planos de governo do Ceará. As áreas selecionadas foram as mais férteis, por margem de rios importantes e que, de certa forma, possibilitariam a extração da renda da terra diferencial, pela sua fertilidade natural.

Posteriormente, após a década de 1980, surgem os perímetros irrigados, enquadrados nas ordens neoliberais. A iniciativa privada associar-se-ia aos interesses estatais, que exerciam papel de mediador econômico e social, interessado no crescimento econômico, controlando as tensões sociais com o discurso ideológico da “geração de emprego e renda” e desenvolvimento trazidos pelo agronegócio. Isso não faltou na concepção do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

Ao ocupar as terras de Acaraú, Bela Cruz e Marco, o Perímetro expropriou dos agricultores familiares camponeses o seu principal instrumento de trabalho - a terra - impondo novas técnicas agrícolas de irrigação, em que aqueles que não se adaptassem ao novo meio de produzir se tornariam incapazes ou “resíduos sociais”, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira critica.

Esses agricultores, formados na maioria por posseiros e arrendatários, resistiram, a *priori* à entrada do projeto irrigado, mas, esperançosos por definirem suas situações como proprietários de terra para o seu trabalho, e pela possibilidade de melhorarem a qualidade de vida das comunidades envolvidas, aceitaram as desapropriações, como suas falas nos indicam.

Ao receberem suas indenizações, muitos saíram em busca de outras *terras de trabalho*. Enquanto isso, o *capital monopolista se territorializava*, com a chegada de empresários da fruticultura, ocorrendo o retorno de muitos desses agricultores como trabalhadores rurais. Outros resistiram à desapropriação, constituindo atualmente o quadro de assalariados temporários dos lotes agrícolas do Perímetro.

Nestas circunstâncias, os reassentados representam os agricultores reterritorializados no perímetro irrigado e testemunham a *monopolização do território pelo capital*. Embora presos nas “teias” do agronegócio, mesmo com muitas dificuldades, não se descaracterizam como agricultores familiares camponeses, mantendo seus costumes e hábitos sertanejos, além da relação de afetividade com a terra, pela qual recebem o alimento para suas

famílias, por meio do seu trabalho. Essa é a mesma realidade daqueles que, por meio de empréstimos bancários, compraram seus lotes agrícolas, tornando-se proprietários de terra. Assim, constatamos que a produção agrícola voltada às necessidades da família, em que aquele excedente é comercializado, tanto de frutas quanto de sequeiro, compõe as estatísticas de produtividade do perímetro irrigado, mesmo sendo à base dessa produção familiar.

Associando-se a esses agentes produtores do território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú estão os pequenos capitalistas e os empresários da fruticultura. Correspondem aos proprietários, que retiram a renda da terra, por meio da exploração do trabalhador agrícola.

Desse modo, em um pequeno “recorte” de terra (lotes agrícolas), esses proprietários contratam um menor número de trabalhadores, diminuindo o tempo de produção e aceleram a aproximação com o mercado consumidor, retornando em forma de lucro.

Assim, explicam-se a produtividade agrícola e os altos valores agregados à fruticultura desse perímetro, que assume, atualmente, o terceiro posto em relação aos outros projetos de irrigação do Ceará.

Essa possibilidade de gerar lucros permanentes, quer com a produção, quer no mercado de terras, é a grande motivação para os proprietários capitalistas, que concentram lotes agrícolas, configurando a terra, nessa situação, mercadoria, enquanto o projeto irrigado é instrumento para a sua validação.

A entrada de vários estabelecimentos empresariais relacionados à agricultura no Triângulo de Marco demonstra a dinâmica econômica proporcionada pelo Perímetro, ao mesmo tempo em que pouco alterou positivamente em relação às pessoas mais afetadas, aguçando a concentração de renda e acentuando as desigualdades sociais. Os próprios moradores relatam as mazelas surgidas, tais como as doenças provenientes pelo uso intensivo dos agrotóxicos, prostituição e disseminação de drogas e doenças, causadas pelos novos costumes dos “povos de fora”, como eles mesmos denominam.

Em razão, pois, de todas essas alterações no espaço geográfico, a presença evidente de agricultores familiares camponeses e povos indígenas, como os tremembés da aldeia Queimadas, em Acaraú, demonstra, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas e contradições inerentes, o fato de que nem mesmo o modo de produção capitalista é capaz de destruir completamente a história que dá vida aos lugares, testemunhando a resistência e florescendo, dessa forma, a esperança de que a transformação é possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano. **Capítulo da história colonial**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

AGRICULTORES fazem denúncias de expulsão de terras em Acaraú. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 06 outubro de 1984.

ALBANO, Gleydson. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. Recife: Editora universitária, 2008.

ALVES, Aurilea Bessa. **Estuário do rio Acaraú: Impactos ambientais e implicações na qualidade dos recursos hídricos**. 131 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, Ceará, ano 08, nº. 16, p.p. 147-156, 2009.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Coleção Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Cortez editora; Editora autores associados, 1980. (versão digital).

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização no Ceará. In.: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p.p.121-129.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento**. 4ª ed. São Paulo: Grijalbo, 1977.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ARAÚJO, Nicodemos. **Município de Acaraú - notas para sua história**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1971.

ARAÚJO, José Amaury de Aragão (Coord.). **Barragens no Nordeste do Brasil: experiência do DNOCS em barragens na região semi – árida**. 2ª ed. Fortaleza: DNOCS, 1990.

ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú**. Fortaleza, 1991, Gráfica Editorial Cearense Ltda.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Pensamento, palavras e obras. In.: PARENTE, Josenio; ARRUDA, José Maria. (orgs.) **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.p. 63– 82.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução: Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1992.

BONFIM, Washigton Luís de Sousa. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In.: PARENTE, Josenio; ARRUDA, José Maria. (orgs.) **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.p. 35 – 62.

BRASIL, Presidência da República: Conselho do Desenvolvimento. **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste**. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa nacional, 1959.

BRASIL, Ministério do Interior: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1970 - Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências**. Fortaleza: Departamento de imprensa nacional, 1979.

BRASIL, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS; Programa Nacional de Irrigação – PRONI. **Estudo de viabilidade do vale do Baixo Acaraú**: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. vol.V. Fortaleza: Consórcio Tecnosolo - EPTISA, 1987.

BRASIL, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS; Programa Nacional de Irrigação – PRONI. **Projeto Baixo Acaraú**: Levantamento Cadastral e Fundiário. Relatório Geral. vol.I. Fortaleza: Consórcio Tecnosolo - EPTISA, 1988.

BRASIL, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS. **Autos da ação de desapropriação**. nº. 90.48822-2, classe 5012. vol. I. Fortaleza: Secretaria da 2ª vara da Justiça Federal do Ceará, 1990.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento juscelinista: “cinquenta anos em cinco”. In.: BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20ª ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 1999. p.p. 229-255

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos - planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID - Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Virgílio, Adauto e César Cals: a política com arte da chefia. In.: PARENTE, Josenio; ARRUDA, José Maria. (orgs.) **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.p. 9 – 34.

CATTANI, Antonio David (org.) **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. 4ª ed.ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

CEARÁ. Governo do Estado. **I PLAMEG: Plano de metas do governo Virgílio Távora - 1963/1966**. Fortaleza: [s.n.], 1963.

CEARÁ. Governo do Estado. **II PLAMEG: Programação e diagnóstico - Plano de metas do governo Virgílio Távora - 1979/1982**. Fortaleza: [s.n.], 1979.

CEARÁ. Governo do Estado. **PLANED: Plano de desenvolvimento do Ceará - 1983/1987**. Fortaleza: [s.n.], 1983.

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de Mudanças: 1987/1991**. Fortaleza: [s.n.], 1988.

CEARÁ. Governo do Estado. **Ceará melhor: 1991/1994**. Fortaleza: [s.n.], 1991.

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento sustentável: 1998/2002**. Fortaleza: [s.n.], 1995

CEARÁ. Governo do Estado. **Ceará cidadania: crescimento com inclusão social - 2003/2007**. Fortaleza: [s.n.], 2003.

CEARÁ. Governo do Estado. **Diretrizes para programa de governo – 2008/2012**. Fortaleza: [s.n.], 2008.

CONTRATO de comodato. Disponível em:

<http://octalberto.no.sapo.pt/contrato_de_comodato.htm> . Acesso em 12, jan. 2010.

CORDEIRO, Felipe. Desigualdades. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 03 set. 2008. Opinião. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/> >. Acesso em 09 set. 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2ªed. Série: Princípios. São Paulo: Editora ática, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço**: um conceito chave na geografia. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

DINIZ, Aldiva Sales. **Território controlado-território recriado**: os laços e rupturas das relações Estado e irrigante. Recife: Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 1997. 150 p. Dissertação de Mestrado em Geografia.

DINIZ, Aldiva Sales. A Construção dos Perímetros Irrigados e a Criação de Novas Territorialidades no Sertão. In.: ELIAS, Denise.; SAMPAIO, José Levi Furtado.(Orgs.) **Modernização excludente**. Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando Caminhos**: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. 2009. 228f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2009.

DISCURSO de posse do governador Tasso Ribeiro Jereissati. Fortaleza: 1994.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In.: ELIAS, Denise.; SAMPAIO, José Levi Furtado.(Orgs.) **Modernização excludente**. Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.p.11-36.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**: a Região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: EDUSP, 2003.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In.: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006. p.p. 25-82.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Tradução: Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p.p.1-150.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Ciro Mioranza. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. 2ª ed. São Paulo: Escala, 2007.

ERÁRIO público perde US\$ 1 milhão com o projeto Baixo Acaraú. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 de março de 1994.

ERTHAL, Rui. Os complexos agroindustriais no Brasil - seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista geo - paisagem (on line)**, Rio de Janeiro, ano 5, n.º. 9, p.p.1 – 33, jan./jun. 2006.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração cambéba**. Fortaleza: Editora Tropical, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da Conquista à Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do Siará Grande. In.: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p.p. 25 – 44.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, v. CX, 1996. p.p. 71 – 92.

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Coleção Alagadiço Novo. 2ª ed. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 2000.

GONDIM, Linda M.P. Os “governos das mudanças” (1987-1994). In.: SOUZA, Simone. (org.) **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p.p. 409 - 424

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel** - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Tradução: Dario Canali. 11ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LEFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução “Grupo as (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Estudos Urbanos da UFMG. Do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Editions Anthropos, (2000). Primeira versão – 2006.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEITE, Maria Amélia. O cearense é um povo caboclo? In.: CHAVES, Gilmar (org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fortaleza, CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002. p.p. 29-35

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Diferenciación del campesinado. In.: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **El desarrollo del capitalismo em Rusia** – Proceso de la formación del mercado interior para la gran industria. URSS: Editorial Progreso, 1981. p.p. 61-193

LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck *et al.* **O Uso da Irrigação no Brasil**.
<http://www.cf.org.br/cf2004/irrigação.doc>

LIMA, Luiz Cruz (org.). **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, 2008, São Paulo. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço Não Pára por uma AGB em Movimento**. São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

LIMA, Luiz Cruz. **Políticas públicas de (des)envolvimento do Nordeste: uma leitura crítica da geografia**. In: X ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEÓGRAFOS, 2009. Campina Grande. Anais... ISBN: 9788561702144. 1 CD-ROM.

MAGALHÃES, Jósa. O vaqueiro na história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1970. p. p. 94 – 103.

MANDEL, Ernest. “Ondas longas” na história do capitalismo. In.: MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova cultural, 1985.p.p. 129-156.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para Plantar neste verão** (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O Capital** : crítica da economia política. O Processo de Produção Capitalista. Livro 1, V.1. Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, S.A., 1968. (versão digital).

MARX, Karl. A transformação da mais valia em renda da terra In.: **O capital**: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. livro 3. São Paulo: Biblioteca do Pensamento Socialista, 1978. p.p. 252- 274 (versão digital).

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. 3ª ed. Fortaleza: UFC, Casa José de Alencar, 1995.

MINISTÉRIO público pede à PF confisco de bens de envolvidos: procurador da república manda também instaurar inquerito policial. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 01 de março de 1994.

MISSA do vaqueiro marca data. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, Regional, 22 agosto 2009. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=663931>>. Acesso em 22 agosto 2009.

PRIMEIRA produção exportada do Baixo Acaraú sai em outubro para a Holanda. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, Negócios, 04 setembro 2001.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: José Massano; Manuel Palmeirim. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Editora brasiliense, 1990.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTA, Paulo. Dnocs privilegia propriedades particulares: 60% dos poços perfurados em 1992 foram feitos em terrenos privados, contrariando portaria do órgão. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de abril de 1993.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Degradação ambiental e a desertificação no Nordeste brasileiro**: o contexto da Bacia hidrográfica do rio Acaraú – CE. 2006. 370p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

O LEOPARDO. Título Original: II Gattopardo. Direção: Luchino Visconti. 183 min São Paulo: Versátil Home Vídeo, 1963.

OLÍMPIO, Domingos. **Luzia - Homem**. Apresentação: Luiz Tavares Júnior. Fortaleza: ABC, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p.p. 29- 70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007. (versão digital).

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião - Sudene**, Nordeste e Conflitos de classe. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAC investirá R\$ 482 milhões em perímetros irrigados no Ceará e Piauí. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 jan. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=246293&modulo=964>>. Acesso em 27 fev. 2009.

PARENTE, Josenio C. O Ceará e a modernidade. In.: PARENTE, Josenio; ARRUDA, José Maria. (orgs.) **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.p. 125 – 144.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680 – 1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Índios Tremembés. **Revista Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1951. p.p. 257 – 267

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra. **Reestruturação socioespacial do Ceará**: estado, política e sociedade. Fortaleza, 2008. 181 pgs. Dissertação de Mestrado (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico – científico - informacional no Brasil. In.: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p.p.375-387

RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1982.

RELATÓRIO confirma superfaturamento de obras no DNOCS: irregularidades somam US\$ 7 milhões; CPAD pede punição para Luiz Gonzaga Nogueira Marques, ex-Diretor do órgão. **Jornal O Povo**, 01 de novembro de 1994.

REYDON, Bastiaan Philip; PLATA, Ludwig Agurto. **Intervenção estatal no mercado de terras**: a experiência recente no Brasil. Estudos do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD. São Paulo: Unicamp, 2000.

RICARDO, David. Sobre a renda da terra. In.: RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Coleção: Os economistas. São Paulo: Editora nova cultural, 1996. p.p. 49-60 (versão digital).

SAMPAIO, José Levi Furtado. As águas, a seca e o estado. In.: SILVA, José Borzachiello; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio. **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

SANDRONI, Paulo (Org.). Conferência de Bretton Woods. In.: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia e a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008 a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008 b.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008 c.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 2008 d.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, José Graziano da. (Org.). **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: Instituto de economia; PRONI, 1989.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: 1998.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In.: In.: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p.p. 81-93.

SILVA, F. Edmilson. Baixo Acaraú e Araras Norte: a irrigação que ainda não deu certo. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 de março de 1996.

SOJA, Edward W. História: geografia: modernidade. In.: SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p.p. 34-41

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do estado do Ceará. In.: LIMA, Luiz Cruz.(Org.). **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará.** Fortaleza: FUNECE, 2000. p.p. 5-104.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004.

VIANA, Karoline. Comissão Científica do Império descobriu os sertões. **Jornal Diário do Nordeste,** Fortaleza, 16 agosto. 2009. Regional. Disponível em: < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=661797>> . Acesso em 16 agosto. 2009.

Acessos à internet

Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil- <http://www.pnud.org.br/atlas>

Ceasa- www.ceasa-ce.com.br

Dibau- <http://www.dibau.com.br>

Ematerce - www.ematerce.ce.gov.br

Embrapa - www.embrapa.gov.br

IBGE- <http://www.ibge.gov.br>

Incra - www.incra.gov.br

Instituto agropolos - www.institutoagropolos.org.br

Ipece- <http://www.ipece.ce.gov.br>

Jornal Diário do Nordeste- <http://www.diariodonordeste.globo.com>

Jornal O Povo- <http://www.opovo.com.br>

ANEXOS

QUADRO 22: Perímetros Irrigados do Nordeste brasileiro*, com suas respectivas localizações, surgimento e produções agrícolas.

BAHIA			
Perímetro Irrigado	Localização	Origem	Produção
Brumado	Livramento de Nossa Senhora	1977-1986	banana,coco,mamão, goiaba,manga,maracujá, pinha e uva.
Jacurici	Itiúba	1968-1973	melancia, feijão, milho, quiabo, limão, banana, tomate, pepino, coentro, cebola e outras hortaliças.
Vaza Barris	Canudos	1971- 1973	banana, feijão phaseolus, tomate mesa e melão semente.
MARANHÃO			
Perímetro Irrigado	Localização	Origem	Produção
Várzea do Flores	Joselândia, São José de Basílio e Santo Antônio dos Lopes	1982- 1985	banana pacovâ e feijão.
Baixada Ocidental Maranhense	Pinheiro e Palmeirândia	1971- 1972	abacaxi,maracujá, banana, mamão, coco, citrus, melancia e milho verde.
Tabuleiros de São Bernardo	Magalhães de Almeida e Araisos	1987 – 2002	abacaxi, banana, mamão, maracujá, feijão e milho verde.
PARAÍBA			
Perímetro Irrigado	Localização	Origem	Produção
Eng° Arco Verde	Condado	1971-1972	melão, melancia, tomate, pimentão, milho/espiga verde e feijão.
Sumé	Sumé	1970	coco, feijão, milho, pimentão, tomate industrial e pecuária leiteira.
São Gonçalo	Sousa	1972-1973	banana, coco, goiaba, maracujá, arroz, feijão, milho, tomate de mesa, algodão herbáceo, capim de corte, pecuária leiteira, produção de carne e animais para reprodução.
PERNAMBUCO			
Perímetro Irrigado	Localização	Origem	Produção
Boa Vista	Salgueiro	1972-1975	banana, pimentão e tomate.
Cachoeira II	Serra Talhada	1971-1972	banana, milho/espiga(verde) e cebola (semente).
Custódia	Custódia	1974-1975	banana, tomate industrial, milho industrial e feijão phaseolus.
Moxotó	Ibimirim e Inajá	1972-1977	banana, goiaba, coco, acerola, mamão, manga e melancia.

PIAUI			
Perímetro Irrigado	Localização	Origem	Produção
Caldeirão	Piripiri	1971-1972	feijão vigna, melancia, coco e milho em grão.
Fidalgo	Simplicio Mendes	1969-1973	banana, feijão, milho, arroz e leite.
Gurguéia	Alvorada da Gurguéia	1975-1977	banana, feijão vigna, melancia e milho grão.
Lagoas do Piauí	Luzilândia	1972-1974	banana, feijão vigna, arroz, melancia e milho grão.
Platôs de Guadalupe	Guadalupe	1987-não concluída	fruticultura irrigada, feijão e milho verde.
Litorâneos do Piauí	Parnaíba e Buriti dos Lopes		
RIO GRANDE DO NORTE			
Perímetro Irrigado	Localização	Origem	Produção
Baixo – Açú	Ipanguaçu, Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra	1989-1994	melão, melancia, feijão vigna, tomate, banana, maracujá, manga e uva.
Cruzeta	Vale do Piranhas	1973-1975	tomate industrial, mamão, feijão e milho.
Itans	Caicó	1973-1977	feijão vigna, algodão herbáceo, milho verde e abóbora.
Pau dos Ferros	região do alto Oeste Potiguar	1973-1980	banana, algodão herbáceo, milho verde, feijão phaseolus, pecuária de corte e de leite.
Sabugi	Caicó	1973-1977	feijão vigna, algodão herbáceo, milho verde e abóbora.

Fonte: DNOCS, adaptado por Vasconcelos.

* Com exceção dos perímetros irrigados do Ceará, dispostos ao decorrer da dissertação.

QUADRO 23: Matérias jornalísticas relacionadas ao Perímetro Irrigado Baixo Acaraú

JORNAL	MATÉRIA	DATA
Diário do Nordeste	Vai começar a irrigação do Vale do Acaraú	06.08.1983
Diário do Nordeste	Proposta desconcentração da agroindústria regional	09.12.1988
Diário do Nordeste	Principal meta é a irrigação	25.05.1990
O povo	Projetos do DNOCS começam a ser emancipados em 1991	23.10.1990
Diário do Nordeste	Tasso anuncia doação para ampliar a irrigação no CE	31.10.1990
Diário do Nordeste	Dnocs quer os vales integrados	28.02.1991
Diário do Nordeste	Dados do IBGE e da Seara sobre área irrigada são conflitantes – Áreas implantadas com irrigação no estado do Ceará	16.06.1991
Diário do Nordeste	Irrigação poderá ser maior no Vale do Acaraú, diz a Ematerce	03.11.1991
Diário do Nordeste	DNOCS instala a concorrência de obras civis para o Projeto Acaraú	23.05.1992
Diário do Nordeste	Dnocs arrenda lotes para iniciativa privada cultivar	30.07.1992
Diário do Nordeste	Projeto de Irrigação do Baixo Acaraú – Obra já beneficia região com a geração de empregos	02.10.1993
Diário do Nordeste	Ministério público pede à PF confisco de bens de envolvidos	01.03.1994
Diário do Nordeste	Obras do projeto Baixo Acaraú estão adiantadas	07.03.1994
Diário do Nordeste	Erário público perde US\$ 1 milhão com o projeto Baixo Acaraú	13.03.1994
Diário do Nordeste	Baixa Acaraú e Araras Norte: a irrigação que ainda não deu certo	30.03.1996
Diário do Nordeste	Projetos deverão irrigar 25.824 hectares no CE e envolvem R\$ 195 milhões do Banco Mundial	14.10.1996
Diário do Nordeste	Informática na irrigação – Software ensina a gerenciar área irrigada	30.10.1996
Diário do Nordeste	Projeto de Irrigação Baixo Acaraú – Nova fonte de vida para os cearenses	04.12.1996
Diário do Nordeste	Estado assumirá projetos de irrigação federal – Primeira etapa do Baixo Acaraú já está com 80% da infra-estrutura básica concluída	02.07.1998
Diário do Nordeste	Barragem Paulo Sarasate poderá não sangrar este ano	06.04.1999
Diário do Nordeste	Ceará: novo modelo de agricultura irrigada	17.09.1999
Diário do Nordeste	Bancadas cearenses e do Nordeste definem emendas	21.10.1999
Diário do Nordeste	Projetos de irrigação são desafios para novo diretor do DNOCS	31.10.1999
Diário do Nordeste	Cortes nas emendas da bancada cearense na CF	08.01.2000
Diário do Nordeste	Pólos de agricultura irrigada vão para iniciativa privada	16.02.2000
Diário do Nordeste	Projetos de irrigação ganham escolas vocacionais	11.04.2000
Diário do Nordeste	Ceará inicia seleção para irrigantes em Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú	03.06.2000
Diário do Nordeste	Recursos para financiamento virão do Banco Mundial	03.06.2000

Diário do Nordeste	Perímetros em crise	02.11.2000
Diário do Nordeste	Dnocs liga válvulas para levar água aos lotes do projeto do Baixo Acaraú	04.01.2001
Diário do Nordeste	Primeira produção exportada do Baixo Acaraú sai em outubro para a Holanda	04.09.2001
Diário do Nordeste	FHC inaugura projeto do Baixo Acaraú	02.09.2001
Diário do Nordeste	Baixo Acaraú é voltado para exportação	02.09.2001
Diário do Nordeste	Comércio de municípios próximos ao Baixo Acaraú aumenta faturamento	03.09.2001
Diário do Nordeste	Dez mil pessoas acompanham visita do presidente a Marco	04.09.2001
Diário do Nordeste	Deputados reclamam da visita do presidente ao CE	04.09.2001
O povo	Revolução em ritmo lento	11.09.2001
O povo	A primeira batalha da fruticultura	26.12.2001
Diário do Nordeste	Colunistas – Dnocs	17.02.2002
Diário do Nordeste	Fruticultura terá crédito de R\$ 80 milhões	26.03.2002
Diário do Nordeste	Projeto deve receber R\$ 1,2 mil esta semana	16.12.2002
Diário do Nordeste	Baixo Acaraú – Produtores querem mudanças no crédito rural	14.05.2003
Diário do Nordeste	Dnocs investe R\$ 10 milhões nos perímetros irrigados	06.08.2003
Diário do Nordeste	Fruticultores vão administrar	11.09.2003
Diário do Nordeste	Fruticultura – Perímetros têm produção comprometida	23.06.2004
Diário do Nordeste	Dificuldade não compromete Baixo Acaraú	06.07.2004
Diário do Nordeste	Sonho de ser irrigante vira pesadelo	07.12.2004
O povo	Baixo Acaraú – Produtores querem ampliar exportação	20.04.2006
Diário do Nordeste	Culturas de melão e melancia são as que mais sofrem – Os produtores do Baixo Acaraú são orientados a não plantar melancia nesta época	24.04.2006
O povo	De onde vêm as frutas do Ceará	04.08.2007
Diário do Nordeste	Ministro Geddel visita obras no Ceará amanhã	14.02.2008
Diário do Nordeste	Soluções podem ampliar viabilidade	22.02.2008
Diário do Nordeste	Nasce um laranjal no Baixo Acaraú	27.02.2008
Diário do Nordeste	Fruticultores temem colapso no escoamento da safra	02.04.2008
Diário do Nordeste	Frutas frescas devem render US\$ 200 mil	14.04.2008
Diário do Nordeste	“A gestão dos perímetros precisa ser repensada”	15.06.2008
Diário do Nordeste	Fruticultura irrigada terá R\$ 35 milhões	14.08.2008
Diário do Nordeste	Cultivo protegido garante produtividade	18.08.2008

O povo	Dnocs começa a desapropriar	19.08.2008
O povo	Desigualdades	03.09.2008
O povo	Dnocs inicia programação de centenário – Com o anúncio de obras e melhorias nos perímetros irrigados, o Dnocs lançou programa de centenário ontem	22.10.2008
Diário do Nordeste	Coluna Satélite – perímetro irrigado	27.10.2008
O povo	Dois diretores do Dnocs – Cristina Peleteiro, de Infra-Estrutura Hídrica, e Felipe Cordeiro, de Desenvolvimento Tecnológico e Produção -, participam hoje da IV Festa da Fruta do Baixo Acaraú.	18.11.2008
O povo	Como desenterrar o crescimento	02.12.2008
Diário do Nordeste	Contrato garante assistência técnica	08.01.2009
Diário do Nordeste	Seminário definirá planejamento agrícola	17.01.2009
Diário do Nordeste	PAC investirá R\$ 482 milhões em perímetros irrigados no Ceará e Piauí	19.01.2009
O povo	Baixo Acaraú em expansão	23.01.2009
Diário do Nordeste	Coluna Egídio Serpa – Irrigação	24.01.2009
Diário do Nordeste	Coluna Edimar Norões – Irrigação	26.01.2009
Diário do Nordeste	Chegou ao Ceará a primeira empresa que se implantará no Projeto de Irrigação do Baixo Acaraú como produto da parceria celebrada pelo Dnocs e a Adece.	26.01.2009
Diário do Nordeste	Baixo Acaraú pode receber indústria	27.01.2009
	O caderno Frutas Cearenses circula na Fruit Logística, a maior feira do mundo do setor fruticultor	03.02.2009
Diário do Nordeste	Agronegócio com resultado – Condição ideal para produzir é vantagem competitiva do CE	04.02.2009
Diário do Nordeste	Loteamento de perímetros – Dnocs prorroga dívidas de irrigantes	07.02.2009
Diário do Nordeste	Unger ressalta: falta ao Nordeste eixo estruturante	04.03.2009
Diário do Nordeste	Obras de irrigação têm recursos assegurados	13.03.2009
Diário do Nordeste	Programa de Aceleração do Crescimento – Antecipada conclusão de três obras no Ceará	14.03.2009
Diário do Nordeste	Antecipada conclusão de três obras no Ceará	19.03.2009
Diário do Nordeste	Terras indígenas – Funai fecha cerco contra crime ambiental	25.03.2009
O povo	Dnocs tem projeto de R\$ 35 milhões	09.04.2009
Diário do Nordeste	Municípios são chamados ao debate sobre agrotóxicos	15.04.2009
Diário do Nordeste	BNB firma parcerias no Norte do Ceará	17.04.2009
Diário do Nordeste	CE está em 1º lugar nas exportações de frutas	04.05.2009

Diário do Nordeste	Perda da safra já chega a 122 mil toneladas	06.05.2009
Diário do Nordeste	Fruticultores farão reunião emergencial	09.05.2009
Diário do Nordeste	Até hoje, equipamentos não cumprem função	16.06.2009
Diário do Nordeste	Comunicado – O Dnocs e o PAC	18.07.2009
Diário do Nordeste	Assistência técnica pode parar por falta de verba	04.08.2009
Diário do Nordeste	Dnocs suspende assistência técnica	12.08.2009
Diário do Nordeste	Dnocs determina reinício dos trabalhos	04.09.2009
Diário do Nordeste	Aeroporto de Jeri para turistas, flores e frutas	15.11.2009

Fonte: Acervo do Jornal Diário do Nordeste e do Jornal O Povo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA - MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DO TURISMO – NETTUR



QUESTIONÁRIO Nº.: _____

CATEGORIA: _____

I – PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES PRODUTORES.

A) IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ estado civil: _____

Escolaridade: _____ sexo: _____

Naturalidade: _____ estado: _____

B) MORADIA E PERFIL SÓCIO – ECONÔMICO

1. Possui casa no lote agrícola? () sim () não
2. Mora no lote? () sim () não
3. Caso a resposta seja não, onde mora? _____
4. Possui em sua casa:
() televisão () antena parabólica () rádio () computador () celular
() carro () moto () trator () bicicleta
5. Alguém da sua família já havia trabalhado com a agricultura? () não () sim Quem?

6. Sua vida melhorou depois do lote agrícola no perímetro irrigado? () sim () não Por
quê?

C) PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO.

1. Quantos lotes você possui? _____ Qual o tamanho de cada lote? _____
2. Através de quem ficou sabendo do Perímetro Irrigado?
() Amigos () DNOCS () Prefeitura () Meios de comunicação () Outros _____
3. Com quanto tempo você teve acesso ao seu lote agrícola? _____
4. Teve algum auxílio governamental para a compra do lote? Qual?
() sim _____ () não
5. Qual o seu interesse ao comprá-lo?
() Comercialização () Consumo () Arrendamento () Outros _____
6. Possui algum familiar no DNOCS ou no DIBAU? () sim () não
7. Quem administra a sua produção? _____
8. Sua renda vem exclusivamente da agricultura? () sim () não
9. Possui outra atividade econômica, além da agricultura? Qual a mais lucrativa?
() sim _____ () não
10. Já é aposentado? De onde? _____
11. Quais os produtos que você cultiva?

-
12. Qual a sua renda mensal com a produção? _____ () não sabe/ nunca fez as contas () não quer responder
13. Está satisfeito? () sim () não
14. Também é pecuarista? () não () sim Quantas reses possui? _____
15. Quantas safras têm por ano? _____
16. Onde aplica seus lucros?
-

17. Quais as formas de comercialização?
 () Amigos () DIBAU () Intermediários () Direta () outra _____
18. Se a sua comercialização for direta, qual o destino de sua produção?
 CEASA () Marco () Acaraú () Sobral () Outros estados _____
 Outros países _____
19. Se há comercialização com intermediários:
 19.1 Qual a origem desses intermediários? _____
 19.2 Qual o destino das suas vendas? _____
20. Tem trabalhadores? () sim () não
21. Caso possua, quantos? _____
22. Temporários (diaristas) _____ Permanentes _____
23. Os permanentes são assalariados e possuem CLT? () sim () não
24. Há algum rendeiro e/ou parceiro na produção? () não () sim Quantos? _____
25. Quanto seus trabalhadores recebem? _____ Qual a origem deles?
-

26. Quantas mulheres e homens? _____
27. Há venda da produção a outros produtores do perímetro irrigado? () não () sim
28. Há compra da produção a outros produtores do perímetro irrigado? () não () sim
29. Possui outros investimentos do ramo da fruticultura irrigada em outros projetos ou em outras terras de irrigação? () não () sim Qual (is)? _____
30. Já recebeu algum crédito bancário para a sua produção? () não () sim
 De qual(is) banco(s) e programa(s)? _____
 Quanto recebeu? _____ Está em débito? () sim () não () carência
-

D) ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

1. É vinculado a algum sindicato, cooperativa e/ou associação? () não () sim Qual?

2. O que acha dessas organizações?

3. Hoje quem exerce controle do perímetro irrigado? _____
4. O que acha das seguintes instituições: DNOCS e DIBAU?

5. Há competitividade/ concorrência entre os produtores? () sim () não

E) PERCEPÇÃO DA TÉCNICA

1. Utiliza agrotóxico? () não () sim Qual? _____

2. Onde compra os insumos agrícolas?

3. Qual o sistema de irrigação que utiliza?

() gravidade () gotejamento () aspersão () outro: _____

4. Trabalha com mudas geneticamente modificadas? () não () sim. Qual a procedência?

5. Possui algum equipamento arrendado? () não () sim Qual?

Quanto paga? _____

6. O que o (a) senhor (a) entende pela técnica de irrigação? Acha que ela é importante?

7. Pretende continuar e expandir a fruticultura irrigada? () sim () não Por quê?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADEMICO EM GEOGRAFIA - MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DO TURISMO – NETTUR**



ENTREVISTAS

I. DNOCS/ DISTRITO DE IRRIGAÇÃO BAIXO ACARAÚ

1. Quais as estratégias utilizadas para a venda dos lotes agrícolas? Quais os critérios?
2. Como se processou a distribuição dos produtores nos lotes?
3. Como foi feita a desapropriação das terras para a implantação do projeto?
4. Como é feito o controle da produtividade dos lotes?
5. Qual a atuação do DNOCS?
6. Qual a perspectiva para com o projeto de irrigação?
7. Quais as normas quanto à aquisição dos lotes agrícolas no que concerne a questão fundiária?
8. Nesse processo qual o papel do INCRA?

II. SINDICATOS/ COOPERATIVAS/ ASSOCIAÇÕES

Presidente/ Diretor: _____ Desde: _____

1. Funciona desde quando?
2. Quantos associados?
3. Como fazer para se tornar membro?
4. Quais os objetivos?
5. O que acha da sindicalização?
6. Acha a fruticultura irrigada promissora?
7. Já recebeu crédito bancário? Qual?
8. Outro investimento?
9. A maioria dos associados são originários de onde?

III. PREFEITURAS MUNICIPAIS

Prefeito: _____

1. Qual a relação da prefeitura com o perímetro irrigado?
2. Quais as principais atividades econômicas da cidade?
3. Recebe investimentos em decorrência do projeto de irrigação?
4. O acha importante para a cidade?
5. Observou um crescimento demográfico na cidade e em seu entorno?
6. Há algum projeto em andamento no que diz respeito ao perímetro?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADEMICO EM GEOGRAFIA - MAG
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DO TURISMO – NETTUR



QUESTIONÁRIO¹³² - FESTA DA FRUTA DO BAIXO ACARAÚ” (18-20/11/08)

1. Nome: _____
 Escolaridade: _____ Profissão: _____
 Naturalidade: _____ estado: _____
2. É vinculado a algum sindicato, cooperativa e/ou associação? Qual?
3. Já é um investidor do perímetro irrigado? () Sim () Não
4. Caso já sua resposta tenha sido SIM, está satisfeito com sua produção?
 () Sim () Não
5. A quem você vende sua produção?
 () Triângulo de Marco () Marco () Acaraú () Bela Cruz () Fortaleza () Outros estados do Brasil. Qual(is)? _____ () Países do exterior. Qual(is)? _____
6. Como soube do evento?
 () Meios de comunicação () DNOCS () DIBAU () Frutal () outros: _____
7. Qual o seu principal interesse?
 () Ser um investidor () Conhecer o projeto de irrigação () Aprender as técnicas de irrigação
 () Outros: _____
8. O que acha do mercado da fruticultura irrigada no estado do Ceará?

9. E o Baixo Acaraú? Qual sua impressão?

¹³² Este questionário é parte integrante da pesquisa: Reestruturação socioespacial do Ceará, através da política pública de irrigação no Baixo Acaraú, vinculada ao Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Sua contribuição foi muito importante, obrigada pela atenção.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)